

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



CARLANDIO ALVES DA SILVA

**ESPACIALIZAÇÃO DAS PRESSÕES DO AVANÇO DO CAPITALISMO NAS
ÁREAS INDÍGENAS DO ESTADO DE RONDÔNIA- BRASIL**

**Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada
para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela
Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia
História e Documentação.**

Linha de Pesquisa Produção do Espaço Regional

Orientadora: Professora Dra. Onélia Carmem Rossetto

**Cuiabá/MT
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

A474e Da Silva, Carlandio Alves.
Espacialização das Pressões do Avanço do Capitalismo
nas Áreas Indígenas do Estado de Rondônia- Brasil /
Carlandio Alves Da Silva. -- 2021
230 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Onélia Carmem Rossetto.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato
Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Cuiabá, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Terras Indígenas. 2. Capitalismo. 3. Zoneamento-
Sócio-Econômico-Ecológico. 4. Rondônia. I. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO-IGHD

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "ESPACIALIZAÇÃO DAS PRESSÕES DO AVANÇO DO CAPITALISMO NAS ÁREAS INDÍGENAS DO ESTADO DE RONDÔNIA- BRASIL"

AUTOR: MESTRANDO CARLANDIO ALVES DA SILVA

Dissertação defendida e aprovada em 14/04/2021

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTORA ONÉLIA CARMEM ROSSETTO (PRESIDENTE BANCA/ORIENTADORA)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT

2. DOUTOR FRANCISCO DE ASSIS GONCALVES JÚNIOR (EXAMINADOR INTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-UFMT

3. DOUTOR RICARDO GILSON DA COSTA SILVA (EXAMINADOR EXTERNO)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR

CUIABÁ-MT, 14/04/2021.

1E8gLS6G6DxoY5BkZ5866HvndmHn428gSUdIRCA8FBQRYBbSBH2W93nomiFm3WEgMzQymDEyMw--

SEI 23108.02630772



Documento assinado eletronicamente por **ONELIA CARMEM ROSSETTO, Usuário Externo**, em 14/04/2021, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS GONCALVES JUNIOR, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 14/04/2021, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Gilson da Costa Silva, Usuário Externo**, em 14/04/2021, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3424123** e o código CRC **F5816EA0**.

“A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas”.

Karl Marx

Resumo

O trabalho aqui apresentado, é o resultado de um estudo realizado sobre a espacialização das pressões que envolvem as Terras Indígenas e a aplicação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico no estado de Rondônia. Nesse sentido, utilizou-se a escala geográfica para delimitar a periodização do espaço temporal na pesquisa e conceitos de atores sintagmáticos e paradigmáticos para indicar os agentes modificadores do zoneamento socioeconômico ecológico e que impõem pressões no entorno das Terras Indígenas. Nesta perspectiva, foi constatado que desde a chegada dos europeus as etnias estão em constante ataques para retirada de seu domínio sobre sua terra, lembrando que a própria legislação direcionada as áreas indígenas não os coloca como donos da terra, eles necessitam de autorizações do Estado, este como ator sintagmático por excelência, impõe aos povos indígenas sua vontade sobre sua terra. Os procedimentos metodológicos utilizados para construção desta dissertação, tiveram como perspectiva de análise da Geografia Crítica, sendo o materialismo-histórico-dialético a principal fonte. A forma de abordagem das temáticas esteve centrada nas noções de escala geográfica. Com a utilização da escala geográfica para delimitação espaço temporal na pesquisa, foi realizada para refletir de forma escalar macro e micro com a aproximação do tema, onde foi feito a análise do zoneamento como instrumento de ordenamento territorial para o estado de Rondônia, no qual as áreas indígenas estão inseridas, nessa perspectiva, precisou-se realizar uma periodização que engloba tanto a questão de espaço. Portanto, buscou-se relacionar o espaço local no qual os indígenas viveram e resistem hoje, aos fenômenos do macro espaço, ao qual estão e são expostos a espacialização do capitalismo, descrevendo os processos que envolveram suas estruturas sociais. Observou-se primeiramente que o POLONOROESTE tinha por princípio a conexão de Rondônia por meio da abertura e pavimentação da BR 364 com o restante do país e a colonização dirigida, para efetivação do plano não foi observado o fator de proteção as florestas e áreas indígenas, e essa foi uma das causas que o Banco Mundial pressionou os políticos brasileiros a mudarem a situação. Como resposta o PLANAFLORO foi planejado, pois diferente do POLONOROESTE, ele tentou equilibrar o crescimento econômico com a preservação da natureza, indicando que poderia ocorrer desenvolvimento em conjunto com a sustentabilidade. Já em seu objetivo c, ele deixa bem claro que o ZSEE deveria ter por prioridade cuidar e manter os limites das reservas indígenas, nesse sentido deve-se deixar claro que não é competência dele gestar sobre a terra indígena e sim proteger de seus limites.

Palavras-Chave: Terras Indígenas. Capitalismo. Zoneamento-Sócio-Econômico-Ecológico. Rondônia.

Abstract

The work presented here is the result of a study carried out on the spatialization of the pressures that involve the Indigenous Lands and the application of the Socioeconomic Ecological Zoning in the state of Rondônia. In this sense, the geographical scale was used to delimit the periodization of temporal space in the research and concepts of syntagmatic and paradigmatic actors to indicate the modifying agents of the ecological socioeconomic zoning and which impose pressures around the Indigenous Lands. In this perspective, it was found that since the arrival of Europeans, ethnic groups are constantly attacking the withdrawal of their dominion over their land, remembering that the legislation directed at indigenous areas does not place them as owners of the land, they need state authorizations, the latter as a syntagmatic actor par excellence, imposes his will on his land on indigenous peoples. The methodological procedures used to construct this dissertation had the perspective of analyzing Critical Geography, with materialism-historical-dialectical being the main source. The approach to the themes was centered on the notions of geographic scale. Using the geographic scale to delimit temporal space in the research, it was carried out to reflect in a macro and micro scale with the approach of the theme, where the analysis of zoning was done as an instrument of territorial ordering for the state of Rondônia, in which indigenous areas are inserted, in this perspective, it was necessary to carry out a periodization that encompasses both the issue of space. Therefore, we sought to relate the local space in which the indigenous people lived and resist today, to the phenomena of the macro space, to which the spatialization of capitalism is and are exposed, describing the processes that involved their social structures. It was first observed that POLONOROESTE had as a principle the connection of Rondônia through the opening and paving of BR 364 with the rest of the country and directed colonization, for the effectiveness of the plan, the protection factor for forests and indigenous areas was not observed, and this was one of the causes that the World Bank pressured Brazilian politicians to change the situation. In response, PLANAFLORO was planned, because unlike POLONOROESTE, it tried to balance economic growth with the preservation of nature, indicating that development could occur in conjunction with sustainability. In his objective c, he makes it very clear that the ZSEE should have as a priority to care for and maintain the limits of indigenous reserves, in this sense it must be made clear that it is not his competence to manage on indigenous land, but to protect it from its limits.

Keywords: Indigenous Lands. Capitalism. Socio-Economic-Ecological Zoning.
Rondônia.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Maria Romana da Silva e Joacy Alves da Silva, que ao saírem do campo, interior do Maranhão, tiveram o sonho de ver seus filhos formados.

AGRADECIMENTOS

Ao refletir sobre as pessoas que devo total agradecimento, os primeiros pensamentos são recordações das conversas com minha querida mãe Maria Romana da Silva, que dizia o quanto lutou para que seus filhos estudassem. O meu pai Joacy Alves da Silva, são os primeiros que agradeço por todo o incentivo que tive a vida toda, sempre se alegraram com o meu crescimento, fizeram tudo que esteve ao seu alcance para meu desenvolvimento, são os meus maiores exemplos de vida. Vê-los emocionados por cada aprovação de seleção que concorri, me alegra muito. Se pudesse nascer novamente e escolher meus pais, escolheria os mesmos novamente.

Agradeço a minha amada irmã Valneres Alves, que me apoiou de várias maneiras no decorrer de minha, e quando vim para Cuiabá, ela veio me ajudando mais uma vez, e ao seu esposo Luiz Jacinto que incentivou-me na jornada acadêmica. Ao final desse percurso, me lembro dos vários momentos que ocorreram em que se fizeram presentes, sou-lhes grato

Agradeço a minha companheira Sheila, que me incentivou a cada momento nas dúvidas e incertezas do dia-dia, não medindo esforços para me auxiliar nessa etapa tão importante de minha vida, que se colocou à disposição para compartilhar das minhas dores e alegrias. Como geógrafa que ela é, tivemos muitas conversas do mundo acadêmico, envolvendo até nos momentos de descontrações.

Agradeço a professora Onelia Carmem minha orientadora que foi fundamental a sua colaboração, me auxiliou na germinação das ideias e durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho, sempre que foi possível dialogamos com suas falas cheias de otimismo com quem compartilhei minhas inquietudes a respeito do tema. Sou grato por sua amizade, paciência e assiduidade. No Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária GECA, tive a oportunidade de compartilhar experiências e saberes no campo da Geografia Agrária, que foram importantes e essenciais no meu crescimento acadêmico e na minha formação.

Ao professor Francisco pelas orientações e debates em sala de aula da disciplina de epistemologia da geografia, que enriqueceram o conhecimento a respeito da geografia, que sem dúvida esta pesquisa contou com a contribuição desses conhecimentos, registro os meus agradecimentos pela importância.

Ao professor Ricardo Gilson pelo aceite de fazer parte deste trabalho, quando contribui na qualificação com seus conhecimentos geográficos a respeito do estado de Rondônia.

Aos amigos e amigas que fiz no GECA, Francielen, Kayza, Gabriela, Gabriel, Alexia, Juliana, Beatriz, João, dona Maria que compartilhamos do mesmo espaço quase todos os dias durante quase o ano, que a jornada de estudos nos tornou companheiros de discussões geográficas, pois um caminho que se percorre solitário torna-se cansativo.

A professora Gisele Dalla Nora, por discussões geográficas com direito a cafezinho, pude participar de um campo no qual tive a oportunidade de ver a realidade de alguns agricultores do Mato Grosso, ao participar como ouvinte das diversas falas, que foram cheias de ensinamento, o que posso afirmar é que as aulas com campo, são oficinas para crescimento intelectual e de vida.

Aos professores do PPGG, pelas contribuições e debates em salas de aula durante as disciplinas cursadas. A coordenação da Pós-Graduação, Professor Ugeda por todas as vezes que necessitei foi de extrema competência nas resoluções das questões.

A Michely Eliane Kim e Ericília Verônica Barcelo, que foram presentes durante minha jornada com profissionalismo e paciência para ajudar quando precisei.

A coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois fui contemplado com a bolsa de estudo, o que possibilitou uma dedicação exclusiva para pesquisa, sem ela provavelmente tornaria mais difícil concluir de forma calma a dissertação, espero que deem continuidade as bolsas, pois estas servem muito para aqueles não detém capital.

Para os indígenas de Rondônia que tive experiência de conhecer no passado ainda na graduação, mas que foi a partir daquela vivência que pude notar as adversidades, preconceitos e pressões sofridas por essas pessoas que me mostraram uma outra concepção de mundo, ou seja, uma outra cosmogonia.

Os meus sinceros agradecimentos são também para todos e todas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação, pois o desenvolvimento acadêmico é feito em parceria com outros que de alguma forma com a diferença no pensar interferem e criando novas reflexões.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: 2ª Aproximação do Zoneamento Socio-Econômico-Ecológico de Rondônia	23
Figura 2: Cone Invertido da escala geográfica - Espacialização do capitalismo	36
Figura 3: Mapa da espacialização das Terras Indígenas regularizadas em Rondônia	131
Figura 4: Mapa de Tensão das Rodovias Estaduais e Municipais sobre as Terras Indígenas de Rondônia	132
Figura 5: Mapa de localização da Terra Indígena Igarapé Lage	134
Figura 6: Mapa de localização da Terra Indígena Igarapé Lurdes	137
Figura 7: Mapa de localização da Terra Indígena Igarapé Ribeirão	141
Figura 8: Mapa de localização da Terra Indígena Karipuna	145
Figura 9: Mapa de localização da Terra Indígena Kaxarari	149
Figura 10: Mapa de localização da Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro	154
Figura 11: Mapa de localização da Terra Indígena Massaco	157
Figura 12: Vestígios e equipamentos de indígenas isolados da TI Massaco	158
Figura 13: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Branco	161
Figura 14: Mapa de localização da Terra Indígena Pacaas Novas	165
Figura 15: Mapa de localização da Terra Indígena Parque do Aripuanã	168
Figura 16: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Guaporé	171
Figura 17: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Mequéns	174
Figura 18: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Negro Ocaia	178
Figura 19: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Omerê	181
Figura 20: Mapa de localização da Terra Indígena Roosevelt	184
Figura 21: Mapa de localização da Terra Indígena Sagarana	189
Figura 22: Mapa de localização da Terra Indígena Sete de Setembro	192
Figura 23: Mapa de localização da Terra Indígena Tubarão Latunde	197
Figura 24: Mapa de localização da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau	201
Figura 25: Mapa de localização da Terra Indígena Karitiana	206
Figura 26: Microregião Porto Velho - ZSEE	210

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Terras Indígenas Regularizadas em Rondônia.....	20
Quadro 2: As Etnias de Rondônia estruturadas como atores Sintagmáticos.....	119
Quadro 3: Relação dos atores Sintagmáticos e Paradigmáticos	121
Quadro 4: Terras Indígenas em estudo de Rondônia.....	204

LISTA DE MOSAICOS

Mosaico 1: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Lage nos anos de 1984 - 1994 à 2004.....	135
Mosaico 2: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Lurdes nos anos de 1984 à 2004.....	139
Mosaico 3: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Ribeirão nos anos de 1984 a 2004.....	143
Mosaico 4: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Karipuna nos anos de 1984 a 2004.....	147
Mosaico 5: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Kaxarari nos anos de 1984 a 2004.....	151
Mosaico 6: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro nos anos de 1984 a 2004.	155
Mosaico 7: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Massaco nos anos de 1984 a 2004.....	159
Mosaico 8: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Branco nos anos de 1984 a 2004.....	163
Mosaico 9: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Pacaas Novas nos anos de 1984 a 2004.	166
Mosaico 10: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Parque Aripuanã nos anos de 1984 a 2004.....	169
Mosaico 11: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Guaporé nos anos de 1984 a 2004.....	171
Mosaico 11: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Guaporé nos anos de 1984 a 2004.....	172
Mosaico 12: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Mequéns nos anos de 1984 a 2004.....	176
Mosaico 13: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Negro Ocaia nos anos de 1984 a 2004.....	179
Mosaico 14: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Omerê nos anos de 1984 a 2004.....	182
Mosaico 15: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Roosevelt nos anos de 1984 a 2004.	187
Mosaico 16: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Sagarana nos anos de 1984 a 2004.	190
Mosaico 17: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Sete de Setembro nos anos de 1984 a 2004.....	194
Mosaico 18: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Tubarão Latunde nos anos de 1984 a 2004.	198
Mosaico 19: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau nos anos de 1984 a 2004.....	202
Mosaico 20: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Karitiana nos anos de 1984 a 2004.....	214

LISTA DE CARTAS IMAGEM

Carta Imagem 1:Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Lage - RO ano 2019.....	136
Carta Imagem 2:Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Lurdes - RO ano 2019.....	140
Carta Imagem 3: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Ribeirão - RO ano 2019	144
Carta Imagem 4: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Karipuna - RO ano 2019	148
Carta Imagem 5: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Kaxarari - RO ano 2019	152
Carta Imagem 6: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro - RO ano 2019.....	156
Carta Imagem 7: Espacialização das pressões no entorno nas Terra Indígena Massaco - RO ano 2019	160
Carta Imagem 8: Espacialização das pressões no entorno nas Terra Indígena Rio Branco no ano 2019.....	164
Carta Imagem 9: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Pacaas Novas - RO ano 2019	167
Carta Imagem 10: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Parque Aripuanã - RO ano 2019.....	170
Carta Imagem 11: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Guaporé - RO ano 2019.....	173
Carta Imagem 12: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Mequens - RO ano 2019.....	177
Carta Imagem 13: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Negro Ocaia - RO ano 2019.....	180
Carta Imagem 14: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Omerê - RO ano 2019.....	183
Carta Imagem 15: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Roosevelt - RO ano 2019.....	188
Carta Imagem 16: Espacialização do capitalismo na Terra Indígena Sagarana - RO ano 2019.....	191
Carta Imagem 17: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Sete de Setembro - RO ano 2019	195
Carta Imagem 18: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Tubarão Latunde - RO ano 2019.....	199
Carta Imagem 19: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau - RO ano 2019	203
Carta Imagem 20: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Karitiana - RO ano 2019	215

LISTA DE SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia

Bird – Banco Internacional de Desenvolvimento

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

DSeis – Distrito Sanitário Especiais Indígena – saúde

EFMM – Estrada de Ferro Madeira Mamoré

EMATER - Empresa De Extensão Rural

FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEF - Instituto Estadual de Florestas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERON - Instituto de Terras

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PIC – Projeto de Incentivo a Colonização

PIN – Programa Integração Nacional

PIN – Posto Indígena

PIV - Posto Indígena de Vigilância

POLONOROESTE

PLANAFLORO

POLAMAZÔNIA Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEAGRI – Secretaria de agricultura

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SEDAM – Secretária do Meio Ambiente

SIC - Secretaria da indústria e comércio

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA Superintendência da Zona Franca de Manaus

TI – Terras Indígenas

UC - Unidades de Conservação

ZSEE – Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I	27
1 – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	27
1. 1 – A Geografia Crítica como Perspectiva de Análise.....	27
1. 2 – Escala Geográfica: compreensão da realidade espacial	33
1. 3 – Procedimentos Técnicos da pesquisa	37
CAPÍTULO II	39
2 – O CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	39
2. 1 – A Produção do Espaço Geográfico na Perspectiva Marxista	39
2. 2 – O Estado e o Capital como entes produtores do espaço.....	46
CAPÍTULO III	50
3 – PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: CENÁRIOS DA QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL, NA AMAZONIA E EM RONDONIA	50
3. 1 – A Questão Indígena no âmbito da questão agrária brasileira	51
3. 2 – Indígenas e a espacialização do Capital nos prelúdios da coroa Portuguesa à contemporaneidade	55
3. 3 – O Espaço Amazônico Indígena no Transcorrer do Processo Histórico	73
3. 4 – Espaço Indígena em Rondônia: Reflexo do Avanço do Capitalismo	80
3. 5 – O Início da República: A construção da Estrada de Ferro Madeira- Mamoré.....	85
CAPÍTULO IV	104
4 – AS ETNIAS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS DE GESTÃO ESPACIAL: DO POLONOROESTE AO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO	104
4. 1 – O Estado de Rondônia nas Estratégias do Governo Federal e Estadual	105
4. 2 – As Terras Indígenas e o Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia: Encontros e Desencontros	111
4. 3 – Atores Sintagmáticos e Paradigmáticos: Elementos de Resistência .	116
CAPÍTULO V	123
5 – OS POVOS INDÍGENAS EM RONDÔNIA: CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS DO AVANÇO DO CAPITALISMO	123
5. 1 – Os Povos Indígenas: Instrumentos legais	123
5. 2 – Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico: Falácia Em Relação As Terras Indígenas de Rondônia.....	127

5. 3 – Leituras das pressões sobre as Terras Indígenas de Rondônia	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	221

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa Produção do Espaço Regional, estando inserida na área de concentração Ambiente e Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia oferecido pelo Departamento de Geografia, Instituto de Geografia História e Documentação -IGHD da Universidade Federal do Mato Grosso.

A experiência tida em uma pós-graduação, no caso escrever uma dissertação de mestrado, é compreendida como um processo que eleva o ser humano tanto no quesito educacional quanto no profissional e cognitivo. Nesse sentido, vale lembrar que se tem algo novo no atual período, os diversos impactos causados pela pandemia de Covid-19, extrapolam à área da saúde, atingindo os países desenvolvidos, em desenvolvimento e os ditos periféricos, os cuidados para o enfrentamento da doença provocaram algumas mudanças no modo de vida da sociedade: distanciamento, isolamento social, medidas econômicas, ações de saúde pública, desemprego e grande número de mortes. Afetando diretamente a educação e as pesquisas que estão em desenvolvimento, principalmente nos aspectos pertinentes a coleta de dados e idas à campo.

Nesse sentido, é óbvio que indígenas e não indígenas estão sujeitos ao vírus de uma forma nunca vista antes, mas os povos indígenas são mais vulneráveis devido as condições econômicas, sociais e de saúde que vivenciam em seu cotidiano. Para as populações indígenas a situação representa também um grande desafio a ser enfrentado, por serem um grupo particularmente vulnerável, somados a certas doenças como anemia em crianças, desnutrição, tuberculose, malária e as dificuldades de acesso ao sistema de saúde (DSEI-RO).

Com a perspectiva da temática indígena, tratando de grupos quase sempre excluídos, acaba ocorrendo também a sensibilização para as mazelas vividas por esses povos. Destarte, o encorajamento para seleção da questão indígena abordado nessa dissertação vem desde a graduação, já na iniciação científica PIBIC, por dois anos e meio foi realizado pesquisas feitas a respeito da Terra Indígena Sete de Setembro, onde vivem o povo Paiter Suruí, no primeiro projeto trabalhado que tinha por título: Paiter Suruí: representações do espaço através da categoria Território e Territorialidade, tinha-se o objetivo de analisar as representações no processo de

afirmação da identidade indígena dos Paiter Suruí, por meio das categorias territorialidade com método de pesquisa fenomenológico, no segundo ano de pesquisa trabalhou-se com a categoria território e marcadores territoriais, com o estabelecimento das múltiplas relações de mudança e permanência no contexto indígena dos Paiter Suruí. Estas pesquisas resultaram em artigos que foram publicados em periódicos o primeiro foi denominado “Paiter Suruí”, escrito por Da Silva e Almeida Silva em 2012; o segundo artigo foi identificado pelo nome “O ritual Mapimái no processo de construção da territorialidade Paiter Suruí” e teve autoria de Almeida Silva, Da Silva, Castro, Medeiros e Suruí em 2015. O produto final foi a monografia que também abordou a temática com o título “Os Marcadores Territoriais dos Paiter Suruí e o Sequestro de Carbono” orientada por Almeida Silva e Castro em 2016.

A escolha das etnias e do zoneamento não foi por acaso, pois vivia em Rondônia desde 1985. Após ter participado na graduação em geografia do PIBIC, e ter sido afortunado em participar de pesquisa com a etnia Suruí, percebi como são diferentes e como lutam e sofrem contra o processo de expropriação e degradação executado pelo capitalismo, o que despertou uma necessidade de fazer algo por esses povos que a muito tempo os governantes agem com descaso.

Ao ser aprovado na pós-graduação, minha orientadora aceitou que continuasse a pesquisar as etnias de Rondônia, a partir disso o Zoneamento Socioeconômico Ecológico – (ZSEE) foi considerado uma peça fundamental para ser estudado como uma ferramenta de organização do espaço, ordenando as formas de uso e ocupação do solo, interferindo dentro das terras indígenas e no seu entorno.

O estado de Rondônia, possui sua organização espacial dividida em 52 municípios, localizado na região norte do país com os seguintes limites, com estado do Amazonas latitude 07°58'37" e longitude 63°01'33", ao sul com a República da Bolívia latitude 13°41'32" e longitude 60°42'54", ao leste com estado do Mato Grosso latitude 12°19'44" e longitude 59°46'49", a oeste com estado do Acre e República da Bolívia latitude 09°48'51" e longitude 66°48'20". Tem uma população estimada de 1.796.460 (IBGE, 2020), dos quais 13.076 são indígenas, 9.217 vivendo nas TI, 3.859 vivendo fora das áreas demarcadas (IBGE, 2010; FUNAI, 2020). Com 27 Terras Indígenas, sendo que 22 regularizadas e 5 ainda se encontram em fase de estudo para futura regularização, este trabalho versa sobre as Terras Indígenas regularizadas, evidenciou-se no quadro 01 os limites municipais em que as Terras Indígenas estão inseridas.

Quadro 1: Terras Indígenas Regularizadas em Rondônia

TERRA INDÍGENA	POVOS INDÍGENAS	MUNICÍPIO
Igarapé Lage	Pakaa Nova	Guajará-Mirim, Nova Mamoré
Igarapé Lurdes	Gavião de Rondônia	Ji-Paraná
Igarapé Ribeirão	Pakaa Nova	Nova Mamoré
Karipuna	Karipuna	Porto Velho, Nova Mamoré
Karitiana	Karitiana	Porto Velho
Kaxarari	Kaxarari	Lábrea, Porto Velho
Kwazá do Rio São Pedro	Kwazá, Aikanã	Parecis
Massaco	Isolados	Alta Floresta D'Oeste, São Francisco do Guaporé
Pacaas Novas	Pakaa Nova	Guajará-Mirim
Parque do Aripuanã	Cinta Larga	Juína, Vilhena
Rio Branco	Tupaiú, Makuráp	Alta Floresta D'Oeste, São Francisco do Guaporé
Rio Guaporé	Makuráp	Guajará-Mirim
Rio Mequens	Sakurabiat	Alto Alegre dos Parecis
Rio Negro Ocaia	Pakaa Nova	Guajará-Mirim
Rio Negro Ocaia	Pakaa Nova	Guajará-Mirim
Rio Omerê	Akuntsú, Kanoé	Chupinguaia, Corumbiara
Roosevelt	Cinta Larga	Rondolândia, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste
Sagarana	Pakaa Nova	Guajará-Mirim
Sete de Setembro	Suruí de Rondônia	Rondolândia, Espigão D'Oeste, Cacoal
Tubarão Latunde	Laiana, Aikanã	Chupinguaia
Uru-Eu-Wau-Wau	Uru-Eu-Wau-Wau	Alvorada D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Mirante da Serra, São Miguel do Guaporé, Cacaúlândia, Costa Marques, Jarú, Guajará-Mirim, Seringueiras, Nova Mamoré, Monte Negro

Fonte: FUNAI, adaptado por: Carlandio Alves da Silva, 2020

Nas 22 TI's estudadas residem 34 etnias, contudo há repetição de grupos étnicos em mais de uma terra, como os Pakaa Nova que podem ser encontrados nas TI Igarapé Lage, TI Igarapé Ribeirão, TI Pacass Novas, TI Rio Negro Ocaia regularizada, TI Rio Negro Ocaia em estudo e TI Sagarana. A etnia Karitiana que pode ser encontrada nas TI Karitiana regularizada e TI Karitiana em estudo. A etnia Kaxarari

que vive nas TI Kaxarari regularizada e TI Kaxarari em estudo. A etnia Aikanã que pode ser encontrada nas TI Kwazá do Rio São Pedro e TI Tubarão Latundé. Os Cinta Larga que podem ser encontrados nas TI Roosevelt e TI Parque do Aripuanã. Os Makuráp vivem nas TI Rio Branco e TI Rio Guaporé. Os Kanoé habitam nas TI Rio Omerê e TI Rio Cautário. E, há os índios Isolados que vivem nas TI Tanaru em estudo e na TI Massaco. Esta repetição de etnias em várias terras é singular as vivências étnicas, pois os grupos indígenas viviam e percorriam grandes extensões, somente com a criação das reservas é que foram obrigados a se fixarem, desta maneira sofreram a sedentarização em um lugar, contudo eles ainda precisam caçar e manter rituais, por isso adentram alguns limites de outras terras demarcadas.

Na ocupação de Rondônia os indígenas sofreram devido principalmente ao avanço do capitalismo materializado pelos ciclos econômicos da borracha no final do século XIX, segundo ciclo entre os anos de 1942 e 1945, com a cassiterita a partir da década de 1960 (Costa Silva, 2010, p. 71). Atualmente sofrem pressão da agroindústria, pois o estado é produtor de gado possuindo em 2019 14.349,219 (milhões) de cabeças; com 657.037 hectares de área destinada a cultura da soja; e ainda extraindo pela lavra garimpeira minérios, são 400 mil toneladas de calcário por ano; e possui 47% da produção nacional de estanho (cassiterita), ainda há a lavra garimpeira de ouro e outros minérios no garimpo 'Bom Futuro' (fonte: rondonia.ro.gov.br).

Todos os ciclos econômicos materializam a intencionalidade política e do capital, por vezes são acompanhados por planos e projetos com vistas a organização do espaço geográfico e a expansão capitalista. De acordo com Costa Silva (2010), nas últimas décadas Rondônia sofreu transformações territoriais, sociais e econômicas em decorrência do avanço do capitalismo em diferentes intensidades proporcionadas com o apoio do Estado.

Entre os planos para a gestão do território destaca-se o Plano Agropecuário Florestal de Rondônia – PLANAFLORO, este que substituiu o POLONOROESTE, que despertou internacionalmente reputação ruim pelo seu mau desempenho. Destarte, Pedlowski, Dale e Matricardi (1999), explicam que nos Estados Unidos e as organizações não-governamentais americanas fizeram campanhas que originaram várias audiências no congresso norte-americano, que levaram a mudanças operacionais no Banco Mundial, reorganizando os projetos custeados por essa instituição financeira para o Brasil.

As mudanças no Banco Mundial repercutiram em Rondônia, objetivando a redução dos impactos causados pelo POLONOROESTE. Segundo Ott (2002), promoveram a todo custo o desenvolvimento do estado incentivando a migração que resultou na devastação das florestas. Com isso, em 1987 negociadores do Banco Mundial compareceram em Rondônia para tratar de um novo projeto que o denominaram de PLANAFLORO, este seria o primeiro zoneamento executado no estado.

O Banco Mundial para aprovar o empréstimo exigiu como pré-requisito que incluísse em seus objetivos inúmeros pontos relacionados a proteção ambiental, com a confirmação desses requisitos, o Banco liberou o empréstimo que deu origem a criação do Zoneamento Agro-Ecológico de Rondônia, passando pela Assembleia Legislativa no ano de 1988. Uma das ações foi dividir o estado em seis zonas diferentes, com o intuito de garantir o aproveitamento controlado dos recursos naturais em Rondônia. De acordo com Pedlowski, Dale e Matricardi (1999, p. 97-98), os objetivos apresentados no PLANAFLORO foram os seguintes:

- (a) mudar o funcionamento institucional dos órgãos governamentais;
- (b) garantir a conservação da biodiversidade existente em Rondônia;
- (c) proteger os limites das unidades de conservação e reservas indígenas;
- (d) desenvolver sistemas agrícolas e de manejo florestal integrados;
- (e) realizar investimentos prioritários na infra-estrutura sócio-econômica e serviços necessários para implementar o Zoneamento em áreas já ocupadas e desflorestadas e
- (f) melhorar a infra-estrutura dos órgãos governamentais atuando em Rondônia.

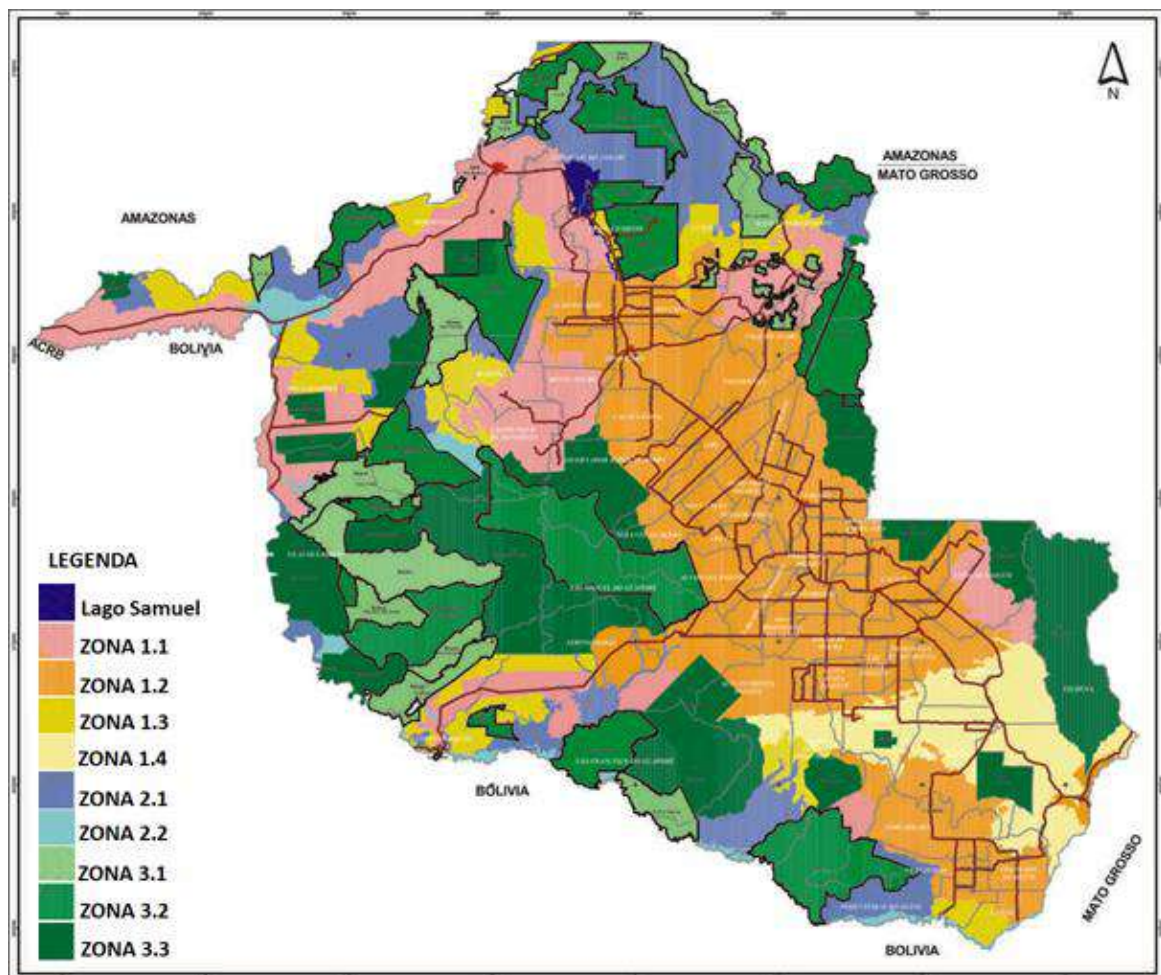
Observou-se primeiramente que o POLONOROESTE tinha por princípio a conexão de Rondônia por meio da abertura e pavimentação da BR 364 com o restante do país e a colonização dirigida, para efetivação do plano não foi observado o fator de proteção as florestas e áreas indígenas, e essa foi uma das causas que o Banco Mundial pressionou os políticos brasileiros a mudarem a situação. Como resposta o PLANAFLORO foi planejado, pois diferente do POLONOROESTE, ele tentou equilibrar o crescimento econômico com a preservação da natureza, indicando que poderia ocorrer desenvolvimento em conjunto com a sustentabilidade. Já em seu objetivo c, ele deixa bem claro que o ZSEE deveria ter por prioridade cuidar e manter os limites das reservas indígenas, nesse sentido deve-se deixar claro que não é competência dele gestar sobre a terra indígena e sim proteger de seus limites.

Ott (2002) esclarece que de acordo com a Lei 6.938/81 o zoneamento ambiental atuaria como um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente,

levando em conta que sua utilização seria para organização do espaço e para realização de um planejamento ambiental o qual seria essencial para operacionalização de um programa cujo fins é compatibilizar a utilização dos recursos naturais. Dessa maneira, vale lembrar, que não pode ficar de fora o fator antrópico, por isso o adequado manejo dependia de um zoneamento econômico e ecológico.

Neste sentido, tornou-se importante a preservação das Terras Indígenas por servir como estratégia de conservação ambiental, pelo modo de vida indígena que possui intrinsecamente a proteção da fauna e da flora, de modo que nestas áreas também ocorre a conservação da biodiversidade de espécies e proteção dos recursos hídricos. Abaixo, na figura 01, tem-se o mapa da segunda aproximação do ZSEE, ou seja, de uma modificação no uso e ocupação do solo em Rondônia realizada em 2000.

Figura 1: 2ª Aproximação do Zoneamento Socio-Econômico-Ecológico de Rondônia



Fonte: SEDAM/ZSEE, 2009. Adaptado por Carlandio Alves da Silva, 2021.

A representação cartográfica apresentada na figura 01, ou seja, as zonas da segunda alteração no uso e ocupação das terras rondoniense, foi retratada, para que haja entendimento que as zonas e subzonas do zoneamento não são estáticas, são modificadas quando há interesse político e econômico, nesse sentido o fator ecológico sempre sofre impacto devido a lógica inerente ao processo de avanço do capitalismo.

Para Borges (2012), considera que os pedaços de floresta nativa remanescentes de Rondônia são basicamente áreas de proteção, que vão desde as Terras Indígenas e Unidades de Conservação, considera ser o que ainda limita a expansão do capital, no caso Rondônia. No entanto, esse instrumento tende a ser pouco rigoroso quando a maior parte das leis ambientais não são cumpridas. Explicitado na figura 01, pode-se observar na zona 3.3 onde estão localizadas as Terras Indígenas; na zona 3.2 são as Unidades de Conservação de uso indireto e na zona 3.1 área de conservação de uso direto. Já a área das zonas 1 detém alto potencial ocupação humana e a 2 são voltadas para utilização agroflorestal.

Diante da elaboração do ZSEE as TI's de Rondônia deveriam ter seus limites cuidados pelo zoneamento, de maneira a impedir pressão ou direcionar áreas de ocupação humana próximo a elas, pois esse era um dos objetivos propostos para que recebessem recursos do Banco Mundial e pudessem realizar o planejamento sustentável para uso e ocupação direcionado do solo, permitindo a integração das políticas públicas para atingir as metas propostas pelo zoneamento visando a sustentabilidade florestal, dos recursos hídricos e minerais em conjunto com a proteção às comunidades tradicionais e às Terras Indígenas e a cultura desses povos.

Diante de tal problemática, a presente dissertação tem como questão central compreender se o componente indígena no documento do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) elaborado para o estado de Rondônia foi efetivado e materializado no que diz respeito as resoluções, normativas e leis para manutenção e proteção de suas áreas.

Os objetivos específicos foram centrados em: a) Evidenciar como o Estado e capital interferem na produção e organização do espaço; b) Descrever o avanço do capital e identificar os impactos nas Terras Indígenas de Rondônia; c) Evidenciar os atores sintagmáticos que participam das espacializações dos conflitos nas áreas indígenas.

A organização estrutural foi composta em cinco capítulos e as considerações finais, tendo por finalização as referências, onde estão evidenciadas as fontes de

pesquisas bibliográficas. O capítulo um, denominado de 'trajetória metodológica', referente aos procedimentos metodológicos que embasaram a construção desta pesquisa, de caráter qualitativo de tipologia descritiva e explicativa, com busca bibliográfica. E, auxiliada pelo método materialismo-histórico-dialético na compreensão das contradições do capital na organização do espaço que causam desigualdades sociais, em conjunto com a escala geográfica utilizada como recorte temporal e espacial.

No capítulo dois, chamado 'O capitalismo e a produção do espaço Geográfico', foi realizado um estudo referente a categoria geográfica Espaço e a subcategoria espacialidade, com autores que trazem na perspectiva marxista e destacam a produção social do espaço, onde tem revelado características do processo de modernização e tecnificações na expansão capitalista em que a transformação da do espaço social é feita de maneira acelerada por esses meios.

Já no capítulo três, com o nome 'Produção Capitalista do Espaço: Cenários da Questão Indígena no Brasil, na Amazonia e em Rondonia', foi retratado um panorama do cenário desta questão no Brasil, onde foi evidenciado a ocupação, posse e distribuição de terras de maneira a se ter o entendimento do processo que se deu no país e no estado de Rondônia em seus aspectos históricos e geográficos, o que tornou os índios refém dessas políticas de colonização latifundiária, utilizando-se de uma forma de ocupação que beneficiou as elites econômicas e excluiu os pobres, negros e indígenas.

O capítulo quatro por denominação de 'As Etnias Indígenas e as Políticas de Gestão Espacial: do POLONOROESTE ao Zoneamento Socioeconômico e Ecológico', foi feita uma descrição das temporalidades do processo histórico correspondente as Terras Indígenas, onde estão inseridas e quais os tipos de conflitos estão impactando de acordo com suas localidades, dentro da relevância do zoneamento.

Na sequência, o capítulo cinco denominado 'Os Povos Indígenas em Rondonia: Cenários Contemporâneos do Avanço do Capitalismo', traz discursões de como o capitalismo na busca de produção intensa utilizando os recursos naturais e minerais objetiva o lucro, com suas práticas mostra-se redefinindo territórios e espaços, e que a demarcação de suas terras tem como intuito de preservar, conservar e proteger os grupos indígenas que não foi e não é suficiente para tal. No caso do zoneamento, observou-se neste capítulo que este como ferramenta do estado organiza o uso e

ocupação do solo, porém, de acordo com interesses dos agentes capital que vão interferir diretamente na escolha de como e de onde e o quê produzir na terra em Rondônia, o que algumas vezes interferem diretamente nas áreas indígenas. Neste capítulo, foi elaborado cartas imagem geoprocessadas para materialização das pressões nas terras indígenas mostrando as transformações nesses espaços.

Dando sequência a organização do trabalho tem-se as considerações finais, com as anotações conclusivas da dissertação, e por último as referências bibliográficas que foram utilizadas como fontes de conhecimento teórico e metodológico para confecção do trabalho.

CAPÍTULO I

1 – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Este capítulo tem por intuito evidenciar as escolhas metodológicas que resultaram nesta dissertação, primou-se por evidenciar cada passo dado, dissertando desta forma sobre as proposições que levaram a respostas dos objetivos.

Primeiramente no primeiro subtítulo evidenciou-se o método filosófico denominado de materialismo-histórico-dialético utilizado em conjunto com a teoria da geografia crítica sobre o espaço, desenvolvendo para tal uma análise escalar, esta que foi evidenciada no segundo subtítulo, onde é explicitado a relação do tempo e espaço para que coadunasse com procedimentos metodológicos e técnicos utilizados neste trabalho.

1. 1 – A Geografia Crítica como Perspectiva de Análise

Os procedimentos metodológicos utilizados para construção desta dissertação, tiveram como perspectiva de análise da Geografia Crítica, nesta há segundo Mendonça (2009) assimilação do marxismo para consolidação de suas análises, tais como seus aspectos ideológicos e teórico-metodológicos, sendo o materialismo-histórico-dialético a principal fonte filosófica para a geografia crítica.

Em relação a geografia crítica brasileira Suertegaray (2005), esclarece como ocorreram algumas transformações dentro do movimento crítico desenvolvido na década 1970. A autora observa que o contexto político que impulsionou a Geografia Teórica e Quantitativa propagada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, recebeu diversas críticas por suas análises que não incorriam em crítica voltada a atuação do Estado na organização econômico e política no país. No cenário da ditadura que não favorecia os debates da geografia crítica, embasada no materialismo-histórico-dialético, os geógrafos começam a realizar críticas ao mesmo tempo a geografia clássica e a geografia teórica, e anunciavam a superação do positivismo, o qual afirmava que a ciência era neutra, e não tinha nela nenhum interesse do capital, os geógrafos da perspectiva crítica evidenciavam o compromisso da ciência geográfica no contexto político e econômico voltado a entender a distribuição desigual de renda e da terra.

Nesta perspectiva de análise a respeito da geografia crítica, Santos (2002, p. 240), explica que “essa geografia renovada (espaciologia) ocupar-se-ia do espaço humano transformado pelo movimento paralelo e interdependente de uma história feita em diferentes níveis – internacional, nacional, local”, tendo as relações sociais influenciadas direta e indiretamente pela globalização, incluindo dessa forma o universal e o particular, os geógrafos deveriam analisar o movimento social interagindo com a natureza transformada, sendo o espaço o produto dessa relação, nesse sentido os seres humanos atuam como agente transformador do espaço.

A Geografia Crítica tem suas bases no Materialismo-Histórico-Dialético, para Besse e Caveing (1970) este, possui significado filosófico. Nessa perspectiva, o materialismo-histórico-dialético é a forma de se compreender o mundo, operando as convicções definidas determinadas pelos fenômenos da natureza e por consequência também os da vida social. O materialismo diz respeito as coisas visíveis e palpáveis e passíveis de mensuração, denominadas materiais. Em contrapartida, existem coisas que não são capazes de enxergar, nem apalpar ou tatear, nem medir, mas nem por esse motivo deixam de existir, como os sentimentos, lembranças, desejos, ideias e outros, pronunciadas que não são materiais, e sim ideais, nesse sentido, dividindo-se em dois domínios, os materiais e os ideais.

Assim, para melhor compreender os pressupostos marxistas e o materialismo-histórico-dialético, realizou-se revisão de autores como Marx (2004, 2005a, 2005b, 2018) Marx e Engels (2012), Lefebvre (2017), Konder (2008), Chauí (2008), Besse e Caveing (1970), sendo esses dois últimos discípulos de Politzer, de modo que muitos citam referenciando diretamente a Politzer, porém segue-se a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), devido ao fato, dos rascunhos escritos no livro pertencerem a Politzer¹, mais as correções e interpretações são dos escritores do livro citado para referendar o método.

O método do materialismo-histórico-dialético, forneceu subsídios que tornaram possível a análise dos componentes que integram as espacialidades do capitalismo. Essas trabalhadas na perspectiva dos geógrafos: Santos (2014 e 2012),

¹ Pensador publicou em 1928, a obra “Critique des fondements de la psychologie”. Este trabalho foi o primeiro esboço de uma teoria materialista da psicologia social, e influenciou Vygotsky na década de 1920. Ingressou no Partido Comunista Francês, onde comandou a Comissão Econômica do Comité Central. Lecionou tanto na Universidade dos Trabalhadores como na escola central do PCF, integrou o grupo fundador da revista La Pensée. Em setembro de 1940, com a França ocupada, atuou na luta contra os nazistas tendo lançado dois jornais clandestinos: L'Université Libre e La Pensée Libre, assinando escritos sob o pseudônimo de Rameau, foi executado em 1942.

Fernandes (2006) e Corrêa (2003 e 2009), para esses autores as espacialidades são as relações, ações tanto subjetivas quanto objetivas, concretas e/ou abstratas, que a humanidade realiza para construção do espaço geográfico.

Soja (1993), descreve que a geografia marxista teve seu desenvolvimento, seguidamente das inquietudes dos anos sessenta, e que no Brasil deu-se início a dispersão nas análises, no momento que a maioria das ciências sociais se revestiram de novas proposições e de métodos que as subsidiaram em novas perspectivas de análises. Diniz Filho (2009), não deixa dúvidas que foi fundamental para os geógrafos desenvolverem as análises do materialismo-histórico-dialético de maneira acentuada com todas as suas características teórico-metodológicas, para chegar a resultados que evidenciassem as disparidades socioeconômicas. Mesmo que de acordo com o país estudado os contrastes eram significativos, e os delineamentos dessa incorporação, tanto nas instituições ou na prática dos pesquisadores possibilitava novas concepções sobre a organização capitalista do espaço.

Segundo Gil (1987, p. 27), “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”. Por definição, o método é o que nos dá a direção para alcançar determinado objetivo em uma pesquisa.

Dessa forma, entende-se que a realidade social de determinado grupo ou sociedade, que acarreta várias perspectivas pertencentes ao homem em seus diversos relacionamentos com outros humanos e instituições dentro de um determinado espaço, são geradoras de ações contraditórias que descrevem como cada sociedade reproduz e constituem o espaço. Logo, percebe-se que é deveras importante analisar o espaço no conhecimento da perspectiva dialética.

Segundo Konder (2008), as inquietações de Engels e Marx estavam voltadas para resguardar as especificidades materialista da dialética, ou seja, algo produzido pelo homem. E, para Lefebvre (2017, p. 24), “O marxismo, como concepção de mundo tomada em toda a sua amplitude, se denomina materialismo dialético. Com efeito, ele sintetiza e unifica dois elementos que Marx encontrou separados e isolados na ciência e na filosofia de seu tempo”, nessa perspectiva os elementos são a dialética e a matéria, ou seja, os objetos materiais criado pelo homem e as contradições que surgem por meio das ações humana.

Lefebvre (2017) afirma que Marx concede sentido dialético, racional e positivo, dando um sentido mais apurado a teoria da alienação, constatando que a alienação do homem não é somente de forma religiosa, moralmente ou metafisicamente. Essas alienações dos metafísicos e religiosos contribuem somente para afastá-los de si e de seus verdadeiros problemas. O homem não está alienado apenas no mundo das ideias, a alienação é principalmente prática, encontrada em todos os domínios da vida, em tudo que funcione como aparelho de opressão social, contenção ideológica, ocultando o processo de alienação. Lembrando que os contextos históricos entres dois são diferentes, o interesse de Marx (1818-1883) é a materialidade que molda a sociedade.

A representação da “afirmação, negação e superação” como de ideias que se superam uma pela outra, destacada em forma da tríade tese-antítese-síntese para que os estágios do conhecimento sejam elaborados, explicando o processo no sentido dialético, movimento, transformação e superação. (SUETERGARAY, 2005).

A primeira característica da dialética, é dessa maneira antagônica a metafísica, a dialética trata a natureza, não como um aglomerado de circunstâncias imprevistas de objetos, de fenômenos distintos uns dos outros, extremados e autônomo, todavia ela entende, a natureza como um todo, onde os fenômenos e objetos determinantemente são conectados reciprocamente. Desta maneira, segundo Besse e Caveing (1970), o método dialético conceitua que nenhum fenômeno da natureza é passível de entendimento quando considerado separadamente, fora dos fenômenos envolventes. Dessa forma, a presente pesquisa tomou como referência a totalidade das tramas impostas pelo capital em relação as TI's de Rondônia, onde a globalização influência direta e indiretamente o local.

Desse modo, para a dialética as coisas são examinadas como atributos de objetos estabelecidos, mas em movimento, nada está concluído, apresentando-se a todo momento em meios de se modificar, alterar, a conclusão de um processo é o início de outro. Independente se é a natureza ou a sociedade, ambas são constituídas de fenômenos e objetos naturalmente conectados entre si, sujeitando-se uns aos outros e de certa forma adequando-se mutuamente.

De acordo com Besse e Caveing (1970), a segunda característica da mudança dialética, negação da negação o "tudo se transforma", é confirmada a veracidade de que o movimento é verdadeiro, todas as coisas comprometem um processo, se as coisas se desenvolvem estabelecem transformações. São

contradições inesgotáveis de eternas reproduções do conflito sobrepondo-se teses e antíteses, sobrepondo-se entre negação e afirmação. Na dialética ao negar algo, automaticamente está se afirmando, no entanto, a afirmação é uma negação do que era anteriormente, permanecendo a negação da negação.

Para Lakatos (2003), na dialética uma dupla negação não é o retorno da afirmação inicial, porém estabelece uma nova coisa. Esse processo contínuo forja novas coisas ou propriedades. Levado em consideração o pensamento, atribui-se seguinte configuração: o ponto inicial é a tese, proposição positiva, essa torna-se contrária, a proposição que nega a primeira é a antítese e estabelece a segunda etapa do processo, em seguida a antítese é negada, e desta forma, obtém-se a terceira proposição ou síntese, que é a negação dos dois estágios anteriores, por intervenção positiva superior.

A terceira lei da dialética, diz respeito a passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa, que é considerada uma lei universal da natureza e da sociedade. Para Besse e Caveing (1970), falando de forma metafísica, o universo é análogo a um pêndulo em movimento que percorre sempre o mesmo percurso. Pensar a sociedade dessa maneira é como se fosse um círculo vicioso, uma eterna repetição. Conclui-se que a metafísica nesse ponto não pode dar explicações do novo. Contrariamente a dialética não se decorre absolutamente da acumulação progressiva de pequenas transformações quantitativas, supostamente insignificantes; assim é que, pelo seu respectivo movimento, a matéria cria o novo.

O fato é que as coisas quando mudam não é sempre no mesmo compasso, transformações seguem estágios duradouros aos quais realizam pequenas mudanças qualitativas. São encontrados alguns elementos na natureza que quando aquecidos ou esfriados até certo grau centigrado não mudam suas características físicas, mas quando ultrapassam seu ponto de ebulição ou fusão ocorrem transformações, para a dialética isso seria uma mudança de qualidade.

A quarta lei da dialética interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários. De acordo com Konder (2008), essa vem à lembrança que tudo se relaciona com tudo, os variados aspectos da realidade se embaralham em vários graus, na dependência uns dos outros não podendo ser entendidas separadamente, sem considerar a relação que cada uma mantém com coisas diferentes. De acordo com a conjuntura em que está situada, predomina um lado ou o outro da realidade

que é profundamente contraditória, opondo-se os dois lados, denominando-se a unidade e luta dos contrários.

Nesse sentido Besse e Caveing (1970), inferem que a quarta característica da dialética, luta dos contrários é o impulsor que estimula toda mudança. Uma amostra do que foi visto, é que toda realidade é movimento, e que esse tal movimento que é também universal, atinge duas características quantitativa e qualitativa, obrigatoriamente relacionadas umas às outras. No entanto, questiona-se, por que há movimentos? O que gera tais mudanças, particularmente da transmutação da quantidade em qualidade, da transição de uma qualidade para outra qualidade inédita.

Destarte, o campo de ação dessa luta dos contrários, verdadeiramente, acontece no tempo, tanto a sociedade quanto a natureza viva, o universo físico tem uma história, de maneira que as mudanças qualitativas colocam em demonstração, em certo instante do processo histórico, fatos recentes que são repercussões da vitória do novo sobre o que é velho. No entanto, isso só é admissível pela ocorrência das forças do novo se desenvolverem em oposição ao velho, ao negar o antigo torna-se algo novo, sempre surgirá um outro novo que configura, essa eterna luta dos contrários.

No marxismo ou materialismo-histórico-dialético, a dialética que foi apresentada não tem significado quando é separada da realidade, natureza e sociedade. Como foi possível observar a dialética está na própria realidade, na visão marxista a dialética resulta do mundo real, com isso a concepção do mundo é materialista.

Desta maneira, Konder (2008), demonstra que no âmbito da dialética marxista as habilitações não são análises dos fenômenos quantificáveis da natureza, mas da história humana enquanto modificações da sociedade. E acrescenta que Engels como filósofo dialético de grandes méritos, deixou mesmo sendo clara a enorme diferença que existe cerca da dialética na natureza e a dialética humana.

Para Chauí (2008), Marx sustentou o conceito de dialética enquanto movimento interno de produção da realidade, ao qual o motor é a contradição. Contudo, esclarece que a contradição não é a do espírito, relacionadas em obras e sua interiorização em ideias, a contradição se determina entre homens em circunstâncias históricas e sociais ao qual denomina-se luta de classes. É história de como a sociedade estabelecem suas conjunturas de existência, a história da maneira como se constituem a si mesmo, tanto pela procriação como pelo consumo direto e

instantâneo dos bens naturais, como é produção e reprodução de suas com a natureza pelo trabalho. A maneira como constituem e estabelecem suas relações sociais, tanto pela forma de propriedade como pela divisão social do trabalho, ao qual produzem formas de relações de produção.

Segundo Lefebvre (1971), ao enumerar a dialética materialista em três instâncias, primeiramente deve se entender que a definição do materialismo prioriza o entendimento sobre o conteúdo das contradições, pois é a partir dele que se tem a forma espacial, criada pelas ações sociais. No entanto, o conteúdo não deve analisado de forma isolada, pois os processos que o geraram são importantes. Também deve ser entendido que o conteúdo é criado pelo ser humano por meio de ideias e ações que conduzem a diversidade das formas do espaço.

Em segundo lugar, a dialética materialista é uma análise detalhada do conteúdo em movimento, é uma reconstituição do movimento em sua totalidade. Nesse caso, é um método que analisa cada grau e cada totalidade concreta, para cada circunstância histórica original, tendo em sua tarefa à compreensão desse movimento, não se trata de evidência cuja comprovação é dispensável ou analogias simples. Em terceiro lugar, o método dialético materialista analisa o objeto histórico e sociológico, representando seu objeto específico. Pois, segundo Lefebvre (1971) não há ciência sem objeto e sem objetividade, a teoria histórica e sociológica que deseja ser ciência deve colocar em evidência a realidade das ações sociais no espaço.

1. 2 – Escala Geográfica: compreensão da realidade espacial

A forma de abordagem das temáticas esteve centrada nas noções de escala geográfica pois, segundo Dollfus (1991), de acordo com a escala dos fenômenos é plausível indicar o modo pelos quais se constituem as relações e observar como se deu os processos em função do período e da grandeza. É indispensável ter conhecimento de como as sociedades modificaram ou transformaram o espaço, evidenciando assim as espacializações e esclarecendo os tipos de relações tanto econômicas e sociais, em escalas, local, regional, nacional e global.

Portanto, buscou-se relacionar o espaço local no qual os indígenas viveram e resistem hoje, aos fenômenos do macro espaço, ao qual estão e são expostos a espacialização do capitalismo, descrevendo os processos que envolveram suas estruturas sociais. Castro (2003), esclarece que a escala, faz com que se tenha uma

inevitabilidade harmônica entre o concebido e o visto que, ela em si, aponta a localização e importância do fenômeno. Com isso, a escala possibilita dialogar em conformidade com a proporção e, em compatibilidade com o espaço buscando uma maneira de ao perceber o mundo, considerá-lo e torná-lo visível e possível de análise

A utilização da escala geográfica para delimitação espaço temporal na pesquisa, foi realizada para refletir de forma escalar macro e micro com a aproximação do tema, onde foi feito a análise do zoneamento como instrumento de ordenamento territorial para o estado de Rondônia, no qual as áreas indígenas estão inseridas, nessa perspectiva, precisou-se realizar uma periodização que engloba tanto a questão de espaço, que nesse sentido é o do estado de Rondônia quanto de tempo que perpassou alguns períodos da colonização até o cotidiano, onde foi aplicado o ZSEE.

Por isso, se fez necessário uma investigação que contemplasse os processos espaços temporais que levaram a consolidação de Rondônia como estado utilizando para seu ordenamento o zoneamento socioeconômico ecológico. Para a atribuição dos fenômenos sociais em função do tempo e da dimensão espacial, utilizou-se a escala geográfica o que possibilitou evidenciar a compreensão do impacto que a espacialização do capital provocou aos indígenas de Rondônia.

Nessa perspectiva, a escala é de uso corrente, tanto utilizada no dia-dia como por várias ciências, e a sua aplicação a muito tempo vem sendo feita, Castro (2003), indica que ela está agregada tanto no imaginário quanto ao vocábulo dos geógrafos, sendo essencial para cartografia como artifício matemático. Por seu papel ser essencial para diminuir o tamanho das formas, criando representações das mesmas, o que para a cartografia seu uso é indispensável. E, sabe-se que uma das particularidades da escala para a geografia é de estabelecer os fenômenos e componentes de forma esquematizados no espaço ajustado de acordo com as referências selecionadas, com isso a concepção de escala possui outras possibilidades além do ponto de vista matemático.

Diante disso, a escala geográfica foi utilizada como procedimento de distanciamento no recorte espaço-temporal escolhido para ser analisado nesta dissertação, com a explanação breve dos processos introdutórios do capital no Brasil, o que levou os europeus aos conflitos com indígenas, os quais eram os senhores das terras, seguindo com a aproximação da escala as etnias de Rondônia, mostrando que a expansão do capitalismo blindada de uma atmosfera de incumbência civilizatória trouxe para esta área, justificando a sua dominação, Harvey (2009), esclarece que a

especialização do capitalismo implica um grau elevado de autodestruição que transforma populações inteiras minuciosamente suscetíveis a violência em diferentes escalas e lugares.

Portanto, a escala geográfica permitiu a análise da questão indígena sob múltiplos pontos de vista, articulada ao local, nacional, internacional que não se explica em si mesma e sim, como resultado da expansão do modo de produção capitalista, Lacoste (2012) indica que a dificuldade do uso da escala dá-se pelo procedimento de saber como utilizá-la pois, dependendo do fenômeno a escala geográfica deve ser maior ou menor, distinta, e sua dimensão de análise é que vai direcionar seu uso. Um exemplo disso, foi a aplicação da escala geográfica para sua análise de como a organização do espaço pelo capital foi realizada de forma desigual, combinada e descontínua, propiciando mazelas e levando muitos países ao subdesenvolvimento. Nesse sentido, se faz necessário estar sempre alerta, pois os fenômenos são distintos e devem ser compreendidos em escalas espaciais diferentes.

Desta maneira, compreender as formas do uso da escala segundo Castro (2003), é considerável saber que há mudanças nas coisas quando mudam a dimensão, e que é importante perceber precisamente como muda e o que muda, para que as análises realizadas sejam mais corretas possíveis. Pois, os fenômenos selecionados dentro dos recortes escolhidos são reveladores da análise espacial, sendo necessário fundamentar as diferentes classes de observação do raciocínio geográfico.

As diferentes escalas podem ser utilizadas para analisar como ocorre a organização do espaço entre seus elementos constitutivos, pois todo evento tem sua dimensão incidente de investigação. A escala tem o emprego de medição, mas não obrigatoriamente do fenômeno, mas ao que for preferível considerar. Partindo deste princípio, como foi dito anteriormente, o fenômeno estudado neste trabalho foi o de evidenciar se as práticas legais que estão propostas dentro do zoneamento sócio-econômico ecológico do estado de Rondônia para as terras indígenas realmente foram efetivadas. Desta maneira, utilizou-se a escala para evidenciar os processos espacializadores dos conflitos que precisam ser elucidados e evidenciados a luz da ciência geográfica.

Para Harvey (2009), o estudo do mundo pode ser realizado com o uso da escala, pois apresenta instantaneamente um encadeamento de resultados dos processos que geram desigualdades geográficas na forma e nos padrões de vida, na

estrutura política e social, utilização dos recursos e a relação com meio ambiente, a contribuição da escala, com noção de ordem de grandeza, a abrangência do fenômeno como referência e condição de localização espaço temporal tornou-se de grande auxílio.

A maneira de explicar o processo segundo os parâmetros de precisões científicas que os próprios modelos geográficos dispõem, para não desvalorizar ou minimizar os processos históricos e espaciais o uso da escala foi fundamental como modelo estruturante na confecção dessa dissertação para aproximação e distanciamento dos processos de espacialização nesse caso relacionados com o tamanho, tempo e causas.

A utilização da escala dá direcionamento para quem trabalha a pesquisa na categoria espaço tanto quanto em outras categorias geográficas, pois, ela organiza de forma que possibilita um recorte temporal para melhor percepção dos fatos. Seguindo essa caracterização, para esse estudo, a escolha feita para escala de distanciamento, que se relaciona com a lógica do Global capitalista, que segue desde o período da ocupação espacial pelos europeus, na escala de aproximação as etnias brasileira e conseqüentemente as que estão hoje em Rondônia. Dessa maneira, pode-se mostrar alguns acontecimentos ocorridos a esses povos, onde estavam localizados de acordo com os processos de espacialização do capital no Brasil, fazendo com que se reorganizassem em novas localidades, conforme evidencia a figura (02).

Figura 2: Cone Invertido da escala geográfica - Espacialização do capitalismo



Elaborado: Carlandio Alves da Silva, 2020.

De acordo com Castro (2016), a escala pode ser usada para distanciamento e aproximação da compreensão da conjuntura social, como percepção da realidade, para entendimento do que está distanciando ou aproximando o tema investigado, observando as variantes espaço-temporal da escala geográfica, para desse modo ter-se o entendimento das particularidades de cada comunidade pesquisada, ou seja, como se deu construção socioespacial.

Lacoste (2012, p. 82), escreve que, “é preciso, pois, basear os diferentes níveis da análise do raciocínio geográfico, não sobre as diferenças de escalas, que são as relações de redução segundo as quais se efetuam as diversas representações”, nesse sentido, analisar as espacialidades e as dimensões dos conflitos resultantes das imposições do capital que são encontradas em Rondônia nas Terras Indígenas devem ser levados em consideração, a aproximação e o distanciamento para compreensão dos fatos. Segundo Castro (2016), pensar em escala é entender as interdependências que ocorrem no distanciamento e na aproximação dos objetos, pois são movimentos cognitivos indissociáveis para que ocorra análises das heterogeneidades do fenômeno estudado.

1. 3 – Procedimentos Técnicos da pesquisa

As técnicas de pesquisa utilizadas refletem a escolha pela Geografia Crítica e o método marxista, como correlato, optou-se pela análise qualitativa que conforme Demo (1992), se dá nos estudos científicos que são norteados pelas circunstâncias sociais relevantes, priorizadas as suas realidades, por motivos lógicos e históricos.

Dentre as técnicas de pesquisa, elegeu-se a pesquisa documental que nos pressupostos de Kripka *et alii* (2015, p.59), não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica pois, o que as torna diferente é a fonte, considerando como fontes primárias as que não foram analisadas e fontes secundárias os escritos relacionados a determinado tema que estão em domínio público como periódicos e/ou revistas científicas, monografias, dissertações, teses, resenhas ou ensaio.

As fontes primárias aqui utilizadas foram os mosaicos e as cartas imagens produzidas para esta dissertação por meio de georreferenciamento utilizando as ferramentas do software Qgis 3.14, este trabalho todo foi realizado em casa, pois devido a pandemia de covid 19, não houve como acessar as dependências da

instituição para cursar a disciplina de georreferenciamento que seria oferecida no ano de 2020-1.

A confecção das cartas imagem foram elaboradas a partir de arquivos baixados do site do Inpe, do satélite Land Sat 8, banda 4b, 5g e 6r. Referentes aos meses de julho, agosto e setembro, esses meses há melhor visibilidade, pois trata-se do verão amazônico, facilitando o tratamento das imagens. Os shapes foram adquiridos pela plataforma da Sedam, do IBGE e da Funai. No shape da Sedam foi retirado os dados das estradas estaduais e municipais que impactam as TI, no IBGE foi extraído as informações do estado e município. E, da Funai foram adquiridas as informações das Terras Indígenas.

As fontes secundárias utilizadas referem-se a um rol de produções bibliográficas selecionadas e revisadas com vistas a atingir os objetivos propostos, além de possibilitar fundamentos para desvendar a problemática aplicando as informações acessíveis a partir dos elementos publicados em livros ou obras análogas, investigando e refletindo sobre sua contribuição (KÖCHE,1997).

Não foi realizada coleta de dados em campo pois, devido a pandemia de covid-19 que vem desde 2020 fazendo vítimas em todo o planeta e dificultando pesquisas, trabalhos, quaisquer ações que envolvam a proximidade ou circulação de pessoas, o que torna difícil ou até impossível as idas a campo.

CAPÍTULO II

2 – O CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Este capítulo destina-se a refletir sobre os processos de produção do espaço geográfico, nesse sentido, este também responde ao objetivo a, este que diz respeito a “evidenciar como o Estado e o capital interferem na produção e organização do espaço”. Assim, no primeiro subtítulo deste capítulo, evidenciou-se alguns aspectos do referido processo e apresenta reflexões a respeito dos estudos referentes a categoria espaço e sua subcategoria espacialidade, no segundo subtítulo há a discussão do papel do Estado e do Capital como entes produtores e modificadores do espaço, ressaltando os conceitos de atores sintagmáticos e paradigmáticos.

Toda ciência dispõe de conceitos-chaves que instruem para uma melhor objetivação de análise, os quais são característicos de sua identidade e lhes dão aptidão ou qualificação para conduzir investigações, valendo-se dos seus próprios meios referentes ao contexto científico. Em conformidade ao ramo das ciências que estudam as relações humanas em suas distintas particularidades, a qual cabe a geografia o estudo da sociedade, natureza e meio.

2. 1 – A Produção do Espaço Geográfico na Perspectiva Marxista

Harvey (2009), menciona que a acumulação do capital é uma questão demasiadamente geográfica, eventualmente ligadas à expansão e reorganização espacial com desenvolvimento desigual, sem essa capacidade não teria força para agir como sistema econômico-político. Uma atividade contínua do “ajuste espacial” das contradições internas do capital num determinado espaço geográfico em conjunto com a introdução desigual de vários territórios e das organizações sociais no mercado capitalista globalizado.

A partir dos anos 1970 é incontestável as mudanças ocorridas no mundo de forma que abrangeram praticamente todos os países e nações principalmente em relação as técnicas e ao capitalismo. Porto-Gonçalves (2011, p. 21), elucida que os conhecimentos divergem sobre o entendimento da origem da globalização, mas que “há um relativo consenso de que dos anos de 1970 para cá passamos a viver um novo período histórico ao qual tem-se associado a esse nome, o que o geógrafo Milton Santos chamou período técnico-científico-informacional”. Conhecer a subsequência

dos sistemas técnicos é fundamental para compreensão dos diferentes modelos históricos de estruturação, desempenho e inter-relação dos espaços, do início da história ao presente momento. Dessa forma, cada época é possuidora de um sentido, em comum com a sociedade e o espaço, característica de como a história desempenha as possibilidades da técnica. Por consequência as particularidades da sociedade e do espaço geográfico, em certo momento de sua trajetória ajustam-se com um determinado estado das técnicas.

Posteriormente a segunda guerra mundial, a fase do período técnico-científico, tornou-se diferente das precedentes pela interligação da técnica a ciência. Segundo Santos (2012, p. 238), há uma tendência dos objetos técnicos tornarem-se simultaneamente informacionais e técnicos ao mesmo tempo. Devido a sua acentuada intencionalidade da sua produção e localização, eles já são produzidos com informação. “Quando nos referimos a manifestação geográfica decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de meio técnico-científico-informacional”. Quanto há outro dado importante do período atual vanguardista que acompanha o meio técnico-científico-informacional encontrado em destaque são as contradições de questões ambientais. Em tempos anteriores tinha-se o propósito da dominação da natureza, esta vista como solução dos problemas, hoje com o conhecimento de sua finitude há nitidamente exposto o problema ambiental e suas consequências.

Em função disso, no processo de globalização ocorre a exploração dos recursos naturais de maneira globalizada com ganhos e perdas compartilhados desigualmente, é apontado por Porto-Gonçalves (2011, p. 25), que unido ao processo de globalização existe, momentaneamente “a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado”. Justificavam de forma abundante que a dominação ocorria por causas naturais devido existirem raças que seria naturalmente inferiores e por isso necessitariam passar por determinados estágios até chegarem a civilização.

Para Harvey (2009), esses últimos tempos tem sido uma época condensada de transformações, no entanto o que há de específico nessa fase é a velocidade e a qualidade de transmissão da reprodução de tecnologia em diferentes áreas da economia mundial, contando também com um sistema educacional voltado para formação científica que aspiram e se ajustam aos conhecimentos e processos

tecnológicos, a velocidade está relacionada com a difusão das tecnologias e produtos afora promovendo a globalização, que nos países subdesenvolvidos deixam a margem grande parte da população.

Atualmente a produção dos objetos técnicos está voltada para transmitir informação um ao outro correspondendo ao objetivo almejado por quem os cria e quem os empreende, tendo como energia a comunicação. De tal maneira, que a produção científica com alicerce intelectual deixa cercados de objetos científicos-técnicos e ao mesmo tempo informacionais.

Explicitando sobre esses objetos, Santos (2012, p. 217), adverte que essa intencionalidade está voltada para o mercado, e de tal maneira simbólica, e, mercantilizada constantemente, pelo capital que pode trazer “segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais”. Por esse fator, a justificativa das grandes construções como hidrelétricas, chegaram nos países subdesenvolvidos, apresentam-se carregadas do discurso que elas trazem salvação e proteção da economia com poder de inserção ao mundo.

Dessa maneira, ao retratar a força do capital para transformar, organizar e reorganizar o espaço, percebeu-se que atualmente as populações indígenas ou povos tradicionais na espacialização do capital tornaram-se reféns de todo processo de avanço tecnológico, pois como mencionado anteriormente, a medida que o capital adentra, seus espaços são reduzidos, amplas áreas que desde muito tempo seus ancestrais já habitavam, hoje sofrem com os problemas ambientais, pois:

Quando se fala de desafio ambiental, uma longa lista de questões nos é apresentada – efeito estufa, perda da diversidade biológica (extinção de espécie), buraco na camada de ozônio, poluição industrial das águas, da terra e do ar, desmatamento, perda de solos por erosão, lixo urbano, lixo tóxico... todavia, nenhuma dessas questões era debatida de modo tão amplo como após os anos de 1960. O período de globalização neoliberal já nascerá sob o signo do desafio ambiental, desafio esse que não se colocara para nenhum dos períodos anteriores da globalização. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 301).

Nessa concepção, a relação da mercantilização e o meio deixam visíveis as contradições do capital quando considerado o processo de produção, esse meio para essas populações é o lugar onde se vive e se mora. Harvey (2009, p.115), deixa em destaque que “a globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna

populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência”. As novas espacialidades estão intrinsecamente ligadas as forças produtivas, permeadas de contradições. A luta do homem versus natureza como primeiro plano.

Lefebvre (2017) salienta que a economia capitalista requer uma análise particular por ser influenciadora na política. Para o marxismo essa relação é marcada na abstração do trabalho e no contexto da historicidade, onde ocorre sua concretude no espaço. Desse modo, o saber geográfico e o marxismo tanto um quanto o outro alicerçam seu entendimento de mundo na relação homem-meio. Nesse sentido, vale lembrar que essa corrente vai desenvolver análises e buscar participações atuantes em favor da sociedade em busca de paridade política, de maneira que:

As contradições existentes nas extremas concentrações de poder dos gigantes Estados-corporações renovaram o interesse por Marx e seus discípulos (ortodoxos ou não), como fontes de explicação geográfica (sobre as dimensões geográficas deste problema. As desigualdades econômicas e sociais, a decrescente participação do povo na tomada de decisões geram uma alienação social e econômica, com importantes efeitos na organização do espaço. Isto é uma realidade em todas as escalas da observação geográfica (SANTOS, 2015, p. 166).

Em conformidade com Santos (2015), Mamigonian (2016) discorre que o marxismo, atentou-se sobretudo com a crítica ao capitalismo, a luta de classes, a alienação do operário, decorrente não exclusivamente dos pensamentos filosóficos alemão, todavia também ao socialismo francês e à economia política inglesa. Segundo Gomes (1996) a geografia crítica redescobriu a reflexividade de toda ação social e, concomitantemente traçou a importância das análises de cunho material no centro das interpretações geográficas.

Nesse sentido, é interessante esclarecer que a multiplicidade de sentidos da palavra ou locução do que é entendido por espaço, está contida em uma proposição, que é expressa formalmente, e subentendida de diversas formas. Do ponto de vista geográfico, Dollfus (1991, p. 07), indica que a dinâmica da categoria espaço para a geografia como ciência social, o espaço é “a superfície terrestre e a biosfera. Segundo uma aceção apenas aparentemente mais restritiva, é o espaço habitável, o *oekumeno* dos Antigos, todos e qualquer espaço em que as condições naturais possibilitem a organização da vida em sociedade”, logo o espaço é social e sua mudança refere-se a sociedade.

Segundo Andrade (1979) A influência dos estudos de Lefebvre, Lacoste, Milton Santos e Harvey foram fundamentais para a constituição da transformação na

análise geográfica marxista do espaço, com a distinção de uma dimensão essencial da construção social da realidade, a produção do espaço, através de um novo modelo definido por uma análise fundada sobre a dinâmica própria a 'espacialidade'. A partir dos textos desses autores o espaço passa a ter um papel-chave na interpretação da sociedade. Esses autores tem em comum a análise marxista da formação dos espaços desiguais imposta pelo capital, nessas concepções:

Por conseguinte, o espaço é uma completude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade. (FERNANDES, 2005, p. 274).

Nessa perspectiva, o espaço geográfico para Santos (2004), é o espaço humanizado ou espaço social, onde as sociedades o utilizam para produzir seus modos de vida ou suas técnicas, a partir dos elementos dentro dos espaços ocorrem as relações sociais, modificando a natureza por meio do trabalho. No entendimento de uma natureza física, nela incluso os reinos vegetal, mineral e animal, numa concepção infundável de construção engendradas pelo homem, construindo pontes, estradas, moradias, prédios dentre outras técnicas da sociedade que evidencia a expressão do espaço humano, nesse sentido:

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos. (FERNANDES, 2006, p. 04).

E, nessas relações sociais se manifestam as espacialidades que determinam ocupações dentro do planeta, por meio das ações dos povos que promovem transformações em perspectivas de uma formatação futura. Desse modo, importa saber como infere Santos (2012), os espaços, pode-se dizer são pontos onde as horizontalidades e verticalidades se encontram e ocorrem as produções sociais.

Nesse sentido, a geografia estuda os homens enquanto modeladores de estruturas e formas espaciais que estão em constante transformação.

Fernandes (2006, p. 08) explica que os "processos geográficos são também processos sociais" e a partir das "intencionalidades" os seres humanos "produzem espaços" e quando a sociedade produz "seus espaços" para "neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços". Nessa perspectiva, a espacialidade e espacialização são indissociáveis, pois "a espacialização é movimento concreto das ações" e ela "como movimento é circunstancial" é fluxo e refluxo da multidimensionalidade do espaço. No entanto, ela não é expansão, é objetiva e concreta. O autor começa a concluir sua assertiva dizendo que uma vez realizada a espacialização é impossível que o movimento seja desfeito. No caso da espacialidade para ele, ela também é movimento, significa ação, e é subjetiva, fazendo parte das lembranças e da memória. Por isso, o autor finaliza dizendo a espacialização e a espacialidade acontecem no mesmo instante não podendo ocorrer de forma isolada uma da outra. Segundo Ramos (2002, p.68), "se o espaço é social, tem uma história. E a história, sendo social, também ocorre em determinados espaços com implicações específicas; por isso, tem uma espacialidade, ainda que, muitas vezes, omitida". No caso indígena, essas são relações materializadas no espaço.

Conforme Santos (2012, p. 63), o espaço é construído por um composto inerente, que estabelece uma relação de auxílio mútuo e por outro lado contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não analisados separadamente, no entanto de maneira singular na qual é dada pela história. De início a natureza ainda intacta, a pureza do ar, das águas e o verde das florestas, que no decorrer da história vão sofrendo alterações que passam a ser substituídos por objetos fabricados, "objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, estradas, estradas de ferro, cidades", o espaço é definido por esses incrementos, adicionando uma significação profundamente elaborada pelos homens.

Como transformação espacial o modo de produção capitalista é um fator observado pois ele revela e cria tipos específicos de estruturas de relações espaciais, devido a sua dinamicidade está rigorosamente em expansão, após o modo de produção do capital estar instalado pode ser reproduzido e representado na forma de materialidade como valor de uso.

Harvey (2009) explica que o processo histórico do capitalismo é muito análogo a “globalização”, as evidências de que desde o século XV, e até mesmo anteriormente, as trocas internacionais e o comércio apresentavam-se em absoluto crescimento. Porém, a permanência do capitalismo depende dos seus “ajustes espaciais”. O capitalismo tem investido de maneira repetida na reorganização geográfica, se expandindo e intensificando como resposta inacabada para seus problemas e obstáculos. Dessa maneira, espaço é construído e reconstruído como reflexo do poder do capital, com as disparidades exclusoras, segregadora e dominadora das classes menos abastadas.

Planejado territorialmente a infraestrutura do espaço social e econômico de comunicação e transporte projetado para proporcionar a acumulação do capital em determinado período de sua história para grupos específicos de pessoas, meramente para desobstruir a passagem para uma acumulação superior e posterior. Dado que, a locução “globalização” expressa algo referente a geografia contemporânea, possivelmente constitua uma nova fase do mesmo desenvolvimento da produção capitalista do espaço.

Nesse sentido, na Amazônia brasileira, as transformações espaciais têm-se intensificado de maneira acelerada. Durante séculos habitaram nestas terras caçadores, coletores e pescadores, que apesar de possuírem diversos objetos de trabalho não desenvolveram técnicas tão nocivas ao ambiente florestal e indígena quanto atualmente.

Essas transformações na qualidade de produção do espaço, são indicadas por Lefebvre (2008), quando este especifica que produzir espaço é criar determinada forma. Com isso, estão incluídas obras nos espaços e na temporalidade designados aos e para homens. É a incumbência pela qual a humanidade possibilita seus meios de existência, concebe a veracidade primordial das sociedades e mantém sua história, reconhecendo a trajetória de constituição do humano. Porém a consumação da riqueza da habilidade criadora da humanidade, de ambições universais, sobrevém de maneira histórica peculiar. Característica de sociedades que potencializam a acumulação de mercadorias, identificando-se como balizadores das relações sociais, nesse sentido, o espaço foi utilizado como instrumento, possibilitando o desenvolvimento de táticas de enfrentamento, não sendo mais imparcial e, instrumentalizado para vários fins.

2. 2 – O Estado e o Capital como entes produtores do espaço

É essencial entender as dinâmicas do recorte espacial dessa dissertação, primeiramente deve-se ter em evidência a participação dos atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993), para transformação contínua do espaço rondoniense, esses representados pelas empresas privadas e estatais tiveram participação direcionando suas ações em vários níveis, para formatação e produção do atual estado de Rondônia, quando realizam um programa quer seja político e/ou econômico, apropriam-se do poder do Estado para execução e transformação do espaço, submetendo as espacialidades e espacialização aos seus interesses.

Dessa maneira, as redes, circuitos e fluxos, utilizados para mudança no decorrer do tempo no espaço rondoniense como as instalações da estrada de ferro, as rodovias, a rede aérea, centros comerciais dentre outros, que tiveram papel preponderante para organização desse espaço são visíveis na gestão proposta atualmente pelo zoneamento socioeconômico ecológico para o uso e ocupação dessas terras. De acordo com Harvey (2005), pouco há em termos de produção e consumo que não sofre influências direta ou indiretamente das políticas do Estado e, desde seu nascimento, sua presença foi marcante, no atual momento encontra-se transformado pelo amadurecimento do capitalismo.

A afirmação de Santos (2004), que o Estado atua como soberano regulador das relações entre o povo e seu espaço e as relações de diversos territórios nacionais. Recordando que um Estado-Nação é estruturado fundamentalmente por três componentes: território, povo e soberania, estes que fazem parte da concepção proposta por Ratzel, de sua organização socioespacial, percebe-se que esta concepção não sofreu alteração drástica em sua base, permanecendo esses como fundamentos para compreensão do Estado moderno, pois:

Ratzel partiu da ideia de que existia uma estreita ligação entre o solo e o Estado. Trata-se de uma ilustração política daquilo que se chamou de determinismo, que teve seus defensores e seus detratores inflamados. [...] Contudo, é interessante mostrar que essa relação entre solo e Estado inaugurou uma tendência nomotética na geografia (RAFFESTIN, 1993, p. 13).

A utilização do Estado como ferramenta de controle ou até mesmo de dominação de classe por parte do capital, produz uma contradição complementar, pois enquanto portadora de ideologias a classe governante tem que praticar seu poder em

benefício da própria classe, ao mesmo tempo que proclama que suas atividades são para o bem de todos. Segundo Harvey (2005), a resolução dos problemas dessa natureza é feita por dois procedimentos. O primeiro incumbido de comportar-se como vontade de dominação e as entidades pelas quais expressam essa vontade, na possibilidade de transparecer independente e com autonomia no seu funcionamento.

O Estado com seus agentes públicos, os quais encarregados de personalidade pública sobre a sociedade, de certa forma posiciona-se acima dela, alguns agem como mandatários, exercem poder sobre certas decisões, deixando-os acima da maior parte da sociedade, suas reputações, algumas vezes são repletas de falsa benevolência, seus decretos que alteram as ações da sociedade em grande parte são exclusoras e marginalizadoras deixando a maior parte da população dependente de migalhas faltando assim o que Lefebvre (2008) aponta como justiça social formando o espaço repleto de desigualdades.

Corroborando com a reflexão de produção do espaço Dollfus (1991), indica que a representação do espaço geográfico é influenciado por uma política econômica e seus desfechos sociais, de maneira a mostrar que seus indivíduos se são depositários e dirigentes de um legado que possibilitará o atendimento de suas necessidades do momento, e lhe resguardará para insuficiências futuras.

O espaço geográfico com a imposição da lógica do capitalismo, torna a forma atual diferente das anteriores, os espaços anteriormente fragmentados com o processo incessante da globalização encaminham-se cada vez mais a funcionar como unidade, Santos (2012, p. 240), indica que “pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização”, seguindo a reflexão de Santos (2012), pontua que a dinamicidade atual proporciona insegurança política e econômica nos países periféricos deixando-os cada vez mais a mercê do capital.

Nesse sentido, o Estado atua com sua estrutura organizada para o controle e administração de seus recursos por sustentações jurídicas, Raffestin (1993, p. 16) explicita que “não vemos o Estado, mas é também verdade que o Estado se mostra em todas as formas de manifestações espaciais, da capital à fronteira, passando pelas malhas interiores hierarquizadas e pelas redes de circulação”, desta maneira, a exploração dos recursos que é feita atualmente, mesmo com todas as legislações ambientais, o que leve-se em conta que com o passar dos anos ficaram cada vez mais

rigorosas, contudo menos eficazes, pois sempre há ações políticas que revogam leis, retiram direitos, impõe privilégios. Nesse sentido, as intervenções humanas pelo avanço do processo tecnológico e desenvolvimento econômico, que ocasionou e ainda perpetua uma aceleração da degradação da natureza, ocasionada pelo avanço do capitalismo nas áreas que deveriam ser protegidas pelo Estado.

O controle do território é evidenciado por Porto-Gonçalves (2011), de maneira indispensável para assegurar o provimento da procura sempre em ascendência por recursos naturais, independente do desenvolvimento crescente de novos materiais. No caso da produção e troca capitalista que estão intensamente relacionadas em seus individualismos privados, não se arriscam aos interesses comuns. Desse modo, a ação do Estado capitalista é operar como transmissor e gestor dos interesses da classe capitalista se apresentando em todas as instâncias da produção, circulação e da troca relegando a segundo plano a gestão das unidades federadas.

Destarte, Harvey (2005, p. 85), indica que o Estado deveria realizar uma função importante no suprimento de bens públicos e infraestruturas sociais e físicas, no entanto mancomunado com o capital, os governantes utilizam-se do Estado em sua atribuição ordenadora do espaço para servir com condições úteis para produção e troca capitalista, priorizando o lucro para o capitalista, e o mal-estar da maior parte da população. “O Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro”. Percebe-se que em todos os pontos de vista, a interferência do Estado é fundamental, devido o sistema ser voltado para interesse próprio e na concorrência não é instruído a manifestar-se no interesse do coletivo, nesse sentido age de forma maléfica para o bem-estar social.

Segundo Santos (2004), não se deve em nenhum momento considerar o espaço ordenado como uma organização social submissa exclusivamente da economia, pois caso tenha ocorrido no passado essas circunstâncias, atualmente é mais que incontestável a veracidade de que outras influências atuam nas transformações da estrutura espacial é notório, pois tanto a religião como a cultura também auxiliam no resultado da formação socioespacial.

A questão política, por exemplo, possui a função impulsionadora, quando a decisão é tomada pelo Estado de reorganizar o espaço territorial para melhor garantir seu domínio. As atenções com a segurança, que representam uma doutrina, limitam-se na mesma dimensão. Desta maneira, os cidadãos não possuem possibilidades para debater com os órgãos estatais, e estes podem requerer ou exigir a construção

de estradas ou ocupação populacional do governo nas áreas fronteiriças e de estruturas estratégicas. De todas as formas, o que se concebe são instrumentos de produção espacial. No entanto, mesmo sem permissão o espaço exprime as desigualdades impostas em sua produção, manifestadas de um sistema de relações cumpridoras de convenções que se refazem no modo capitalista em uma dada parcela do espaço geográfico.

Visto que o Estado é o autêntico e legal mandatário de um povo, que quer permanecer num território, por vontade de potencializar suas riquezas. Raffestin (1993), indica que é de competência do ator político, mais a ele do que outras organizações administrar os bens públicos nacionais. Deve-se ter bastante consciência de que esta ponderação é assinalada de ideais restritos pela ingenuidade, visto que nos países capitalistas os recursos são na maior parte, objeto de uma dominação privada.

Para essa nova ordem das relações globalizadas, Santos (2004, p. 211) expõe que contrariamente a imprecisão é autora de intervenções positivas e a política internacional, recentemente mostra-se como um “instrumento de transformação dos espaços nacionais, processo que não se faz nos Estados, mas por intermédio deles. Nos dias atuais, a necessidade de manter intacto” essas estratégias elaboradas pelos detentores do capital para serem aproveitadas integralmente deixam cada vez mais os países sem controle de seus recursos.

Conforme Santos (2012, p. 187), explicita “quanto mais artificial é o meio, maior a exigência dessa racionalidade instrumental que, por sua vez, exige mais artificialidade e racionalidade”. Esses imperiosos meios tecnológicos que invadem a vida na cidade a cada dia mais invadem também o campo modernizado. No qual, os efeitos da globalização pressionam técnicas rigorosamente cadenciadas, a lógica que se tem presenciado atualmente interfere alterando as espacialidades locais e global, o que fica perceptível com isso é que a reprodução do capital nos países em desenvolvimento como o Brasil impacta vidas de pessoas, degradam o meio natural e os recursos dos países, tudo para favorecimento de alguns atores sintagmáticos detentores do poder de barganha que lhes é dado pelo capital.

CAPÍTULO III

3 – PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO: CENÁRIOS DA QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL, NA AMAZONIA E EM RONDONIA

Este capítulo está atrelado diretamente ao objetivo b, proposto evidenciado na introdução da dissertação que foi de “descrever o avanço do capital e identificar os impactos nas Terras Indígenas de Rondônia”. organizado em cinco subtítulos que tem por intenção demonstrar no primeiro subtítulo a questão indígena na perspectiva da questão agrária. Já o subtítulo dois traz a discussão do indígena impactado com a espacialização do capital, utilizando a escala geográfica para periodizar essa questão e mostrar como e de que forma a invasão portuguesa modifica o modo de vida das populações. No subtítulo três o afunilamento da questão do capital adentra o espaço amazônico, o subtítulo quatro trata-se do espaço indígena em Rondônia, tendo no subtítulo cinco o fechamento da questão da produção do espaço advinda do capitalismo. Nesse sentido, fica perceptível que a forma de abordagem foi subsidiada pela perspectiva da análise espacial balizada pelos pressupostos da escala geográfica, como ficou explicitado no capítulo um, ao utilizar esta metodologia buscou-se aproximar a conjuntura social observando as diversas formas de espacialização do capital no uso das terras dentro do país, evidenciando com a periodização as particularidades que foram ocorrendo na formação espacial brasileira.

De modo, que o processo de ordenamento e gestão espacial brasileiro foi e continua sendo desenvolvido como um sistema latifundiário gerador de miséria e desigualdades para uma enorme parcela da população, e de riqueza para uma reduzida elite que detém o poder, impõe políticas que defendem contrariamente o progresso social. Perder os privilégios adquiridos desde o começo da exploração da terra no país, não faz parte dos planos da elite brasileira, por isso ela domina o país e está sempre disposta a lutar para manutenção de seu *status quo*, mesmo que para tal, eles prejudiquem a biodiversidade da nação e as populações indígenas que nela vivem.

O entendimento sobre a propriedade da terra é visto por Fernandes (1996, p. 29-30), como uma relação social, “porque no capitalismo ela significa “um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformações” e sua apropriação, controle e particularmente sua concentração”, que uma classe detém o domínio econômico e político de determinado espaço, do país,

nesta perspectiva, tem-se a concretude de que o desenvolvimento capitalista tanto é desigual quanto contraditório, para poucos as vantagens e para muitos a miséria e exclusão dos direitos sociais.

3. 1 – A Questão Indígena no âmbito da questão agrária brasileira

O processo de colonização portuguesa ocorreu também por meio da escravidão de indígenas. Os colonizadores tinham como objetivo a expansão comercial e a busca de produtos para serem comercializados na Europa, com objetivo de obtenção do lucro. Para compreensão de como é formado o espaço Santos (2014, p. 68), afirma que este deve ser analisado com base nas categorias forma, função, estrutura e processo, pois “a sociedade só pode ser definida através do espaço” este sendo, “o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. Estes processos estão diretamente relacionados a forma como o Brasil foi colonizado, estando inserido na periodização os anos de escravidão indígena.

Na perspectiva da utilização das categorias de análise do espaço Corrêa (2009), torna mais compreensível sua utilização ao esclarecer que:

as quatro categorias, considerando como estrutura a própria sociedade com suas características econômicas, sociais, políticas e culturais. Processo é considerado como o conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura se movimenta, alterando-se as suas características. Função, por sua vez, diz respeito às atividades da sociedade, redefinidas a cada momento, que permitem a existência e reprodução social. Forma, finalmente, é definida como as criações humanas, materiais ou não, por meio das quais as diversas atividades se realizam. Receptáculo ou recipiente, pode ser um prédio, uma rua, um bairro, uma cidade, uma área agrícola. A forma se manifesta em várias escalas, tendo uma localização e um dado arranjo espacial. Trata-se, sem dúvida, de forma espacial. (CORRÊA, 2009, p. 01).

Neste caso, o capitalismo é uma criação humana, que por meio de diversas ações que foram realizadas no espaço materializaram-se nos interesses do colonizador, afetando em várias escalas, e em várias colônias outros povos, sendo uma das colônias a que se constituiria o Brasil. Sabe-se que as espacialidades são impostas nos níveis regionais e locais em ritmos diferentes e diferentes direções, esta máxima não foi diferente na construção do espaço brasileiro, pois:

(baseada em estruturas específicas que demandam certas funções e formas) leva ao surgimento de determinadas configurações mais bem preparadas para certas inovações do que outras. Assim, podemos ter

áreas onde: A) As inovações podem ser imediatamente aceitas e integradas ao sistema. B) As inovações precisam passar por um maior número de distorções a fim de se integrarem ao sistema. C) A estrutura imposta (inovações) mantém uma tão grande oposição relativamente às formas existentes que estas nunca se acham inteiramente integradas ao novo; este e o velho operam lado a lado, embora não sejam duas entidades separadas e autônomas (SANTOS, 2014, p. 68).

Nessa concepção de Santos (2014), as condições essenciais para a compreensão da organização espacial e de sua evolução, somente torna-se possível intermediado pelo cuidado atencioso da interpretação do processo dialético indicado pelas formas, estrutura e funções no decorrer do tempo, por isso entender as transformações impostas pelo capital às etnias, se faz importante. Para a compreensão de como ocorreu a efetivação da colonização, sabe-se que as ações tomadas pelos invasores foram elaboradas para que o indígena não suspeitasse do que lhe seria imputado.

Nos pressupostos de Milton Santos, as quatro categorias de análise do espaço são inseparáveis entre si, e não deve ser feita análises de maneira separada, pois isso incorrerá na perda de sentido do que se está analisando. Dessa maneira, se for realizada análise considerando apenas a estrutura e o processo, haverá uma incapacidade de compreensão real da forma espacial (CORRÊA, 2009). Da mesma forma, se considerar somente função e forma o resultado será um estudo descritivo ou classificatório, não levando em consideração o tempo social, excluindo a sociedade e o seu movimento, impedindo a compreensão da espacialidade humana.

Desta maneira, segundo Santos (2014) e Corrêa (2003), forma é o aspecto visível, referente a um objeto, considerado ou não isoladamente com arranjos de um conjunto ordenado de objetos, gerando um padrão espacial. As formas são controladas pelo presente, embora seja rotineiro ignorar o seu passado, este segue a pertencer as formas. À vista disso, fica evidenciado que a função está de modo direto correlacionado com sua forma, conseqüentemente, a função é a atividade fundamental de que a forma se oculta, podendo ou não englobar mais de uma função. Nesse sentido, a concepção de função remete a uma atividade, tarefa ou papel a ser desenvolvido pelo que se foi criado, a forma. Quando se produz uma casa ela tem uma forma, já o habitar é uma das funções dessa casa. Destarte, não adianta somente evidenciar a forma atual da espacialidade dos conflitos nas TI's, mas sim o fato gerador, ou seja, processo que conduziu as etnias a ficarem reclusas em áreas

delimitadas, nesse sentido, observar o capitalismo e o Estado que formam a estrutura reguladora e ordenadora do espaço direcionando em qual função ou funções devem exercer os atores sintagmáticos e parasintagmáticos para perpetuação soberana da vontade do capital executada pelo Estado.

Dessa maneira, Corrêa (2003) explica que é fundamental ir adiante, acrescentando forma e função na estrutura social, na busca da natureza histórica do espaço. A estrutura remete-se a natureza social e econômica de uma coletividade ou povo em um determinado momento do tempo, é a base social, onde as formas e funções são geradas e justificadas. Sendo o processo, estabelecido como uma ação contínua e alongada expressando uma constante na realização de determinada atividade, visando algum resultado, que implica tempo e mudança. O campo de atuação desses processos é de uma estrutura social e econômica, que tem como consequência as contradições internas. E, utilizando-se desses conceitos, pode ser compreendido a organização espacial de determinada sociedade, sua dinâmica espacial em um determinado momento.

Ou seja, a forma espacial das Terras Indígenas, são regularizadas por lei e decretos todos embasados pela Constituição Federal de 1988, nessa perspectiva a forma espacial das TIs foram evidenciadas no capítulo cinco desta dissertação, a função dessas terras por sua vez são de proteção e manutenção, mas o processo com que elas foram formadas esse é o que foi discutido neste capítulo, e a estrutura que diz respeito a sociedade indígena e não indígena também vem sendo tratado em todo corpo da dissertação. Na perspectiva da categoria espaço a forma não é fixa e nem imutável ela é elástica, no caso das TIs as formas deveriam ser fixas, sem diminuição de suas áreas, ou seja, sem ceder as pressões do entorno ou do poder econômico e político.

Ainda na concepção de Corrêa (2003) e Santos (2014), o espaço é um lugar determinado, local específico da reprodução das relações sociais de produção. Seguindo essa lógica, a elucidação da espacialização capitalista que impactou desde o início do contato com os povos indígenas, é feita com um retorno ao passado quando os portugueses chegaram ao Brasil no final do século XV. Assim, conhecendo a gênese do contato do índio com o não índio, o que causou verdadeira catástrofe para os nativos resultando no extermínio de muitos povos.

Nesta perspectiva, o entendimento e compreensão da presença indígena no atual estado de Rondônia como remanescentes de povos originários do Brasil, que

suportaram e resistiram a vários processos espaciais e históricos do encontro interétnico iniciados com a chegada do europeu no continente americano, pode ser obtido pelos arranjos espaciais e por meio das relações que são organizadas e reproduzidas no conjunto de transformações que o homem realiza no curso do tempo. Para Moreira (2014), torna-se um âmbito do conhecimento que está numa conexão orgânica contínua com o processo do trabalho, nessa concepção, é através deste, que ocorre a modificação do homem natural ao homem social, dialeticamente rompendo a história natural e história social. Dessa maneira, o homem vai se adequando, na historicização da natureza, naturalizando-se com a sociedade, pelo processo do trabalho, então, vê-se a fórmula da trindade do materialismo-histórico-dialético, estruturada no capital-trabalho-terra, sendo a propulsora das modificações nos espaços dos indígenas no Brasil.

No entanto, há certa particularidade para o indígena na relação de trabalho, pois anterior à chegada do europeu, este era realizado para sua subsistência, com a construção da maloca, expedições da caça e pesca, coletas de frutos, construções de armadilhas para captura de animais, produção e colheitas de roças com sistemas de produção que incluíam conhecimentos nos calendários astrológicos e diversificação de culturas, construções de canoas, arcos e flechas, bebidas e ornamentos para seus rituais e outros.

Nesse interim, sabe-se que o espaço é indispensável para sobrevivência do homem, em que finda suas condições, suas circunstâncias de trabalho independente de ser natural ou socialmente produzido. De maneira que, a soberania do espaço é envolvida como constituinte de extrema importância na história do homem. Nesse sentido, Moreira (2014), especifica que o trabalho que é causa determinadora da existência do homem em qualquer contexto de espaço e tempo, tendo sua materialização ocorrida na contextualidade das formas concretas dos grupos sociais na história, percebendo-se a diferença das sociedades comunitárias das sociedades privatistas, isso explicitado no contexto brasileiro pela situação da escravidão indígena e negra, ao referir-se ao trabalho como fonte determinadora de existência, o autor refere-se as produções humanas, os indígenas em sua habitação, vestuário, colheita e rituais, os não índios em suas construções adaptadas para o trabalho escravo, casas, plantation, engenhos, casas, moedas e utensílios materializados pelo trabalho e técnica humana.

3.2 – Indígenas e a espacialização do Capital nos prelúdios da coroa Portuguesa à contemporaneidade

A América do Sul, na parte que viria a ser o Brasil, não era, evidentemente uma nação, e sim terra de vários povos, devido serem um número grande e indeterminado de tribos, segundo Ribeiro (1995, p. 29), falavam línguas de vários troncos e diversos dialetos “cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois novos grupos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam”, vale ressaltar que não se pode esquecer, que as visões sobre as etnias que viviam onde hoje é o Brasil, foram em grande partes criadas por quem detinha o controle, e queria que tanto a cultura quanto o povo originário fosse exterminado, logo dizer que ao se dividirem criava-se hostilidades entre eles não é totalmente válido, pois o discurso do dominador sempre é a seu favor. (MORAES, 2001).

Os portugueses invadiram essas terras financiados pelo capitalismo comercial da Europa, empossando-se do novo espaço devido a sua superioridade econômica e bélica, estabeleceram leis e vontades políticas da coroa portuguesa. Para Stedile (2011, p.19) “no processo da invasão, como a História registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura”. Com a negociação e divisão das terras americanas elaboradas na Europa, nada sabiam os verdadeiros moradores do continente invadido.

Já no início, quando o europeu com técnicas agrícolas que sofreram muitas transformações ao longo do tempo, ao colonizar as terras que viria ser o Brasil, envolveu os nativos que possuíam e ainda possuem uma relação direta com a natureza. Muitos grupos indígenas viviam da caça e pesca, deslocavam-se frequentemente de uma área para outra na busca de vegetais e animais disponíveis até seu esgotamento, e algumas vezes pequenos plantios para subsistência. A forma das etnias entenderem e utilizarem a terra era diferente do europeu. Nesse contexto de vida, o indígena era apenas o utilizador da terra, pois a posse da terra era do senhor indígena Jurupari², este detinha o domínio de toda a natureza, sendo o indígena

² Jurupari, o senhor do culto mais vasto, comum a todas as tribos, filho e embaixador do Sol, nascido de mulher sem contato masculino, reformador, regenerador, de rito exigente e de precauções misteriosas, foi depressa identificado como sendo o Diabo. Cinquenta anos de catequese espalharam para Jurupari o renome satânico. Além das crianças ensinadas nas escolas, os catecúmenos, os índios de serviço, a população europeia, acordes em ver no velho deus indiano uma grandeza infernal, a multidão dos mestiços, mamelucos, curibocas, massa plástica, sugestionável e de imaginação ampla,

somente o que vivia da dádiva do criador e não poderia negociar ou se sentir dono de algo que não era seu, e, foi justamente utilizando essa crença que os europeus tomaram posse das terras brasileiras.

A relação dos índios com o colonizador, forçou uma sedentarização no espaço geográfico, ou seja, a fixação desses grupos, que deixaram de ser nômades ou seminômades e passaram a viver de maneira fixa em determinados lugares principalmente nas proximidades dos núcleos populacionais (vilas e/ou cidades) formados pelos colonizadores.

Desde 1492, com a chegada dos europeus na América na busca por riquezas como ouro, prata, pau-brasil e outros produtos para serem vendidos na Europa, ocorreu o choque de culturas que mudou o modo de vida dos nativos, este denominado de espacialização do capital. Os autóctones que ficaram conhecidos pela alcunha de índios, sempre estiveram fazendo parte deste contexto histórico antes mesmo da colonização portuguesa, e com passar do tempo na formação do Brasil, foram utilizados como força de trabalho, escravizados e quando amotinados findavam vencidos, catequizados ou mortos, esse é um espelho do que ocorreu com os indígenas deste país, foram aproximadamente 235 anos de escravidão indígenas entre revogações de leis que impunham o trabalho forçado e outras que condicionavam as guerras justas. (RIBEIRO, 1995).

Já no início do século XVI, tinha-se o movimento de navios na costa do Atlântico de negociantes de mercadorias europeus e comerciantes portugueses, que objetivavam constituir vínculos de trocas com os índios no litoral, trocando miudezas por madeira de uso para fazer corante, o pau-brasil, com certo valor na Europa. Segundo Oliveira (2006, p.38) o “comércio intenso dessa madeira devastou muitas áreas do litoral brasileiro. Os índios cortavam e transportavam a madeira até uma feitoria, onde era trocada por artigos diversos e ficava estocada até a chegada das embarcações de carga”. Uma grande quantidade de pau-brasil foi levada para Portugal pelos mercadores que se instalaram na colônia no início de 1500. Nesse período predominou o escambo, sem a implantação de colônias de povoamento no litoral.

divulgou o novo papel de Jurupari. No século XVII já o filho do Sol, o Dono dos instrumentos, o senhor dos segredos, evocado ao som dos maracás simbólicos, era, da cabeça aos pés e definitivamente, o Diabo, o Cão, o Belzebu, o Satanás, o Demônio. (CASCUDO, 1983, p. 41-42).

Nos anos iniciais da colonização embora houvesse ocorrência de violência, as formas de trocas que ocorreram tais como escambo balizaram a relação também como maneira de distanciar acordos dos índios com outras nações que prejudicassem o controle dos portugueses. Segundo Freitas (2011, p.132), a insuficiência portuguesa em relação ao seu contingente era suprida pelos índios para compor o povoamento da colônia, visto que, o aumento da demanda da produção do açúcar a mão-de-obra exigiu uma quantidade cada vez maior para o desenvolvimento da colônia. Com o objetivo de harmonizar as relações entre colonos e índios, em 1570 Dom Sebastião decretou a primeira lei que garantiu a ‘liberdade’ dos nativos, deveriam obedecer a bula de Paulo III denominada de *Sublimis Deus sic dilexit*, de 1537, o problema era que o documento previa a escravização em caso de guerra justa. O que os colonos aproveitaram para quando precisassem imprimiam com violência a guerra, já em 1574, uma nova lei de mesmo conteúdo foi promulgada em Portugal, o que também deixou brecha para novas incursões dos colonos para capturar os indígenas e imporem-lhes a escravidão.

Segundo Amantino (2006, p. 190-191), a guerra justa é um “conceito teológico e jurídico enraizado no direito de guerra medieval, as principais justificativas para a guerra seriam a propagação da fé cristã aos povos bárbaros, sua falta de moralidade”, o canibalismo e ataques a sociedade implantada, no caso dos indígenas, essa legislação estava sempre em mudança, e para se ter a aprovação da escravização tinham que seguir alguns critérios e respeitar algumas condições. As mais relevantes eram comprovar que os índios eram ferozes e antropófagos, a catequização não era admitida, e os ataques aos colonos era cometido por esses. Dessa maneira, estava justificada a guerra justa, tornando-se o mecanismo mais empregado para aquisição dessa mão-de-obra.

Segundo Oliveira (2006, p. 39), era necessário grande força de trabalho para se produzir açúcar, um dos meios para obter essa mão-de-obra era a “guerra justa”, consentida contra índios inimigos para serem escravizados. Somente em São Vicente, no sul e Pernambuco no Nordeste foram instaladas 30 engenhos, em apenas trinta anos entre 1540 e 1570, e os donos destes possuíam milhares de escravos indígenas para produzir o açúcar.

Segundo Santos (2014, p. 04), “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista as quatro categorias forma, estrutura, processo e função”, resultariam no espaço brasileiro,

construído pelo modo de produção capitalista. Então, na lógica do capitalismo mercantil a produção e a apropriação dos bens da natureza existentes caracterizavam o período histórico imperante na Europa, onde tudo era convertido em mercadorias, desde as atividades produtivas às extrativistas que intencionavam o lucro, e a metrópole europeia como receptáculo para acumulação do capital. Nessa perspectiva, a forma espacial de algumas nações europeias sofreu dilatação ao adentrarem em novas terras, no processo transformaram-nas em colônias, aplicando a elas novas funções como a de retirada de matérias primas, a utilização da mão-de-obra de autóctones como escravos ou adereços exóticos, sua estrutura colonizadora só obteve lucro e seu capital cresceu com a subjugação da América. (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012).

As localizações das sociedades e de suas ações e dos objetos no espaço são esclarecidos tanto pelas exiguidades externas, quanto pelas exiguidades internas, caracterizada basicamente pela estrutura das procuras e a estrutura das classes, ou seja, a formação social verdadeiramente determina o modo de produção manifestada em benefício de uma interação entre o novo que prevalece, e o antigo, nesse sentido os colonizadores europeus subjugarão o primeiro morador da terra das Américas com eficiência e crueldade. De acordo com Santos (2014, p. 04), “o velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção atual”. De acordo com os historiadores, os europeus no início estavam esperançosos na busca pelo ouro, logo depois, passaram a se importar também na transformação de outros bens naturais como prata, ferro e outros minérios para o comércio. Posteriormente verificaram que a terra tinha aptidão para cultivos tropicais de produtos que eram buscados em outros continentes na Ásia e África. Nesse sentido, gestaram e ordenaram a colônia para elaboração de produtos agrícolas do qual a sociedade europeia tinha necessidade, impondo a exploração comercial da cana-de-açúcar em uma fabricação em massa.

Segundo Oliveira (2006), após a coroa portuguesa implantar suas primeiras colônias no Brasil, a partir de 1530, a troca de mercadorias conhecida por escambo permaneceu sendo utilizada pelos índios, que tinham interesses principalmente em objetos de metais. Porém, pouco a pouco, estava sendo empreendido práticas de submissão de indígenas aliados, para edificação de prédios, igrejas, vilas como mão-de-obra e defesa da colônia. Algumas tribos do litoral empenhavam-se nas práticas tradicionais agrícolas, devido as exigências incipientes da cultura da cana-de-açúcar,

foi implantado para dar velocidade ao desenvolvimento econômico na colônia brasileira, esse processo iniciado com a utilização do uso da escravidão indígenas. Pois, as condições impostas pelos portugueses eram cada vez piores levaram a inviabilidade do mercado de escambo. Cada vez mais foi utilizado o indígena como mão-de-obra escrava nos engenhos de cana-de-açúcar. Cabe ressaltar, que os colonizadores não se atentaram que os índios do litoral nordestino tinham culturalmente a prática do trabalho na agricultura como algo realizado por mulheres, e quando escravizados e levados para os engenhos, não resistiam servidão e, quase sempre que tinham oportunidade fugiam das plantações de cana.

O sistema utilizado para esse tipo de plantação era então chamado *plantation*, foi uma maneira sistematizada de produção agrícola em grandes latifúndios de área ininterrupta com o cultivo de somente um produto agrícola com fins de exportação com o uso da mão-de-obra escrava, segundo Stedile (2011, p. 20-21), “como a produção era voltada apenas para o mercado externo, sua localização deveria ser próxima dos portos, para diminuir custos com transporte”. Com o uso de técnicas inovadoras para a época, que apesar de utilizarem a mão-de-obra escrava, no critério dos meios de produção, em suas técnicas eram utilizados o que havia de mais moderno na agricultura. Os bens de subsistência também eram produzidos por trabalhadores escravizados, da mesma maneira que oficinas para fabricação de instrumentos de trabalho para reduzir o custo de produção.

Para Prado Júnior (2006), a formação de colônias em outros continentes que foram desenvolvidas a partir das grandes navegações do século XV, não se originaram do extravasamento e da exorbitância populacional, mas foi desencadeada por uma cobiça de lucros de uma burguesia comercial que não encontraram contentamento em suas pátrias. Não diferentemente ocorreu também no Brasil, seus objetivos tinham proporções maiores, sua urgência não era somente formar um novo núcleo, mas a colonização³ de todo o litoral.

Dessa forma, obteriam ótimos resultados necessários para uma defesa estratégica. Com a criação das capitanias hereditárias, esse problema estaria

³ Sobre a colonização deve-se “reconhecer que na colonização o gesto decisivo é o do aventureiro e o do pirata, o do mercador e do armador, do caçador de ouro e do comerciante, o do apetite e da força, com a maléfica sombra projetada por trás por uma forma de civilização que em um momento de sua história se sente obrigada, endogenamente, a estender a concorrência de suas economias antagônicas à escala mundial”. (CESAIRE, 2010, p. 17).

resolvido, processo adotado na colonização dos Açores e da Madeira. Deixando nas mãos da iniciativa privada a solução do problema, que contribuiria com a Coroa portuguesa, para consolidação desse trabalho árduo, que dificilmente conseguiria sustentar por conta própria a ocupação efetiva da terra.

A colonização desconsiderou todos os meios e entendimento dos indígenas e sua relação com a natureza, seus conhecimentos e suas formas de manifestações como história humana no contexto espaço e tempo. A nova forma introduzida nas sociedades tribais, que segundo Moreira (2014, p. 07), distinguiu as sociedades comunitárias das sociedades privatistas em sua coabitação contraditória dos territórios. Porém, essa economia política do espaço é o elemento que estabelecia o modo concreto de ser e estar das sociedades, este que se dava a partir do trabalho, no relacionamento triádico do “homem-espaço-natureza, a relação de troca metabólica do homem e da natureza definida e efetivada como realidade histórico-concreta pela mediação do espaço”.

Nesse sentido, Andrade (2002, p.13), pondera que a agricultura é uma das atividades essenciais da humanidade para sua sobrevivência, pois é dela que é retirada os elementos para nutrir e alimentar o ser humano, é necessário considerar os “processos agrícola e agrário brasileiros, voltados para a evolução que os acompanha”. Nessa perspectiva, a questão agrária está relacionada as políticas de uso, ocupação e expansão da fronteira agrícola, e a questão agrícola com a produção de alimentos, os dois processos estão interligados, pois, um depende do outro para expansão ou retração. O Brasil por ser um país de grande extensão territorial e possuir população elevada com grandes diversidades culturais e condições naturais diferentes, as políticas direcionadas a sua produção alimentícia tem necessidade de maior eficácia.

De acordo com a Funai (2015, p.09), as primeiras legislações do Brasil colônia, ignoraram as sociedades indígenas, e o planejamento colonial português implicava uma política que classificava em dois grupos os indígenas, os aliados e os inimigos, com intervenções distintas, a legislação funcionava de acordo ao qual se fazia referência. Os índios considerados “cristãos” ou “mansos”, eram deslocados de seus lugares e eram assentados por meio da força, aldeados nas proximidades dos povoados coloniais. Esses índios “mansos” eram convencidos a viver nos aldeamentos em troca do uso de um determinado pedaço de terras para subsistência e a garantia de recebimento de uma parca quantia. Eram catequisados e civilizados

nestes locais. A busca para “domesticação” era voltada particularmente aos ditos “bárbaros”, que tinham por características ser combatentes, guerreiros resistentes a escravidão, pois fugiam ou lutavam para não serem capturados. A legislação das guerras justas foi desenvolvida, quando os índios não se sujeitavam e reagiam com insubordinações e revoltas à expansão colonial.

Observa-se que no Brasil colônia, a legislação alternava na tentativa de organizar as condições de negação de cativos indígenas, essas alternâncias revelava o certame entre missionários e colonos pelo domínio da mão-de-obra indígena, visto para que a colônia pudesse produzir, para tal necessitavam bastante da força de trabalho que visava o lucro.

Alguns autores como Ribeiro (1995), Dornelles (2018), Sousa (2002), Freitas (2011), estão em consenso quanto as várias mudanças na legislação ocorridas durante o Brasil colônia, as divergências entre o colono e os missionários voltados para escravizar o índio, nesse sentido, a coroa portuguesa jamais negou autorização para guerras justas, dificilmente deixou de fazer vista grossa à escravidão indígena. Quando o índio reagia com violência a dominação portuguesa, era tido como criminoso, formava-se uma junta que incluía bispo, governador geral, alguns superiores das ordens e magistrados, o governador tinha como ofício de autorizar os resgates aos índios condenados à morte por outros grupos de índios em suas guerras, resgate de índios de corda.

Assim, o Brasil dava início a concentração de terras com a divisão do território em Capitânicas Hereditárias, segundo Maia (2012, p.39-40), o emprego das sesmarias na colonização brasileira pelo sistema de Capitânicas Hereditárias, utilizado pela Coroa a partir de 1534, já tinha sido utilizado como uma política bem sucedida nas Ilhas da Madeira e Açores, nestas e no Brasil, as doações de sesmarias aos colonos foram feitas com interesses no cultivo, “assim como ocorrera nos Açores e na Madeira, na colônia americana a prerrogativa de distribuir sesmarias passou às mãos dos donatários das capitânicas e, repetindo a prática do Reino”, essa forma de partilha do solo brasileiro tratava-se da primeira ação sobre direitos à posse da terra. Além disso, para os originários da terra, eram vistos pelos portugueses não apenas como aquele que fazia intermediação dos produtos locais, mas, a sua possível utilização como mão-de-obra escrava.

Cabe destacar ainda em Maia (2012, p.40), que aos donatários eram atribuídos importantes vantagens e privilégios tanto no Reino quanto na colonização

do Brasil, a concessão desses direitos servia para convencimento para se disporem a correr riscos e ameaças, e realizarem ações contra a população autóctone estabelecida próxima à área das sesmarias, dessa maneira buscavam a valorização das terras por sua ação, “soma-se a isso a necessidade de vencer os inimigos em Portugal os muçulmanos e a falta de mão-de-obra, no Brasil os índios, a imensidão do Atlântico e a grandeza territorial”.

Segundo Dantas (2011, p. 40), esse início de concentração de terras definidas por Portugal, ocorre durante o desenvolvimento do capitalismo concorrencial europeu, “estabelecendo embrionariamente a relação centro-periferia do sistema capitalista em que a capitania passou a ser colônia (ou seja, espaço periférico) e a metrópole (no caso, Portugal) passou a ser centro”. Vale salientar, que nesse período Portugal era visto como uma das grandes potências mundiais.

Moreira (2018), coloca como referência o modelo de ocupação do território que se dá por uma atividade que visa o lucro, para o colono e para Coroa, e prejuízo devastador para as populações que já o habitavam. Entende-se então, que o procedimento para o critério de doação, segue-se de acordo com número de escravos negros adquiridos ou escravos índios (caçados e/ou comprados) quanto mais houvesse pessoas escravizadas maior seria a dimensão de sua área. Outro ponto importante, é a forma de ocupação para constituição de uma instituição agrária, a qual, para se ter o acesso era preciso a demonstração de um projeto pronunciado pelo colono, indicando seu intento ao ganho e uso da terra, o sentido indicava o cultivo de monocultura da cana com fins para produção e exportação do açúcar.

Uma atividade já executada por Portugal em outras colônias, no continente americano foi o retalhamento do território e a usurpação dos índios, segundo Moreira (2018, p.18), “tornado domínio da Coroa via Lei de Território, uma lei estabelecida como política metropolitana já com a vinda de Martim Afonso de Souza, fundador do núcleo de São Vicente, em 1532”, tendo direito adquirido para repartir em grandes propriedades com o objetivo açucareiros.

Neste período, apesar da coroa portuguesa investir na colonização para constituição de grandes latifúndios, não davam o domínio das terras aos colonos, mas, simplesmente o direito a posse ao seu titular, ocasionando um processo de apropriação e ocupação das mesmas, sob o amparo da grande propriedade e definidora de uma ação contínua de dominação do latifúndio que perdura aos dias atuais no país. Nesse sentido, percebe que o problema da reforma agrária no Brasil,

já vem de longa data, e cada vez mais vem crescendo as formas de exclusão do pequeno agricultor e da população tradicional e marginalizada da posse da terra. Historicamente os indígenas que também fazem parte desse processo, e que foram vítimas dos abusos do colonizador, que levando muitos grupos a extinção, e a outros a expulsão de suas terras, que muitos dos seus descendentes lutam atualmente pela recuperação destas.

Segundo Funai (2015, p. 10), em 1680 o documento de autorização, alvará de 1º/04/1680, conhecido como Regimento das Missões, é considerado o fundamento da lei mais importante do período colonial, como duplo objetivo, proibir a escravidão dos índios, independente daqueles conquistados por guerras justa, índios de resgate, aqueles recebidos em trocas por mercadorias pelas tribos aliadas que tinham prisioneiros das guerras intertribais. O segundo objetivo era instituir a distribuição das ocupações dos índios de serviço das aldeias, tais como, trabalhos missionários, a subsistência das famílias indígenas aldeadas e o serviço dos moradores. Esse regimento reconhecia os índios como os primeiros donos, naturais senhores das terras que habitavam não havendo obrigação de apresentar justificativa para a posse.

De volta a questão legislativa, Oliveira (2006) e Funai (2015), mencionam que o regimento de 1680 provocou fortes reações como revoltas dos colonos que conduziam a formação de vastos aldeamentos indígenas, local que os índios tinham assegurado o direito à terra para agricultura de sua subsistência, o que resultou na expulsão dos missionários, principalmente os jesuítas, convertendo os aldeamentos em vilas.

Na questão da propriedade da terra, enquanto colônia a parte que cabia as sesmarias era exclusivamente da coroa portuguesa, que tinha o monopólio da propriedade de todo o território, nessa perspectiva o fato de ter sido exclusivamente da monarquia incorria em não haver propriedade privada da terra, o que determinava que a propriedade não era capitalista, até a lei de terras quando essas passaram a ser comercializadas. Segundo Stedile (2011), para empreender o sistema agroexportador que visava incentivar os colonizadores a aplicarem seu capital na produção de mercadorias essenciais para a exportação, a opção da coroa foi a concessão de uso com direito à herança. Dessa forma, foi entregue grandes extensões de terra que seguiam pelos parâmetros de léguas, geralmente demarcadas pelas variações do relevo, seguindo diversos critérios sociológicos e políticos aos capitalistas colonizadores.

Com esse estímulo os colonizadores poderiam investir seus capitais para produção de mercadorias para exportação, com garantias da coroa para a posse de imensas extensões de terra para tal aplicação. Os critérios fundamentais para uso da terra e sua concessão, além dos favores a fidalgos próximos era ter disponibilidade de capital e o comprometimento de produção na colônia de mercadorias para fornecer o comércio europeu. Para Santos (2007), a organização do espaço não é unicamente consequência da escolha política e econômica. Ele transforma-se futuramente em um elemento fundamental da reprodução das relações econômicas e sociais, bem como da ideologia predominante com potencial correspondente de uma barreira importante para mudança.

Conforme Sousa (2002), o Grão-Pará e Maranhão tiveram atenção redobrada por parte do ministério pombalino, devido o Tratado de Madrid ter sido firmado, o que foi uma das tentativas de colocar fim aos conflitos de interesses entre Espanha e Portugal demarcando as possessões das colônias na América do Sul em 1750, para garantir os ganhos territoriais que recebeu devido ao tratado e fazer com que ficasse mais desenvolvido o comércio, neste caso os ganhos para coroa e os setores mercantis, tinham como base três medidas combinadas que visavam o desenvolvimento da Companhia geral de comércio do Maranhão e Grão-Pará, com inserção de escravos negros na colônia e comercialização da produção amazônica, retirada do poder dos missionários nos aldeamentos indígenas com expulsão dos jesuítas e o fim da escravidão indígena.

Essa relação de divergência entre os missionários e colonos, segundo Funai (2015), forçavam as autoridades em um momento em que os planos da coroa portuguesa estava voltado para o aperfeiçoamento e reforma do aparelho administrativo das colônias, para uma separação entre Estado e Igreja e uma maior racionalidade. Essas circunstâncias, levaram a instituição do Diretório dos índios, política e legislação que era desenvolvida para toda colônia portuguesa pelo Decreto Real de 1758, elaborado pelo Marques de Pombal, que estipulou a saída de todos os jesuítas e das confrarias da igreja católica do Brasil colônia, essa proibição da permanência vigorou até 1798. O resultado foi a aquisição de informações sobre a população e domínios de terra que eram de controle da igreja dentro da colônia.

Com a expulsão dos jesuítas da colônia também houve o afastamento das missões religiosas, o que alterou a administração dos povos indígenas e reorganizou os aldeamentos. De acordo com Funai (2015, p. 11), “o diretório foi um plano de

assimilação forçada e de “civilização” imposta, por meio do qual se pretendeu atribuir aos índios a condição de súditos da coroa portuguesa, num contexto de enorme desigualdade” onde a escravidão indígena era comum.

O processo civilizatório dos índios correspondia ao aprendizado de ofícios domésticos e para subsistência, o uso obrigatório da língua portuguesa pelos colonizados, consistindo o uso de seus nomes e sobrenome assim como em Portugal. Os colonos eram premiados quando houvesse o casamento com índias. Nesse contexto, instituiu-se que os índios mais destacados governassem as vilas de índios, e quando em situações que não tivessem aptidão para tal comando, o que o colonizador entendia ser devido a ignorância, eram colocados neste posto de diretores de índios nas povoações colonos ou mestiços. Em todo esse contexto, o indígena estava relegado a fugir para não ser aprisionado ou viver em terras como agricultor.

A Lei nº 3.348, de 20/10/1887, passou para os municípios os foros dos terrenos das extintas aldeias de índios. Nesse período, abundam discursos de Presidentes de Províncias às Assembleias Provinciais, declarando não haver mais índios em suas jurisdições, apenas poucas hordas errantes e selvagens. Na prática, essas leis do Império limitaram os direitos territoriais indígenas às terras dos aldeamentos, apressando a expropriação dos territórios indígenas. Isso ajuda a entender por que das primeiras Constituições brasileiras, a de 1824, no Império, e a de 1891, primeira da República, não mencionavam a existência de indígenas no território brasileiro. (FUNAI, 2015, p. 12).

Nesse sentido, as legislações aplicadas foram e são formas utilizadas de racionalidade do espaço a qual envolve reorganização que caminha para possibilitar uma série de ações que atinjam objetivos antecipadamente assinalados, anteriormente calculados, que tem por característica um território instrumentalizado atingindo as ações da sociedade que nele habita, como evidenciado em Santos (2012, p. 292), quando questiona o que seria as condições de racionalidades no meio material? A resposta que surge, é que as “condições seriam aquelas suscetíveis de facilitar as ações ditas ações racionais” sendo “um campo de ação instrumental”, onde o reconhecimento da racionalidade do espaço se dá quando se entende sua organização. Nessa perspectiva Stedile (2011, p. 23) esclarece que “a Lei n. 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”.

Já no século XIX, realiza-se a publicação de uma lei em 1850 sob n. 601, esta segundo Stedile (2011, p. 22) foi a primeira no país a legalizar as operações sobre valor da terra, tornando-se “um marco jurídico para a adequação do sistema

econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava” e por conseguinte incorpora a terra valor econômico “do ponto de vista da economia política em mercadoria”, passando a ser um objeto de possível negociação, com possibilidades de portarem preço e lucro normatizando dessa forma a propriedade privada da terra no Brasil, e novamente relegando aos indígenas o direito a terra.

Ficou evidente que quem possuísse poder econômico de compra poderia se transformar em proprietário de terras, e dessa forma detinha aptidão para negociar a compra e venda destas. Outra questão a ser lembrada do período imperial, é que a igreja retornou como missionária a gestar os trabalhos de catequização e civilização dos índios, cujo objetivo era a responsabilidade de aliciar com objetos para a agricultura ou com vestimentas e adereços, na tentativa de restabelecer relacionamento com os missionários. Com isso é possível observar que os índios e negros estão em caminho contrário, ao de garantir a posse da terra, e tanto indígenas como os negros não teriam o poder de compra, formando assim uma população marginalizada e empobrecida devido aos séculos de violência e escravidão.

O foco das legislações não era mais a mão-de-obra ou força de trabalho, agora tinham um novo interesse, objetivavam regulamentar as posses de terras estabelecendo uma política pública das terras consideradas devolutas, equilibrando os conflitos de interesse que se tinha entre os proprietários de terras e o Estado brasileiro, opositores das medidas inovadoras e contrárias a escravidão. Na metade do século XIX o Ministério do Império determinou serem incluídas às terras da União com as terras dos índios que estavam incorporados, no entendimento que a terra tinha a finalidade de civilizar as multidões de índios tida como selvagens a lei descreve que:

Tem-se as leis que como fatores que movimentaram o desenvolvimento de lutas sociais e das revoltas populares que ocorreram nesse período, pois privilegiavam alguns excluindo sempre a grande maioria dos brasileiros sendo índios ou não, foram também esses os motivos que levaram a falta de estabilidade no modelo agroexportador fundamentado na utilização da mão-de-obra do escravo, essas eram revoltas sobre condições de vida e as condições de trabalho. De acordo com Oliveira (2006, p. 75-76), “o que estava em evidência referente ao indígena no século XIX, foi que este tornou-se parte importante da política territorial do Estado brasileiro. Os índios tidos como assimilados tiveram perdas patrimoniais”, devido as suas garantias estarem nas mãos dos dirigentes públicos. A revalidação das terras de aldeamentos e as sesmarias que já tinham seus títulos, tiveram que ser revalidadas.

Essas terras tornaram-se um entrave para o desenvolvimento das regiões litorâneas, algumas vezes foram identificadas como devolutas somente como um critério para transferência ao domínio privado, o que viria ser objeto de projetos capitalista. Desta forma, mesmo com títulos legítimos das terras os índios foram expulsos de suas propriedades, e os descendentes de indígenas perderam seu direito de herança.

Conforme Moreira (2014), de 1830 a 1950, mais de cem anos, o Brasil viveu uma sobrevida dos ciclos do *plantacionismo*. enquanto a sociedade de base industrial deu passadas longas para uma fase de economia moderna. Algumas regiões transformaram-se aceleradamente como exemplo: a Amazônia seringueira, o Sudeste cafeeiro, e o Sul colonial-imigrante, enquanto outras estagnavam por um longo período, como o Nordeste canavieiro, outras afundada em uma fase de autarquia, como a hinterlândia pastoril, com uma forma de desenvolvimento desigual.

Neste sentido, segundo Moreira (2014, p. 34), “o sustentáculo do sistema agrícola brasileiro foi a tríade escravatura-latifúndio-monocultura, suas derivações foram, de uma lado, a exploração da natureza sem aproveitar por completo e de maneira excessiva o patrimônio ecológico”, e, de outro, uma formação social que sua particularidade é a concentração da riqueza e despotismo num polo e uma pobreza extrema no outro polo, um modo de produção que assegura altas taxas de acumulação, proporcionando o empreendimento de grande compensação. Por essa razão, sua constituição sobre o regimento da escravidão, mesmo que revogada o sistema não desmorona. O controle absoluto da terra que se obteve por via escravista certificará a permanência da grande empresa agromercantil.

Os processos agrícolas e agrários do Brasil deixaram-no, atualmente com característica latifundiária, sendo originários das relações de produção que emergiram com o desenvolvimento do capitalismo, que de acordo com Dantas (2011, p.12), as “metrópoles como Inglaterra, Portugal, e Espanha transformaram as colônias de exploração em grandes *plantations* de produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo etc.”. Fatores como esse também definiram a divisão internacional do trabalho entre os continentes americano, asiático e africano que foi significativo para acumulação primitiva do capital dos países europeus ocidentais, com maior destaque a Inglaterra, principal supremacia econômica até a Primeira Guerra Mundial.

Em conformidade com Prado Júnior (2006, p.14), que aponta o caráter mais profundo da colonização, este consistindo na maneira pela qual houve a distribuição

da terra, que pertenciam anteriormente aos índios e tiveram seus territórios usurpados, além de catequisados e utilizados como mão de obra escrava pela igreja católica, pois, a especificidade da riqueza da colônia portuguesa no continente americano restringia-se apenas a superfície do solo e seus recursos naturais, “não éramos como as Índias, (segundo o colonizador) um país de civilização avançada, cujo aproveitamento pelos conquistadores se pudesse fazer pelo comércio ou pelo saque, que na época se confundiam num só e mesmo conceito”. O que restou para o Brasil foi a exploração dos recursos naturais em conjunto com a agricultura e a pecuária, as duas últimas subordinadas à posse fundiária.

De acordo com Dantas (2011, p.41), a distribuição desigual da terra é um reflexo dessas circunstâncias, antagonizando uma classe composta por senhores, nobres e burgueses com grandes glebas, do outro lado os sujeitos sem condições de riquezas, que obtiveram pequenos lotes de terras por meio da posse ilegal, “que se reproduziam à margem das necessidades de suprimentos da grande propriedade onde se utilizava mão-de-obra escrava em suas lavouras”. Estes submetiam-se a ocupar as áreas menos acessíveis mediante a posse inseriam currais e roças, e quando essas terras eram apropriadas pelos senhores, lhes restavam duas escolhas, migrarem para outras áreas mais afastadas, ou tornarem-se foreiros do senhor, empreendendo uma agricultura devastadora.

A utilização da mão-de-obra escrava foi um dos fatores que alicerçou a estruturação do sistema da indústria agroexportadora, devido a abundância de terras e a escassez da mão-de-obra, o controle desse último constitui-se a base do poder da grande indústria, preservando-lhe o usufruto restrito dos benefícios, procedente dos centros de decisões da colônia, a Coroa e seus preferidos. Torna-se composto os dois fatores, monopólio do poder e o monopólio da terra, o estabelecimento da escravatura possibilita por meio do uso do poder ao dono dos escravos o controle da terra. nesse sentido, controlar o fator escasso que era a mão-de-obra, favorecia o controle do fator abundante, ou seja, a terra, o que foi elaborado para impedir a admissão dos não-escravo como possuidor de terras.

De acordo com Moreira (2014, p. 34), o monopólio da terra permite garantir a particularidade monocultora, devido a terra ser um fator elástico e a mão de obra um fator limitante, o latifundiário responde a procura do produtor com o aumento do espaço cultivado. Em contrapartida, tendo em consideração que a alta tecnificação no uso da monocultura, para diminuição dos custos operacionais, “a terra torna-se sujeita

ao rápido esgotamento, que conduz à prática da rotação de terras, por estas duas razões, viáveis apenas nesse quadro de alta disponibilidade, a própria monocultura reforça a tendência monopolista” do latifúndio. Os ajustes que ocorrem na própria área de domínio com a lavoura de subsistência, exercida pelos agregados ou escravos, garante a subsistência da grande lavoura sem se importar com a produção, desobrigando com gastos maiores, como o da massa de escravos ao encarregar-lhes o encargo de sua própria subsistência.

Ainda em Moreira (2014), acrescenta-se que o sistema agrícola colonial brasileiro foi edificado no tripé escravatura-latifúndio-monocultura, aos quais seus subprodutos foram, de um lado a subutilização e o uso de maneira excessiva do patrimônio ecológico, e de outro, uma formação social baseada na concentração de riqueza e autoritarismo numa extremidade e na outra extremidade pobreza e miséria. Constituindo um modo de produção com altíssimas taxas de acumulação tornando compensador. Por essa razão, edificado com bases na escravidão que nem mesmo com a abolição desmoronou.

Martins (1990) esclarece que nas primeiras décadas século XIX, a Inglaterra aboliu a escravidão nas Índias Ocidentais, na tentativa de forçar as condições de preços monopolísticos dos produtos recebidos daquela região, objetivando a redução do custo de reprodução de sua mão-de-obra industrial. Desse modo, o açúcar brasileiro com sua produção ainda realizada sob o regime escravista, passou a concorrer com a produção dos ingleses. O que teve como consequência a exigência para os senhores de escravos das colônias britânicas o fim do tráfico de escravos, o que possibilitaria com a libertação dos povos escravizados uma nova forma de exploração, marginalização e miséria.

Segundo Stédile (1997), nesse mesmo período, o Brasil passava por grandes transformações sociais, tinha-se um crescimento das lutas dos escravos negros pela libertação, as fugas tornaram-se consecutivas e numerosas para as terras que estavam mais distantes, onde formavam quilombos. Além disso, o fim do tráfico negreiro parecia estar próximo devido a pressão exercida principalmente pela Inglaterra, para colocar fim a escravidão no Brasil. Apreensivos quanto a isso, e compreendendo a inevitabilidade da libertação dos escravos, a Coroa portuguesa antecipou-se na legislação para o processo de posse, dificultando o acesso terra, dessa maneira, estava assegurada a mão-de-obra assalariada.

A discussão sobre a propriedade da terra de acordo com Chiavenato (2004), se arrastou vagarosamente até 1850, momento que foi sancionada a Lei nº 601. Mais conhecida como Lei de Terras, estabelecia que a aquisição da terra só poderia ocorrer por meio da compra encerrando com o sistema de posse. Uma das suas particularidades era o aumento do preço das terras, submetendo o pagamento a vista, dessa maneira, a venda das terras públicas tinha como direcionamento uma elite social e o arrecadamento do dinheiro seria investido para vinda ao país de colonos europeus.

Stédile (1997), destaca que essa lei ordenava que os proprietários de terra teriam que legalizar sua propriedade em cartórios mediante certa quantidade em dinheiro para a Coroa. Foi uma lei discriminatória aos pobres e impossibilitava aos escravos libertos de tornarem-se proprietários, visto que nem estes, nem os pobres possuíam recursos para compra de parcelas de terra da coroa ou a legalização das que possuíam. Esse foi um dos motivos que após a libertação dos escravos grande parte migraram para cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro, deixando as fazendas e passando a viver nas cidades de maneira excludente sobrevivendo em vilas paupérrimas à custa do subemprego ou mendicância.

A dialética do espaço é orientada pela relação contraditória das classes, que para Moreira (2014, p. 43), elas “não existem no abstrato, mas emergem da natureza das relações de produção do lugar. Determinante em última instância da sociedade e do espaço”, a organização das relações de produção, projeta uma estrutura global da formação econômica-social, compondo uma estrutura de classes com seus antagonismos. Sendo o espaço estipulado com antecedência pela estrutura da formação social, pela política de cada momento comandando seus movimentos.

Com a consolidação do grande latifúndio como estrutura da distribuição de terras no Brasil, em especial aos que regularam suas terras transformando-as em propriedade privada, assim, estava assegurada a posse. Neste caso, a luta pela posse da terra para os índios tornou-se mais difícil por ele não ser detento de capital. Nesse mesmo período como mostra Stédile (1997, p. 11), iniciaram o processo de formação de núcleos de colonização com os grupos de imigrantes da Europa para determinadas áreas do país, especialmente para região Sul. As famílias recebiam uma porção de terra, cerca de 25 hectares, “e era obrigada a pagar à Coroa determinado preço em dinheiro. Em geral, esse pagamento era parcelado, obrigando os imigrantes a trabalharem durante muitos anos apenas para conseguir pagar seu pedaço de terra”.

No processo de espacialização algumas mudanças ocorreram, assim como algumas permanências, indicando uma transição necessária, para Moreira (2014, p.91), em termos territoriais, os limites do Brasil já foram definidos desde o Tratado de Madri de 1750. No entanto, em termos da organização do espaço, não tem ainda sua definição, algo contraditório, pois se o Estado nacional já era uma realidade institucional, por motivos políticos e exclusório não realizaram o ordenamento espacial. O autor acrescenta ainda que “os grandes ciclos da etapa colonial vão ser ainda a base da organização do espaço brasileiro enriquecidos e continuados pelo ciclo do café, nos anos de 1830, e da borracha, nos anos de 1870. Este modelo de organização espacial se esgota”, contudo nos anos de 1950, finalizando um longo processo de formação espacial baseado no modo de produção agromercantil-exportador e abrindo para etapa de uma economia base industrial direcionada para o interior do país.

Segundo Stédile (1997), com o desenvolvimento da lavoura cafeeira no final do século XIX, os imigrantes que chegaram para trabalhar nas terras também foram explorados de diversas maneiras, tais como: mão-de-obra com baixos salário, colonato, arrendamento, recebiam parte da lavoura de café que cuidavam, em troca o grande proprietário permitia que se cultivasse alguns hectares para sua subsistência, algumas vezes não recebiam o que havia sido contratado. Devido a Lei de Terras ter sido tão discriminatória, os primeiros grandes movimentos camponeses começaram a aparecer, buscando reivindicações, principalmente ao acesso à terra, que teria como resultado uma melhoria nas condições de vida destas pessoas. Contudo, a política no Brasil deu continuidade nos anos seguintes, em sua base fundamentada na grande propriedade agrária.

Inúmeros e graves foram os conflitos no campo, ao qual se exterminaram índios e reduziram suas terras, juntamente com a posse e grilagem de grandes áreas por famílias e grupos poderosos. Independentemente a tudo o que ocorria, segundo Chiavenato (2004, p. 45), “a discussão sobre a propriedade da terra só foi retomada oficialmente a partir do governo João Goulart. O seu projeto de reforma agrária foi um dos pretextos mais fortes para a articulação do golpe militar de 1964”. Com a queda do governo reformista de Jango, a ditadura militar deu continuidade ao que era de costume pelo Império, produz sua própria “Lei agrária”, mantendo sua estrutura. Em 30 de novembro de 1964 foi publicado oficialmente o Estatuto da Terra, que realçava a exportação de grãos, favorecendo as culturas extensivas e financiou a mecanização

dos latifúndios. Os agricultores pequenos e médios perderam o valor perante os bancos, as plantações de alimentos básicos feijão, arroz e outros deram lugar para soja, cana-de-açúcar, café, fumo e o algodão produtos voltados para exportação.

No início da década de 1970 apresentaram-se os resultados do Estatuto da Terra, o crescimento dos conflitos no campo, migração em grandes proporções para as cidades provocada pela miséria rural. A transferência dessa população ampliou-se para as áreas periféricas “favelas” nas grandes e médias cidades do país. Tendo como o fluxo migratório um dos fenômenos sociais mais preocupantes no período militar.

Manifestações ocorreram tanto no campo quanto na cidade, os movimentos camponeses fortaleceram-se e melhor se organizaram politicamente e partidariamente, consolidando algumas de suas propostas e reivindicações de uma reforma agrária urgente, que no entanto, nunca ocorreu. Segundo Stédile (1997, p. 14), desenvolveram-se nesse período a União de Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTABs), fomentado pelo PCB, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Leonel Brizola, esses movimentos repercutiram também no Nordeste. Influenciado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e de outras ideologias de esquerda, “passaram a adotar a palavra de ordem: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”. Cresceram os movimentos de sindicalização rural, devido a regulamentação ainda no governo João Goulart, os sindicatos que até então eram proibidos por lei também cresceram consideravelmente, mas com a ditadura militar muitos foram eliminados.

De acordo com Chiavenato (2004, p. 46), “desde as sesmarias, o Brasil é vítima de uma insaciável elite econômica e política. O desenvolvimento do país se fez confirmando o mandonismo desses grupos”, os grandes feudos continuam até os dias de hoje no norte e nordeste e na parte central do Brasil, com a impunidade de seus coronealismo ao qual muitos são membros eleitos pelos estados para estarem no Congresso Nacional. Aceitando com naturalidade a extrema violência nas questões trabalhistas do campo que são resolvidas com a morte dos trabalhadores. A ausência de punições para certos infratores que passam despercebidos, e os casos de violência muitas vezes nem sequer entram nas estatísticas.

O impedimento do governo militar da ascensão do movimento camponês, por meio do fechamento das organizações camponesas e a promulgação do Estatuto da Terra, usou a ocupação da Amazônia como estratégia de esvaziamento sul e nordeste. Conforme Moreira (2018, p.112), “generalizando pelo país a velha estratégia

de esvaziar com a colonização das áreas “despovoadas” da “fronteira agrícola” a luta camponesa por reforma agrária, o campesinato em “excesso” nas áreas de tensão do Nordeste e Sul é deslocado e alocado em vilas programadas” nas regiões que eram tidas como despovoadas da parte central e do norte do país.

Desta maneira, considera-se a cultura dominante como gestora, organizadora e estruturadora do espaço social, de acordo com Santos (2007, p.158), “O modo como o espaço se organiza não é somente o resultado de uma escolha política e econômica. Ele se torna posteriormente um elemento fundamental da reprodução das relações econômicas e sociais, assim como da ideologia dominante”, como foi o caso brasileiro, organizado de forma a reproduzir a subordinação do colonizado ao colonizador, dos menos favorecidos economicamente aos que detém o poder econômico, nesse sentido Lefebvre indica que a questão central para compreender as desigualdades na forma espacial é a falta de justiça social, enquanto Milton Santos afirma que um dos grandes problemas do brasileiro é não ter o direito a ser cidadão, pois esse conhecimento e prática lhe é retirado por alguns que possuem poder político e econômico.

3. 3 – O Espaço Amazônico Indígena no Transcorrer do Processo Histórico

Segundo Meggers (1987), a chegada do homem a milhões de anos atrás na Amazônia não resultou desarmonia no equilíbrio do ecossistema, isso porque devido as condições de habitat que se mostravam necessárias para sobrevivência das espécies e organismos serem amplas, os Homens que chegaram eram em pouca quantidade, vindo pelo estreito de Bering não carregavam consigo muita coisa. Além disso, o crescimento da população não chegou a ser nocivo, pois os recursos estavam equilibrados.

Somente no início do século XVI com a chegada dos europeus foi ocasionado resultados bem diferentes, em virtude dos seus propósitos estarem voltados para exploração comercial, mantendo relacionamento com a terra natal. Desta maneira, iniciava-se uma influência ininterrupta de um agente de fora do continente, nesse sentido:

A força do conjunto do sistema imperialista reside na necessária desigualdade das partes que o formam, e essa desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas. Os países opressores se tornam cada vez mais ricos em termos absolutos, pelo dinamismo da

disparidade crescente. O capitalismo central pode dar-se ao luxo de criar seus próprios mitos e acreditar neles, mas mitos não se comem, bem sabem os países pobres que constituem o vasto capitalismo periférico. (GALEANO, 2010, p. 11).

O meio geográfico é exposto por conteúdos humanos percebidos pelo passar de suas temporalidades, evidenciado nas transformações sociais que criam novas espacialidades, na relação cedida pela técnica entre homem e o meio. A função da técnica é servir como instrumentos aos quais o homem implementa sua vida, um espaço dotado de trabalho humano.

A transformação do espaço amazônico teve uma parte trilhada pelas bandeiras paulistas em consequência do declínio dos canaviais no período colonial. Conforme Théry (2012), explicita que no século XVIII o curso dos rios Guaporé-Mamoré-Madeira marcaram as fronteiras avançadas do Brasil, essas bem distante a oeste do meridiano de Tordesilhas possuíam sua forma de relevo como empecilho de fluxos intensos nesse espaço.

Seguidamente as observações dos exploradores, relacionados ao comércio do ouro, encontraram dificuldades para povoarem devido as quedas do Rio Madeira que evitava a circulação, homens ambiciosos na busca por riquezas, tais como metais preciosos, animais silvestres, os ovos e banha de tartaruga eram vistos como iguaria, outros animais eram caçados para alimento ou para retirada de pele. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001). Palco de uma história de guerras dos portugueses contra índios e contra os jesuítas hispânicos, tendo consumada a vitória portuguesa com a edificação do forte príncipe da Beira. Mais de um século após a construção do forte, outros fatores econômicos influenciaram a tentativa de superação desses obstáculos geográficos, para as cachoeiras tidas como empecilhos viria a ser construída a ferrovia Madeira-Mamoré inaugurada em primeiro de agosto de 1912. Com isso mais uma vez as técnicas sociais alteraram grandemente a espacialidade rondoniense.

A respeito das tecnificações e transformações geográficas que foram aplicadas frutos da espacialização do capital, ao analisar as transformações que ocorreram no século XVIII no espaço que viria a se tornar o território de Rondônia e logo após uma unidade federativa, percebeu-se que as políticas do Estado brasileiro para inserção do não-índio na região ocorreu de forma programada, mas não eficaz, no entanto, deixaram marcas na paisagem rondoniense. Mostrando ainda hoje rugosidades erigidas pelos detentores do poder para consolidar a posse e o uso da terra, essas marcas que a sociedade deixou nesse espaço geográfico com a técnica

de engenharia para construção de fortalezas de defesas que após consolidada a presença portuguesa perde sua relevância estratégica e a construção de um sistema de transporte que após a queda das cotações da borracha natural entrou em desuso. Tornam-se rugosidades deixando cicatrizes que marcam a presença do capital transformando o espaço rondoniense.

Santos (2012, p. 140), denomina que as marcas no espaço que evidenciam um tempo do passado, mas algumas vezes, não está permanentemente perceptível com o tempo, e nem sempre é convertido aos sentidos, de “rugosidade ao que fica do passado como forma de espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. As rugosidades apontam delineamentos separados ou como acomodações. Mesmo sem uma interpretação momentânea, as rugosidades são testemunhas de uma divisão do trabalho de outros tempos, em quais se enquadram todas as escalas da divisão do trabalho, sobras exemplares de capital utilizados nas conciliações técnicas e sociais.

A transformação e ou alteração espacial, se dá algumas vezes por unificação das técnicas, essas passaram por um processo de intensificação com sistema capitalista que age como motivador mesmo com enormes diferenças no seu uso de acordo com os seus locais. A verdade é que o capitalismo tendeu aos poucos tornar-se universal procedendo de igual forma para a melhoria da tecnologia e a sua disseminação.

Em vista disso, Santos (2014, p. 54), elucida que somente a pouco tempo tornou-se possível descrever como meio técnico-científico, esse momento corresponde com a evolução das ciências e das técnicas, conseqüentemente “toda a natureza se torna passível de utilização direta ou indireta, ativa ou passiva, econômica ou apenas política. Esse período também se caracteriza pela expansão e predominância do trabalho intelectual e de uma circulação do capital à escala mundial”, concedendo a circulação uma parte imprescindível. Esses fatores concatenados consentem a intensificação da acumulação em escala global.

A natureza como o espaço para Lefebvre (2008), ao mesmo tempo são despedaçados, subdivididos, comercializados por parcelas e conquistados globalmente. A sociedade do novo capitalismo, que segundo Santos (2014) está incluído ciência tecnologia e informação, destrói de maneira irremediável e transfere

de acordo com suas exigências devolvendo suas relações sociais, que implicam a subordinação da própria natureza.

Tanto Porto-Gonçalves (2011) quanto Harvey (2009), estão de acordo que a expansão do capitalismo teve o tema de uma manifestação ilusória que o capitalismo teria uma “missão civilizatória”, a incumbência geográfica da burguesia seria a reprodução das relações de produção e de comportamento das contradições intrínsecas do capitalismo. Desse modo, justificava-se os genocídios e extermínio que realizavam contra os povos africanos, asiáticos e latino-americanos, que a seu ver eram julgados como sociedades atrasadas ou primitivas incorporadas à natureza selvagem justificando seus domínios.

A Amazônia tem feito parte de inúmeras histórias e narrativas nas últimas décadas, destacada por sua imensidão de florestas verde e o potencial de águas, a copas das árvores, esconde uma enorme diversidade de espécies de animais e vegetais dentro desse bioma. Incluindo os recursos naturais que além da madeira existem ainda nos rios grandes variedades de peixes, frutos como o da castanheira, a borracha das seringueiras e minérios.

Essa imensidão também tida como uma das últimas fronteira agrícola no espaço brasileiro, por fronteira agrícola entende-se o que é colocado por Sicsú e Lima (2000, p. 110), como o avanço em áreas menos povoadas, pois atribui-se feições dinâmicas tendo como ideia inicial áreas despovoadas ou esparsamente habitada por populações que atuam na exploração dos recursos naturais, que no Brasil tem sido representado historicamente pela penetração ou posse de novas terras ao setor agrícola desenvolvendo diferentes atividades. “Cabe ressaltar que muitas das áreas ainda chamadas de fronteiras já foram incorporadas aos processos agrícolas de produção capitalista, não mais apresentando características típicas dessas regiões”.

A Amazônia também foi vista de diversas maneiras, como um paraíso perdido, o eldorado, o inferno verde, essas imagens extremadas historicamente construídas e reproduzidas, segundo Becker (1994), hoje são transmitidas com novas feições e intensidades. O movimento de apropriação acelerado desse espaço de grande extensão e de grande riqueza, um dos derradeiros escassamente povoados, e a forma nítida e brutal com que ocorrem os conflitos característicos da sociedade brasileira estimularam a discussão nacional sobre a Amazônia permeado de uma forte carga simbólica.

Todo esse simbolismo são fatores e contrastes que a amplidão e exuberância empolgam os brasileiros com o que a natureza brindou essa região em que a sociedade ainda não transformou totalmente em uma natureza artificial. De acordo com Oliveira (1993), a essa distinção global podem ser adicionados mais outros, como a Zona Franca de Manaus e seu polo de indústria eletrônicas, os povos indígenas violentados, os latifúndios e suas grilagens e a luta, que muitas vezes tira a vida de muitos trabalhadores posseiros pela terra de trabalho, as matas e sua beleza natural e a sua destruição por meio de incêndio, os defensivos químicos e outros produtos para formação de pastos, os garimpos e sobrevivência dos garimpeiros. Muitos são as contradições modernas que habitam a realidade dessa região brasileira.

Conforme Oliveira (1993) explica, a região amazônica tem sido algumas vezes confundida com a região Norte do Brasil, acrescenta que inclusive os livros didáticos, tem contribuído muitas vezes equivocadamente para intensificar esta confusão. Primeiramente deve-se deixar claro que a região Norte, originou-se numa divisão político-administrativa para finalidades censitárias, ao passo que o conceito de Amazônia está fortemente relacionado a imensa área do bioma da floresta equatorial latifoliada, que vai além da região Norte que adentra parte do Goiás e Maranhão, parte do Mato Grosso. Levando-se em consideração como referência apenas o Brasil que tem 3,5 milhões de km² da Amazônia continental que se prolonga pelo Peru, Venezuela, Bolívia, Guiana, Colômbia, Suriname e Guiana Francesa.

Para Becker (1994), sucederam transformações muito aceleradas simultaneamente a centralização da informação e das deliberações no regime militar de uso efetivo por vinte anos (1964-1985) tornou difícil o conhecimento dos fatos, o que favoreceu as representações simplificadas sobre a Amazônia. De acordo com Becker (1994, p.07), O falso patriotismo em excesso nos discursos oficiais e a acusação do saque feito por grupos econômicos “deixam pouco espaço para a ação construtiva de milhares de pequenos produtores e trabalhadores que não são apenas vítimas, mas sim também os principais artífices da formação regional”.

O período militar foi bastante turbulento para os povos indígenas, com sucessivos governos que quase dizimou alguns povos com diversos métodos genocidas, grandes obras serviram para esse pretexto. De acordo com o relatório da Comissão da Verdade⁴ (2014), estimou que 8.350 índios foram mortos durante a

⁴ Comissão da Verdade, instituída pelo governo brasileiro para investigar violações aos direitos humanos, ocorridas no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988.

ditadura militar no Brasil, levando-se em consideração que foi um levantamento parcial não conseguindo considerar todos os povos afetados, traduzindo a gravidade da violação dos direitos humanos, contrariamente, aprovada uma legislação, o Estatuto do Índio e a criação da Funai (Fundação Nacional do Índio) que objetivava proteger os povos indígenas.

Conforme a Comissão da Verdade (2014), chegaram a noticiar na imprensa europeia o extermínio dos grupos indígenas Craós, Canelas, Maxacalis, Nhambiquaras de várias maneiras, Pataxós por meio de injeções de varíola, sobre os Cinta-Larga lançaram dinamite, depois matadores com metralhadoras contratados por uma empresa de extração de borracha adentraram na aldeia para exterminarem os indígenas sobreviventes e para destruírem o que restou da aldeia, somente dois indígenas sobreviveram, esses procuraram abrigo em outra aldeia Cinta-Larga. Também ficou conhecido o envenenamento de centenas de índios com açúcar misturado com arsênico e métodos severos de tortura, como o esmagamento lento dos tornozelos das vítimas com um instrumento conhecido como o ‘tronco’, esses fatos tornaram-se conhecidos após ser encontrados sem querer por um pesquisador relatórios que foram denominados de Relatório Figueiredo⁵, demonstrando dessa maneira que o avanço do capital impõe a morte perda de liberdade aos indígenas. (GUIMARÃES, 2015).

De acordo com Stédile (1997), na década de 1970 no período militar as rodovias que foram criadas pelo governo nesse período a Transamazônica, Cuiabá – Santarém e Cuiabá – Porto Velho incentivaram ao deslocamento de milhares de famílias para colonizar as margens dessas rodovias, nos Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Lembrando que as famílias que foram assentadas no período de 1927-

⁵ Este foi o nome atribuído ao relatório conclusivo das investigações da Comissão de Inquérito instaurada por determinação do então Ministro do Interior, General Afonso de Albuquerque Lima. O ministro nomeou o Procurador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) Jáder de Figueiredo Correia, em julho de 1967, para presidir a Comissão formada para apurar as irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios- órgão estatal responsável pela execução da política indigenista brasileira entre 1910 e 1967. A documentação foi “descoberta” somente em 2012, pois até então acreditava-se que ela havia se perdido no incêndio, supostamente criminoso, que aconteceu no prédio do Ministério da Agricultura em junho 1967, destruindo os arquivos do SPI. Fato este recentemente esclarecido, pois o incêndio ocorreu um mês antes da instalação da Comissão de Inquérito. Esta documentação é identificada a partir de uma demanda de pesquisa, no contexto das investigações da Comissão Nacional da Verdade, em 2012. Ao ser consultado por pesquisadores no contexto da Comissão Nacional da Verdade e posteriormente divulgado pela imprensa, todo o conjunto documental passa a ser chamado de Relatório Figueiredo. Esta documentação esteve arquivada na sede da Funai, em Brasília até 2008, quando foi transferida para o Museu do Índio. O conjunto documental é formado por trinta volumes, dos quais foram recuperados vinte e nove. (GUIMARÃES, 2015).

1963, em 36 anos, não passaram de 53 mil famílias que receberam lotes em programas de colonização, com a insignificante média anual de 1486 famílias. No período seguinte de 1964-1984, em 20 anos, com os programas de colonização dos militares na região Norte, levaram 162 mil famílias de nordestinos e sulistas para Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Nesta mesma região ainda no período da ditadura, a latifúndio teve sua expansão motivados pela cobiça, o governo favoreceu grandes empresas estrangeiras, que segundo Chiavenato (2004), receberam incentivos fiscais para adquirir grandes extensões de terra na Amazônia. Estes foram os grandes responsáveis pela devastação da floresta e o aumento da miserabilidade do homem do campo. Isso também significou a entrada das multinacionais de capital industrial, com o discurso deles terem ido para Amazônia para ajudar a desenvolver o país. Dessa maneira, várias empresas como Volkswagen, Liquifarm, ITT, Bethlehem, Mitsubishi, Mercedes-Benz, Swift entre muitas outras adquiriram milhões de hectares de terras na Amazônia.

Segundo o relatório da Comissão da Verdade (2014), foram os planos governamentais escrupulosos que desencadearam a usurpação das terras indígenas, contactando populações nativas algumas ainda isoladas favorecendo a invasão e recebimento de titulações de terras pertencentes aos índios que foram passados a terceiros, esse tipo de política já vinha sendo adotada pelos governos estaduais sendo reforçada pelo governo federal.

Essas áreas utilizadas como reservas de valor, por serem ricas em minérios, sendo que algumas são exploradas, principalmente quando há ouro o que geralmente é contrabandeado, levando a perdas de divisas para o país. Uma das questões mais preocupantes, são os problemas ambientais que agridem a floresta e impacta as populações locais que atuam no extrativismo da borracha, castanhas e sementes etc., sem mencionar a destruição criminosa de madeiras de lei. Conforme Chiavenato (2004, p. 63), “empresas japonesas, sediadas estrategicamente na foz dos grandes rios nas saídas para o mar, montaram serrarias que trituram mogno, jequitibá e outras espécies”, dessa maneira, possibilita o transporte para o Japão, Europa e Estados Unidos, onde estão os fabricantes de aglomerado do que sobra das madeiras nobre. O custo é extremamente baixo para essas empresas, lembrando que as terras foram compradas a partir de financiamentos especiais e a exportação para seus países de origem receberam incentivos do governo brasileiro.

Segundo Sicsú e Lima (2000), as novas e extensas áreas do norte do país aos poucos foram sendo incorporada aos centros básicos de atividades produtivas, de certa forma, a fronteira agrícola que estava se redirecionando para funções de receber os excedentes populacionais oriundos de áreas com superpopulações e fornecer recursos naturais. Agregaram-se a estas funções, pouco tempo atrás, a abertura de espaços para acumulação e expansão do modo de produção capitalistas, em outras palavras, a fronteira, não é mais o espaço da ocupação camponesa tradicional, ela dá lugar privilegiado para acumulação capitalista.

A economia capitalista impõe o modo de produção que determina em grande parte, os modelos de desenvolvimento nacionais e os procedimentos regionais, nesse sentido, Becker (1994, p.11) evidencia, que a fronteira agrícola amazônica só é possível de entendimento com fundamentos da inserção do Brasil no sistema global capitalista do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo passou a atuar de maneira globalizada ficando os Estados nacionais conservando seu funcionamento de controle e hierarquização, sendo estes agentes essenciais na produção de novos espaços. “Na verdade, o povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial”.

3. 4 – Espaço Indígena em Rondônia: Reflexo do Avanço do Capitalismo

Considerada abundante em termos de recursos naturais, foco de preocupações desde os tempos coloniais pelos governos do Brasil a Amazônia brasileira, possui vastíssima área. O recorte espacial da conquista e colonização dos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, onde buscou-se continuamente a sua exploração por meio de mecanismos que na maioria das vezes possibilitou diversos encontros com as populações autóctones, levando-as a fuga, adentrando cada vez mais na floresta, e posteriormente com as levas de migrantes, sendo este um resultado negativo para os silvícolas que ali já estavam estabelecidos por séculos.

Segundo Teixeira e Fonseca (2001), no decorrer do período colonial ocorreram inúmeras tentativas de colonizar os vales do Madeira e do Guaporé atual espaço rondoniense, principalmente no século XVIII, no momento em que esses rios tornaram-se importantes hidrovias que ligavam o rio Madeira ao rio Amazonas, para o comércio entre Belém do Pará e as minas do Mato Grosso. Outra relevância, é que

na rota comercial mantinham-se povoados que tinham por objetivo assegurar a posse territorial, assegurando ao país suas fronteiras políticas delimitadas pelos tratados.

A região do Madeira conservou-se povoada pelo europeu com certos distanciamentos espacial. As investidas de colonização concentraram-se nas áreas das cachoeiras para baixo, com algum sucesso no médio e baixo Madeira. Mesmo com povoações isoladas e baixa densidade demográfica, o percurso era bastante conhecido. Depois de 1752, foi aberto para a navegação e diversas expedições transitaram com risco de febres e confronto com indígenas. Segundo Théry (2012), o tempo estimado era de quarenta a sessenta dias para atravessar os trechos encachoeirados, tendo que carregar e descarregar os barcos, puxados através das picadas, percursos traçados na floresta para contorná-los, ofícios exaustivos e insalubres em um clima quente e úmido. Segundo Almeida Silva (2012), as ocorrências de encontro com os índios resultavam em confrontos e aniquilamento de algumas tribos.

Sob o domínio português, o vale do Guaporé assistiu à realização de grandes obras como o forte Príncipe da Beira, concluído em 1783, uma fortaleza militar cujo objetivo era garantir a posse das terras as margens do rio Guaporé, fronteira com a Bolívia, devido aos conflitos com a Coroa da Espanha. Segundo Moser (2006), depois de consolidada a presença portuguesa, por não ser mais necessária na função de proteção da fronteira, foi abandonada, no período da primeira República, permanecendo esquecida politicamente num período de 40 anos, sendo ocupado quase por inteiro pela vegetação.

Em 1774 na França o naturalista Charles Marie de La Condamine expõe que em uma de suas expedições tomou conhecimento da seiva que os indígenas da Amazônia utilizavam para confeccionar objetos, ele relatou sua descoberta na Academia de Ciências da França, seu estudo chamou atenção de diversas indústrias inclusive a automobilística que estava em seu início, e precisariam de um produto forte para utilizar nas rodas e demais acessórios de seus produtos, bicicleta, carros dentre outros. Após a descoberta da vulcanização a utilização do látex tornou-se indispensável para diversas indústrias, o que levou a procura desenfreada por áreas que tivessem a *hevea* e pudessem ser exploradas. (MOSER, 2006; TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

A procura por goma elástica pelos brasileiros, segundo Teixeira e Fonseca (2001), levou-os a ocuparem a parte boliviana do Acre, por meio dos rios Amazonas,

Purus e Juruá, levados por alguns fatores que foram ressaltados pelos autores: a falta de definição de fronteiras, extensas áreas que poderiam ser colonizadas e as possibilidades que os brasileiros tinham em navegarem facilitavam a ocupação. No alto Madeira, a situação era inversa: era mais fácil para os bolivianos o acesso a região por meio dos rios Orton, Madre de Dios e Beni, apesar dos obstáculos como acidentes naturais, o que levou os seringais nativos do Madeira e seus afluentes, Mutum-Paraná, Jaci-Paraná, Jamari e o Ji-Paraná a serem ocupados.

De alguns seringais que existiam nas margens do Madeira surgiram povoações que hoje são cidades, casos como esse foi a criação da cidade Manicoré na margem direita do Madeira, e a cidade de Humaitá, quando José Francisco Monteiro, radicado no Brasil, abriu um seringal em que teve diversos conflitos com índios Parintintin, ao ser derrotado desceu o rio e na margem esquerda fundou Humaitá.

Nos seringais tinha-se a associação de diversas atividades funcionais além do seringueiro que corta a árvore da seringa, muitas outras ocupações ajudavam a formar o que se considerava ser o seringal, algumas delas foram evidenciadas pelo autor:

Nas próprias especializações funcionais, no seringal, destaca-se a simbiose: além do seringueiro que corta a árvore de seringa, do caucheiro que abate a árvore do caucho e lhe tira o leite, o balateiro que sangra a árvore da balata, existem, ainda, várias pessoas engajadas em tarefas ancilares, em associação íntima com as espécies vegetais e animais. São os mateiros, grupo de homens que penetram na selva para descobrir seringueiras. São os toqueiros, que ajudam os primeiros e abrem a “estrada” na floresta. São os comboieiros, que conduzem os burros de carga para o centro e trazem a borracha para a beira. São os homens de campo, que tratam do pequeno criatório e da limpeza do terreno ao largo do barracão. São os caçadores e mariscadores. Todas figuras integradas no sistema social do seringal. (TOCANTINS, 1982, p. 103).

Logo, percebe-se que a extração da borracha tem suas peculiaridades no modo como atua o capital, que utiliza a mão-de-obra sendo ele indígena ou não, de maneira a escravizá-lo, mesmo sendo um trabalhador assalariado, os desdobramentos do trabalho acontecem com que sua remuneração seja substituída pelo vale no barracão, pois seus alimentos eram comprados e registrados num caderno como adiantamento do pagamento, o que no encerramento do mês é subtraído do seu salário, nesse caso o acúmulo de dívidas era inevitável, e o

seringueiro acaba sem poder saldar sua dívida no barracão, por isso, essa ação foi caracterizado como uma forma de escravidão dissimulada:

O ciclo da borracha implica um arranjo espacial disperso por dentro da mata, onde os seringueiros (trabalhadores extratores do látex, líquido extraído da árvore com o qual fabricar-se-á a borracha) localizam-se em cabanas marginadas na rede dos pequenos afluentes. Aí, num ponto à beira do rio, o seringueiro levanta sua habitação precária, na qual instala o sistema rústico de defumação que vai transformar o látex na forma bruta da matéria-prima da borracha, deslocando-se diariamente ao longo de uma picada aberta na mata, a estrada de seringueiras, fincando nas seringueiras tijelinhas para recepção do látex, recolhendo e reunindo ao final do dia o líquido num balde para ir defumá-lo na cabana. Percorrendo de uma a duas estradas por dia uma média de 123 árvores, não lhe sobra tempo para dedicar-se à produção alimentícia e demais bens de uso e consumo, tendo que suprir-se com os meios fornecidos pelo seringalista (proprietário do seringal, a fazenda que emprega o seringueiro congregando dezenas de estradas) através da instituição do sistema do barracão. (MOREIRA, 2014, p. 112)

Muitos seringais comportavam um contingente elevado de pessoas, alguns tornaram-se núcleos de povoadamentos de certa importância, segundo Teixeira e Fonseca (2001, p. 104), “em 1886 a população total do Vale do Madeira era pouco superior a 40.000 habitantes e em 1895 a região já contava com 70.000 habitantes, sendo digno de nota, nessa época, apenas Manicoré e Borba como centros de colonização”. Já, na cachoeira de Santo Antônio, a margem direita do rio tornava-se importante no século XIX, surgiu a povoação de Santo Antônio do Rio Madeira, que depois tornou-se vila pertencente a província de Mato Grosso. Assim como os outros núcleos de povoamento do Madeira, o que tinham em comum era o fato do seu surgimento ter sido em função da atividade extrativista. Tinha-se como referência ser o ponto de embarque e desembarque que estava no sentido Manaus e Belém, ou subindo o rio em sentido a Mato Grosso e à Bolívia, sua localidade determinava o início ou o fim do trecho encachoeirado do rio.

Consistindo como um depósito de mercadorias de grande fluxo comercial, um local de descanso e de passagem, em que a sua população que estava fixada não era muito, poucas famílias residindo, apesar que a aglomeração humana fosse considerável para os padrões do Madeira. Santo Antônio era o encontro de comerciantes e seringalista, aventureiros, remadores da região que concentravam a influência de vários rios, Beni, Madre de Dios, Guaporé, Mamoré, situavam-se com intenções de despachar ou receber mercadorias para os mercados do Estados Unidos e Europa, pela hidrovia Manaus e Belém.

Autores como Ott (2002), Costa Silva (2010), Théry (2012) e Teixeira e Fonseca (2001), estão de acordo que na última década do século XIX a povoação esteve em circunstâncias favoráveis para uma prosperidade, e que Santo Antônio foi um entreposto que gerou boas expectativas para o não índio no sentido econômico com grandes chances de ter sido um vilarejo bem sucedido. Com o crescimento da produção da borracha, barcos a vapores, criação de barracões para estocar borracha, elevação do povoado à categoria de Vila, ao que tudo se apontava que seria aquela uma das cidades mais importante do Madeira.

Na Amazônia, a crescente necessidade de trabalhadores nos seringais devido ao aumento da procura externa pela goma elástica, foi solucionada em parte, preliminarmente, com a migração intrarregional. De acordo com Teixeira e Fonseca (2001, p.119), para as áreas extrativistas que surgiram com aumento da demanda no oeste amazônico, encaminharam-se populações dos núcleos de colonização antigos, numa proporção que chegou a impressionar as autoridades do Pará, no entendimento da descolonização daquelas regiões. No entanto, esse deslocamento de mão-de-obra dessas regiões para as novas áreas de extrativismo, não sanou a demanda devido aumento da produção para suprir a necessidade do mercado. Desse modo, deram continuidade ao apresamento do índio e até aumentou no final do século XIX, houve atos de coerção pelos donos dos seringais para coleta do látex e outras mercadorias florestais. Porém, a captura de índios tornava-se cada vez mais árduo e não o bastante para a demanda dos seringais.

Nas primeiras décadas do século XIX, houve um movimento nordestino para Amazônia para trabalharem nos seringais, porém, uma das secas mais severas que houve nos anos de 1870 a 1880, e o aumento da demanda por matéria-prima, fizeram com que intensificasse a leva de nordestinos para região. A migração ocorreu de maneira induzida ou espontânea, com a participação do governo brasileiro para o deslocamento.

No final do século XIX e início do século XX, tinha-se uma intensificação dos fluxos nos rios da Amazônia ocidental. A produção dos seringais da goma elástica para exportação estava cada vez mais volumosa, a migração dos nordestinos para abastecer de mão-de-obra também era outro fator que só aumentava, com expansão espacial que correspondiam as áreas de habitações exclusivamente bolivianas. O Acre, uma área que era da Bolívia estava sendo ameaçada pelo avanço dos brasileiros nos seringais, podendo ocasionar conflitos com bolivianos.

Deve ser lembrado que em todo o período de intensa expansão dos seringais os indígenas foram diretamente impactados, pois as etnias viviam nas áreas ou próximos aos seringais, e quando tinham o encontro com o não-índio ora eram forçados a escravidão, tinham suas mulheres e filhos sequestrados, como sempre alguns fugiam tentando evitar o contato, e outros as vezes resistiam a presença do não-índio e lutavam pela manutenção de sua terra e sobrevivência, o que ocasionava na maioria das vezes sua morte. Uma parte das ações realizadas no período da exploração da borracha vão ser informadas pelos relatórios da comissão Rondon, onde este indica que encontrou diversos indígenas em situações de escravidão, sequestro e fuga.

,3. 5 – O Início da República: A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré

Demonstrando incapacidade de negociar com agricultores, militares, políticos do partido liberal e conservador, o imperador D. Pedro é destituído do comando do país em 1889, e é obrigado a se exilar. Desta forma, percebe-se que a Proclamação da República é resultado de um processo político de descontentamento que iniciou em 1870, com o descontentamento por parte dos militares que ganhavam baixos salários; com os manifestos do partido liberal apoiando o regime republicano; a crise com a Igreja católica que solicitou a excomunhão dos maçons católicos e que D. Pedro II não obedeceu; a promulgação da Lei Áurea em 1888 que proibiu o trabalho escravo no país; o que resultou na insatisfação dos produtores de açúcar, café, algodão, tabaco dentre outras culturas agrícolas. (GOMES, 2013)

Em 15 de novembro de 1889 em dois pontos distintos da cidade do Rio de Janeiro, de um lado o marechal Deodoro da Fonseca retira do gabinete ministerial o Visconde de Ouro Preto, na sequência José do Patrocínio vereador proclama a República. Com essas ações, efetiva-se o golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca sob o regime monárquico brasileiro e cria-se a república. (GASPARETO, 2019)

Após o golpe militar que instaurou a república, Deodoro da Fonseca foi escolhido como presidente provisório, ficando no cargo até as eleições. A nova Constituição brasileira foi elaborada em três meses. Aprovada e promulgada em 24 de fevereiro de 1891, no entanto grande parte da redação ficou a cargo de Rui

Barbosa e Prudente de Moraes. Sendo inspirada na dos Estados Unidos, tendo como eixo a federalização dos Estados e a descentralização do poder. Inclusive o nome do novo país recebeu influência americana, pois foi denominado "Estados Unidos do Brasil". (GASPARETO, 2019; CARVALHO, 1995; GOMES, 2013)

A escolha do presidente e vice ocorreu em fevereiro de 1891, após a promulgação da nova constituição, os parlamentares que formavam a Constituinte tiveram de votar separadamente para presidente e vice-presidente. Os vitoriosos foram Deodoro da Fonseca como presidente e Floriano Peixoto como vice-presidente, deve-se informar que eles não eram aliados políticos, a candidatura no início da república não era por chapa de titular e vice. Deodoro ficou no cargo apenas nove meses, por ser autoritarista e não procurar alianças políticas tentou dar um golpe fechando o Congresso Nacional, o que o obrigou a renunciar em 23 de novembro de 1891. (GASPARETO, 2019)

Conforme o café se tornava o carro-chefe da economia nacional, a elite agrária, composta principalmente por cafeicultores paulistas, se fortalecia e passava a alimentar a ambição de possuir uma autonomia de províncias que não existia no Brasil Império. Percebe-se que a oligarquia foi um fenômeno assentado em diferentes configurações sociais, dentro do sistema político dominado pelos proprietários rurais e alguns militares cujos interesses seriam representados pelo Estado, o que levou ao favorecimento do chamado "voto de cabresto". (CARVALHO, 1995)

A política nacional do início da república era de tolerância e concórdia, onde havia segundo Gomes (2013, p. 255) vastas alianças "entre o governo central e os chefes políticos regionais, que, em troca do apoio ao presidente, tinham total liberdade para mandar em seus domínios de acordo com os seus interesses" nesse interim, "o governo federal entregava cada um dos estados à facção que dele primeiro se apoderasse. Contanto que se pusesse nas mãos do presidente da República, esse grupo de exploradores privilegiados receberia dele a mais ilimitada outorga, para servilizar, corromper e roubar as populações".

Nesse contexto político nacional, ao buscar resolver os problemas advindos pela permanência de brasileiros no lado boliviano a diplomacia interveio o que levou, segundo Teixeira e Fonseca (2001, p.135), a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, neste a Bolívia negociou seu direito de posse e soberania sobre a área que estava-se em disputa mediante o pagamento, de uma indenização de 2.000.000 libras esterlinas, e no "artigo VII daquele tratado obrigava ao Brasil a

construir uma ferrovia que contornasse o trecho encachoeirado do rio Madeira, exigência do governo boliviano para que fossem sanados os problemas de transporte naquela área”, a ferrovia teria por início em Santo Antônio, no rio Madeira e finalizaria em Guajará-Mirim, no rio Mamoré, com uma linha secundária até a Vila Murtinho, nas proximidades da confluência do Beni com Mamoré, o que facilitaria o transporte de mercadorias de Villa Bella (Bolívia).

As tentativas de superar os trechos com acidentes hidrográficos, que muitos ocasionavam em perdas humanas e de materiais, a muito já se tentavam estudando um meio que facilitasse o transporte naquele decurso. Conforme Théry (2012), em 1872 em um barco a vapor com 25 engenheiros da *Public Works* chegam e atracam em Santo Antônio, encontrando apenas alguns militares enviado pelo brasileiro, rapidamente são atacados por doenças tropicais. Além do que, verificaram que o que tinham planejado seria bem mais, como a terraplanagem que seria quatro vezes mais que o previsto. Depois de dez meses sem nenhum trilho colocado, rompendo o contrato em 1873 com a *Public Works*.

Foi assinado um novo contrato com outra companhia Dorsay & Caldwell, que tenta dar continuidade ao trabalho da empresa anterior, antes de romper o contrato constrói alguns quilômetros com materiais abandonados da *Public Works*. Théry (2012), escreve que com a desistência de mais uma companhia nesse caso a inglesa, *Church* tenta dar visibilidade nos Estado Unidos na busca por empréstimos, desperta interesse de um banco que estava preocupado na venda de aço de uma das suas companhias, faz a relação com a firma P & T Collins, em 25 de outubro de 1877, assina contrato devido ao empréstimo pela companhia Collins.

Alguns acontecimentos inviabilizaram a companhia Collins, casos de barcos que afundaram com materiais, doenças, ação de indígenas tentando proteger seu espaço vivido investiam em ataques. Contudo, sete quilômetros de ferrovia são construídos, segundo Teixeira e Fonseca (2001), devido a diversos fatores, a empresa abandonou a obra em 1879, entra em falência e cancelada a concessão.

Segundo Théry (2012, p. 43), após os insucessos todo o trabalho é abandonado. Porém, com a guerra contra o Chile em 1882, que resultou para Bolívia a perda do acesso ao pacífico, e dessa maneira, tornaram a reativar o projeto da ferrovia. “O tratado com o Brasil de 1882 lhe concede o livre uso da ferrovia e a livre navegação: é decidido, então, o envio de comissões de estudo, esta foi criada em 25 de novembro”. Alguns projetos estão em disputa para execução das obras, falavam-

se em construir a ferrovia até Humaitá com 400 quilômetros a mais, o que não ocorreu. Durante o tempo que se cogitava construir a ferrovia Madeira Mamoré, outras foram construídas, e a da Bolívia teve sua importância reduzida.

Em maio de 1907 a May, Jekyll & Randolph Co, uma companhia dos Estados Unidos da cidade de New York, assume a obra da ferrovia e em seguida é criada Madeira-Mamoré Railway, que compra a concessão, o grupo *Brazil Railway Company*, que tem por dirigente Percival Farquar, retomou as obras e abriu contratos para cooptar trabalhadores de diversos países, foram recrutados estrangeiros e nacionais que fizeram parte não somente da construção da ferrovia, foram utilizados nos seringais e na construção da linha telegráfica Mato Grosso/Amazonas e na demarcação do presente estado de Rondônia.

De acordo com Théry (2012), os sucessivos fracassos e inconvenientes para a construção da ferrovia produziram narrativas assustadoras, uma delas é que cada dormente da estrada de ferro representava uma morte, por isso entrou para história a data em que o último dormente é fincado na linha férrea em 30 de abril de 1912, e em 1º de agosto de 1912, a ferrovia é dada como concluída e inaugurada, mantendo até a atualidade como uma das histórias que mais se destacam na história das ferrovias.

A espacialização do não-índio em toda a Amazônia ficou cada vez mais perceptível, e foi o espaço, ordenado e construído às custas da escravidão, de homens trazidos independentes de sua vontade, para trabalharem e formalizarem os diversos projetos executados na região. Fatores externos trouxe para Amazônia o não-índio para dar início ao ciclo econômico da exploração da *hevea brasiliensis*, que favoreceria os detentores do capital durante a economia da borracha.

A importância da comissão das linhas telegráficas foi entendida como estratégica e fundamental para a compreensão do nascimento e constituição do Território Federal do Guaporé, muitos municípios nasceram das estações telegráficas relacionados aos trabalhos da Comissão Rondon, tendo o eixo da BR atual 364 por onde passou a comissão, e, com sua relevância de maneira aguda nas políticas aprovadas pelo Governo Federal na questão indígena.

As medidas adotadas ainda no período do Império brasileiro após a guerra do Paraguai (1865-1870), para defesa e ocupação da fronteira oeste do país vista como a mais desprotegida, das quais estava incluídas a instalação de postos militares, criação de povoados e vilas para estimular as economias locais, e a ampliação das linhas telegráficas para a ligação dos centros urbanos às regiões mais distantes. No

sentido de construir um Estado-nação brasileiro, ressaltando as conexões internas produzidas pelas estradas para utilização de transportes e pelas telecomunicações com o uso do telégrafo, foram iniciados os trabalhos no final do regime imperial, que deram continuidade com a implantação da República.

O nome do Estado de Rondônia é uma homenagem a Candido Mariano da Silva Rondon, natural de Mimoso, atual município de Barão de Melgaço, no estado do Mato Grosso. Segundo Teixeira e Fonseca (2001, p.146), Rondon nasceu a 5 de maio de 1865, órfão ainda criança, educado por familiares graduou seus estudos no Liceu Cuiabano, professor desde cedo aos 16 anos, mas impedido de atuar no magistério devido sua pouca idade. Dirigiu-se para o Rio de Janeiro em 1881. Matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, em 1885 concluindo sua preparação para oficial em 1889, sendo nomeado no mesmo ano ajudante da Comissão Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia.

De acordo com Oliveira (2006), Candido Rondon, havia atuado na Comissão da Linha telegráfica de Cuiabá ao Araguaia a partir de 1890, na época ocupava o posto de Alferes, posto militar que se tinha antigamente, equivalente ao atual de segundo-tenente militar, obtendo aprendizados a orientar os trabalhadores e a evitar confrontos com índios com o Major Gomes Carneiro. Candido Rondon, finalizou os trabalhos de conservação dessa linha telegráfica como responsável até o final do século XIX, onde foram elaborados diversos levantamentos geográficos com o envolvimento e colaboração dos índios Bororo.

No início do Brasil República ainda se tem um certo olhar a respeito dos povos indígenas como força de trabalho para o capital ou em função dos detentores do poder. Segundo Oliveira (2006), em 1900 Rondon recebeu a função de chefiar os trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, da qual sua função fazer a integração do espaço por meio das linhas telegráfica, abrindo estradas beneficiando a colonização. No relatório da Comissão, Rondon relata em vários momentos a sujeição e até mesmo a escravidão de índios nas fazendas por onde a comissão passou. Rondon considerava que os índios não contatados poderiam ser utilizados na defesa das fronteiras como mão-de-obra empregada no desenvolvimento econômico de Mato Grosso.

O telegrafo teria sido um instrumento tecnológico da modernidade, apropriado para possibilitar a chegada do progresso, integrando o país de norte a sul, e consolidar a civilização nos lugares mais remotos do país. Dessa maneira, garantia o

estabelecimento de núcleos de povoamento, tranquilizando a fronteira e viabilizando uma política que no decorrer do tempo, integrar os índios a sociedade brasileira como civilizados produtivos. Com as linhas telegráficas ligaria os sertões do Mato Grosso ao Amazonas, uma obra de longo alcance dirigida a tirar do afastamento as regiões distantes. Assim, tornava-se fundamental investir nos grandes “vazios” do Brasil, inseridos à civilização, conjuntamente a construção das ferrovias.

De acordo com Oliveira (2006, p. 107-108), para os positivistas da Comissão, o telégrafo proporcionaria a construção da nação, auxiliaria para dar legitimação ao projeto republicano. Tornaria em territórios nacionais os espaços da fronteira, índios e sertanejos agora seriam brasileiros. Engenheiros e militares teriam como missão civilizar, comunicar aos indígenas as novas tradições, nos rituais cívicos da Comissão Telegráfica, as rotinas a serem seguidas. As explorações geográficas prosseguiram, expandindo o conhecimento científico e cartográfico da fronteira.

Na passagem do Império para República, tinha-se uma crise de mão-de-obra (força de trabalho) a qual acreditava-se que a abolição da escravatura havia motivado essa necessidade, tornara-se uma proposição debatida, se dever-se-ia tornar os índios e negros livres, torna-los “bons brasileiros”, aqueles sobre condições rudes do interior do país, ou motivar a imigração. A segunda possibilidade sendo vitoriosa, com suas bases discriminatórias, tornaram os conflitos dos índios com os imigrantes na ocupação dos espaços um destaque nos jornais, levando a questionamentos o que fazer nessas situações.

Segundo a Funai (2015), Rondon e outros suggestionaram a criação de uma agência indigenista laica da qual a ação teria por finalidade:

- a) estabelecer a convivência pacífica com os índios; b) garantir a sobrevivência física dos povos indígenas; c) fazer os índios adotarem gradualmente hábitos “civilizados”; d) influir de forma “amistosa” sobre a vida indígena; e) fixar o índio à terra; f) contribuir para o povoamento do interior do Brasil; g) acessar ou produzir bens econômicos nas terras dos índios; h) usar a força de trabalho indígena para aumentar a produtividade agrícola; e i) fortalecer o sentimento indígena de pertencer a uma nação. (FUNAI, 2015, p. 13).

O grupo rondoniano defendia a proteção fraternal contra as objeções que se mostravam simpatizantes ao extermínio puro e simples dos indígenas, assim, produziria as condições convenientes para a integração do indígena ao Estado. Conforme Teixeira e Fonseca (2001, p.147), “os trabalhos realizados pela Comissão das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas tinham uma natureza braçal e

requeriam ritmo, ordem e disciplina militares”. O número de trabalhadores era constituído por civis e militares, boa parte desses trabalhadores era agrupado com certa brutalidade, através de prisões e com punições impostas de banimentos. A repressão e a violência física eram formas utilizadas para tentar evitar as fugas e dar mais velocidade nos trabalhos.

Em relação ao Serviço de Proteção aos Índios, que foi desenvolvido com a participação de Rondon, segundo Funai (2015), “foi separado da Localização de Trabalhadores por meio do Decreto-Lei nº 3454, de 6/1/1918, de modo que o órgão indigenista passou a se chamar apenas SPI”. Independentemente da separação, a aspiração de integração pacífica dos indígenas permanecia a orientar as ações desse órgão.

As atuações mais relevantes do SPI estavam direcionadas para a pacificação e atrair os índios em áreas recentes de colonização, com estratégias semelhantes as estabelecidas no regulamento de 1845. De acordo com Funai (2015, p. 14), “buscava-se junto aos governos estaduais “reservar” terras para a sua sobrevivência física; introduzir ações educacionais voltadas para a produção; e atender às suas condições sanitárias”. Em relação as terras dos índios, apesar da primeira Constituição republicana não citar a existência de indígenas, foi incumbido para os governos estaduais o controle e as decisões sobre as terras que não estão ocupadas. Os inspetores do SPI garantiam a posse aos índios através da concessão estadual de terras devolutas. O regulamento do SPI de 1928, o art. 10 estabelecia que era de competência do Governo Federal colocar em evidencia a cessão gratuita para o domínio da União de terras devolutas pertencentes aos estados, que estivessem ocupados pelos indígenas, mas nunca foi de interesse e sempre dificultaram esta cessão, discutia a terra dos índios como devolutas, o que aconteceu inclusive após a Constituição de 1934 instituir que deve ser respeitada a posse de terras dos indígenas que vivem permanentemente, não podendo aliená-las.

Essas divergências a respeito de suas atribuições entre estados e União permaneceu durante toda a história do SPI, só foi finalizada com a Constituição de 1967, quando houve a transferência das terras de ocupação indígena para a União, em que não podia ter qualquer intervenção de governos estaduais, e a promulgação da lei 6.001 de 1973, conhecido como Estatuto do Índio. Segundo Funai (2015, p. 14), “isso ajuda a entender a baixíssima efetividade do SPI em termos de áreas regularizadas: apenas 54 reservas criadas, totalizando 298.595ha. Na legislação do

SPI, as ações relativas a cada tipo de terra estavam ligadas a uma classificação” de quatro grupos: aldeados, pertencentes a povoações indígenas, nômades, e os que estão em convivência com civilizados, considerando nunca ter deixado o objetivo de transformar o índio e mão-de-obra nacional, ou pequeno produtor rural.

Segundo Teixeira e Fonseca (2001, p.147), a comissão Rondon realizou os trabalhos de modo apressado, entre os anos 1907 e 1915 construíram 2.270 Kms de linhas telegráficas com 28 estações, aberturas de picadões feita manualmente no percurso de toda linha. A obra fixou núcleos de povoamentos na região que se tornaria Rondônia, e alguns postos telegráficos em cidades como Vilhena, Pimenta Bueno e Jarú. A partir do traçado da linha telegráfica foi proposto por Roquette-Pinto a construção de uma rodovia.

O Decreto-Lei Nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú, o Presidente de República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 e nos termos do art. 6º da Constituição, decreta: Art. 1º São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

Entre os territórios criados, está o Território Federal do Guaporé, que segundo Théry (2012, p.55), originalmente o território compreendia os municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Manicoré e Humaitá. “O Decreto-Lei Federal 7.470, de 17 de abril de 1945, determinou os seus limites definitivos: dois municípios apenas, Porto Velho (6 distritos) e Guajará-Mirim (3 distritos)”.

A partir de 1956 o Território federal do Guaporé passa a ser denominado Território Federal de Rondônia, e com a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, cria o estado de Rondônia, e dá outras providências, no Art. 2º institui a cidade de Porto Velho como a capital do novo estado.

Ao analisar alguns relatórios da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, tendo Cândido Mariano da Silva Rondon, como chefe da expedição, percebeu-se a importância dos relatos que foram descritos pelos participantes da comissão, das situações em que encontravam-se vários grupos indígenas, das formas que estavam sendo afugentados pelos seringueiros durante o período que a procura pelo látex estava em alta, e os seringais ocuparam boa parte do atual estado de Rondônia. No relatório de 1915, em diálogo com o presidente norte

americano Roosevelt, Rondon deixa explícito o que seria o futuro dos indígenas brasileiros:

Infelizmente, a respeito desta questão de propriedade de terras, estamos, no Brasil, não só muitíssimo atrasados, como também numa situação mais do que lastimável, vergonhosa! Sertões onde nunca pisou homem civilizado, já figuram nos registros públicos como pertencentes ao cidadão A ou B; mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar os ventos dos interesses pessoais, esses proprietários, - cara de um soboles, expelirão dali os índios, que, por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral, serão desde então considerados e tratados como se fossem eles intrusos, salteadores e ladrões. (RELATÓRIO RONDON, 1915, p. 45).

Com situações descritas nos relatórios, foi possível ter a compreensão de que a luta desses povos para sobreviverem sempre foi árdua. Em várias passagens em que descreveram aldeias que demonstravam indícios de ter sido lugar que agrupavam grandes populações, pelas extensas capoeiras, pelas grandes roças que foram abandonadas aparentando ter sido de maneira repentina.

Em alguns relatórios mostram-se como o contato com os não índios foi cruel para esses povos indígenas, e como o genocídio deliberado motivado por diferenças étnicas e sociopolíticas, em que muitos pela ganância mataram e violentaram de diversas formas as etnias encontradas, o que provocou a migração de muitos índios para sobreviverem. Em um dos trechos do relatório é explicado como alguns grupos foram parar próximo do rio Machadinho, e quais foram as razões de migrarem para esse local:

Aldeavam-se eles em águas do denominado braço esquerdo do rio Branco, e nunca haviam feito mal algum aos seringueiros, que cada vez subiam mais as cabeceiras com suas estradas. Chegou, porém, o dia em que a imprudência e malvadez de um homem vieram alterar a atitude pacífica dos índios. Tudo a um barreiro, ali avistou ele algum índio, sobre que fez fogo; e retirou-se do local amedrontado pelas consequências de sua leviandade, recolhendo-se ao barracão de Jurupary sem referir ali toda a verdade do ocorrido. Os índios verificaram o caminho por ele seguido, e não tardou a desforra. Emboscaram se perto do barracão e surpreenderam um ou dois homens, que flecharam e mataram (RELATÓRIO RONDON, 1916, p. 26).

As atitudes de violência contra as etnias desencadeou a vingança e essa também foi o estopim de uma série de violências, um dos empregados motivou outros homens a caçarem os índios, organizaram-se armados e foram em busca dos índios guiados por um trilhador, ao acharem-se próximos a uma grande aldeia indígena,

avistaram um índio adulto e um menino que andavam despreocupados, o que não estava nos planos encontrarem, o que tinham em mente, era atacar toda a aldeia:

O trilhador aconselhou-os a não fazerem tiros sobre esse índios, para que não fosse suspeitada ou descoberta a expedição; com isso desejava ele conduzir os homens cautelosamente até a aldeia, que atacaram de surpresa com toda a probabilidade de aniquilamento. Mas foi desobedecido; os homens não se contiveram e abriram um tiroteio cerrado, em consequência do qual o índio adulto caiu morto, e o menino fugiu baleado; finalmente, devido à confusão e desordem um dos atiradores foi também atingido por bala em uma das mãos. (RELATÓRIO RONDON, 1916, p. 26-27).

Depois disso, decepcionaram-se por já não estarem mais na aldeia, estava completamente deserta quando lá chegaram. Os dois índios salvaram seus parentes de um impiedoso ataque sem saberem. Mas, isso não foi o fim:

a fúria dos atacantes teve ainda onde aplicar-se, pois a rancharia indígena foi incendiada e suas plantações arrasadas; depois de que regressaram os atacantes a caça do menino ferido, que não foi difícil encontrarem guiando-se pelos pingos de sangue. Apanhado, o menino fez todos os gestos pedindo misericórdia, mas em vão. Porque um homem não tardou a consumir o hediondo assassinato, sangrando a facão a pobre criança. (RELATÓRIO RONDON, 1916, p. 27).

Os casos relatados não são poucos, muitas histórias violentas no período da expedição foram vividas por aqueles que percorreram a Amazônia durante a instalação das linhas telegráficas e puderam observar a corrida pela seringa envolvendo a violência com os indígenas, em que muitos livros de ainda omitem.

Deve-se deixar claro que os relatórios da comissão Rondon foram escritos por ele e por seus subordinados de patentes elevadas que detinham o conhecimento antropológicos, de medicina, de engenharia dentre outras especificidades técnicas que eram necessárias para a instalação das linhas telegráficas e “pacificação e civilização dos indígenas”. Sabendo que essas duas questões são de cunho pejorativo quando se trata de indígenas, ou de qualquer outro ser humano.

No início da década de 1950 ocorre um novo surto migratório em Rondônia devido a descoberta de diamantes no rio Machado, que também é denominado de Ji-Paraná, em suas margens existia a presença de um posto telegráfico, implantado pela Comissão Rondon, e uma povoação cujo nome era vila de Rondônia, atualmente município de Ji-Paraná. Neste mesmo período, segundo Ferreira (2012, p. 43) com “a descoberta de minério de cassiterita (estanho) em Rondônia na década de 1950 determinou nova dinâmica econômica, exigindo a implantação de uma infraestrutura

necessária à produção, exportação e comercialização deste minério”, de modo que a execução de vias de transportes ligaria Rondônia aos centros consumidores.

Contudo, a exploração em larga escala só foi possível a partir do ano de 1960, segundo Théry (2012), os rumores a respeito de ricas jazidas movimentaram uma corrida em busca de riquezas, o número de garimpeiros chegou rapidamente a 15.000, espalhados em três jazidas (Alto Candeias, Massangana e Igarapé Preto). Viviam praticamente nas jazidas, perfurando solo com suas ferramentas para atingir a camada dos aluviões compostas de minérios. Aos garimpeiros só era possível a ligação com o mundo apenas por aviões, que descarregavam materiais e comida e transportava o minério para ser consumido em outras localidades. Aos homens que ali vivam restavam muito trabalho e pouco a ganhar, grande parte do lucro pertencia aos pilotos dos aviões fretados, os seringueiros e comerciantes mesmo não tendo título da terra, consideravam-se donos dela, e cobravam pelo direito de explorar a cassiterita e a utilização da pista de pouso por eles aberta na mata.

De acordo com Teixeira e Fonseca (2001, p.168), “a cassiterita é matéria-prima para a produção de estanho. É relativamente rara na natureza e crescentemente utilizada na indústria, sendo por isso considerada material estratégico”. O único meio que se tinha para o transporte da cassiterita do rio Machado para Porto Velho nessa época, que durava quarenta dias, era fluvial. Com o apoio do governo para pesquisas do subsolo e financiamento à produção, finalização da abertura da rodovia que ligaria o Vale do Machadinho a Porto Velho eram os grandes desejos dos produtores.

Para Théry (2012) essa época de ouro não persistiria por muito. Grandes mineradoras inicialmente instaurada para negociação do minério e depois o transporte para Manaus para seu refinamento, em seguida exportar para as usinas metalúrgicas, persuadiram o Departamento Nacional de Produção Mineral/DNPM de que a mecanização traria uma melhoria na exploração das jazidas com aumento na produção e a forma que estava sendo explorada não era racional. Verdadeiramente, a forma como os garimpeiros exploravam, era retirada apenas das partes mais abundantes das jazidas com grandes perdas de cassiterita, em contrapartida, as mecanizações instaladas tais como (dragas ou jatos d’água e peneiras mecânicas) retiravam o máximo possível de minério.

Em 1970 a portaria do Ministro das Minas e Energia proibia a garimpagem que não fosse mecanizada, conforme Teixeira e Fonseca (2001), estimava-se em

cerca de dez mil o número de trabalhadores ligados diretamente com a garimpagem, e trinta mil indiretamente, para uma população de cem mil. Dessa maneira, a alegação consistia em dizer que era predatória a exploração, uma vez que boa parte era perdida no processo de extração manual, o que conduziu a economia de Rondônia novamente a decadência. A extração era cedida somente a empresas com capitais suficientes que pudesse investir em maquinários para explorar o minério.

Com a saída dos garimpeiros os resultados foram rápidos sobre os aspectos econômico da população de Rondônia. A economia que girava em torno da mineração, como comércios e serviços tiveram que fechar, a prosperidade da cidade de Ariquemes entrou em decadência e quase deixou de existir. De acordo com Théry (2012), fechados os garimpos, muitos equipamentos eram abandonados, era comum quando uma nova empresa abria, os funcionários encontravam os equipamentos utilizados pelos trabalhadores das empresas antigas, tais como pás, enxadões e peneiras enferrujadas, marcas deixadas de que os aviões não puderam levar e nem foram vendidas.

Sobre essa questão, Teixeira e Fonseca (2001), analisam a situação e mostra que a falência no comércio não foi o único problema, acarretou também um enorme desemprego. Teve uma queda na arrecadação de 70% e o Brasil que antes exportava o estanho passa a importar. Os grupos multinacionais intensificaram sua atuação no território, a exploração da cassiterita passou a ser monopolizada, anteriormente foi o meio de sustento de centenas de trabalhadores. A exploração em áreas indígenas em 1971 foi autorizada pela FUNAI, causando verdadeiros genocídios, incontestavelmente dos indígenas.

Com as ações socioeconômicas que ocorreram na extração da cassiterita, onde as primeiro levadas de garimpeiros que trabalhavam de forma manual, sujeitados a imposição do capital, na busca de sobrevivência e iludidos permanentemente e intensamente no desejo de possuir riquezas. Ocasionalmente melhor conhecimento do território para o estado, no entanto, eles não puderam usufruir da tão almejada riqueza, pois os detentores dos meios de produção monopolizaram para si o garimpo. Hoje empresas dão continuidade na extração de minérios nas jazidas que eles foram os primeiros a explorar. As informações transmitidas por esses trabalhadores que viveram durante esses processos nos garimpos, colaboraram para o aumento de imigrantes, como a terra prometida, para camponeses. O garimpo enfraqueceu mais não reduziu a população, o egresso foi comutado pela movimentação continua com a

chegada dos agricultores, que só foi possível com a abertura da BR-29, posteriormente recebeu a denominação de BR-364.

Segundo Santos (2007, p.25), “a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista”. Para um melhor desenvolvimento econômico é necessário melhor interação dos centros de produção e de consumo. A diminuição das distâncias incentivar a especialização agrícola e a dispersão do consumo. A troca entre regiões experimentará um desenvolvimento considerável, deslocando, como resultado, a expansão da conexão monetária num sentido geral para concentração capitalista.

Na visão militarizada era de fundamental importância a integração da região não desenvolvida ao centro-sul industrializado a qualquer custo. Conforme Souza (2011, p. 18), o *slogan* justificava a política de integração nacional, “Integrar para não entregar e Terra sem homens para homens sem-terra eram os mais reproduzidos no Território de Rondônia. O discurso não era novo, já havia sido difundido” de certa maneira com as linhas telegráficas, no governo de Getúlio Vargas com a “Marcha para o Oeste” e com o rodoviarismo de Juscelino Kubitschek para integrar o território nacional. Contudo, a massa de excluídos foi fruto deste tipo de política, devido a concentração fundiária no Centro-Sul, associado ao tipo de acumulação voltada para o arrocho salarial e na exportação de produtos.

De acordo com Teixeira e Fonseca (2001), a rodovia idealizada por Roquette-Pinto em 1916 não saiu do papel, somente em 1934 ocorre a primeira tentativa de sua construção com o nome de Rodovia Amazonas-Mato Grosso, seu trajeto seguiria paralelamente o percurso da linha telegráfica que a Comissão Rondon havia instalado, contudo em 1945 foi paralisada por falta de recurso. Já no ano de 1960 por meio do Decreto nº, 47.933 foi formado a Comissão Especial de Construção da Rodovia Brasília-Acre, essas decisões deram condições para aumento do fluxo de povoamento de Rondônia.

Conforme Théry (2012), em 1960 o primeiro comboio de caminhões parte de Cuiabá para Porto Velho, chegando ao seu destino dois meses depois. Mesmo com a inauguração da estrada em 13 de janeiro de 1961, o trajeto era muito difícil, nos períodos de chuva o tempo estimado aumentaria consideravelmente levando em torno de três meses para percorrer os 1.500 quilômetros de estrada, isto atrapalhava na intensidade do fluxo de produtos e de pessoas.

Com o estabelecimento do 5º Batalhão de Engenharia e Construção em 1966, com máquinas adequadas, consolida a abertura da BR-29 (atual BR-364), garantindo a ligação permanente por rodoviária de Rondônia com o centro-oeste, o sul e o sudeste do país. De acordo com Rondônia (2020, p. 02), “provocando a expansão da fronteira agrícola para Rondônia, através de maciços investimentos federais em projetos de colonização, intensificando o fluxo migratório”. A estrada construída foi melhorada, de início com pontes de madeira provisoriamente em seguida de concreto, permitindo a diminuição do tempo percorrido de Porto Velho a Cuiabá em dois dias, e São Paulo em quatro.

De acordo com Ferreira (2012, p.43), algo importante para se considerar, foram as terras de alto teor de fertilidade que a construção da rodovia deixou transparecer que eram propícias para agricultura, o que fortalecia a campanha de integração da “Amazônia e da liberação de mão-de-obra agrícola das lavouras do sudeste que se mecanizavam e Rondônia passa a ser a válvula de escape para aliviar a pressão social nas metrópoles” do Brasil.

Para Rondônia (2020), houve uma rápida formação desordenada de aglomerados urbanos, consequência da abertura da estrada, principalmente no eixo da BR-364, ocasionando uma ruptura da estrutura espacial existente, que estava concentrada na economia dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, esses não sofreram tantos impactos populacionais como os registrados na área de influência da rodovia.

Segundo Souza (2011), um ramal também foi construído, a BR-425, que seguia o traçado da EFMM até Guajará-Mirim na fronteira com a Bolívia. A abertura dessas duas rodovias seriam bases para a transformação drástica do cenário social do território. Todos os períodos anteriores, as explorações na região teriam sido de cunho extrativista sem ocupações efetivas, e os projetos antecessores visavam muito mais a defesa do que a ocupação.

Em 1943 a área física do que se tornaria o estado de Rondônia foi originariamente desmembrada de Mato Grosso e do Amazonas sendo criado o território do Guaporé sobre instituição do decreto lei nº 5.812 de 1943, e somente em 1981 passou a categoria de estado pela lei complementar nº 41 de 1981. Segundo Souza (2011), Venere (2005), Freitas (2008; 2011), Santos (2014), o Estado como organizador e gestor do espaço rondoniense, sempre trouxe malefícios para os grupos indígenas, por todos os processos espacializadores de ocupação, com a colonização e os

conflitos que ocorreram formando assim ao longo do tempo seus limites físicos e jurídicos.

O processo de ocupação que ocorreu em Rondônia, carrega um histórico de expropriação e exclusão dos povos indígenas, esse espaço cada vez mais com a população heterogênea, o contato dos povos indígenas com essa diversidade de pessoas que chegam de outros lugares, foi extremamente danosa às etnias, devido à baixa imunidade dos indígenas, pois as lideranças das aldeias não possuíam conhecimento, que segundo De Paula (2008), levou as populações a serem reduzidas devido à proliferação de endemias.

As doenças relacionadas ao movimento migratório não foram o único problema, nunca é demais trazer à memória que em meados do século XIX a borracha estava em destaque na economia mundial, o que deixou a Amazônia e os indígenas como parte desse processo, onde o capital estrangeiro ordenava a extração da *hevea brasiliensis*. Desta forma, percebe-se que a economia já em meio à globalização interferia na circulação de pessoas, na produção de produtos para comercialização, o que contribuiu para o processo de transformação do espaço pelo capital:

Tudo o que serve à produção globalizada também serve à competitividade entre as empresas: processos técnicos, informacionais e organizativos, normas e desregulações, lugares. Tudo o que contribui para construir o processo de globalização, como ele atualmente se dá, também contribui para que a relação entre as empresas – e, por extensão, os países, as sociedades e os homens – esteja fundado numa guerra sem quartel. Como esta é a lei da produção e da circulação das firmas globais, a cada momento a maior mais-valia está buscando ultrapassar a si mesma. Suprema ironia: essa mais-valia tão fugaz não pode ser medida e, ao mesmo tempo, se torna a principal alavanca, senão o motor unitário, das ações mais características da economia globalizada. (SANTOS, 2012, p. 212).

A produção da borracha em grande escala com finalidade de exportação, originou as primeiras vilas na região, Santo Antônio e Guajará-Mirim, no entanto grandes empresas com intuito de um melhor escoamento do látex (borracha), tentaram viabilizar a conexão das duas cidades, partindo do objetivo de construir uma estrada de ferro que ligasse as duas localidades.

As contradições podem ser observadas para atender aos processos e mecanismos legais para as especializações que se deram ao longo do tempo pelo desenvolvimento econômico:

O desenvolvimento econômico não pode ser visto simplesmente como “crescimento econômico” e muito menos decompor-se numa variedade de fatores isolados tais como produtividade ou taxa de

acumulação de capital, como fazem alguns vulgares economistas modernos, argumentando que o crescimento se dá quando, por exemplo, mais do que 5% da renda nacional são investidos. Este tipo de crescimento não pode ser discutido, a não ser em termos de épocas históricas determinadas e estruturas sociais particulares. (HOBBSAWM, 2006, p. 20-21).

Analisar o desenvolvimento econômico no olhar marxista é interpretar as contradições que são propagadas, essas que não há como saber se são realmente verdadeiras, dentro de um conjunto de seu movimento no estudo do capitalismo. Um exemplo é a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, que foi um projeto direcionado à escoamento e interligação com a Bolívia, no entanto, entre a teoria do planejamento e sua execução houve diversas ações contraditórias que ao serem realizadas por alguns atores sintagmáticos com intuito de não efetivar os objetivos e desviar recursos o que resultou na não efetivação do fim proposto para a estrada de ferro Madeira Mamoré.

Segundo Therry (2012, p. 47), mesmo com a conclusão da estrada de ferro em 1912 não houve utilização para escoamento dos produtos como havia sido previsto em seu planejamento, o autor ainda afirma que “ela foi construída em condições técnicas difíceis, em uma região quase desconhecida e muito isolada, o que representava problemas logísticos muito sérios”. Souza (2011) também relata que a construção da estrada de ferro passou a fazer parte do imaginário local, a denominaram de ferrovia do diabo, e diziam que cada dormente equivalia a uma vida perdida em sua construção. O percurso no qual a estrada de ferro veio a ser construída entre as cidades de Porto Velho e Guajará Mirim equivale a 360 km, que segundo Costa Silva (2010), deveria proporcionar a superação dos trechos que não apresentam condições de navegação devido ao grande número de cachoeiras, o que dantes era considerado uma barreira, passa a vencido pela tecnologia, mas para tal é imposto um determinado custo a todo o sistema produtivo, seja de vidas ou monetário.

A ferrovia Estrada de Ferro Madeira Mamoré ganhou o título de Ferrovia da Morte, devido ao número de óbitos causados pelas doenças tropicais. “As condições de trabalho e vida dos construtores foram descritas por Osvaldo Cruz, que esteve em Santo Antônio em 1910 e considerou a localidade a mais insalubre de todas que tinha conhecido, afirmando não ter encontrado qualquer pessoa que se pudesse designar como hígida” (CRUZ, 1972 apud OTT, 2002, p. 99-100), ou seja, detivesse uma boa saúde. Devido a insalubridade que a localidade de Santo Antônio demonstrava o

canteiro de obras precisou ser transferido, para que se desse a construção da ferrovia, o que ocorreu à sete quilômetros abaixo, onde veio a ser instalada a cidade de Porto Velho.

Sobre a ferrovia Ott (2002) afirma que houve um impacto sobre o ambiente, mas, para os índios e para os quelônios da região, estes um tipo de tartarugas de água doce, que foram muito consumidos pelos trabalhadores, tanto sua carne quanto seus ovos que eram tidos como iguarias pela gastronomia local, e dados como inimigos e/ou inóspitos os indígenas foram mortos, por novas endemias introduzidas pelos que migraram ou pela violência.

Outra ação governamental para espacialização do capital em Rondônia, foi as linhas telegráficas, para que fossem implementadas foi formado uma comissão no governo de Affonso Penna (1906-1909) sob o comando do coronel⁶ Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), este tinha como objetivo integrar pela comunicação o estado do Mato Grosso e do Amazonas ao restante do país. Segundo Caser e Sá (2011) os trabalhadores contratados para o empreendimento iam desde militares e civis e até mesmo grupos indígenas para os trabalhos mais rudes. Dessa forma, a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, continham um número elevado de homens.

As linhas telegráficas tinham como função proporcionar a posse consolidada da região amazônica, ignorando os grupos de populações que viviam nesses espaços, dessa maneira excluía os indígenas, como se não existissem, o capital com a ajuda do Estado avançou sem se preocupar com os autóctones da Amazônia brasileira, o que causou tantos impactos ambientais e também atingiu as populações indígenas. As linhas telegráficas serviram como norteadoras para abertura da BR 364 e para os planos de colonização em Rondônia. Segundo Coy (1988) a exploração da cassiterita⁷ em Rondônia durante os anos 50 motivaram a construção da estrada Cuiabá-Porto Velho ligando a Amazônia ocidental ao centro do país, o que facilitou nas décadas seguintes a implantação de projetos de ocupação dos espaços vazios, esses planos elaborados pelos militares durante o período da

⁶ Observando que nesse período Cândido Mariano da Silva Rondon não havia recebido o título de marechal, esse fato ocorreu somente em 1955 quando ele já tinha 90 anos.

⁷ A cassiterita fornece principalmente o metal estanho. Ele é útil na fabricação de latas de conserva, na obtenção do bronze (usado em esculturas e nos sinos) e também em refrigeradores, condicionadores de ar, radiadores e soldas, por exemplo. (CPRM, 2014).

ditadura militar em nenhum momento foram de salvaguarda dos indígenas, mas sim de efetivação da política oculta de extermínio para esses povos. (MARTINS, 2019).

O comércio nos anos de 1950 em Rondônia mais precisamente em Ariquemes, foi movimentado pela exploração do minério, no caso a cassiterita que segundo Moser (2006), teve um aumento na exploração a partir de 1959 atraindo muitos trabalhadores para a cidade de Ariquemes, devido ao declínio da exploração da borracha. De todos os processos de proteção da fronteira no vale do Guaporé com a construção do forte príncipe da beira, do extrativismo da borracha, do qual migraram muitos nordestinos, na construção da EFMM. Ainda assim, havia muitos povos indígenas sobreviventes mesmo depois de terem seus territórios invadidos, foram alcançados decorrentes dos novos projetos de colonização feitos pelo Estado.

Segundo Silva (2007, p. 206), no século XX na busca de novas áreas para a exploração da borracha os seringueiros passam a exercer o papel de soldado da borracha, dessa maneira os conflitos com os grupos indígenas “indubitavelmente vulneráveis que lutavam pela preservação de seu território ancestral” era uma ameaça concreta, os conflitos cada vez mais intensos, pois para sobreviverem os indígenas “embrenhavam cada vez mais para o interior das florestas”.

Silva (2012), acrescenta que a maneira que os seringalistas ocuparam a região do atual estado de Rondônia, houve intensos conflitos, de uma parte os não-índios adentrando o espaço e tomando para si as áreas com suas técnicas e aparelhos mais sofisticados que o dos indígenas. De outro lado, os indígenas tendo as áreas de terras que viviam e caçavam invadidas e expropriadas, tentavam com ações hostis defenderem seu território, o que era na realidade o que alguns não-índios queriam, pois os contra-ataques dos donos seringais e colonos eram cada vez mais mortal ao indígena que não detinham nem o conhecimento de armas de fogo, o contrário se dava com os colonos que utilizavam armamentos e também venenos em expedições para matar os indígenas.

O Estado brasileiro nas décadas de 1920 a 1970 utilizou-se da unidade federativa para inserir o projeto de uso e ocupação do solo. Esse direcionado a utilização de maior área possível em conformidade com a sustentabilidade requerida pelo Banco Mundial, já nas décadas de 1980 a 1990 em conjunto com os projetos e programas ocorreu também a abertura da BR 364, a qual foi um dos eixos para a transformação espacial das terras indígenas no estado. E, a colonização da Amazônia, direcionada por idealizações externas que resultaram no atual estado de

Rondônia, fruto de projetos tais como Programa de Integração nacional (PIN⁸), Projeto de Integrado a Colonização (PIC⁹), Programa de Assentamento Dirigido (PAD¹⁰), Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) e Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), tiveram como plano de gestão do território, objetivando a sustentabilidade ambiental o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico (ZSEE), que indicou a contrariedade dos processos capitalista na produção do espaço da unidade federativa, nos quais as populações tradicionais foram envolvidas.

Sabe-se que a espacialização e espacialidade em Rondônia seguiu-se na lógica de ocupação e urbanização, segundo os autores Moser (2006), Coy (1988), Ott (2002), Becker (2001), Fialho e Trevisan (2019), seguindo essa coerência tiveram na década de 1970 a 1990 uma dinâmica transformadora do espaço, percorrendo as mudanças temporais tem-se o PIC com início em 1970, o PAD iniciado em 1974, o POLONOROESTE com implementação entre 1981 a 1985, o PLANAFLORO a partir de 1990, e o ZSEE que tem seu início com o PLANAFLORO e segue até os dias atuais com as novas atualizações do uso e ocupação da terra. Percebe-se que desde o início da organização espacial a dinâmica cultural e ecológica dos indígenas é diretamente impactada com os projetos estatais.

⁸ O Plano de Integração Nacional, nasce da preocupação dos governos militares, assim como seus antecessores, com a segurança de fronteiras e os potenciais focos revolucionários que poderiam surgir de um vazio demográfico, nasce em 1970 entoadado por dois nomes: segurança e desenvolvimento, anos antes, em 1966, temos a “Operação Amazônia” que transforma a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), deixando de ser assim uma entidade formuladora de políticas para ser um órgão mais voltado a tarefas executivas encabeçadas pelo governo central (FIALHO e TREVISAN, 2019, p.05-06)

⁹ “Na década de 70, o INCRA estabeleceu dois modelos de assentamento no Estado: Projeto Integrado de Colonização – PIC e Projeto de Assentamento Dirigido – PAD. A cartografia de ambos era a mesma, assumindo a forma de espinha de peixe, pois consistia na abertura de estradas coletoras de até cem quilômetros adentrando a floresta em linha reta, a partir das quais eram construídas novas estradas perpendiculares e retilíneas, denominadas linhas. Foram abertos cinco PICs com área total de 1.759.521 hectares, nos quais forma assentadas 17.351 famílias, em lotes quadrados de 100 hectares”. Segundo Fialho e Trevisan (2019) o que difere os PICs dos PADs é a forma do assentamento, o primeiro era de cunho estatal, e a distribuição dos lotes na maioria das vezes era realizada por sorteio, já os assentamentos dirigidos teve cunho privado, os lotes foram destinado a pessoas que detinham dinheiro para compra-los e realizar empréstimos para manutenção da terra. (OTT, 2002, p. 104)

¹⁰ Foram criados dois PADs e com 6.307 famílias assentadas em 799.586 hectares em lotes que chegavam até 250 hectares. Além do tamanho, variava para os dois modelos, a experiência prévia com agricultura e a disponibilidade financeira do colono, necessárias no caso dos PADs. Exigia-se, ainda que a metade da propriedade fosse preservada como reserva floresta, enquanto a outra parte devia ser obrigatoriamente derrubada para garantir a posse do lote e utilizada no plantio de culturas de subsistência, como arroz, milho e feijão, ou por culturas de mercado, como o cacau e o café (OTT, 2002, p. 104)

CAPÍTULO IV

4 – AS ETNIAS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS DE GESTÃO ESPACIAL: DO POLONOROESTE AO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO

Neste capítulo foi tratado a dinâmica social, política, econômica e ecológica de Rondônia, onde estão inseridas as etnias das vinte e duas Terras Indígenas que foram analisadas nesta dissertação, ele encontra-se dividido em três subtítulos. Onde, fez-se necessário evidenciar as materializações espaciais indígenas e não-indígenas que estão em constante tensões, as características das políticas de gestão espacial implantadas em Rondônia foram também averiguadas, buscou-se evidenciar as que contribuíram para a minimização dos problemas indígenas, haja vista que todas tem em comum a busca do desenvolvimento econômico aliado a proteção do ambiente, das etnias e das populações tradicionais. Nesta perspectiva, o texto versou em responder o objetivo c, que foi elaborado para que pudesse ser evidenciado os atores sintagmáticos que participam das espacializações dos conflitos nas áreas indígenas. Dividido em três subtítulos que visam desenvolver conhecimento ao leitor sobre as estratégias utilizadas por esses atores sintagmáticos governamentais e privados que pressionam as etnias que possuem sua TI inserida no espaço rondoniense.

Rondônia, é tida como fronteira agrícola e apresenta os mecanismos da ação do Estado diretamente na sua dinâmica social, a unidade federativa experimentou um conjunto de transformações sociais, econômicas e territoriais, que conforme Costa e Silva (2010), foram manifestadas com intensidades distintas, essas foram efeitos do desenvolvimento do capitalismo na fronteira brasileira. Para o autor, o espaço rondoniano serviu como um laboratório social e territorial do Estado no campo das políticas públicas. Sendo na atualidade, institucionalizado como um estado da federação, seu processo de povoamento é apontado como, a produção de uma nova parte do país com potencialidades da prática social e vegetal que tornou um dos mais significativos processos de mudanças econômica dentro do país.

De acordo com Moser (2006), a política do governo federal e local foi voltada para que Rondônia pudesse ser a grande fronteira agrícola, resultando assim na ocupação das terras, o que gerou impactos direto aos povos indígenas pela redução de seus territórios, que foram efetivadas desde a colonização oficial e espontânea, por ocupação dirigida pelo órgão estatal, além das instituições privadas, por meio de

projetos de colonização entre outros, fundamentados na formação de pequenos estabelecimentos de terra, na pecuária e na agricultura familiar, integrando uma economia ao restante do país.

4. 1 – O Estado de Rondônia nas Estratégias do Governo Federal e Estadual

O estado de Rondônia, incluído no contexto das mutações que ocorreram na fronteira agrícola amazônica, teve seu primeiro momento de espacialização oficial do não-índio na década de 1970, quando a ocupação dirigida pela colonização oficial, impulsionou as transformações espaciais que se sucederam-se pela ação do Estado. Constituído pela ação do Governo federal foram colocados em prática projetos de colonização agrícola que desencadearam fluxos migratórios, simultaneamente conflitantes com os indígenas, os aviadores de borracha, as empresas de mineração e os fazendeiros, todos esses já em constante conflitos, se viram na confluência dos projetos de incentivo a colonização (PIC) ou de assentamento dirigido (PAD), que podem possuir diferentes siglas, contudo o resultado é o mesmo a chegada de mais pessoas a Rondônia, o que causa maior impacto negativo aos grupos indígenas.

A gestão do espaço rondoniense estava diretamente ligada ao governo federal perante um governador conveniente, indicado, à sociedade local. Segundo Becker (1994, p.105-106), “numa primeira fase, constitui-se de funcionários do Incra, e do governo do então território de Rondônia (originários do Nordeste e do Sul), de colonos, além de donos e empregados de serrarias e comerciantes”. A constituição de grupos dominantes, que eram opositores dos políticos tradicionais dedicados à economia extrativista da borracha, se deu sem que houvesse a necessidade do cumprimento das exigências ordinárias pelo Estado, de desbravadores passaram a ser elementos e ligação da sociedade local com o governador, sem intermediários ou através da classe política, barganhando algumas benesses pessoais e coletivas, institucionalizando municípios, vilas e distritos.

Segundo Harvey (1992) o apoderamento do espaço expressa a feição de como as vigorosas corporações ou grupos controlam sua estruturação e produção por meio da legalidade ou extralegalidade com o intuito de executar o máximo de controle, independente da forma que o espaço é apropriado, por eles ou por outros. No caso de Rondônia, as dinâmicas territoriais no âmbito rural foram movidas com

particularidades na colonização, migração, distribuição de terras como uma fronteira que:

se comporta como um campo de forças, espaço onde os projetos políticos dos múltiplos agentes territoriais podem ou não se territorializar. Consiste num campo de forças aberto, ao mesmo tempo, virtual e histórico, movimentado pelos projetos dos diversos agentes territoriais que imprime na luta política e no território suas visões e ações para com essa Região. (COSTA SILVA e DANDOLINI, 2018, p. 06).

Com isso, a ocupação da fronteira agrícola, revelam a espacialização do capital impactando as terras indígenas em Rondônia, que pressionam cada vez mais suas áreas habitadas, que reduzem a vegetação adentrando as aldeias diminuindo a fauna e flora levando a escassez de alimentos, priorizada principalmente por fatores econômicos, Martins (2019) esclarece que a fronteira agrícola nesse período, proporcionou grandes conjunturas de conflitos das frentes de expansão e frentes pioneiras. Portanto, fica evidente que os espaços sociais são frutos das relações entre pessoas, que segundo Fernandes (2005) passa a ser um espaço fragmentado.

A indução a migração feita e utilizada pelo Estado como estratégia, levou o choque de culturas que geraram conflitos com os índios, segundo Becker (1994, p. 106), foi uma ação poderosa, ofereceu insuficientes recursos aos migrantes e não se manifestou da maneira como era esperado na defesa de seus investimentos. Organizado uma elite detentora do poder, passou-se a utilizar o trabalho dos migrantes de maneira excessiva, seguiu-se as contradições na disputa pela terra, por irracionalidades da própria forma de gestão do Estado”. Também pelas crescentes interferência do Banco Mundial e a fragmentação por várias instituições estatais, devido a fragilidade do aparelho de Estado local e pelo comportamento organizado dos pequenos produtores, beneficiado pela densidade demografia e pela estrutura social.

Com os projetos de colonização, Rondônia recebeu um número elevado de migrantes candidatos a parceleiros nos projetos de colonização do Incra, segundo Oliveira (1993, p.91), entre os anos de 1973 e 1985 foram mais de 110 mil famílias. Porém, desses apenas 30 mil obterão o lote de terra através do Incra. Os programas colonizatórios tem seguido a diferentes processos, no entanto todos com raízes voltada na questão da estrutura fundiária concentrada do país.

Há nesse tipo de estrutura, a caracterização de que não há perspectivas de acesso à terra para grande parte dos camponeses. Segue-se uma lei da economia

capitalista, “o trabalhador deve ser livre para trabalhar para o capital, e não ser livre para trabalhar para si próprio”. Nesse sentido, os trabalhadores tornam-se posseiros nas novas áreas ocupadas, os povos indígenas têm assistido seus territórios encolherem pela posse desses trabalhadores, e depois pelos grileiros dos grandes grupos econômico capitalista. Principalmente este último que vê a terra como possível utilização para extração de minérios, reserva de valores ou utilização de grandes monoculturas.

A expansão rápida da colonização tornou de maneira exacerbada agravando os problemas relacionados a questão das nações indígena em Rondônia, com a implementação dos projetos de colonização, aproximou os contatos tornaram-se conflituosos com a invasão/ocupação de seus territórios com o apoio do Incra, devido este ser o responsável pelo estabelecimento dos projetos. Para Oliveira (1993), vários grupos indígenas como Suruí, Cinta-Larga, Gavião, Pakaá-Nova, Oro-uari, Uru-eu-wau-wau, Mequém, Zoró, Karipuna, tem resistido aos projetos colonizatórios de estratégias geopolítica de extinção dos povos indígenas em consequência do acesso a terra pelos colonos, que este acesso deveria ser em seus estados de origem.

Segundo Ott (2002), muitas mortes ocorreram com a falta de assistência desse modelo de colonização que gerou vários problemas sociais, além dos conflitos com os indígenas, seringalistas, seringueiros, grileiros e seus jagunços, a desordenada ocupação territorial, sofreu com o plantio de lavouras em terras sem aptidão para agricultura, a falta de rodovias e estradas para o escoamento da produção, e um número elevado de doenças tropicais que foram disseminadas entre os colonos, se destacando a malária, febre amarela silvestre, leishmaniose, a não resistência a essas doenças levou o abandono dos lotes, motivou uma nova migração interna, do campo para cidade até então em estado inicial. Estas cresceram sem o devido controle impulsionadas pela pressão demográfica, sem condições básicas desempenhadas pela falta de energia elétrica, as casas com paredes de madeira e tetos de amianto ou zinco, sem água encanada e sem saneamento.

Aos que já eram habitantes dessas localidades tiveram o seu curso livre e natural modificado pelos projetos que interviam em suas vidas, alteraram suas formas de desenvolvimento e suas particularidades sociais, estabeleceu novas relações de poder em várias escalas, local, nacional e global. As novas demarcações territoriais ainda desconhecidas pelos nativos e prejudicou o modo de utilização dos recursos naturais.

No final da década de 1970 e começo da década de 1980, foi posto em prática em Rondônia o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), e para implantação de vários projetos de colonização, dentre seus objetivos o principal era promover a integração com outras regiões do país e voltado para produção econômica, de acordo com Coy (1988, p. 175), eles foram “baseados na distribuição de lotes de 100 ha, no total executaram cinco “Projetos Integrados de Colonização” (PIC) e, um pouco mais tarde, dois “Projetos de Assentamento Dirigido” (PAD)”, foram ajustados ao longo da estrada Cuiabá-Porto Velho pela parte central de Rondônia, vindo a transformar-se no eixo de desenvolvimento principal da região do até então território federal. Esses projetos chegaram a ocupar áreas habitadas pelos indígenas, alguns lotes foram distribuídos nas proximidades levando a vários conflitos violentos.

De acordo com Oliveira (1993), a distinção entre o processo de apropriação da terra do Pará e em Rondônia se dá dois aspectos, já de antemão deixa-se bem claro que o autor não defende o modelo de colonização do INCRA em Rondônia. Ele constata que é um modelo fundiário e agrícola regional com muitas diferenças do modelo que vingou no Pará. Ambos são modelos capitalistas, maculados de desigualdades e contradições, porém, opostamente o aplicado no Pará predomina o império de grandes empresas que exploram um enorme número de trabalhadores camponeses nordestinos, em especial aqueles que foram despossuídos e massacrados, enquanto que em Rondônia a colonização oficial desestruturou boa parte do domínio seringalista e produziu uma base significativa de unidades familiares de colonos migrantes principalmente do Sul e Sudeste. No caso de Rondônia, a predominância é de empresas de médio porte, de origem paulista e capitais nacionais, ao passo que no Pará, prevalece o domínio de grandes empresas agropecuária-florestais e grandes projetos minerais, com capitais nacionais e internacionais estruturados por investimentos e políticas do Estado.

O que ocorreu nos projetos de colonização em Rondônia pode ser evidenciado em Coy (1987), quando analisou o PIC Ouro Preto, este sendo o maior e mais antigo, seu dinamismo como frente pioneira não teve impacto sérios somente na questão dos problemas ecológicos, e não só também o condutor do aumento de diversos tipos de conflitos de terra, movimentou além de tudo, um processo silencioso de diferenciação sócio-econômico no campo. Manifestada em diferentes estratégias na agricultura de pequeno porte, o que corresponde economicamente a diferentes

níveis de integração e dependência do mercado, com diferentes estratégias de sobrevivência do camponês. No meio de todo esse alvoroço existente, tem-se os territórios indígenas tradicionalmente ocupados, que viram esses processos de colonização pressionar suas terras.

A diferenciação social evidencia que em função do desenvolvimento regional, fica cada vez mais preocupante, devido as diferentes formas de apropriação da terra, o crescimento da venda de lotes pelo colonos assentado contribui para formação de discrepância dentro da fronteira agrícola camponesa pela desintegração das terras que se opõem a concentração da propriedade que processa-se concomitantemente, além do número ascendente de migrantes atravancados de realizarem o objetivo básico de sua migração que foi torna-se proprietário da terra.

Segundo Oliveira (1993, p. 102), no PIC-Ouro Preto foram assentadas 5.000 famílias, o que “representa o ponto de partida para a ação sistemática no que se refere à colonização no estado. Quanto à origem dos parceiros, este projeto recebeu 60% de migrantes do Sudeste e 30% do Nordeste, ficando as demais regiões com a fração restante”. O governo incentivou nessas áreas o cultivo do café e do cacau, porém, cerca de 1/3 dos parceiros originais, na década de 1980 venderam seus lotes, voltando o processo de reconcentração de terra, dentre os compradores estão os capitalistas do comércio de Ouro Preto D’Oeste. Considerando que, a venda não poderia ser feita legalmente por meio de instrumentos firmados em cartórios, tudo se dava por meio de contratos de gaveta, nestes os documentos de compra e venda e do lote ficavam na mão do comprador até passar o tempo hábil para que este realizasse a transferência do documento para seu nome, o mesmo processo ocorre em outros projetos como o de Ariquemes e Ji-Paraná.

Ainda em Oliveira (1993, p. 102), explica que outro projeto problemático que foi implantado em 1970, foi o PIC Sidney Girão, localizado no município de Guajará-Mirim, situado ao longo da Rodovia BR-425 próximo à fronteira com a Bolívia, a sua área correspondia a 60.000 hectares, pouco mais de 600 famílias foram assentadas. Porém, “um exemplo significativo de implantação de colonização oficial da INCRA em terra indígena”. Este foi projetado para uma área de 200.000 hectares, a capacidade de assentados era de 1.500 famílias, mas quando verificado que viria ocupar o território indígena, sofreu modificações na tentativa de conserto, pois, estava previsto dois núcleos de colonização, teve como consequência a criação pelo órgão da FUNAI do posto Indígena Ribeirão no local.

Os povos indígenas foram impactados de modo profundo no seu modo de vida pelos projetos de colonização, devido os colonos que recebiam os lotes estarem obrigados a derrubar a floresta para início de suas lavouras, assim, garantindo a posse da terra, seguindo a normas do INCRA. Segundo Ott (2002, p. 107), “no início, as derrubadas não foram extensas, limitadas que estavam pela reduzida disponibilidade financeira dos pequenos agricultores e pelo uso quase exclusivo da mão de obra familiar”. A contribuição também para preservação da mata, representado pelos camponeses, é de que a floresta necessita ser conservada como reserva de terra e como herança para reprodução física e social de gerações de camponeses futuras.

A retirada da vegetação com incentivos do estado nos programas de colonização, a proximidades das terras indígenas com as áreas PICs e PADs, e a falta de controle de acesso aos lotes pelos colonos gerou inúmeros problemas com os grupos indígenas, que cada vez mais foi intensificando a invasão de suas terras, Oliveira (1993, p. 103), evidencia que “o que tem ocorrido com a linha-limite norte, leste e sul do Parque Indígena Laje, dos índios Ururam (Pakaá-Nova), que as imagens do satélite “Landsat” registraram em 1983”, um crescimento de desmatamento a partir do Projeto Sidney Girão.

Outro projeto integrado de colonização em Rondônia localizado também ao longo da BR-364, foi o PIC-JI-Paraná, envolveu uma área de 486.137 hectares, onde hoje localiza-se os municípios de Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno e Rolim de Moura. Ergueram-se estas cidades com a implantação deste projeto de colonização. Segundo Mindlin (1985), o ano de 1976 foi marcado por vários choques armados entre os colonos e índios, nesse período já havia cerca de mil famílias habitando esta área que pertenciam aos Suruí que foi interdita, nas adjacências, viviam colonos fortemente armados.

Em resposta aos protestos da administração da FUNAI, contra seu parecer, a decisão do governo foi dividir a área Suruí, onde estavam instalados os colonos, em setembro de 1976. Cortaram ao Sul 9 km, ao Leste sofreu o mesmo recuo e a Oeste foi reduzido de 12 a 15 km, com a ajuda da polícia militar o restante do território foi demarcado. A esperança que com a demarcação a situação normalizasse, porém, a demarcação não teve o efeito esperado havendo desrespeito aos limites demarcados. Placas e marcos colocados nas linhas que dão acesso a área na linha 7 e a linha 11 foram destruídos.

Os funcionários que estavam em exercício na administração dos postos, no período do ocorrido, acusaram alguns de seus superiores de não darem a devida atenção aos problemas na ocasião. Restando três ou quatro famílias na área que poderiam ter sido retirados pela força, mas foram tolerados. Aos poucos as invasões foram recomeçando novamente. Em meio a todos os problemas sociais e ambientais causados pelos programas de colonização, foi idealizado o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), o qual por designação do Banco Mundial foi obrigado a elaborar e colocar em prática o primeiro zoneamento de Rondônia.

4. 2 – As Terras Indígenas e o Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia: Encontros e Desencontros

A partir da cobrança por mudança de postura do governo brasileiro em relação ao desmatamento em Rondônia, houve o estudo direcionado ao zoneamento sustentável realizado na primeira aproximação que gerou o ZSEE de Rondônia em 1991. De acordo com Borges (2012, p. 84), a estratégia foi mudada, pois saíram de uma ideologia de intensa ocupação e criação de núcleos urbanos, para um discurso mais conservacionista, “ao final da década de 1990, já na virada do séc. XXI houve como resultado a institucionalização de diversas áreas de proteção (Unidades de Conservação Estadual e Federal) e demarcação das terras indígenas, e também a segunda aproximação do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico de Rondônia”.

Contudo, na prática poucos foram os efeitos do ZSEE, para a preservação ambiental, o que ocorreu foi que no período dos PIC's e dos PAD's, quanto maior a área desmatada, mais auxílio o agricultor obtinha, a partir do ZSEE, houve o marco regulatório para manutenção das nascentes dos rios, de reservas florestais, mas mesmo assim, grande parte dos agricultores do estado não respeitaram as normatizações e acabam cada vez mais pressionando os órgãos do governo para obterem liberação de multa, dentre outras benesses, para que não paguem pela agressão as reservas legais.

Outro dado, é que na perspectiva do capital o incentivo ainda é voltado para inserção e produção com destino aos mercados internacionais. Para Almeida Silva (2012), as estratégias do governo de “ocupação” do espaço territorial amazônico, além de atrair milhares de migrantes brasileiros que compreendia a nova “fronteira” econômica conveniente para enriquecerem, conseguirem terras, também resultou na

reconfiguração do Território Federal de Rondônia, que foi elevado a categoria de estado em 1981. Para o autor, as estratégias decretadas pelo governo pretendiam no mínimo alcançar seis objetivos que dão suporte para entender a ocupação da Amazônia entre as décadas de 1960-1980:

a) Minimizar as grandes tensões sociais, especialmente relacionadas a terras nas regiões sul e sudeste; b) Esvaziar os movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida em decorrência da crise econômica brasileira; c) Realizar um modelo de desenvolvimento para o país, a partir de Rondônia, alicerçado na propaganda governamental como terra de oportunidades, a nova Canaã ou novo Eldorado; d) Ocupar os grandes “vazios” demográficos, tido como “terra sem gente para gente sem terra”; e) Conter o perigo de possível ocupação por estrangeiros, principalmente os de cunho esquerdista, através da disseminação da ideologia do “integrar para não entregar”; f) Inculcar o patriotismo do “Brasil ame-o ou deixe-o”, em alusão clara àqueles que combatiam o regime militar (1964-1984). (ALMEIDA SILVA, 2012, p. 10).

Alguns órgãos foram criados e outros revitalizados para consolidação e aplicação das estratégias, como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, e outras para possibilitarem o desenvolvimento, atuando desde incentivos fiscais, financiamentos a distribuição de terras.

Ainda em Almeida Silva (2012), tem-se a explicação que, esses órgãos governamentais desempenharam um papel que provocou em menos de vinte anos a transformação social, ambiental, econômica, política, territorial, que impactou o modo de vida das populações indígenas e tradicionais, tendo por resultado a desterritorialização como resultado do processo ocupacional, contando ainda com a criação de Unidades de Conservação – UCs, sobrepostas aos territórios habitados a séculos por várias gerações de indígenas.

Para dar viabilidade a colonização em Rondônia, foi implantado pelo Governo Federal o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, no início da década de 1970, privilegiando os empreendimentos de grande porte, com o INCRA atuando no desenvolvimento de Projeto Integrado de Colonização – PIC e Projeto de Assentamento Dirigido - PAD. Segundo Moser (2006, p. 75), a ocupação ocorreu de várias maneiras, “por colonização oficial, “espontânea”, por ocupação, dirigida pelo órgão competente do Estado, ou ainda por empresas privadas, através de Projetos Integrados de Colonização e outros”, com bases de

formação de lotes pequenos de terra para agricultura familiar, e outros direcionados para pecuária foram contribuindo para que o espaço rondoniense e sua economia fosse integrada ao restante do país.

Os projetos consistiam na abertura de estradas de até cem quilômetros floresta adentro em linha reta, a partir destas construía-se novas estradas perpendiculares e retilíneas em formato de espinha de peixe, denominadas de linhas, várias famílias se estabeleceram de acordo com as exigências:

Foram abertos cinco PICs com área total de 1.759.521 hectares, nos quais foram assentadas 17.351 famílias, em lotes quadrados de 100 hectares, enquanto nos dois PADs foram assentadas 630 famílias em 799.586 hectares em lotes também quadrados que chegavam a 250 hectares (MIRAD/INCRA, 1984, 1985). Além do tamanho, variava para os dois modelos, a experiência prévia com agricultura e a disponibilidade financeira do colono, necessárias no caso dos PADs (OTT, 2002, p. 103).

Nas exigências, tinha-se como obrigatoriedade derrubada de no mínimo a metade da floresta de cada lote, para que o posseiro garantisse a posse da terra, o restante serviria como reserva florestal, o que na realidade não ocorreu, pois foi a partir dos desmatamentos desenfreados, que ocorreu a intervenção do Banco Mundial. Dentro das normatizações para o possuidor do lote, ele deveria utilizar a terra para o plantio de culturas de subsistência tais como arroz, milho, feijão, e culturas de mercado, cacau, café, dentre outras. Para propiciar o aprendizado e a saúde, cada projeto contava com escolas e postos de saúde construídos em madeira, com um agente de saúde e um professor situados ao longo da linha, e com um Núcleo Urbano de apoio Rural – NUAR, feitos de alvenaria e com dois agentes de saúde, no entanto, observa-se que conforme Castro (2009), tanto as escolas quanto o posto de saúde ficavam demasiadamente longe da maior parte dos lotes, pois estes eram construídos nas estradas principais e os lotes estavam localizados nas linhas.

Em análise da colonização Moser (2006), evidencia que a partir de 1974 o Estado estimulou a colonização privada priorizando em primeiro plano deixando de lado a ação oficial. Foi ajustada articulação entre o Estado e as empresas particulares submetendo a sua maneira o processo de repartição de terras, devido ao confronto entre seringueiros, camponeses, e índios. As estratégias apresentadas pelos órgãos competentes como Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Banco da Amazônia (BASA), Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não solucionavam os

problemas. No relatório do ano de 1974, cerca de 6.280.000 hectares de terra estavam em posse de empresas particulares que intervinham em várias áreas da região, especialmente no percurso da BR-364, na maioria das vezes formada por grupos econômicos, agroindústrias, agropecuárias, madeireiras, originários de outras regiões ou antigos seringalistas.

Com a criação do estado de Rondônia em 22 de dezembro através da Lei Complementar nº. 41, de 31/12/1981, com sua instalação somente em 04 de janeiro de 1982, tem seu primeiro governador o Coronel Jorge Teixeira. Em meio a todas as questões de que não havia infraestrutura apropriada para auxiliar a população, em visto do que vinha ocorrendo, o governo desenvolveu e implantou em conjunto com o Banco Mundial no início dos anos 1980 o programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, que foram objetivados desse modo:

a) integrar esta porção amazônica; b) ocupar a região noroeste do Brasil, através da absorção das populações marginalizadas economicamente de outras regiões, possibilitando a melhoria da qualidade de vida; c) aumentar a produção regional e melhorar a renda da população; d) reduzir os índices de desigualdades regionais e nacionais; e) garantir o crescimento produtivo em harmonia com o meio ambiente e proteger às comunidades indígenas (ALMEIDA SILVA, 2012, p.11).

Em consequência a implantação do POLONOROESTE, que possuía um dos objetivos a pavimentação da BR-364 o que de fato ocorreu, o que resultou em um aceleração na migração do qual as consequências foram avaliadas com um aumento do desmatamento devastador, que conseqüentemente levou a pressão direta aos povos indígenas, que se viam prejudicados por todos os lados.

Das divisões de recurso proposta pelo POLONOROESTE, as etnias foram a menos favorecida, de acordo com Almeida Silva (2012, p.11), um exemplo foi a Terra Indígena – a Uru-Eu-Wau-Wau – que teve sua criação por meio do decreto n. 91.416 em 09 de julho de 1985, tinha sua área sobreposta pelo Parque Nacional de Picaás Novos em uma área ainda litigiosa conhecida como PAD Burareiro”.

Conforme Ott (2002), no tópico referente a proteção dos grupos indígenas e seus respectivos territórios, mencionado apenas nos objetivos pelo fato da rodovia BR-364, cortar por dentro das terras dos Nambiquaras. Esse grupo habitava os limites de Mato Grosso e Rondônia, contatados pela expedição Rondon e estudados por vários antropólogos como Roquete-Pinto, Levi-Strauss, Davi Price e outros. Este último foi consultor do Banco Mundial para analisar as ações implementadas pelo

POLONOROESTE, escreveu as críticas mais agressivas a respeito do programa e de como vinha atuando o governo federal, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI em relação aos Nambiquara. Para diminuir a situação com o Banco Mundial foi firmado um protocolo entre o Banco e o governo brasileiro para liberação do empréstimo, que garantia uma reserva para etnia Nambiquara. O autor constata que no início do século, Rondon estimava que houvesse a existência de vinte mil índios, enquanto Levi-Strauss, calculara na década de quarenta menos de dois mil, logo em um prazo de vinte anos morreram aproximadamente dezoito mil Nambiquara.

Segundo Coy (1987), Rondônia estava na estratégia brasileira de “integração da periferia da Amazônia”, principalmente atendendo a função de aliviar tensões sociais de outras regiões, as tensões foram reproduzidas na periferia. Tensões de todas as especificidades, conflitos de interesses, conflitos de terra, tensões sociais, resultados das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. As reservas florestais sendo invadidas, as disputas entre posseiros e fazendeiros, trabalhadores e fazendeiros são demonstrativos da situação.

Na visão do Estado conforme Ott (2002), o POLONOROESTE estava sendo classificado como incontestável sucesso durante sua execução. As obras respondiam a função de geração de empregos para milhares de trabalhadores e a ocupação de centenas de máquinas, todos empenhados na abertura de estradas floresta adentro, construindo cidades, cercas e casas. Uma movimentação intensa e contínua comprovava que a floresta amazônica estava submetida a dominação pela técnica e ambição humana.

O POLONOROESTE entra em decadência no final da década de 1980, de acordo com Borges (2012, p. 80), “teve seu fim com um saldo muito alto de desmatamento e diversos conflitos territoriais. Foram apresentados diversos relatórios que demonstraram como esses projetos de colonização, incentivos fiscais”, financiamentos para produtores agropecuários, construções de estradas, e todas outras implantações que vão desde geração de energia elétrica a núcleos urbanos para resolver problemas Centro-Sul do país, geraram problemas muito mais expressivos na Amazônia.

A devastação da floresta foi constatada quando os satélites registraram imagens da região rondoniense tornando visível o desastre ambiental, que de acordo com Ott (2002, p. 122), deixava claro que o POLONOROESTE demonstrava a sua falência. “A devastação ambiental foi tão intensa que se tornou necessário buscar

amparo em uma nova concepção, um novo modelo que priorizasse a harmonia entre desenvolvimento e proteção ambiental”. Muito além das características que tinha o POLONOROESTE, que eram ocupar Rondônia e trazer o “desenvolvimento econômico” para Amazônia, dos seus escombros viria a originar-se novos financiamentos internacionais mediados pelo Banco Mundial, como foi explícito pelo PLANAFLORO, sendo este o que ficou em seu lugar, Borges (2012), considera que este foi o programa que definiu e implementou o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia (ZSEE-RO).

Para Costa Silva (2010), desde os anos de 1970 Rondônia tem sido palco de muitas experiências de políticas públicas, em função da intervenção do Estado desencadeou diversos processos econômicos e sociais que impulsionaram a configuração espacial rondoniense. A política de presunção tem sido subsequente investida, na década de oitenta o Programa Integrado de desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, motivando a qualquer custo o a migração e o desenvolvimento do Estado, em decorrência ocasionou a agressão ao meio ambiente de maneira excessiva. Na década de noventa o Plano agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO, surge com a função de corrigir e tentativa de equilibrar o crescimento econômico com políticas de preservação da natureza, persuadindo a população de que o desenvolvimento apenas é possível quando sustentável.

A criação das terras indígenas foi de grande importância, porque a partir delas as etnias tiveram o direito e garantia de usufruir e para a segurança da continuidade cultural e física, pela demarcação das terras, mas deve-se deixar claro que elas são criadas e mantidas pela União, ou seja, gestão do governo federal. No entanto, nem todas as etnias foram favorecidas com o instrumento normatizador do Estado, ou seja, com Terras Indígenas, dessa maneira nem todas as etnias que estão dentro de Rondônia possui o direito de residir em suas terras ancestrais. Vale ressaltar que com o primeiro zoneamento ocorreu estudo onde as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas foram chamadas para reuniões, e como uma das demandas que o Banco Mundial queria que o Estado brasileiro resolvesse era a questão das Terras Indígenas, o que com ocorreu com a primeira aproximação do ZSEE.

4. 3 – Atores Sintagmáticos e Paradigmáticos: Elementos de Resistência

O espaço como resultado das organizações que possui codificação específica, para construção no processo que resultou em sua forma, e na função que sua estrutura detém, nesse sentido, as interferências diretas e indiretas dos atores sintagmáticos transformam, moldam e alteram as formas espaciais, por isso entender como agem determinados atores sintagmáticos como é por exemplo o Estado, o Banco Mundial, as Ongs e outros que interferem na forma espacial das TI's é tão importante, pois:

O ator sintagmático manifesta, com precisão, a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para "produzir", lato sensu, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc. A empresa é um ator sintagmático quando realiza um programa de produção. Isso significa que o ator sintagmático articula momentos diferentes da realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. Esses atores sintagmáticos são, portanto, constituídos por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado. Todos os atores sintagmáticos estão engajados num complexo jogo relacional: não vivem, sobrevivem, se desenvolvem, crescem somente pelas relações. Um ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum. Não estão integrados num processo programado. (RAFFESTIN, 1993, p. 40).

A exemplo da citação acima, tem-se por ator paradigmático a população de determinada área, pois é composta de uma pluralidade de pessoas que possuem em comum a relação com a terra, no entanto em algumas circunstâncias específicas dentro de uma ou várias organizações podem surgir os atores sintagmáticos, que ao se unirem ou não com o Estado, revestem-se de poder de alterar as formas e funções espaciais. Nesta perspectiva:

O ator coletivo sem programa a realizar aparece, portanto, como um trunfo em relação aos atores sintagmáticos. A população representada como "coleção de seres humanos" é um trunfo, um recurso para o Estado, para as empresas, as igrejas, os partidos etc. Trunfo sobre o qual se busca a posse, a dominação, ou ainda o controle, de maneira a integrá-lo, sob diversas formas, em processo. Há aí uma ambivalência da população, que ao mesmo tempo é fonte das organizações e trunfo dessas mesmas organizações, em diversos graus e sob diversas formas. As organizações têm finalidades, objetivos que podem ser simples ou complexos. Simples se se quiser atingir um dado objetivo ou "produzir" uma única coisa; complexos se houver vontade de atingir vários objetivos ou de "produzir" várias coisas. Os termos "simples" e "complexos" adquirem aqui um valor quantitativo. Em geral o Estado tem um grande número de finalidades, assim como certas empresas, mas muitas organizações só possuem

um objetivo, que talvez não seja fácil de atingir. (RAFFESTIN, 1993, p. 41).

Para esclarecimento do conceito de ator sintagmático como uma organização social com fins definidos e com forma jurídica, tem-se a utilização de seu poder sobre os atores paradigmáticos que são como explica Raffestin (1993, p, 41) indivíduos que “não estão integrados num processo programado [...] São uma pluralidade de homens e mulheres que têm em comum o fato de estarem fixados numa porção de terra”, mas sem organização civil que possa requerer alguma mudança em seu *status quo*, nessa concepção as etnias enquanto moradores e possuidores de suas terras, não possuem poder para lutar contra as mazelas que lhes são impostas. E, somente quando atores sintagmáticos revestido do poder das organizações civis conseguem estabelecer relações de poder “em circunstâncias particulares, uma ou várias organizações podem nascer nessa população e constituírem-se em atores sintagmáticos e se solidarizarem ou não com o mandatário original (o Estado, por exemplo)”.

Fora os grupos indígenas existem várias organizações sem fins lucrativos, empresas e conglomerados privados e estatais, que são consideradas atores sintagmáticos na questão indígena em Rondônia. Após o entendimento do que são atores sintagmáticos indígenas, Espaço e Espacialização, percebeu-se que foram e ainda são elaboradas muitas estratégias para manutenção da floresta e da vida, pois com a aplicação do zoneamento socioeconômico ecológico (ZSEE), que possui abrangência em todas as comunidades tradicionais, tem-se o foco de análise foi somente nas Terras Indígenas (TI's), onde foram impostas normativas, resoluções e leis para proteção dos povos étnicos.

Nessa perspectiva, foi elaborado para evidenciar a espacialidade desses atores tanto sintagmáticos quanto paradigmáticos o quadro (02), onde pode-se constatar que algumas etnias que se organizaram civilmente, para que seus espaços tivessem algum tipo de proteção.

Esses múltiplos atores sociais atuam na produção do espaço geográfico e na formação de territórios. Segundo Raffestin (1993), todas as entidades que vão desde a família ao Estado, assim como as instituições religiosas, tal qual, igrejas, partidos, empresas são atores sintagmáticos. Em diferentes graus, em momentos distintos e localidades heterogêneas, por isso estão incluídos como atores sintagmáticos na produção de territórios, e no ordenamento espacial, pois são articulados e organizados civilmente. Neste caso, o Estado ocupa o lugar em primazia, por ser o

que organiza o espaço e delimita o território, criando e estruturando redes rodoviárias, empreende reformas agrárias entre outras ações de gestão e ordenamento espacial que transformam o espaço conforme seu interesse próprio.

De acordo com Ratzel (1990), o Estado está intimamente ligado as instituições que na maioria das vezes estão vinculadas ao uso e ocupação do solo, tornando sua delimitação territorial o resultado natural da conexão manifesta que unifica a sociedade a Terra. Ao analisar o vínculo entre indivíduo e Estado Raffestin (1993), indica que suas organizações, independente das dimensões grandes ou pequenas situam-se nelas os atores sintagmáticos que constituem o território. Verdadeiramente o Estado por meio de recortes do território nacional está sempre organizando o que são novas introduções e novas conexões. O indivíduo sem poder político de propor mudanças não tem como sozinho ser um ator sintagmático, são poucos indivíduos que possuem esse poder, e esse é resultado da posse de capital e influência para conseguir que sua vontade seja realizada.

Quadro 2: As Etnias de Rondônia estruturadas como atores Sintagmáticos

ATORES PARADIGMÁTICOS	ATORES SINTAGMÁTICOS
ETNIA SURUÍ	Associação das Guerreiras Indígenas De Rondônia (AGIR), Associação Do Povo Da Floresta Kaban-Ey Suruí (Kaban), Associação Do Povo Indígena Suruí Gamir (APISG), Associação Fórum Das Organizações Do Povo Paiter Suruí De Rondônia (PAITEREY), Associação Gãbgir Do Povo Indígena Paiter Suruí, Associação Gapey, Associação Garah Pãneh Do Povo Kabaney Paiter Suruí Do Noroeste De Mato Grosso e Rondônia (GAPOY), Associação Indígena Gara Perewepid Paiter Linha 09, Associação Metareilá Do Povo Indígena Suruí (GAMEBEY), Associação Pamaur De Proteção Aos Povos Indígenas Payter-Yter de Rondônia (PAMAUR), Associação Soenama do Povo Paiter Surui (SOENAMA), Centro das Plantas Mediciniais (OLAWATAWA), Instituto de Educação de Jovens e Adultos para a Cidadania (IEJAC), Instituto Florestal Yabner Suruí.
ETNIA URU-EU-WAU-WAU	Jupau - Associação Do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau Associação Das Guerreiras Indígenas De Rondônia (Agir), Associação de Pais e Professores do Povo Indígena Amondawa (APP AMONDAWA), Associação do Povo Indígena Amondawa (PURUEN AMONDAWA), Associação Jupaú, Organização Dos Povos Indígenas De Rondônia, Noroeste Do Mato Grosso E Sula Do Amazonas (OPIROMA).
ETNIA ZORÓ	APIZ - Associação Do Povo Indígena Zoró
WARÍ - PAKAA NOVA	Associação Indígena Awo Xo'hwara E Organização Oro Wari

ETNIA IKOLEN – GAVIÕES	App Pamakobav, Associação Agrária Do Povo Indígena Do Igarapé Lourdes (AAPIIL), Associação Do Povo Indígena Arara – Iterap (APIA), Associação Indígena Karo Paigap (AIKP), Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr (ASSIZA), Organização De Ji-Paraná (PANDEREJ).
ETNIA KARIPUNA	ABYTUCU APOIKA – Raízes Do Povo Karipuna, Associação Dos Povos Indígenas Karipuna
ETNIA KAXARARI	Organização Dos Povos Indígenas De Rondônia, Noroeste Do Mato Grosso De Sul Do Amazonas (OPIROMA), Organização Dos Povos Indígenas Do Acre, Sul Do Amazonas E Noroeste De Rondônia (OPIN), Organização Dos Povos Indígenas Do Médio Purus (OPIMP)
ETNIA KARITIANA	Associação Aldeia Caracol – Índios Karitianas, Associação Das Guerreiras Indígenas De Rondônia (AGIR), Associação Do Povo Karitiana – Akot Pvtim, Adnipa, (APK), Organização Dos Povos Indígenas De Rondônia, Noroeste Do Mato Grosso E Sul Do Amazonas (OPIROMA)
ETNIA MAKURÁP	Associação Das Guerreiras Indígenas De Rondônia (AGIR), Associação Do Povo Indígena Aruá E Makurap (DOATXATÔ), Associação Do Povo Indígena Kanoé (POROROKA), Associação Dos Povos Indígenas Do Rio Guaporé, Associação Dos Povos Indígenas Kanoé E Kujubim (AKIKUN) Associação Indígena Do Povo Kujubim (AIPOK)
ETNIA TUPAIU, MAKURÁP	Associação Agrária Do Povo Indígena De Rio Branco(AAPIRB), Associação Indígena Doa'txatô (AIDT), Associação Indígena Wáipa (AIW).
ETNIA CINTA-LARGA	Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar Indígena Cinta Larga de Aripuanã (CDCEICL) Coordenação Das Organizações Indígenas Do Povo Cinta Larga (PATJAMAAJ), Associação Das Guerreiras Indígenas De Rondônia (AGIR) Associação Dos Índios Apurinã De Rondônia (NUNERIMANÊ), Associação Nunerimane Dos Povos Indígenas Apurinã De Rondônia (ANPIAR) Coordenação Das Organizações Indígenas Do Povo Cinta Larga (PATJAMAAJ)
ETNIA PAKAA NOVA	Associação do Povo Indígena Jamaitô (AIJ), Associação Indígena Jamaitô (AIJ), Associação Indígena Santo André
ETNIA SAKURABIAT	Associação Keonpura do Povo Indígena Sakirabiar (KEONPURA)
ETNIA PAKAA NOVA	Associação Indígena Rio Negro Ocaia (AIRO), Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (OPIROMA), Associação Indígena Sagarana (ASINSAG)
ETNIA LAIANA, AIKANÃ	Associação Massaká dos Povos Indígenas Aikanã, Latundê e Kwasá

Fonte: Elaborado a partir de dados da FUNAI e diversos sites¹¹ (2020)
Org. Carlandio Alves da Silva (2020)

¹¹ <https://www.socioambiental.org/pt-br/>; <https://www.gov.br/funai/pt-br/>; <https://www.ibge.gov.br/>; <https://saudeindigena.saude.gov.br/corona/>; <https://cimi.org.br/>; <http://www.kaninde.org.br/>; https://povosindigenas.org.br/pt/Organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas/; <https://apiboficial.org/>

O quadro 02, evidencia que os atores paradigmáticos são as etnias indígenas enquanto população, e os atores Sintagmáticos são as referidas associações civis, criadas pelas etnias, que buscam pleitear recursos, como contratos, buscam assumir a organização e distribuição dos seus recursos, dessa forma tentam barganhar com o poder público a autonomia e uma vida com mais dignidade. Dependendo da área e da organização do próprio grupo étnico esses criam estratégias para estudar, tratar alguma doença, proteger animais e a floresta, negociam carbono, turismo etno-ecológico, dentre outras atividades dentro das suas terras. Observa-se que há etnias com mais de uma organização civil, contudo, deve-se notar que há etnias que não possuem organizações civis o que torna pleitear algum benefício para sua área algo mais difícil e também, existem os grupos isolados indígenas que não querem contato com o não-índio.

Quadro 3: Relação dos atores Sintagmáticos e Paradigmáticos

Atores	Relação de Poder
Estado	Sintagmático
Políticos	Sintagmático
Indígenas	Paradigmáticos/Sintagmático
Ongs	Sintagmático
Madeireiro	Paradigmáticos/Sintagmático
Garimpeiros	Paradigmáticos/Sintagmático
Agronegócio	Sintagmático
Agricultor	Paradigmáticos/Sintagmático
Extrativistas	Paradigmáticos/Sintagmático
Banco Mundial	Sintagmático

Elaborado: por Carlandio Alves da Silva (2021)

O quadro 03, foi elaborado para que de maneira mais compreensível, possa-se compreender os atores que praticam as ações que incorreram na produção das tensões nas áreas indígenas do estado de Rondônia, ou que estão ajudando as etnias a resistirem ao poder do capital sobre os grupos indígenas. Nesse sentido, o Estado, os políticos, o agronegócio e as Ongs aparecem como atores sintagmáticos, sendo o primeiro da relação o que possui maior excelência, pois em seu poder estão presentes todas as empresas estatais, os ministérios, a segurança, a educação, a saúde e o

próprio zoneamento advém dele. Já os políticos não se encontram dentro do Estado, pois estes possuem atributos diversos, mas não são entes e sim agentes, deles as leis, e acordos derivam, e isso geralmente incorre em negociações que favorecem de algum modo o interesse político. Os indígenas, madeireiros, garimpeiros, agricultores, extrativistas aparecem com a representação de sintagmáticos e paradigmáticos isso porque depende com que grupo de poder eles se organizam. As Ongs aparecem como sintagmático, pois a partir de suas ações pode surgir novas negociações e ações que incidem na conquista mesmo que de maneira parcial a seus objetivos. Já o Banco Mundial aparece como sintagmático pelo poder do capital que detém, ele é a estrutura que a seu querer todos outros atores sintagmáticos podem servi-lo. Desta forma, tirando o Estados, os outros atores dependendo de como organizam para adquirir seu poder interferem na maneira como é organizado o espaço geográfico.

CAPÍTULO V

5 – OS POVOS INDÍGENAS EM RONDÔNIA: CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS DO AVANÇO DO CAPITALISMO

O presente capítulo tem como objetivo evidenciar os cenários contemporâneos das etnias em Rondônia, as pressões que sofrem causadas pelos autores sintagmáticos, as discussões anteriores foram organizadas para que ao chegar neste capítulo houvesse a materialização das formas espaciais das TI's, e das pressões que sofrem em seu entorno, resultado das diversas alterações no ZSEE, organizado em três subtítulos, o primeiro tratou de elencar os instrumentos legais que asseguram os direitos e deveres dos povos indígenas em relação ao domínio das suas terras.

Já no segundo subtítulo, foi realizada a análise do ZSEE aplicado em Rondônia, este que já foi mencionado e explicado no decorrer desta dissertação, neste subtítulo foi caracterizado como se deu sua elaboração, e qual deveria ser seu papel para com as TI's, função esta que ele não executa, mas que conforme foi evidenciado o Estado recebeu dinheiro do Banco Mundial para tal cumprir a função de cuidador, organizador do entorno das Terras Indígenas. O terceiro e último subtítulo foi construído pelos produtos cartográficos revelando as condições do entorno das TI's principalmente no aspecto concernente ao desmatamento no período. Tal aspecto, em conjunto com as informações contidas na pesquisa bibliográfica demonstram as principais ameaças vivenciadas pelas TI's entre elas, a mineração e a monocultura.

5. 1 – Os Povos Indígenas: Instrumentos legais

No Brasil, os direitos e deveres dos povos indígenas em relação a terra estão assegurados na Constituição Federal de 1988; no Estatuto do Índio Lei 6. 001/1973 e no Decreto 1.775/1996 o qual dispõe sobre os procedimentos administrativos para demarcação das Terras Indígenas, observando que a Fundação Nacional do Índio foi criada pela Lei 5.371/1967 para proteger e resguardar o direito dos povos indígenas assegurado pela Carta Magna brasileira.

Nessa perspectiva, segundo o Estatuto do Índio Lei 6.001 de 1973, em seu Título I normatiza a situação indígena no país com intuito de manutenção da vida das etnias que restavam:

Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional. Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei. Art. 2º Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos. (BRASIL 6.001, 1973, p. 01).

Percebe-se que na forma reguladora da lei, houve avanços significativos no que diz respeito a prática da proteção dos direitos indígenas, esses foram reforçados e outros confirmados e até melhorados pela Constituição Federal de 1988, a qual buscou também resguardar seus usos e costumes, dividindo a responsabilidade da União entre os Estados e Municípios para assegurar a garantia de que os direitos indígenas fossem assegurados, contudo o que se tem na prática é bem diferente.

Entre os direitos indígenas reconhecidos pela atual Constituição Federal de 1988, o direito à terra é de fundamental importância, e constantemente é descumprido, além de que esse é um dos focos principais nas reivindicações desses grupos étnicos nacionais, a Lei nº. 6.001, 1973, em seu Capítulo II, denominado “Das Terras Ocupadas”, regulamenta que:

Art. 22. Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes. Parágrafo único. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, serão bens inalienáveis da União. Art. 23. Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil. Art. 24. O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades. § 1º Incluem-se, no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acréscidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas. § 2º É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem de ser aplicadas. Art. 25. O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do, independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antiguidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República. (BRASIL 6.001, 1973, p. 04).

Desta maneira, é entendido que o direito à terra, lhes dá a posse permanente, o espaço de viver em liberdade, por encontrarem-se como povos originários da ocupação, em que a séculos habitam essas localidades. São determinações que auxiliam na condição social do índio por meio de leis. Nesses processos tratam os povos indígenas como indivíduos atores paradigmáticos, quando tratam da definição de terras indígenas e regularização de suas áreas. Ainda na Lei 6.001 de 1973, concede a FUNAI um ator sintagmático a ser o único órgão a responder pelas obrigações de definir o que é terra indígena e demarcar em todas as etapas, com a finalização da homologação sob a responsabilidade da presidência da república.

Ao analisar os artigos da lei 6.001, como cidadão não-índio realmente aparece como se estes fossem privilegiados, contudo após todos os estudos e as vivências com algumas etnias, fica perceptível o quanto os povos originários são colocados a margem, tratados não como proprietários pois o Estado como ator sintagmático por excelência pode alterar limites, transferir-lhes para outras áreas, utilizar se for de seu proposito ou benefício parte ou totalidade da Terras Indígenas, como é o caso dos indígenas que foram vítimas dos empreendimentos hidrelétricos.

Destarte, a FUNAI tornou-se um dos principais focos de tensões e ataques dos grupos que discordam nas questões de terra, por ser ela o principal órgão estatal das demandas de proteção dos direitos indígenas, algumas organizações tentam reanimar os movimentos que tinha por base o pensamento que o índio deveria estar integrado e assimilado a sociedade envolvente. Nesse sentido, vale lembrar que algumas ações realizadas pelos gestores da estatal, estes como atores sintagmáticos vão contra a preservação da cultura indígena e sua religiosidade, pois possibilitam a entrada de missionários evangélicos dentro das TI's evidenciando assim as contradições que são colocadas em prática na chancela de um órgão que deveria primar pela proteção do modo de vida e que tem na constituição do Estado brasileiro como laico.

Tornou-se fundamental a demarcação como medida de preservação da própria cultura, e para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios, já que o estabelecimento de limites físicos das terras, serve para frear possíveis invasores e ocupações por parte dos não índios, no Capítulo V, da Defesa das Terras Indígenas, a Lei dispõe que:

Art. 34. O órgão federal de assistência ao índio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e Auxiliares e da Polícia Federal,

para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades indígenas. Art. 35. Cabe ao órgão federal de assistência ao índio a defesa judicial ou extrajudicial dos direitos dos silvícolas e das comunidades indígenas. Art. 36. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete à União adotar as medidas administrativas ou propor, por intermédio do Ministério Público Federal, as medidas judiciais adequadas à proteção da posse dos silvícolas sobre as terras que habitem. Parágrafo único. Quando as medidas judiciais previstas neste artigo forem propostas pelo órgão federal de assistência, ou contra ele, a União será litisconsorte ativa ou passiva. Art. 37. Os grupos tribais ou comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo, cabendo-lhes, no caso, a assistência do Ministério Público Federal ou do órgão de proteção ao índio. Art. 38. As terras indígenas são inusucapíveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, salvo o previsto no artigo 20. (BRASIL 6.001, 1973, p. 04).

Ao tratar as TI's como inusucapíveis, a Lei 6.001, indica que não se pode solicitar posse ou documentação sobre elas, pois não fazem parte de terras livres para fins de uso de terceiros, contudo atualmente o próprio estado de Rondônia por meio de sua Secretária de Meio Ambiente realizando o CAR (Cadastro Ambiental Rural), e alguns destes estão inseridos em Terras Indígenas.

As TI's demarcadas pela União configuram-se em forma espacial resultado da atuação do estado capitalista se apropriando dos recursos naturais disponíveis. Nesse sentido, o ZSEE, opera como organização e gestão do espaço social em que estão envolvidos os povos indígenas e não-indígenas no estado de Rondônia

A espacialidade se constitui na(s) forma(s) ou conjunto de formas que expressam um processo social. Exibem, portanto, uma estrutura e uma função. Ora, o processo social que produz formas espaciais, estruturadas por uma lógica de controle, e que cumprem funções que nada mais são do que recursos sociais. (SANTOS, 2009, p. 06).

Nesse sentido, as terras demarcadas possuem a garantia dos órgãos competentes para assegurar a posse aos indígenas, no entanto, mesmo com limites estabelecidos que visam a restrição de entrada e saída, buscando proteção dessas áreas, ocorre invasões e conflitos, pois o desrespeito aos limites estabelecidos por leis que garantem os direitos indígenas ocorre continuamente, o que pode ser observado como um estopim para as tensões que ocorrem no entorno e dentro das TI's. Nesse sentido, vale destacar a necessidade de melhoramento das instituições estaduais e capacidade técnica para operar principalmente nas que são responsáveis pelos serviços de proteção de unidades de conservação e reservas indígenas. As Terras Indígenas e os grupos indígenas existentes atualmente no estado de Rondônia, são caracterizados como Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, de

que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.

Contudo, há de se refletir que os marcos regulatórios e as leis sofrem constantemente ataques de alguns atores sintagmáticos, que a procura de mais lucro, em sua procura por minérios, terras, tentam modificar decretos, revogar leis, fazem negociações para que consigam adentrar os limites das Terras Indígenas para exploração. O que ainda impede sua vitória total, são algumas Ongs indígenas e não-indígenas e também alguns políticos que possuem por bandeira a justiça social e o meio ambiente, mas estes são em minoria, diante de tantos outros.

5. 2 – Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico: Falácia Em Relação As Terras Indígenas de Rondônia

Estudando os projetos desenvolvidos e implantados em Rondônia, Borges (2012, p. 84), assinala que as passagens que ocorreram de um projeto para outro, no caso do “POLONOROESTE, com sua ideologia de intensa ocupação e criação de núcleos urbanos, para o PLANAFLORO, foi apenas uma roupagem nova, imposta inclusive pelo Banco Mundial, dando o tom conservacionista”, no entanto, promovendo ainda a produção e inclusão do Brasil nos mercados internacionais.

Estreia, portanto, um novo cenário no âmbito da conservação ambiental, com o objetivo de tentar frear a demasiada ocupação e reordenar o espaço e os conflitos socioambientais produzidos pelos programas anteriores, em que a abertura de estradas não era o ponto principal. Ainda que, com menor contribuição financeira que o precedente, o PLANAFLORO, teve seu foco principalmente para questões do meio ambiente, sendo a razão da criação da maioria das Unidades de Conservação – UCs e Terras Indígenas – TI de Rondônia. Segundo Almeida Silva (2012), o componente indígena foi o que recebeu os menores investimentos em relação aos demais.

Nesse sentido, deve-se deixar claro que o novo plano, elaborado sob orientação do BIRD e já então denominado PLANAFLORO, tinha por objetivo o desafio de controlar o desmatamento sem estagnar o progresso do estado de Rondônia, gerando alternativas de ocupação racional de forma que o desenvolvimento econômico não criaria desequilíbrios ecológicos e coadunasse com o crescimento socioeconômico, levando sempre em conta os imperativos de ordem ecológica.

O andamento do trabalho e suas bases metodológicas e conceituais foram realizados entre julho de 1986 a junho de 1988, o que foi realizado quando reunindo-se uma equipe com técnicos estaduais do então POLONOROESTE, instituto estadual de florestas (IEF), instituto de terras (ITERON), secretarias de planejamento (SEPLAN), do meio ambiente (SEDAM) de agricultura (SEAGRI), da indústria e comércio (SIC), da empresa de extensão rural (EMATER), técnicos federais da EMBRAPA, IBAMA, FUNAI, INPA, SUDAM e consultores internacionais do BIRD, FAO e PNUD. A primeira aproximação do ZSEE foi de autoria de Joel Mauro Magalhães, escrita depois dos trabalhos terem sido concluídos em julho de 1988, até entanto não havia nenhum registro.

A versão final do zoneamento dividiu o estado em seis zonas e cinco áreas especiais, definidoras “de estratégias de desenvolvimento em função da vocação natural de cada ecossistema”, cuja destinação, finalidade e área estão resumidas a seguir: zona 1 – destinação: exploração agropecuária – finalidade: ordenamento e recuperação das atividades agrícolas, pecuárias; zona 2 – destinação: pequenos produtores – finalidade: recuperação e desenvolvimento da atividade agropecuárias e de agricultura consorciada com culturas permanentes; zona 3 – destinação: ribeirinha – finalidade: aproveitamento de várzeas e terras firmes marginais aos rios desenvolvendo atividades agroflorestais e pesqueiras; zona 4 – destinação: extrativistas – finalidade: ordenamento e desenvolvimento do extrativismo vegetal de castanha, gomas, óleos, frutos e raízes exploráveis; zona 5 – destinação: manejo florestal – finalidade: importante potencial madeireiro para extração em escala comercial; zona 6 – destinação: conservação e preservação – finalidade garantir a manutenção dos ecossistemas e o equilíbrio ecológico.

foi firmado um protocolo de entendimento entre ONGs e o governo do estado, concordando que a implementação do Projeto era a “forma de resgatar o desenvolvimento de Rondônia com pressupostos de sustentabilidade, justiça social e participação democrática”, e que essas organizações teriam institucionalmente garantida a participação em todas as fases de implementação, execução, monitoria e avaliação do mesmo Fórum em 1991. Ao final do mesmo ano, o governo conseguia, finalmente, aprovar na assembleia legislativa a lei complementar n. 52, institucionalizando o zoneamento e superando o último obstáculo para a efetivação de um novo projeto. A rapidez caracterizou a tramitação final do PLANAFLORO. O acordo de empréstimo foi aprovado pela diretoria do BIRD em março de 1992, justamente a tempo de ser apresentado com pompa e circunstância na Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 no Rio de Janeiro, como parte do esforço do Banco na construção de uma sociedade sustentável para a

Amazônia. O Empréstimo n. 3.444 de 19 de setembro de 1992, reembolsável em 15 anos, incluindo 5 anos de carência, sujeito a taxa de juros variável do BIRD. Observe-se que por maiores que tenham sido os danos ambientais na Amazônia, financiados por empréstimos anteriores do Banco, a sua correção não seria gratuita. Ao contrário, conforme já se indicou anteriormente, falhas de projetos são excelentes justificativas para implementar novos projetos, garantir financiamentos adicionais e perpetuar a dívida. (OTT, 2002, p. 142).

Percebe-se que o Estado brasileiro ganhou para delimitar e criar as Terras Indígenas, e o estado de Rondônia ganhou para cuidar que o entorno das terras e das unidades de conservação fossem cuidados para que não ocorresse desmatamento nas áreas e elas não sofressem pressões dos não-índios. Logo, fica nítido que as TI em Rondônia não foram resultado de justiça social, e sim de pagamentos e cobranças do Banco Mundial, ou seja, o capital mundial espacializou-se no Brasil e em Rondônia de acordo com os interesses dos atores sintagmáticos.

A elaboração do primeiro ZSEE do Estado de Rondônia, teve uma aproximação na escala de 1:1.000.000, e teve sua confecção entre 1988 e 1989, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 52/1991. Já a segunda elaboração do ZSEE rondoniense teve uma aproximação na escala de 1:250.000, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 233/2000, no entanto foi alterado pela Lei Complementar nº 308 de 2004; pela Lei Complementar nº 312/2005; pela Lei Complementar nº 784 de 2014 e pela Lei Complementar nº 892 de 2016, servindo de subsídio para os processos de licenciamento ambiental das propriedades rurais e de regularização fundiária no estado. Todos os processos de zoneamento foram coordenados pela Sedam/RO. (RONDONIA, 2020).

O aprofundamento dos estudos do Zoneamento deu origem à 2ª Aproximação, que gerou informações básicas para o ordenamento territorial segundo a capacidade da oferta ambiental, de modo a subsidiar o planejamento das intervenções públicas e privadas, a fim de atingir a auto-sustentabilidade dos recursos naturais, mediante emprego de processos de exploração economicamente viáveis e ecologicamente equilibrados. O estudo das variáveis componentes do meio natural e o quadro socioeconômico foram conduzidos de maneira global e interativa, de modo a possibilitar a compreensão das inter-relações e interdependências que caracterizam as áreas equiprobemáticas identificadas como "Sistemas Ambientais". Esses sistemas foram avaliados quanto à sua vulnerabilidade, à ação antrópica, identificadas as alternativas de uso, projetadas na forma de prognósticos, materializados no formato de "zonas de intervenção". Estas zonas serão consolidadas por meio de proposições, planos e programas recomendados e consubstanciados no mapa do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico. (RONDONIA ZSEE, 2010, p. 10).

Consta na lista de objetivos propostos no Zoneamento Socioeconômico Ecológico do estado de Rondônia, a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, com o intuito de conservar a biodiversidade dos recursos naturais renováveis, para beneficiar diretamente a população local, que garantiria e protegeria todas as unidades de conservação e terras indígenas (RONDÔNIA, 2010). Observando, as duas modificações no próprio ZSEE, percebe-se que essa ação de cuidado não é praticada com eficiência, como será bem percebida nos desmatamentos no entorno de algumas TI's e até mesmo dentro delas, até porque, no texto do zoneamento aparece que o principal objetivo do:

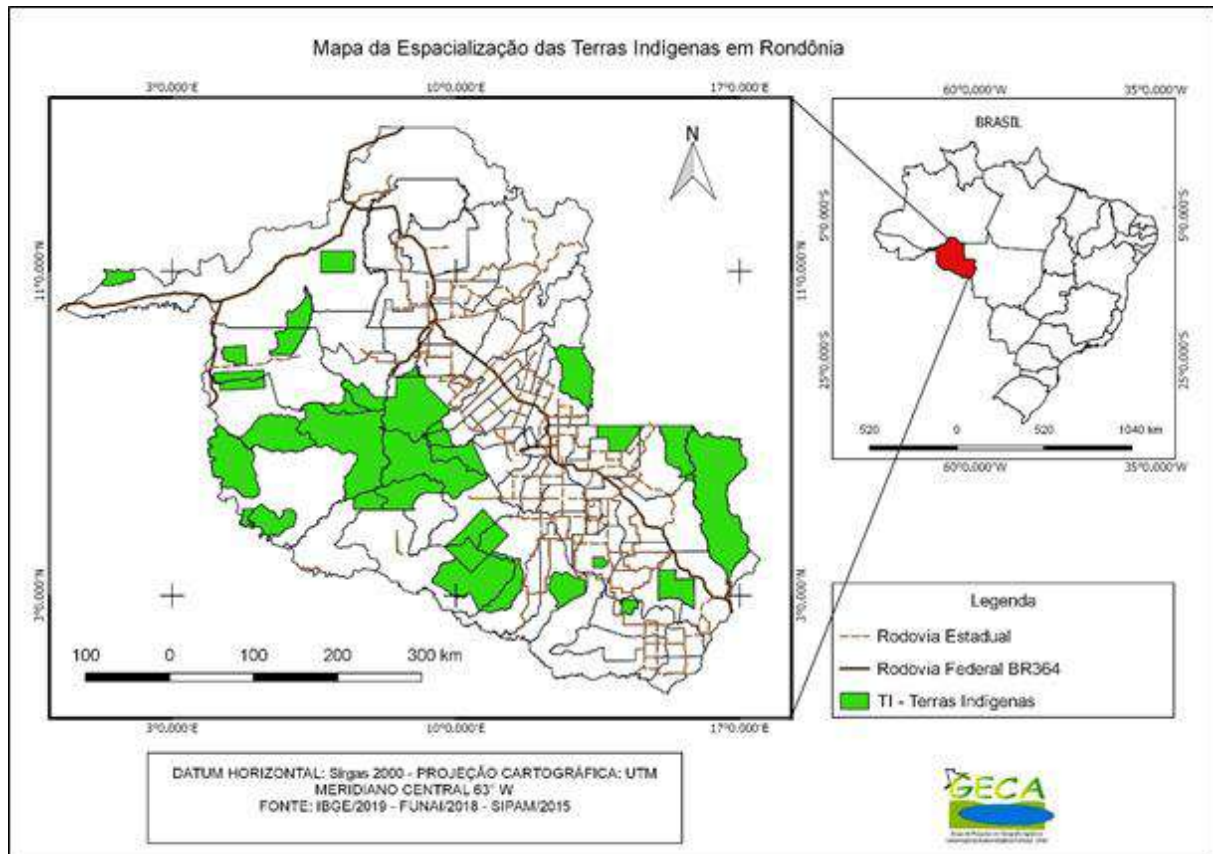
zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia é orientar a implementação de medidas e elevação do padrão socioeconômico das populações, por meio de ações que levem em conta as potencialidades, as restrições de uso e a proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento das funções sociais e do bem-estar de todos, de forma sustentável O zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia foi o primeiro no Brasil aprovado e reconhecido pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, validando em todas as estâncias, culminando com a manifestação da Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto N o 5.875, de 15 de agosto de 2006, onde "Fica adotada a Recomendação n° 003, de 22 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA". (RONDÔNIA, ZSEE, 2010. p. 11).

Percebe-se que o ordenamento espacial realizado para as TI's regularizadas em Rondônia, não são permanentes, podem ser alterados e desta maneira novas configurações e formas poderão surgir, na figura (04), pode ser observado a forma espacial e a espacialização das Terras Indígenas conforme encontram-se disposta no ZSEE de Rondônia de 2000. No entanto, deve-se observar que há áreas das TI que foi sobreposta Flona, e outras fazem limite com as unidades de conservação e com reservas extrativistas conforme pode ser confirmado na figura 01 (p. 25), deixando dessa maneira os indígenas em constante sobressalto sobre a segurança dos limites de sua terra.

Nessa perspectiva, entende-se que o ZSEE é um instrumento primeiramente político, ou seja, é alterado de acordo com os desejos de determinados grupos detentores de poder econômico, ou seja, dos atores sintagmáticos, o que reforça a necessidade de haver o cuidado especial com as TI's, estas encontram-se em contínua pressão, talvez não de forma explícita como em outras áreas mais de forma

velada, pois com uma decisão de alteração do ZSEE, a área indígena pode sofrer pressões externas que provavelmente os levará a degradação ambiental.

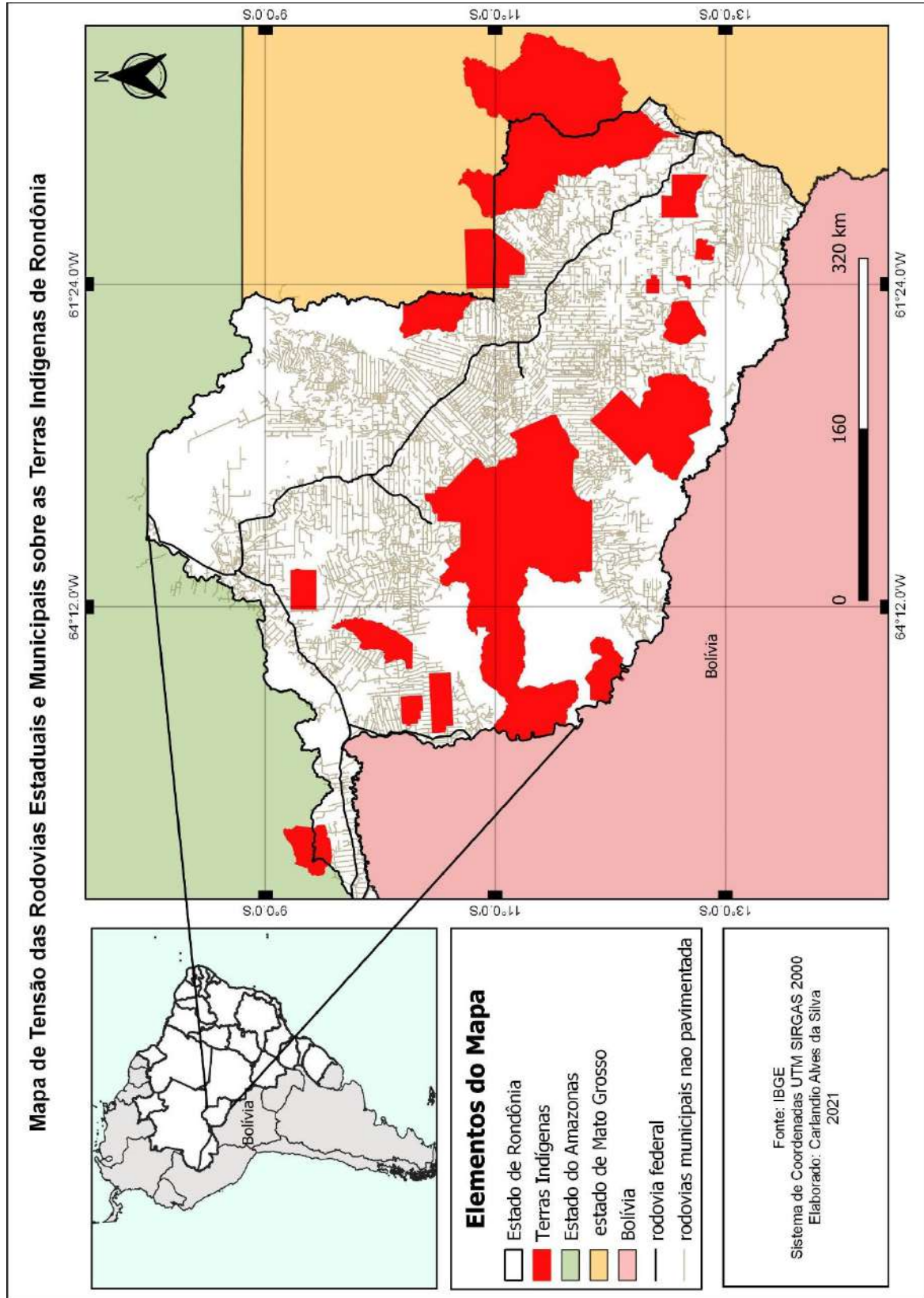
Figura 3: Mapa da espacialização das Terras Indígenas regularizadas em Rondônia



Fonte: IBGE (2019); FUNAI (2018), SIPAM (2015).
Elaborado por: Carlandio Alves da Silva, 2020.

De acordo com Rondônia (2010) no ZSEE as terras indígenas estão inseridas na zona 3 e na subzona 3.3, essas zonas tem característica específica de áreas institucionais e de preservação pelo estado, com as seguintes diretrizes: a) uso limitado por lei; b) uso de recursos naturais somente mediante autorização ou concessão da união. (*IDEM, IBDEM*, p. 18). Deve-se ressaltar que a TI Karitiana, possui quase 25% de sua área sobreposta a Floresta Nacional do Bom futuro, logo se os políticos rondonienses agindo como atores sintagmáticos alterarem os limites da Flona eles interferem diretamente nesta TI, e como esta mesma Flona já foi invadida por madeireiros e agricultores, que tiveram de ser retirados pela polícia federal.

Figura 4: Mapa de Tensão das Rodovias Estaduais e Municipais sobre as Terras Indígenas de Rondônia



Fonte: IBGE (2020); SIRGAS 2000

Com algumas práticas políticas e econômicas os atores sintagmáticos já mencionados mostram-se redefinindo espaços, colocando em xeque a demarcação das terras indígenas e o próprio ZSEE, o que demonstra que sua implementação não foi suficiente para proteção das áreas indígenas, nesse sentido a a figura (5) evidencia uma das pressões mais claras que conduzem ao conflito em várias TI's, estes expostos pelas vias de acesso, estradas que são abertas de maneira legal pelo poder público, o que facilita a entrada de pessoas, e o avanço de madeireiros, grileiros, garimpeiros nas terras indígenas impulsionando para conflitos nessas áreas, pois a maior parte destas vias não possuem fiscalização, falicitando o ato ilícito.

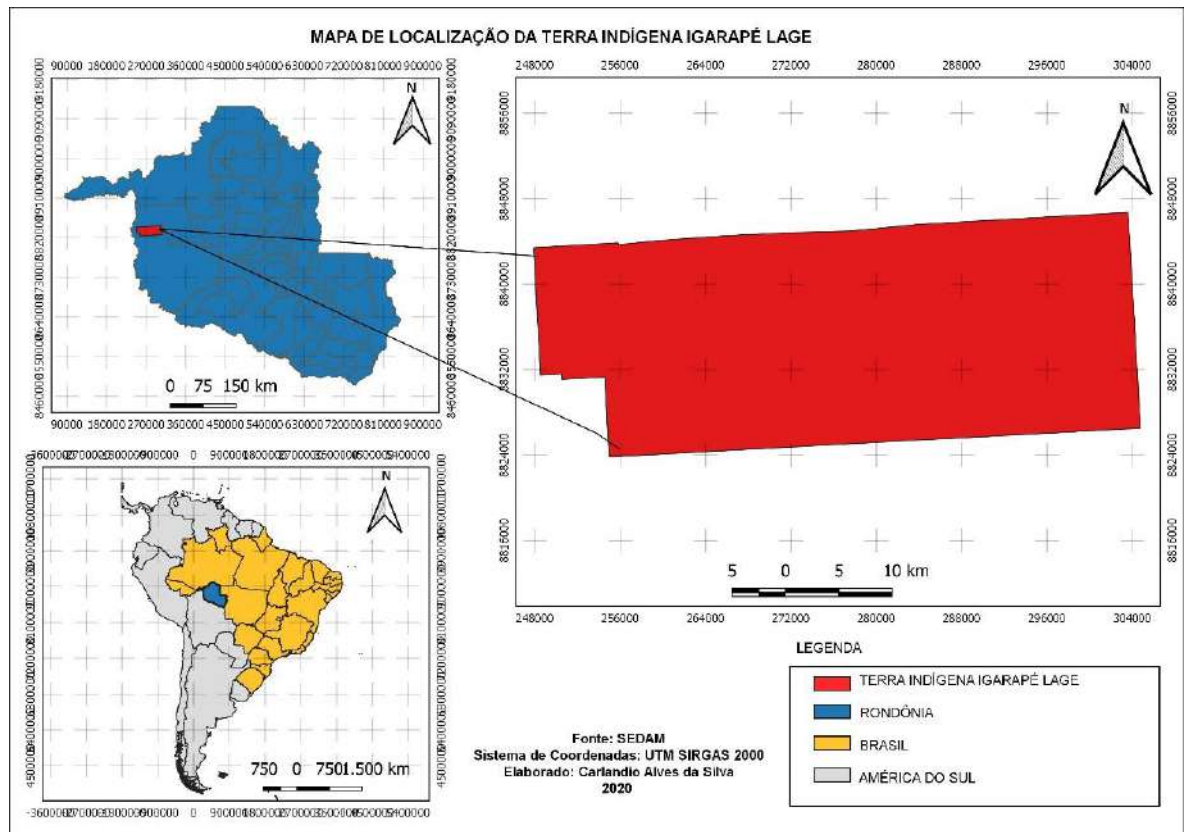
Percebe-se que todas as terras indígenas em Rondônia sofrem pressão das rodovias estaduais e municipais, como evidenciado na figura (5). Segundo Santos (2014, p.172), “expansão da malha viária foi e contínua sendo fonte de opressão sobre as terras indígenas em Rondônia, nesse sentido, não se identificou controle sobre a abertura de estradas em áreas de uso restrito em Rondônia”. Com isso, os desmatamentos pressionam as terras indígenas, devido as estradas oficiais e o surgimento de outras clandestinas.

5. 3 – Leituras das pressões sobre as Terras Indígenas de Rondônia

Dando sequência, tratar-se-á neste subtítulo as leituras sobre as Terra Indígena é a Igarapé Lage, situada nos municípios de Nova Mamoré que está inserido na subzona e Guajará-Mirim, sua área é de 107.321,1789 (ha), localizada ao lado da BR-425, nas proximidades do percurso da antiga Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no extremo oeste de Rondônia, região de fronteira com a Bolívia, foi homologada por Decreto em 1981. Na figura (06) acima pode-se visualizar a forma da TI, e sua localização dentro do estado de Rondônia.

Tendo 49,95% de sua área dentro do município de Guajará-Mirim e os 50,30% restantes dentro do município de Nova Mamoré, segundo o Instituto Sócio Ambiental que expõe como informação mais recente, no ano de 2010, o número de pessoas era 783 que viviam nesta terra, da etnia Wari, também conhecido como Pakaá Nova, da família linguística Txapacura, esta terra indígena não está sobreposta a nenhuma unidade de conservação estadual e/ou municipal.

Figura 5: Mapa de localização da Terra Indígena Igarapé Lage



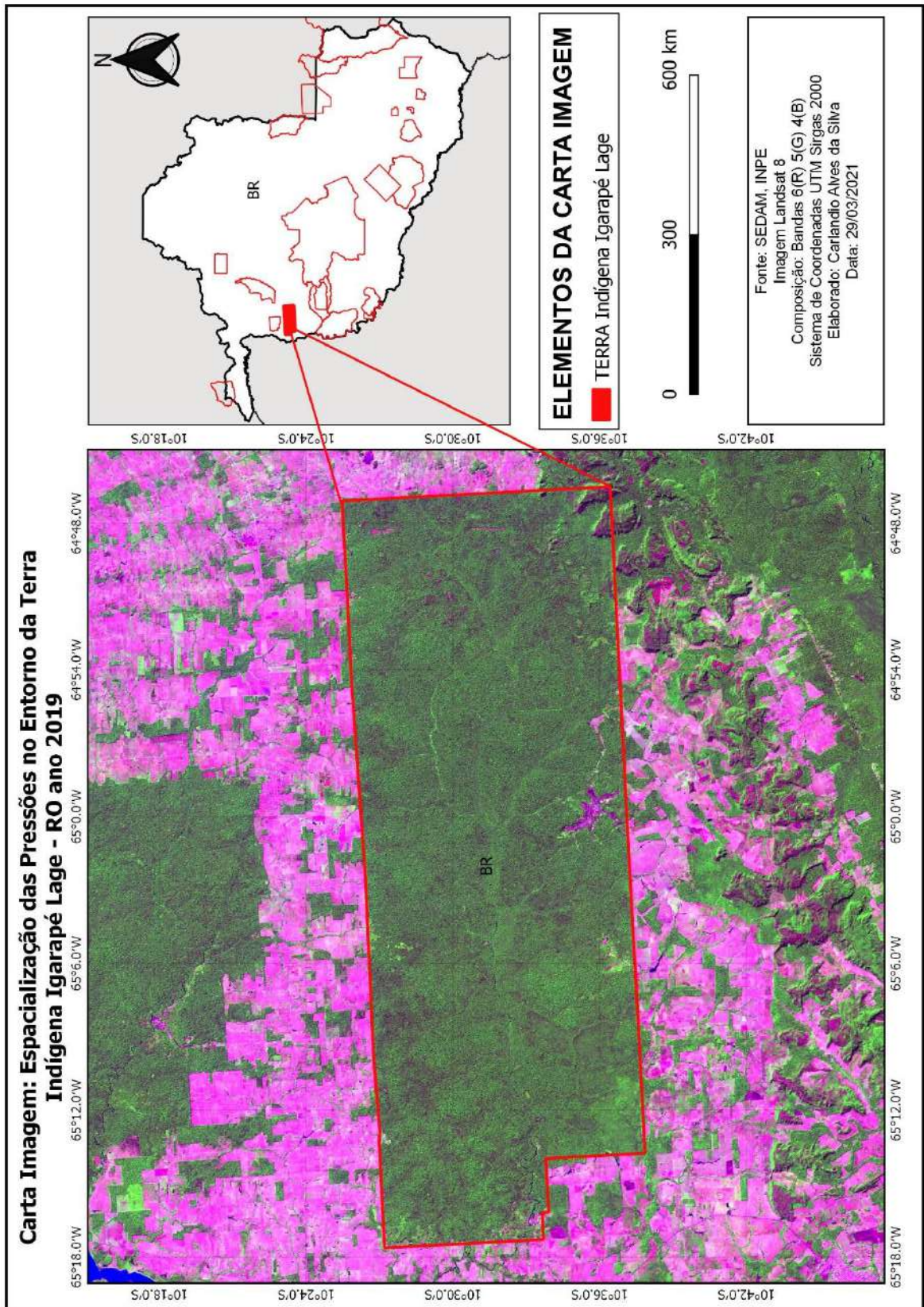
Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

A presença direta do ator sintagmático Estado nessa TI se dá por meio FUNAI com coordenação em Guajará-Mirim e a Secretaria Especial de Saúde Indígena, Sesai com a sua base distrital localizada em Porto Velho, capital de Rondônia, com três escolas de ensino fundamental, também há a presença de missão evangélica dentro da Terra Indígena.

Mosaico 1: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Lage nos anos de 1984 - 1994 à 2004.



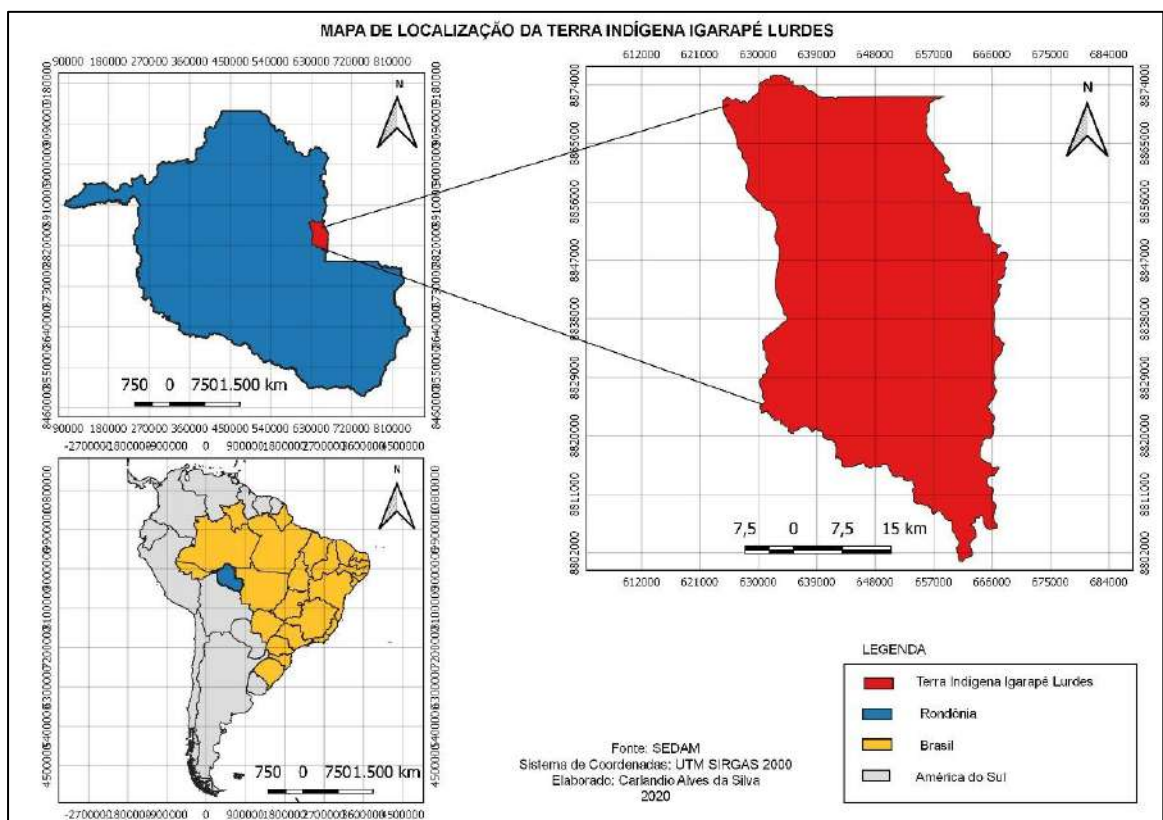
Carta Imagem 1:Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Lage - RO ano 2019



Entre sua criação a 2019 houve um acumulado de 4077ha desmatados dentro da TI Igarapé Lage, conforme pode ser visualizado de forma gradual no mosaico (01) onde é explicitado o desmatamento entre os anos de 1984 à 2004, este evidenciando a evolução do desmatamento na TI. E, a carta imagem (1) onde pode ser visto o acumulado até o ano de 2019.

Na sequência de apresentação tem-se a Terra Indígena Igarapé Lurdes, onde vivem três povos, Ikolen da família linguística mondé, língua, Karo da família linguística ramarama, língua karo, e índios isolados, está localizada no município de Ji-Paraná, com uma área da superfície de 185.533,5768 ha. Vale ressaltar que 13.150,00 ha dessa TI encontra-se sobreposta a Reserva Biológica Jarú, evidenciando ainda mais, que cada vez que alteram a estrutura de organização e uso da terra pelo ZSEE, pode ocorrer várias ações depredatórias a TI. Observa-se que a reserva biológica pertence a subzona 3.2 sendo uma área constituída pelas unidades de proteção integral, ou seja, as etnias não podem cultivar ou pescar em de área equivalente 6,68%, de sua terra.

Figura 6: Mapa de localização da Terra Indígena Igarapé Lurdes



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Já a presença direta do ator sintagmático Estado nessa TI se dá por meio FUNAI com coordenação em Ji-Paraná e a Secretaria Especial de Saúde Indígena,

Sesai com a sua base distrital localizada em Porto Velho, capital de Rondônia, a TI possui quatro escolas de ensino fundamental. Nessa TI há presenças de missão dos atores sintagmáticos: evangélicos, protestante e católico, e a Ong Kanindé - Associação de Defesa Etno-Ambiental como ator sintagmático, estes dentro da etnia promovem ações tanto de preservação da cultura quanto de sua modificação. Nesse sentido, as missões identificadas foram: CIMI-Conselho Indigenista Missionário, CIMI (católica); Junta de Missões Nacionais (evangélica); Convenção Batista Brasileira, CBB (evangélica); Missão Novas Tribos do Brasil, MNTB (evangélica); Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB (evangélica protestante).

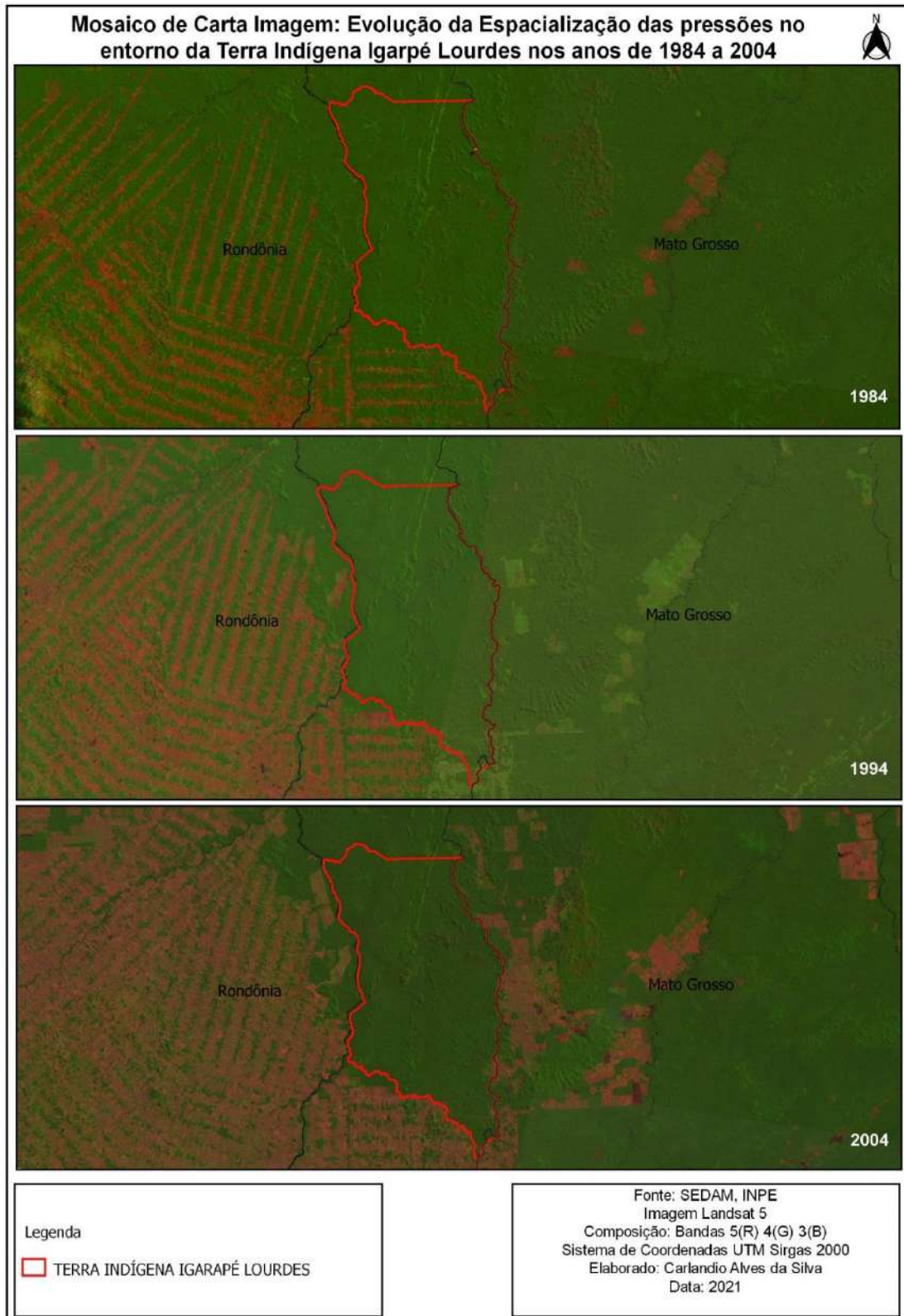
De acordo com Instituto Socio ambiental, sua população em 2013 contava com 984 pessoas, a terra foi homologada em 9 de agosto de 1983, existem seis organizações indígenas que também são atores sintagmáticos, APP Pamakobav'a, Associação Agrária do Povo Indígena do Igarapé Lourdes, Associação do Povo Indígena Arara – Iterap, Associação Indígena Karo Paigap, Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr, Organização das Associações Indígenas de Ji-Paraná. Existem dois projetos com participação indígenas na região: Pacto da Floresta com início em 2018 e Amazônia Indígena Sustentável que iniciou em 2016.

De acordo com CIMI (2015), o histórico do povo Karo, também são conhecidos por Arara, seus primeiros contatos ocorreram por volta de 1900 com atores sintagmáticos com os seringueiros, garimpeiros e missionários. Ainda na atuação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, o povo foi agrupado numa única aldeia e alguns passaram a conviveram com seringueiros. A FUNAI, que substituiu o SPI, implantou um posto de assistência com a permanência de um chefe, que tinha função de administrar e acompanhar os trabalhos agrícolas, implantando outros tipos de cultura. Segundo o povo Arara, eles viviam num regime semiescravo, onde quem determinava tudo era o chefe de Posto. As invasões pelos fazendeiros pressionaram o povo Ikolen a ocuparem parte da terra do povo Arara, que eram rivais. O povo Ikolen, denominado Gavião, tem outras denominações como Gavião de Ji-Paraná, Gavião de Rondônia, que servem para diferenciá-los de outros povos também conhecidos por Gavião.

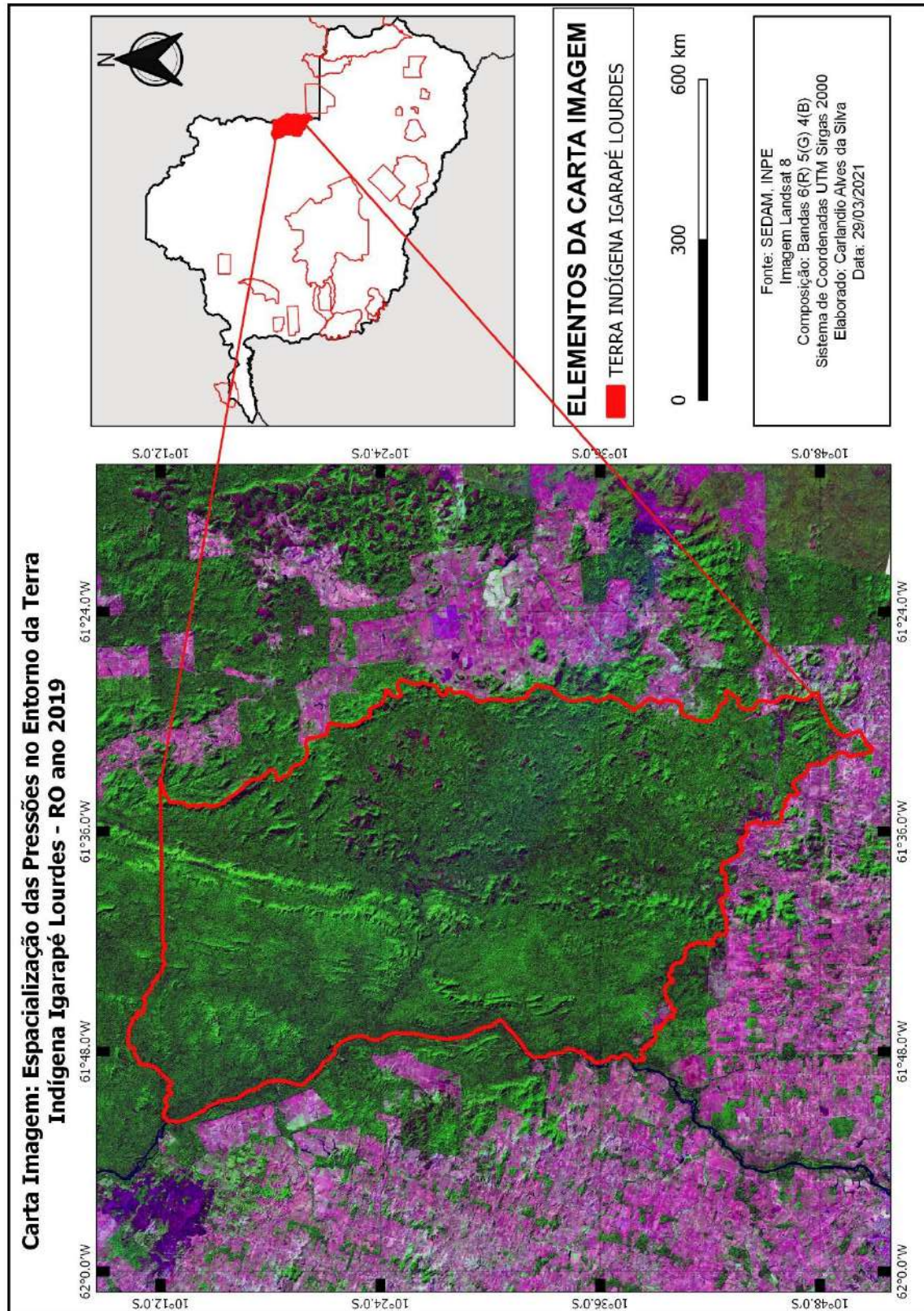
Na TI Igarapé Lourdes há riscos constantes de contatos com não-índios sendo estes caçadores, pescadores, garimpeiros, madeireiros e fazendeiros ou seus funcionários. E, a pressão para essa área conforme o diagnóstico etnoambiental (2012, p. 25) elaborado pela etnia em parceria com a Ong. Kanindé “há ocorrência de cassiterita, laterita manganésifera, rochas graníticas, ouro, manganês. Com 10

pedidos de pesquisa de ouro, por empresas mineradoras na terra indígena, sendo 09 feitos pela Mineração Itamaracá Ltda e 01 pela Mineração Acará Ind. e Com. Ltda.”

Mosaico 2: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Lourdes nos anos de 1984 à 2004



Carta Imagem 2:Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Lourdes - RO ano 2019

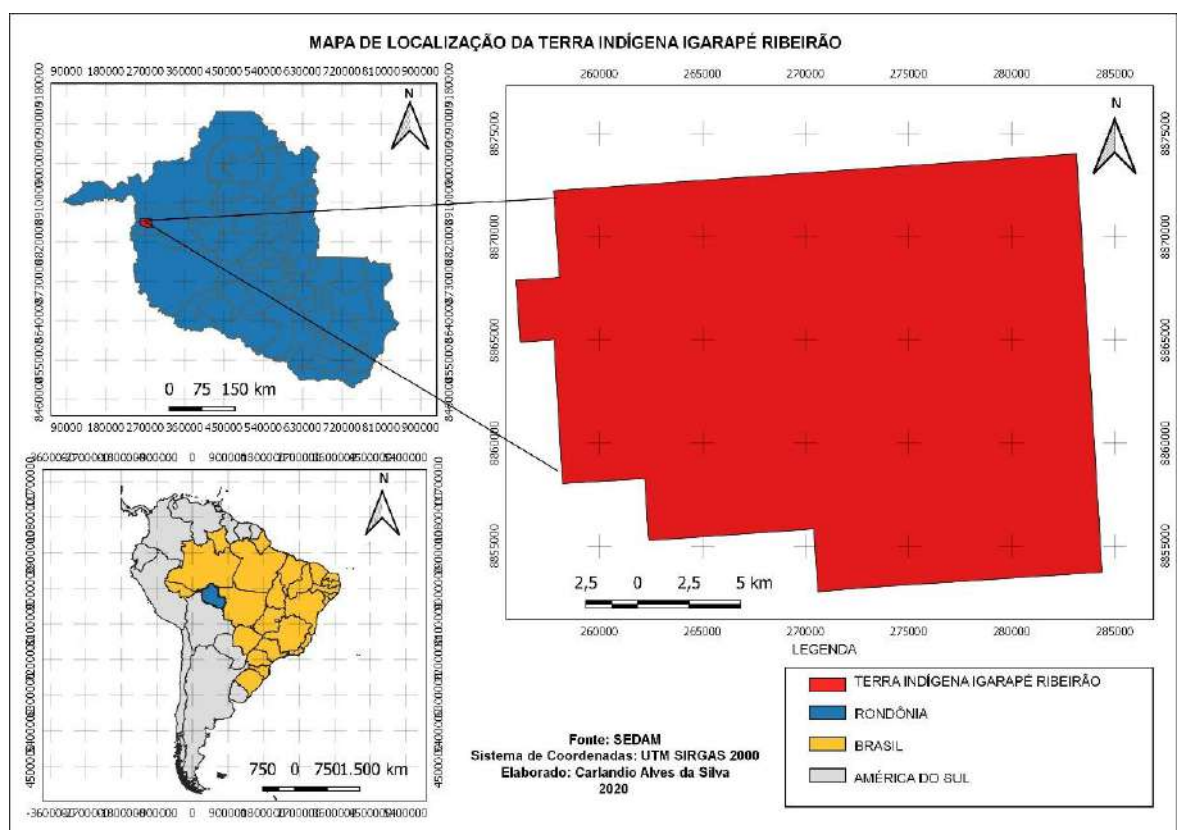


Com relação ao desmatamento dentro da TI Igarapé Lourdes houve um acumulado de 6987ha desmatados, conforme pode ser visualizado de forma gradual

no mosaico (02) onde é explicitado o desmatamento entre os anos de 1984 a 2004, este evidenciando a evolução do desmatamento na TI. E, a carta imagem (02) onde pode ser visto o acumulado até o ano de 2019.

Dando sequência, na Terra Indígena Igarapé Ribeirão, vivem o povo Wari da família linguística Txapacura, língua Wari (Pacaá Nova), localizada no Município Nova Mamoré com uma área de 47.863,3178 ha, homologada no Decreto 86.347 de 10 setembro de 1981, esses são também o grupo mais numerosos. A presença direta do ator sintagmático Estado se dá pelo distrito sanitário Sesai com sede em Porto Velho, e com a FUNAI com sua coordenação no município de Guajará-Mirim e com uma escola para o ensino fundamental. A etnia Wari sofre constante pressão por madeireiros e pescadores,

Figura 7: Mapa de localização da Terra Indígena Igarapé Ribeirão



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

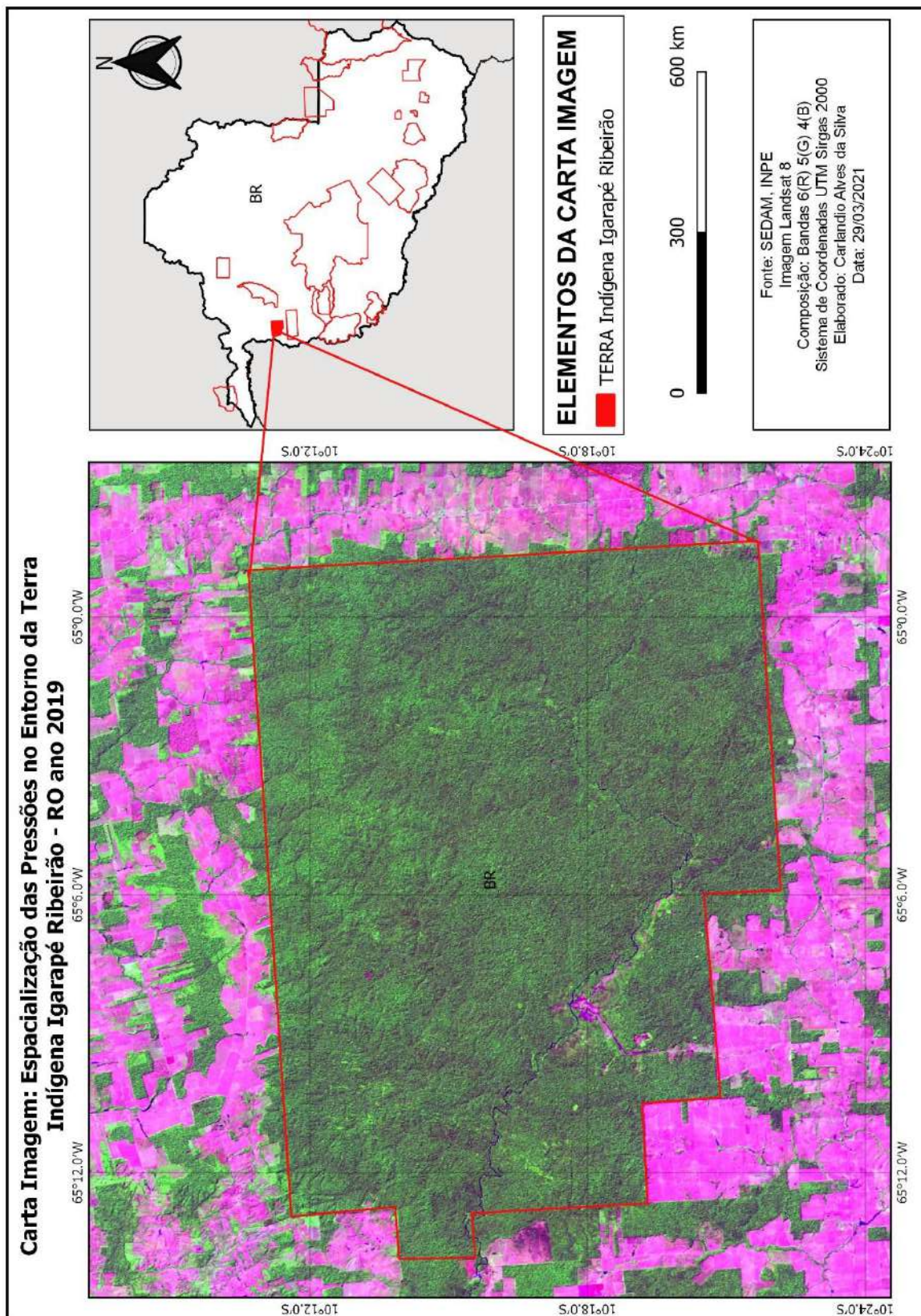
Segundo Leite (2007), encontram-se distribuídos em outras Terras Indígenas, tem uma organização Oro Wari, além de uma colônia agrícola (Sagarana), mantida pela Diocese de Guajará-Mirim. Também são denominados de Pakaás Novos, Paca Nova, ou Wari, expressão txapakura em oposição aos não-humanos (animais, inimigos, etc.). Segundo Leite (2007), a história mais recente desse povo, está diretamente ligado ao ciclo de exploração da borracha na região amazônica, que teve

seu início no século XIX e intensificou-se na Segunda Guerra Mundial. Porém, os primeiros registros que marcam a presença na região, é de aproximadamente um século antes, pelo Coronel Ricardo Franco em 1790. Conforme CIMI (2015), o primeiro atrito documentado entre os Wari e os trabalhadores da ferrovia ocorreu em 1919, com o rapto de vários indígenas sendo levados para cidade para serem exibidos. Com a queda repentina do interesse no látex brasileiro, devido a produção malasiana, muitos seringueiros foram embora abandonando suas atividades, e os Wari que foram forçados a saírem de seus territórios onde viviam nas cabeceiras dos rios, voltaram para as antigas malocas.

Mosaico 3: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Ribeirão nos anos de 1984 a 2004.



Carta Imagem 3: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Igarapé Ribeirão - RO ano 2019

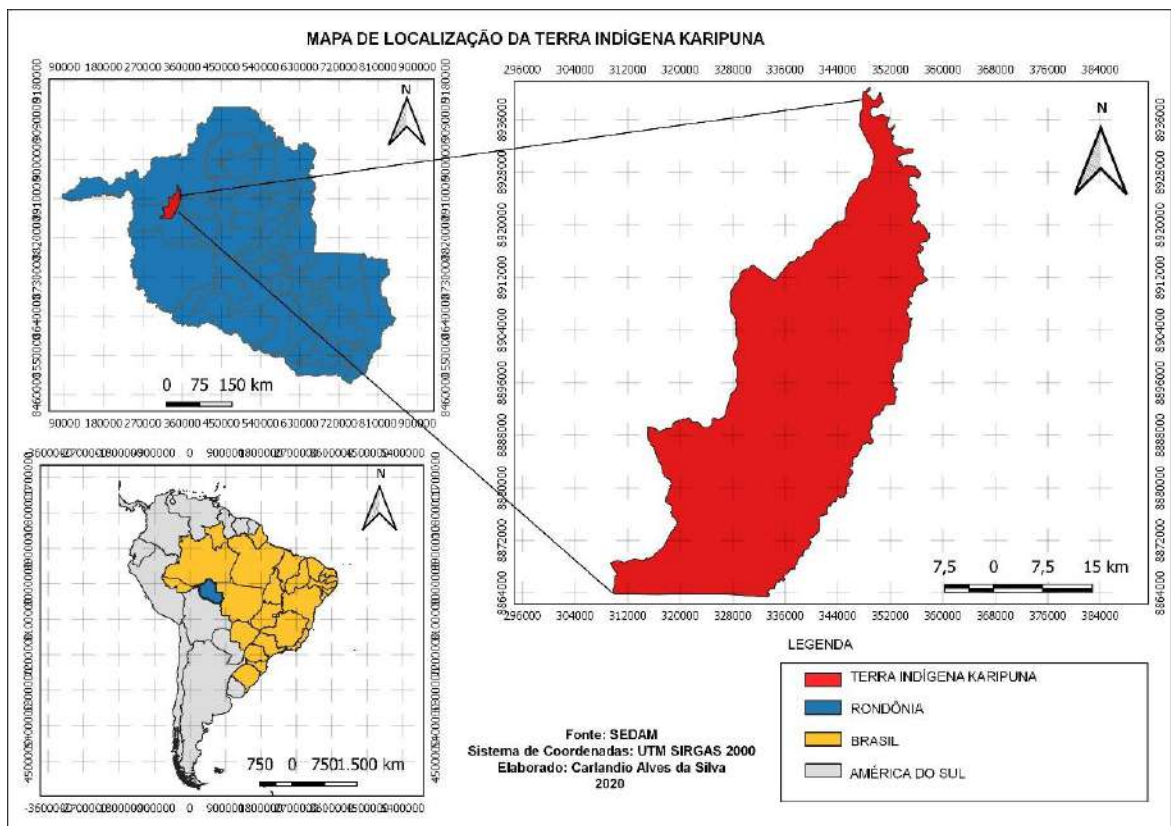


O acumulado de desmatamento desde sua criação até o ano de 2019 foi de 1685 ha, conforme pode ser visualizado de forma gradual no mosaico (03) onde é

explicitado o desmatamento entre os anos de 1984 a 2004, este evidenciando a evolução do desmatamento na TI. E, a carta imagem (03) onde pode ser visto o acumulado até o ano de 2019.

Por sua vez, a Terra Indígena Karipuna, com 152.929,8599 ha, localizada em dois municípios de Rondônia, tendo 52,39% de sua Terra nos limites de Nova Mamoré e 48,18% em Porto Velho. Com participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional localizada em Ji-Paraná e o Distrito Sanitário Indígena Sesai em Porto Velho, com uma escola para o ensino fundamental, também há um Posto Indígena de fiscalização, PIN, Postos de Vigilância da FUNAI, e o ator sintagmático igreja com uma missão evangélica denominada: JOCUM-Jovens com uma Missão. Os problemas mais recorrentes são com atores sintagmáticos madeireiros, caçadores e pescadores (FUNAI, CIMI, ISA).

Figura 8: Mapa de localização da Terra Indígena Karipuna

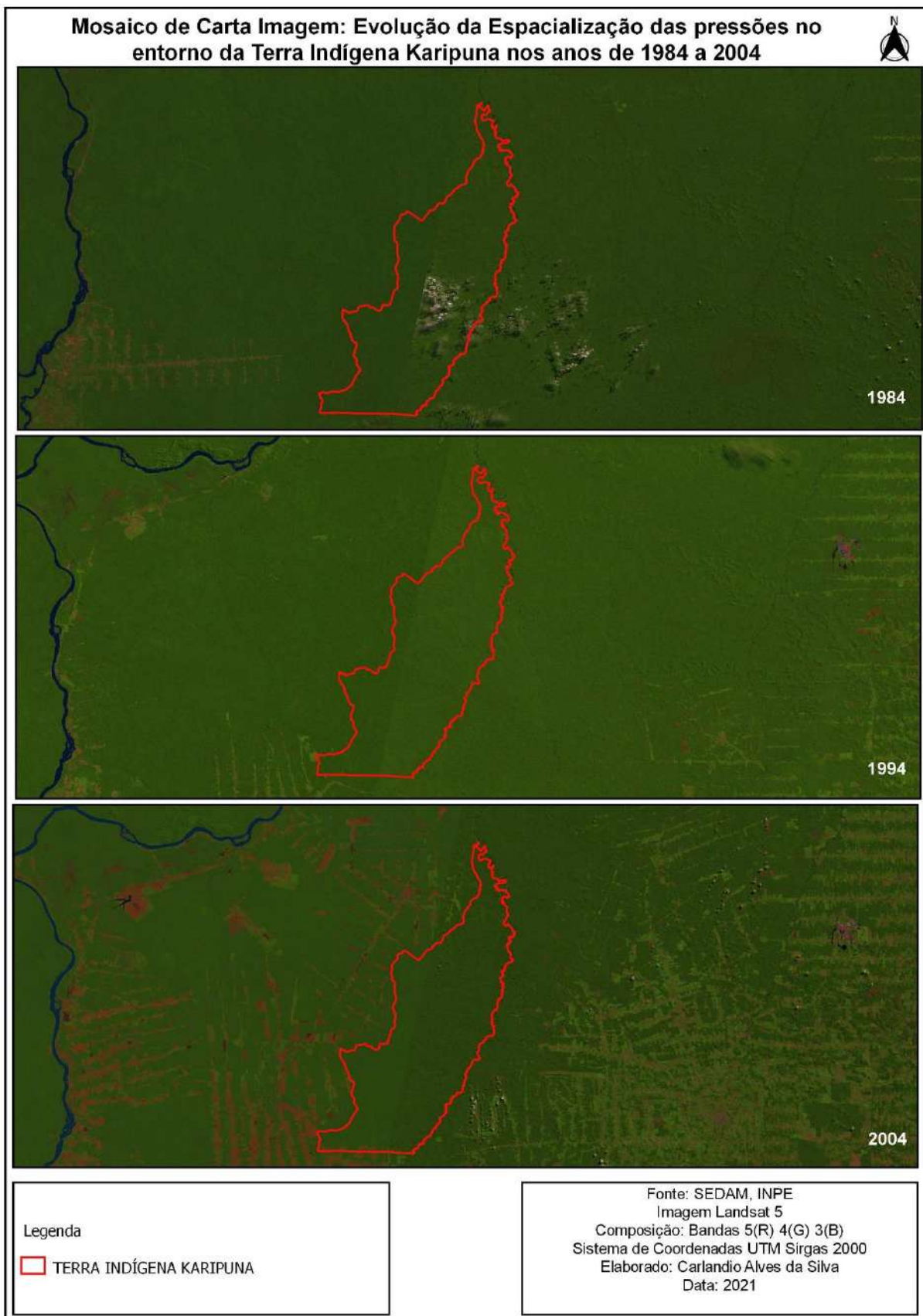


Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

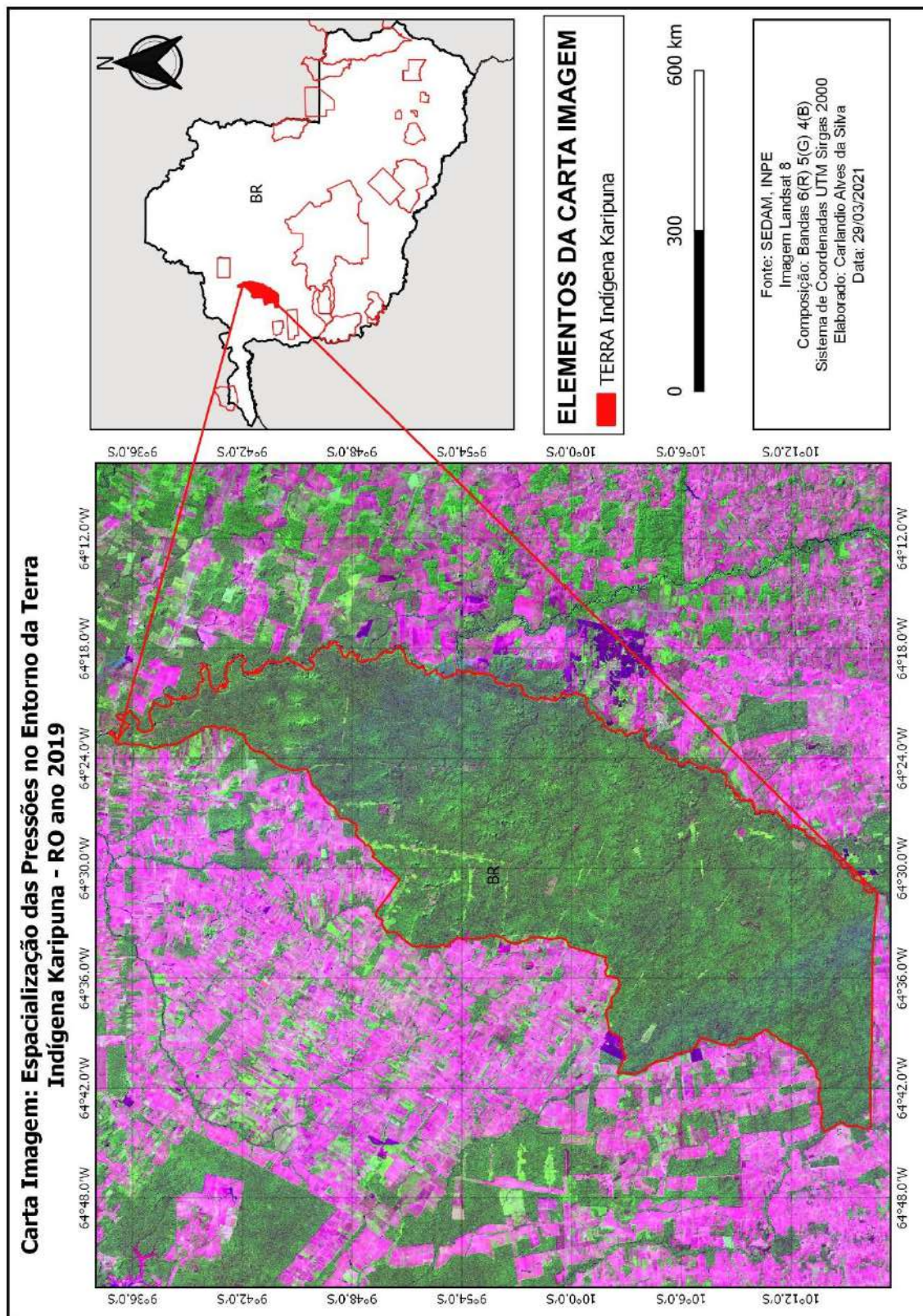
Homologada em 08 de setembro de 1998, tem por bacia hidrográfica os rios Jaci-Paraná e Formoso, afluentes do rio Guaporé. Karipuna de Rondônia, falam a língua Tupi. De acordo com Sampaio e Silva (1997), esse grupo era muito numeroso e perambulavam pelas margens dos rios Madeira, Mutum-Paraná e Jaci-Paraná, foram os índios os mais impactados com a construção da Estrada de Ferro Madeira-

Mamoré, tendo diversos contatos com os trabalhadores da ferrovia, depois de um tempo se isolaram tendo alguns casos de contatos hostis com seringueiros. A FUNAI fez o seu primeiro contato amistoso em 1976. Esse povo, tem duas organizações que são, Abytucu Apoika – Raízes do Povo Karipuna, e Associação dos Povos Indígenas Karipuna. Independentemente dos vários contatos e de tudo que passaram, ainda mantém sua língua, e seus modos de vida, sua pintura corporal, seu artesanato e sua alimentação na base de caça e pesca além de produtos cultivados nas roças e coleta de frutos.

Mosaico 4: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Karipuna nos anos de 1984 a 2004.



Carta Imagem 4: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Karipuna - RO ano 2019

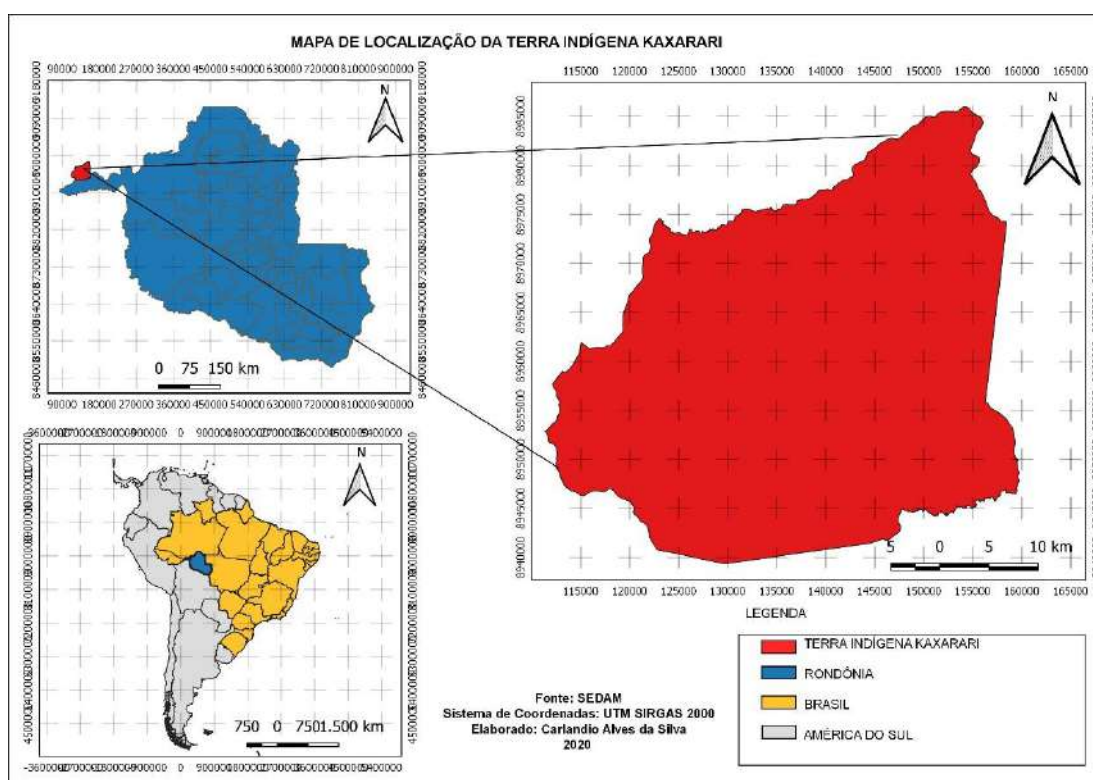


O acumulado de desmatamento na TI desde sua criação até o ano de 2019 foi de 3894 ha. Sendo que no ano de 2018 a taxa de desmatamento foi a maior 1371

ha, como consequência no ano de 2019 ocorreu uma breve diminuição e a taxa passou para 1094 ha. Vale ressaltar que essa TI possui duas solicitações para o DNPM uma de requerimento de lavra garimpeira para o minério de estanho pela Cooperativa Garimpeira Mineradora Nacional e outra de pesquisa para minério de ouro pela empresa Mineração Silvana Industria e Comércio Ltda.

Já a Terra Indígena Kaxarari, localizada na região limítrofe dos estados de Rondônia (Porto Velho) e Amazonas (Lábrea), tendo área total correspondendo 145.889,9849 ha, sendo 67,47% de sua área em Lábrea e 33,30 em Porto Velho. Segundo a FUNAI vivem na TI 445 pessoas, a língua Kaxarari pertence a família Pano não classifica em tronco, compreendem vocábulos Kaxinawá, Yaminawa, Yawanawa, Nukini, dos povos que vivem no Acre sendo da mesma família. Existem os atores sintagmáticos indígenas que são três organizações, a Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas – OPIROMA, Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – OPIN, Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus – OPIMP.

Figura 9: Mapa de localização da Terra Indígena Kaxarari



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

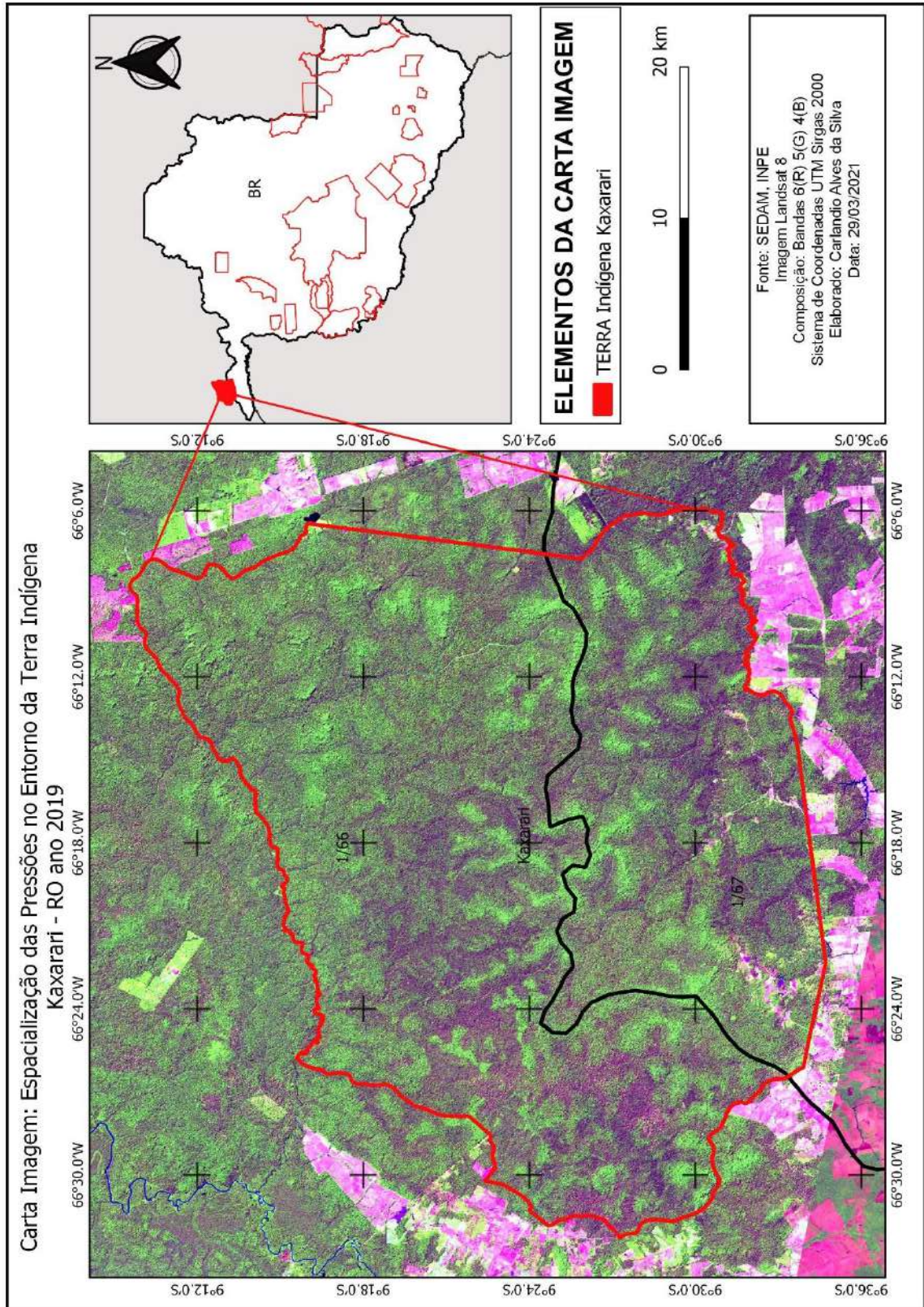
De acordo com a FUNAI (2020), a demarcação ocorreu em 1987 quando excluíram parte importante do território tradicional, conhecido como Pedreira Igarapé Azul. Em abril de 1991 foi acrescentada esta parte tradicional de 2. 423 ha.

Homologada pelo decreto 93.973. Sua história de contato, são de vários períodos distintos, tendo como um dos períodos mais cruéis o que chamam do tempo das correrias, época em que os seringueiros ou seringalistas os perseguiram e viam-se obrigados a fugir, teve como resultado grande extermínio do povo

Mosaico 5: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Kaxarari nos anos de 1984 a 2004.



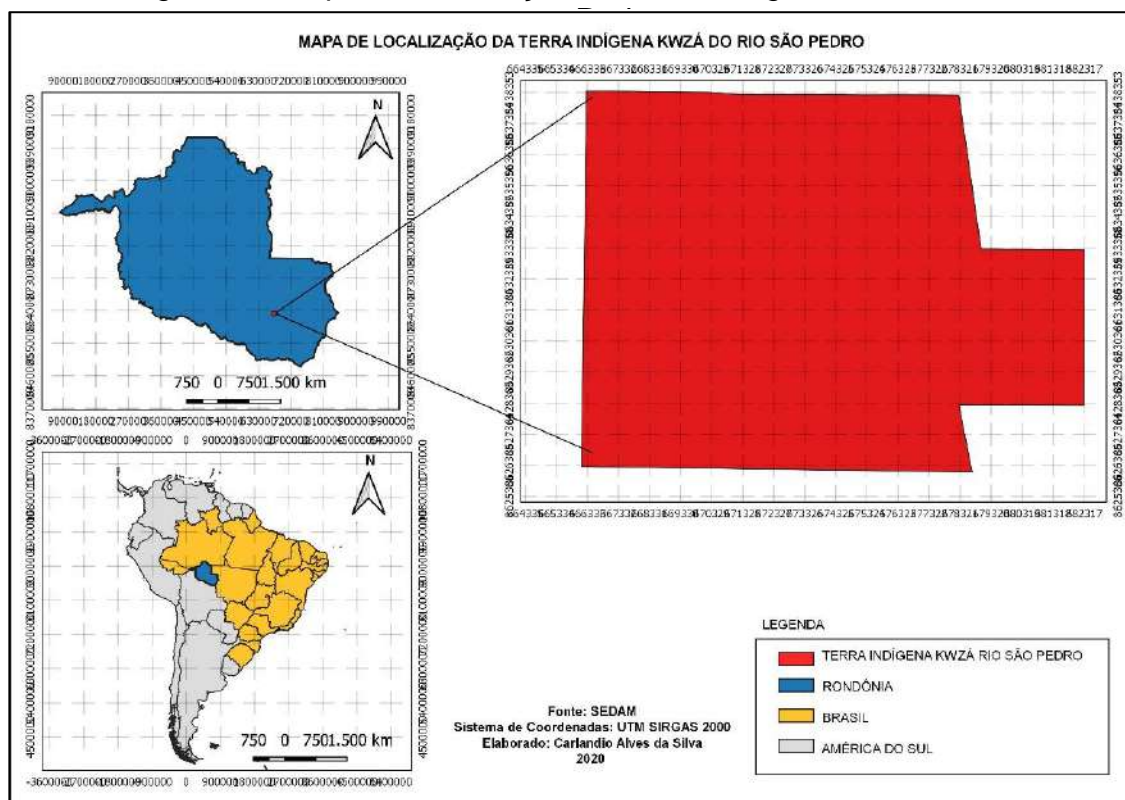
Carta Imagem 5: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Kaxarari - RO ano 2019



Com participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional no Alto Purus e o Distrito Sanitário Indígena Sesai com abrangência no Médio Rio Purus (AM), com uma escola para o ensino fundamental, também há instalado nessa TI o ator sintagmático Associação Linguística de Evangelização Missionária, ALEM (evangélica). Os problemas mais recorrentes são com os extrativistas. O acumulado de desmatamento na TI desde sua criação até o ano de 2019 foi de 1228 ha. Conforme Sampaio e Silva (1997), a presença da Construtora Mendes Júnior na reserva desde 1988, a empresa explora uma pedreira de granito, aterrando um igarapé, transformando em um lago de 500 ha de água parada, que teve como resultado um aumento de mosquito transmissores de doenças, houve também a construção de ramais para exploração de madeira, e o uso de dinamite e a exploração de madeira afugentaram os animais de caça e pesca.

Na Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro, no município de Parecis com área de 16.799,8763 ha, Nesta TI, vivem dois povos, com uma população segundo a FUNAI em 2001 havia 25 pessoas, os Aikanã falantes da língua Aikanã, e os Kwazá falantes da língua Koaz. Com um projeto de participação indígena de coleta e beneficiamento do açaí. Com participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional de Cacoal e o Distrito Sanitário Indígena Sesai de Vilhena com abrangência em RO/MT. Os problemas mais recorrentes são com os atores sintagmáticos extrativistas, garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, grileiros, caçadores e pescadores. O acumulado de desmatamento na TI desde sua criação até o ano de 2019 foi de 700 há, (FUNAI, CIMI, ISA).

Figura 10: Mapa de localização da Terra Indígena Kwazá do Rio São



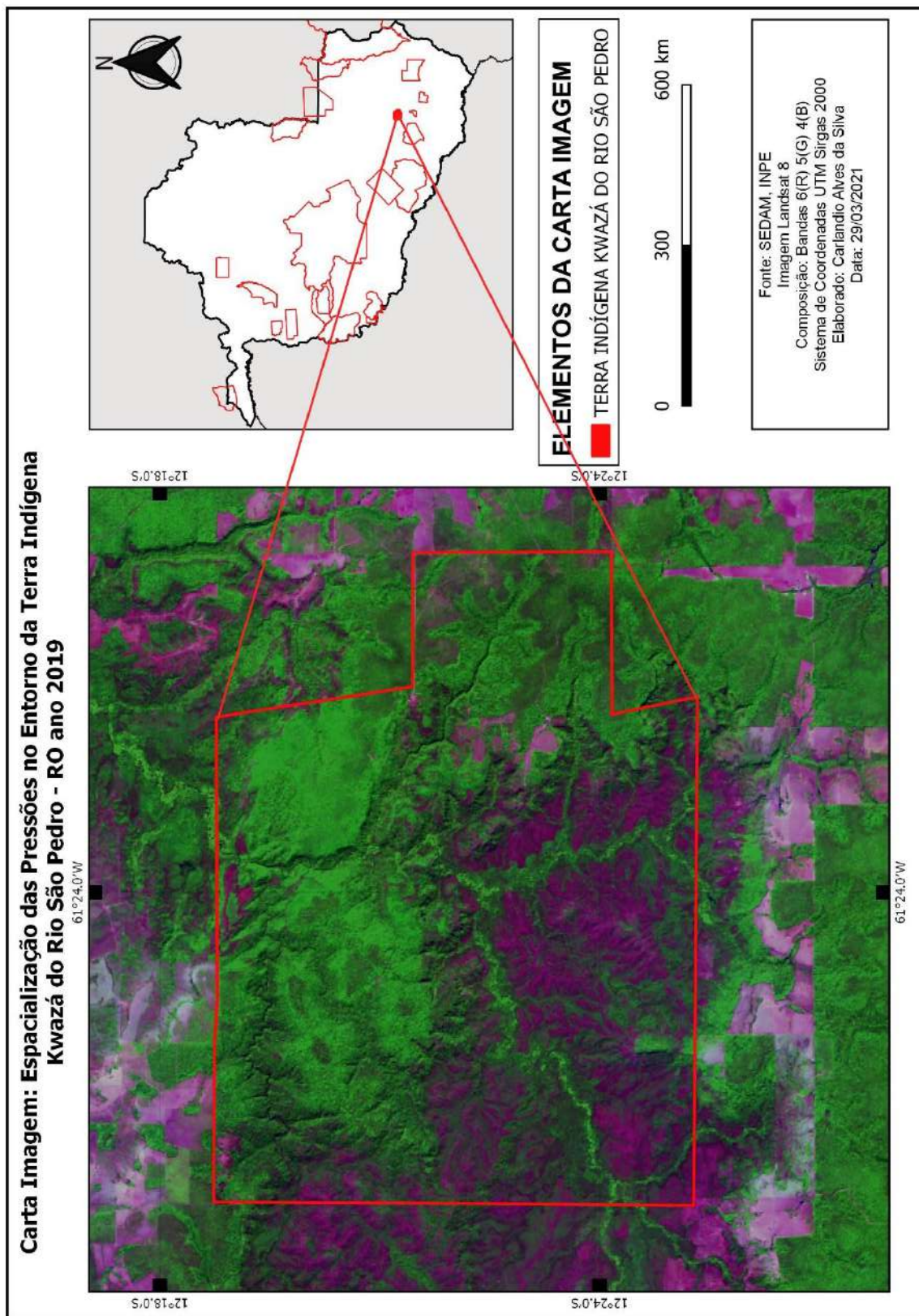
Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

De acordo com CIMI (2015), em 1913, o Marechal Rondon, que comandava a expedição de construção da linha telegráfica, criou um mapa da região com informações dos índios Quipiquiriate. Já nesse período, testemunharam a presença do povo Kwazá (coaia no mapa de Rondon) na região de São Pedro em duas malocas. No final dos anos 30, Lévi-Strauss antropólogo, quando visitou o sul de Rondônia, notou a presença de um jovem Kwazá de nome Cona entre os índios Quipiquiriate, após deixa a região de São Pedro por ter contraído matrimônio.

Mosaico 6: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro nos anos de 1984 a 2004.



Carta Imagem 6: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro - RO ano 2019

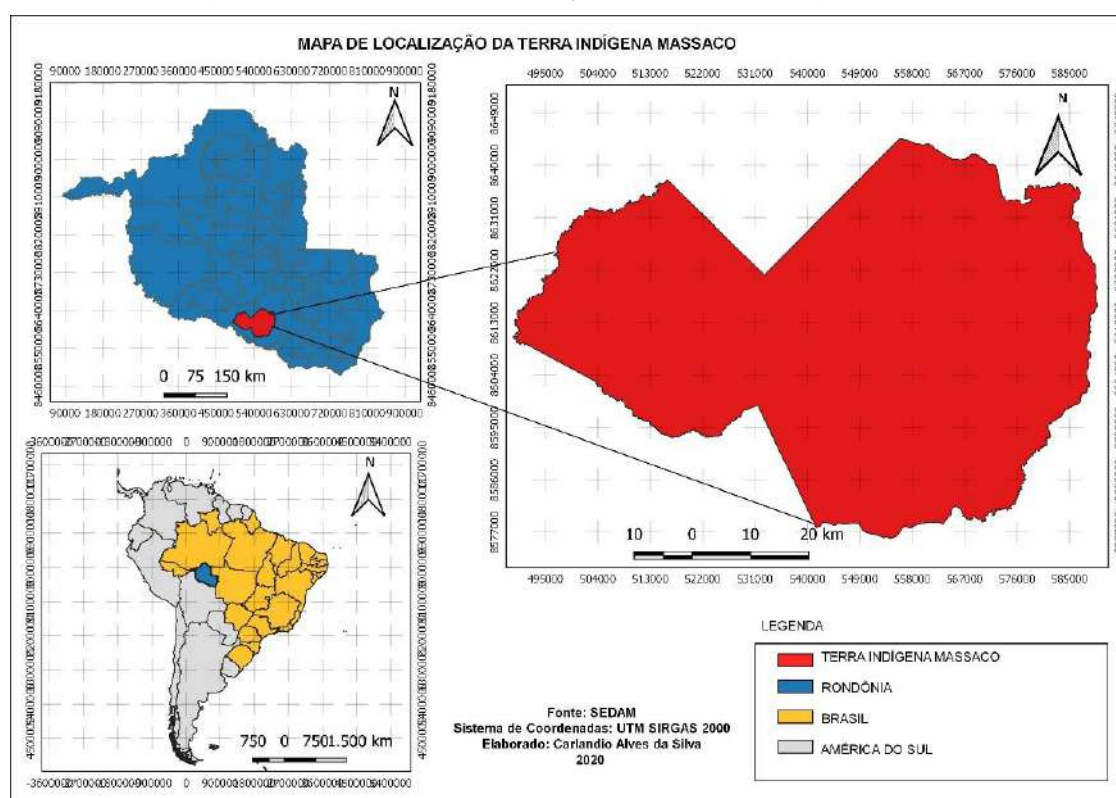


Os Aikanã, de acordo com CIMI (2015), tiveram suas terras quase por completo ocupado por fazendas, sobrando para este povo uma terra improdutiva,

arenosa, que os fazendeiros desprezaram na época. Os cemitérios lugares sagrados estão fora da terra demarcada, os mais velhos anciões pedem para serem enterrados próximos de seus pais e irmãos. Em 1916 Rondon os conheceu pelo nome de Molotundú, os quais afirmam que sempre viveram nas proximidades do Rio Machado, do Rio Pimenta Bueno e do Rio Tanaru.

A Terra Indígena na figura (11) abaixo, denominada de Massaco, corresponde a uma área de 421.895,0769 ha, está dividida em dois municípios de Rondônia, tendo 24,73% de sua área em Alta Floresta D'Oeste e 75,12% em São Francisco do Guaporé.

Figura 11: Mapa de localização da Terra Indígena Massaco



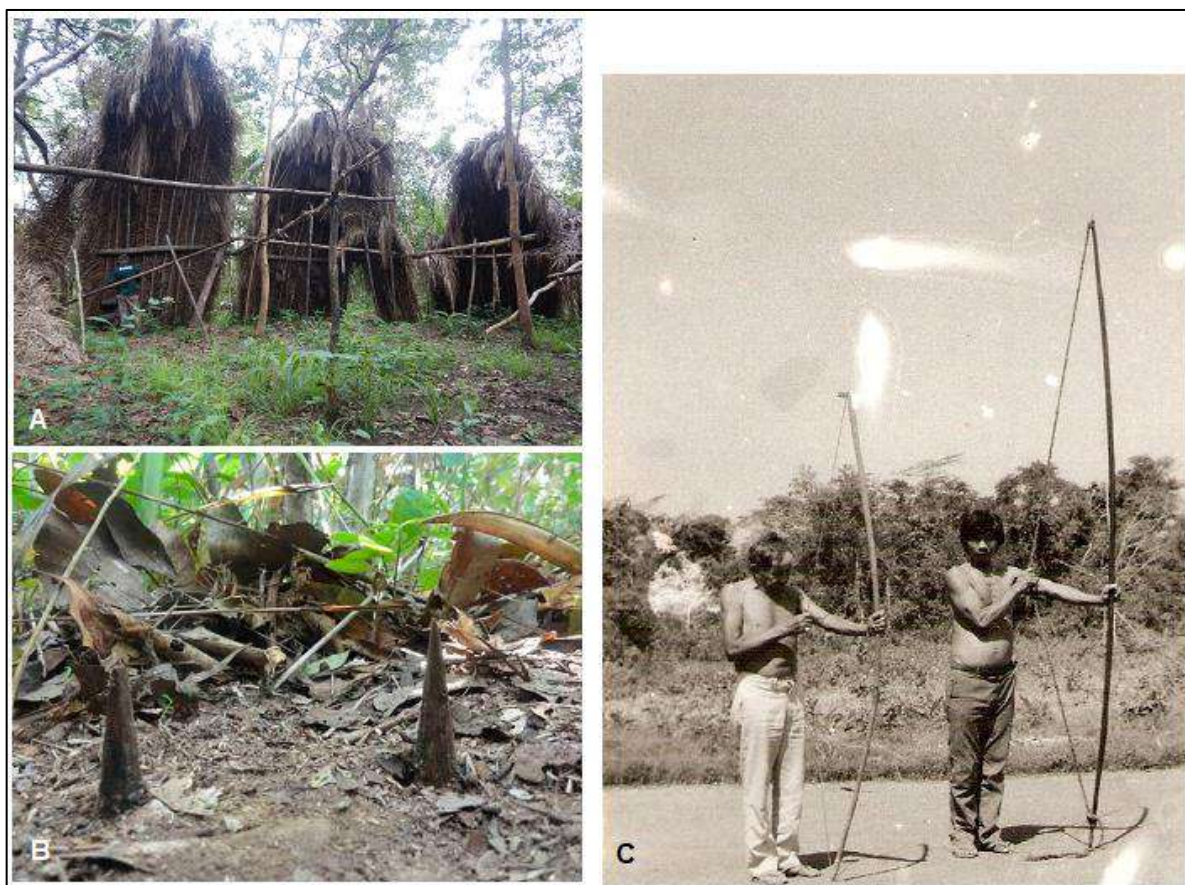
Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Localizada entre os municípios de Alta Floresta D'Oeste e no município de São Francisco do Guaporé, habitada por índios isolados. Conforme a FUNAI, na última expedição realiza na TI Massaco, no sudoeste do estado de Rondônia, em maio de 2019, com a equipe da Coordenação de Frente de Proteção Etnoambiental – FPE Guaporé, e uma unidade descentralizada da FUNAI, ao percorrer mais de 217 km pela mata, registraram diversos acampamentos provisórios (tapiris) dos indígenas isolados, objetos da cultura material, tais como redes, arcos, machados de pedra e outros artefatos de argila, além de vestígios alimentares.

A FUNAI explica que a denominação de “indígenas isolados” faz referência exclusivamente aos grupos indígenas que não tem relações permanentes com a sociedade não índio ou até mesmo com outros povos indígenas, de pouca frequência de interação. Os registros históricos apontam que eles decidiram se manterem afastados devido efeitos negativos que causaram várias mortes, por violência física e doenças epidêmicas como infecções, a e perda dos seus recursos naturais essenciais para garantia de suas vidas.

Segundo a FUNAI, comparados a outros povos indígenas isolados, não produzem muitos artefatos materiais. O que despertou a atenção foram seus arcos e flechas enormes (arcos medindo mais de três metros e flechas maiores que dois metros e meio), conforme pode ser visualizado na figura abaixo, esse seria um dos motivos do qual os indígenas da TI Rio Branco, próximos dos isolados, os deram o nome de arco grande.

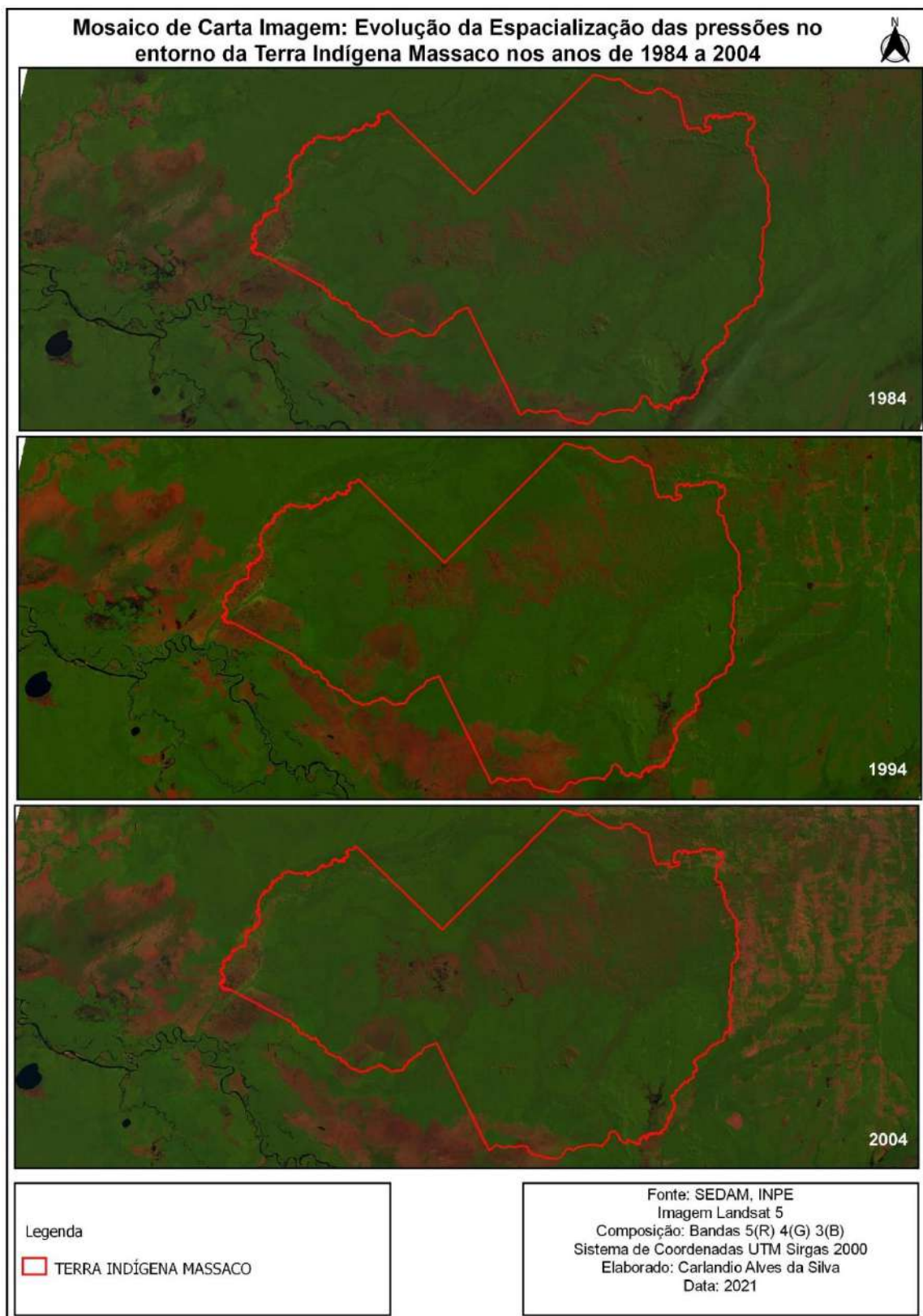
Figura 12: Vestígios e equipamentos de indígenas isolados da TI Massaco



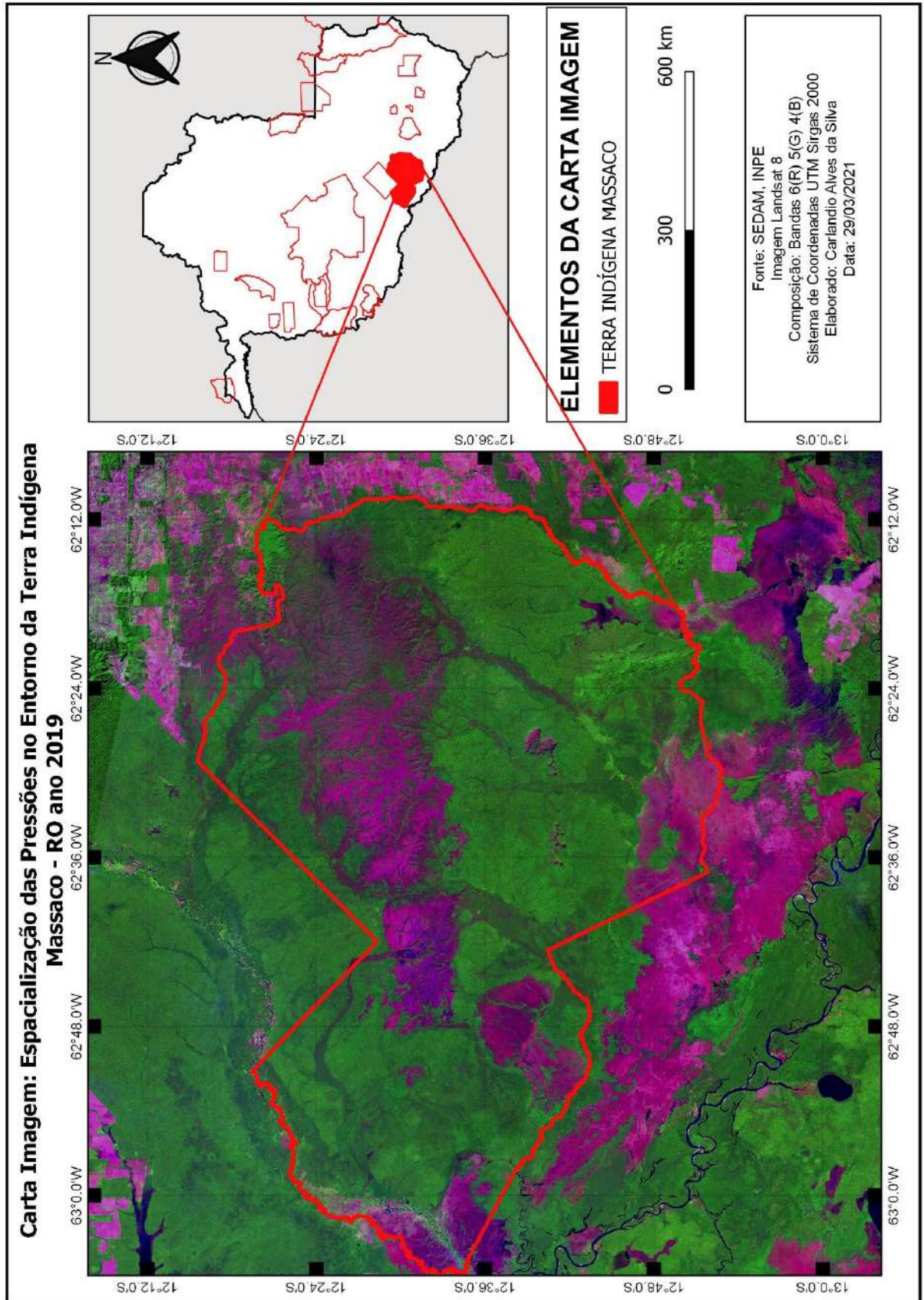
Na foto A, são os tapiris deixados pelos índios isolados; na foto B, são os estrepes feitos de madeira de ipê ou arereira, apontadas com dente de cutia e enterradas pelos indígenas ao longo da trilha para proteger seu território de invasões. A foto C, tem-se os indígenas da TI Rio Branco comparam um arco comum de sua região (esquerda) com um arco dos indígenas isolados da Massaco (direita). Foto: Acervo Funai. A FUNAI por não saber como eles se autodefinem, adotaram para sua referência, Indígenas isolados da Terra Indígena

Massaco, ou para simplificar, indígenas Massaco, deve ser observado que a TI Massaco, está interligada a TI Rio Branco.

Mosaico 7: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Massaco nos anos de 1984 a 2004

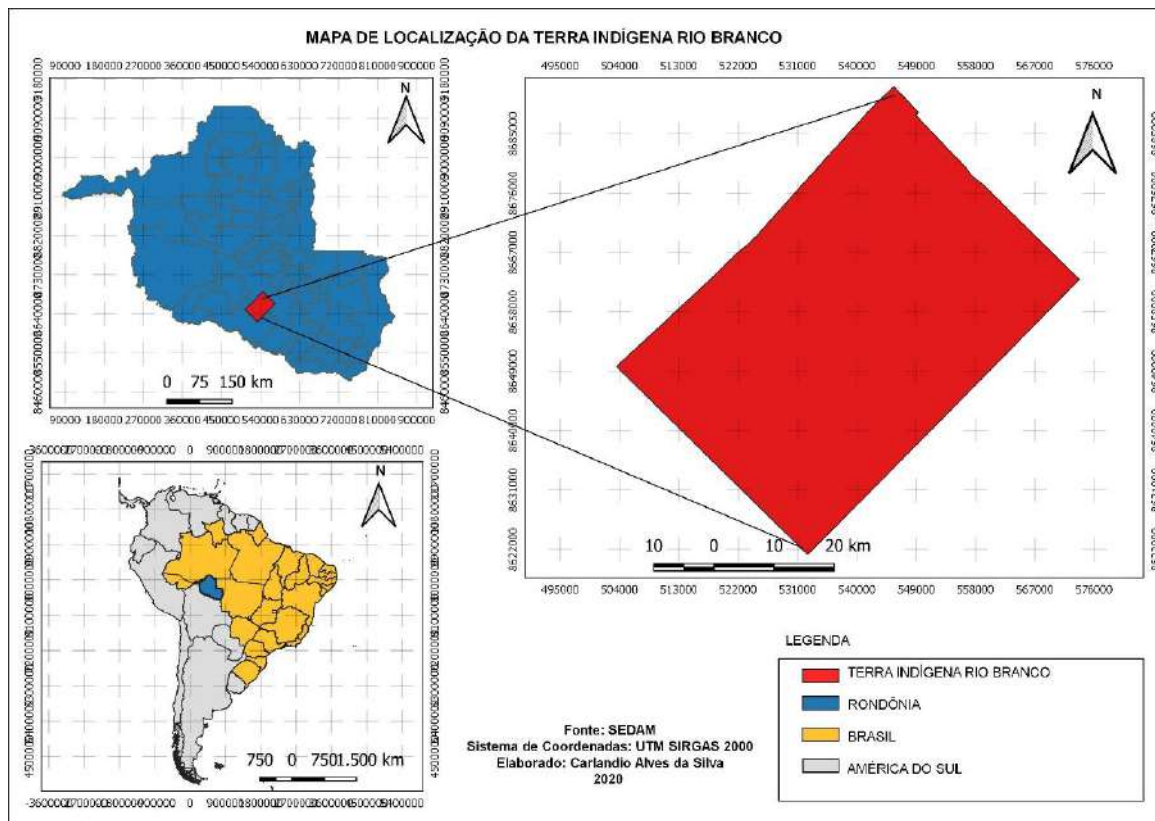


Carta Imagem 7: Espacialização das pressões no entorno nas Terra Indígena Massaco - RO ano 2019



A Terra Indígena Rio Branco, tem área de 236.137,1100 ha, sendo esta área dividida para três municípios, sendo Alta Floresta D'Oeste com 28,04%, São Francisco do Guaporé com 35,25% e São Miguel do Guaporé com 37,18%, com 679 indígenas (FUNAI, 2008).

Figura 13: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Branco



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Nesta TI, vivem sete povos, a etnia Aikanã da família linguística Aikaná, os Arikapú da família linguística jabuti, os Aruá da família linguística Mondé, os Djeoromitxí da família linguística jabuti, os Kanoê da família linguística Kanoe, Makurap da família linguística Tupari, e os Tupari da família linguística Tupari. Existem os atores sintagmáticos indígenas que são três organizações, Associação Agrária do Povo Indígena de Rio Branco – AAPIRB, Associação Indígena Doa'Txatô – AIDT, e a Associação Indígena Wãipa – AIW. Dois projetos com participação indígena, Pacto da Floresta e Construção de Centro de Beneficiamento de Castanha na TI Rio Branco.

O povo Arikapu conforme o CIMI em 1948 Franz Caspar encontrou os Arikapu numa única aldeia na margem esquerda do rio Branco, após o contato com os povos indígenas que viviam nessa região sofreram com as mudanças de deslocamentos de seus membros que devido a casamentos com outros grupos, depois disso, muitos passaram a trabalhar nos seringais, onde convieram com o povo Tupari. Com a

abertura deste seringal misturaram-se por completo as aldeias do povo Arikapu. O povo Aruá um grupo também quase extinto, que se afastou da cabeceira do Rio Gregório. No final século XX, fundaram o seringal Pernambuco e outros seringais na região, iniciaram um rápido processo de contato com os grupos Tupi que viviam isolados. Segundo o CIMI, os Djeoromitxi viviam localizado baixo das cabeceiras do rio Branco quando forma encontrados pelos caucheiros.

Evidenciado na carta imagem (8) uma das incongruências do ZSEE, percebe-se que o município de São Miguel do Guaporé está dividido em quatro sub-zonas, uma com alto potencial de ocupação humana e uma com médio potencial de ocupação, duas e o município Alta Floresta D'Oeste, está dividido em seis sub-zonas, são designadas como áreas de alto potencial de ocupação, esta região situado ao sudoeste do estado foi dividido pelo ZSEE em 7 (sete) sub-zonas, sendo:

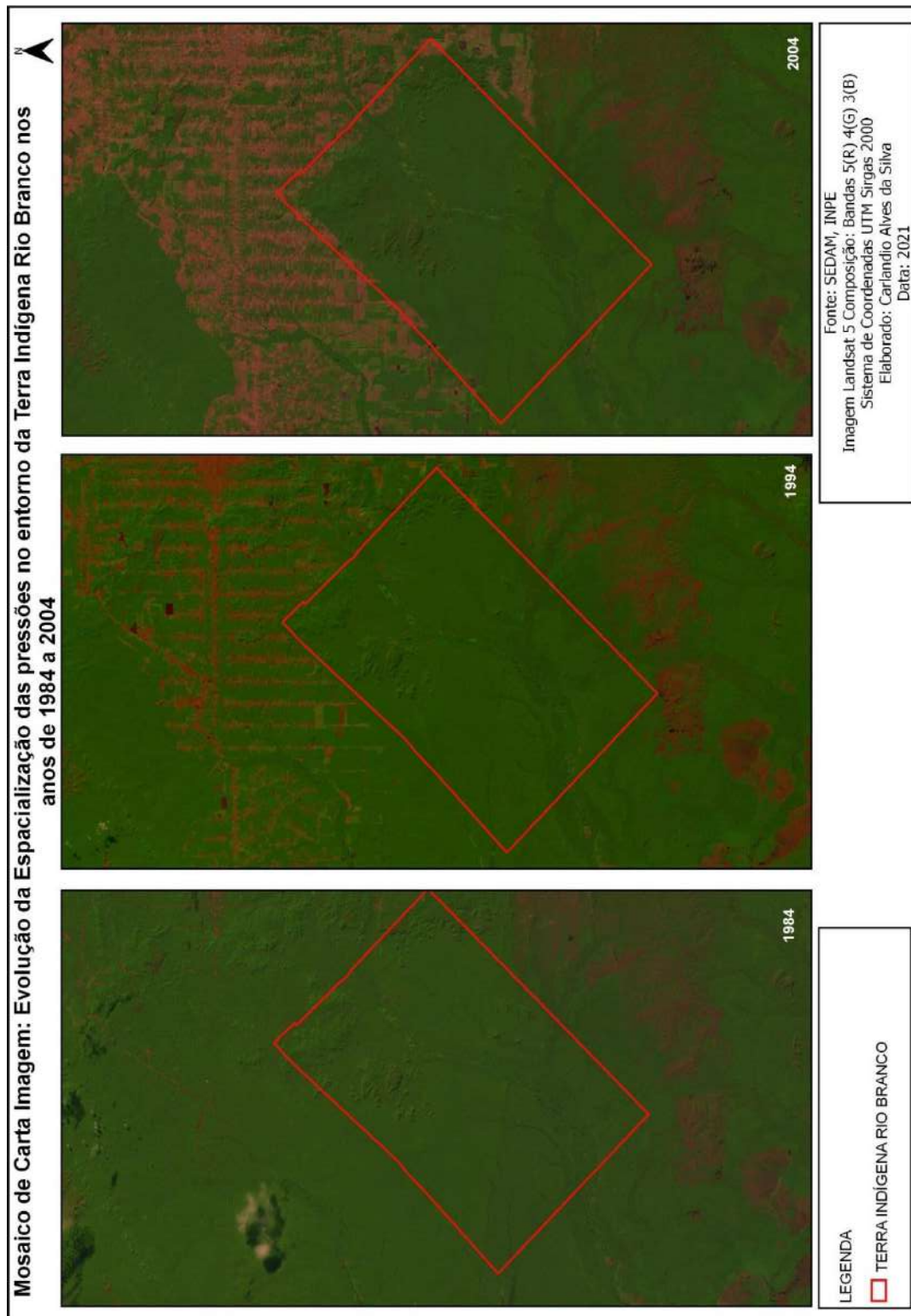
primeira delas e de maior extensão é a zona 3.3 classificada como Terra Indígena, na qual o aproveitamento dos recursos só pode ser efetivado, mediante concessão do Governo Federal, a qual se encontra a Terra Indígena Rio Branco e a Terra Indígena Massaco. A sub-zona 3.1 é retratada pela Unidade de Conservação de Uso Sustentado Pedras Negras. A sub-zona 3.2 é representada, no Município, pela Reserva Biológica Federal do Guaporé, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral Outra área predominante no Município é a sub-zona 1.2 classificada como de acelerado processo de ocupação. A sub-zona 1.4, também, se faz presente com terras descritas como de alta fragilidade natural e baixo potencial econômico. A última delas e de menor extensão é a Sub-zona 2.1 e 2.2 cujas terras são classificadas como área de acelerado processo ocupacional e área de conservação de floresta, (RONDÔNIA, 2010, p. 20).

A TI Massaco tem sua área sobreposta a Reserva Biológica Guaporé 409.579,00 ha, totalizando 97,23% da área da TI, segundo o ZSEE nesse espaço há "três grandes biomas da Amazônia: campos, cerrado e floresta" (RONDÔNIA, 2010, p. 52), com essa informação percebe-se que mesmo o mosaico e a carta mostrando áreas sem vegetação, não se pode afirmar que é uma ação de alto impacto humano, pois o acumulado de desmatamento na TI Massaco desde sua criação até o ano de 2019 foi de 1333 ha.

Na TI Rio Branco tem-se a participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional em Ji-Paraná e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Porto Velho com abrangência em RO/AM. Os atores sintagmáticos indígenas estão organizados em três associações Associação Agrária do Povo Indígena de Rio Branco/AAPIRB, Associação Indígena Doa'Txatô/AIDT e Associação Indígena Wãipa

AIW. Há ainda duas missões evangélicas Sociedade Internacional de Linguística, SIL e União das Igrejas Evangélicas da América do Sul.

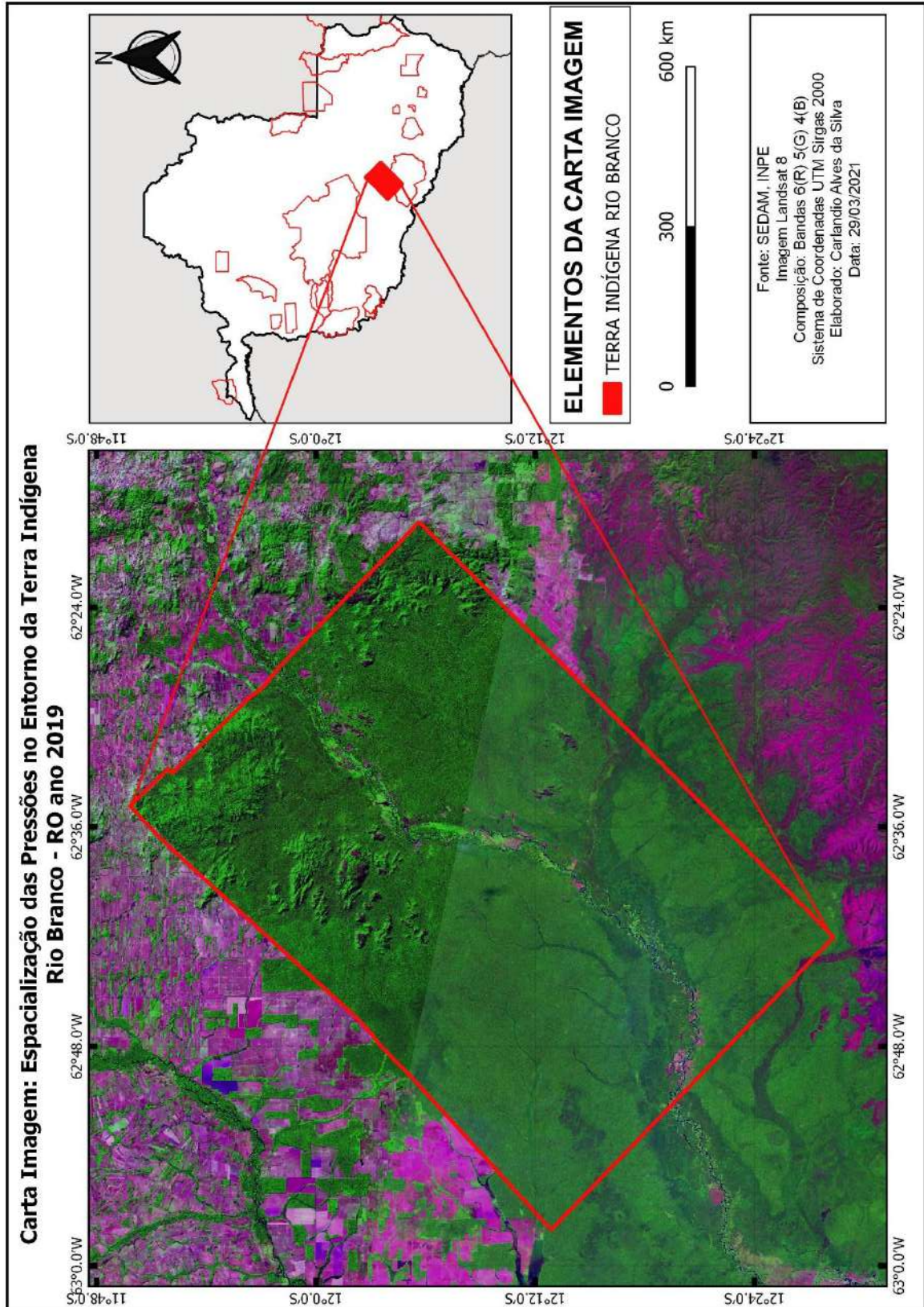
Mosaico 8: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Branco nos anos de 1984 a 2004



Os problemas mais recorrentes são com os atores sintagmáticos madeireiros e grileiros. Possui requerimento de pesquisa para minério ouro pela empresa de

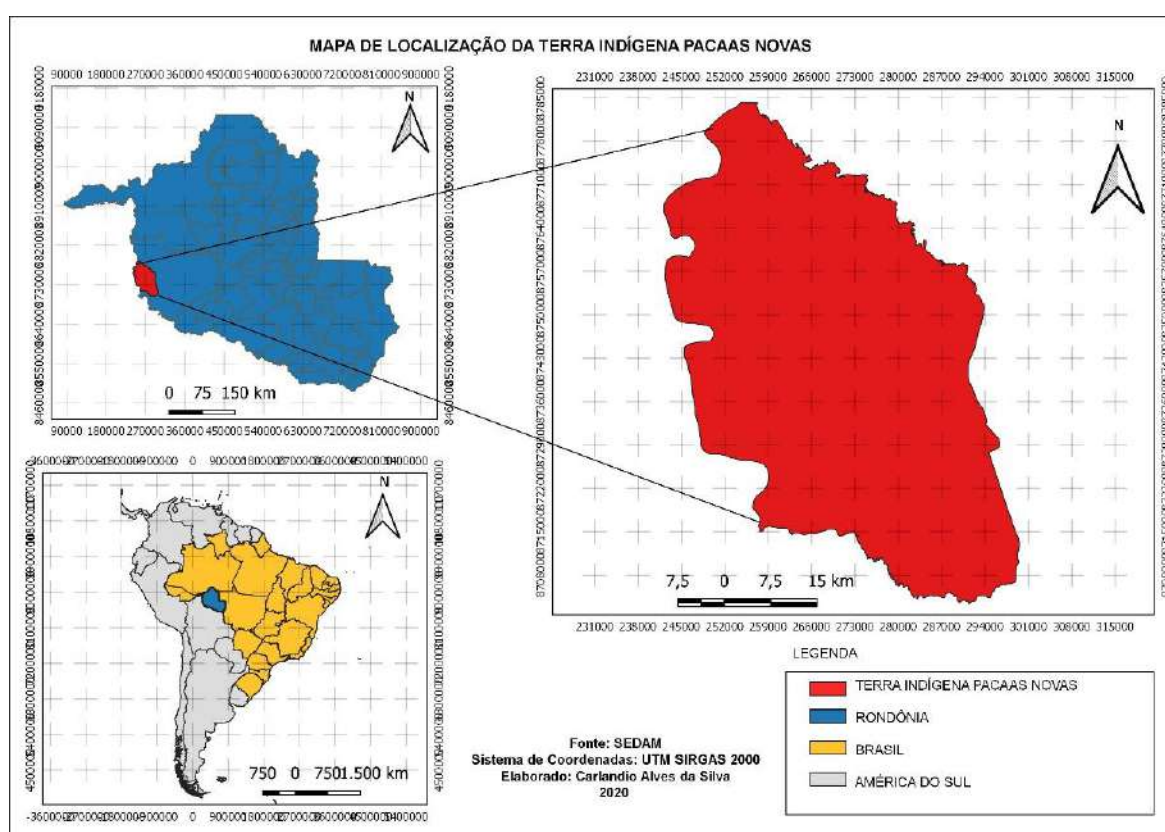
mineração Santa Elina Indústria e Comércio S/A. O acumulado de desmatamento na TI Rio Branco desde sua criação até o ano de 2019 foi de 3178 ha. (ISA, 2020).

Carta Imagem 8: Espacialização das pressões no entorno nas Terra Indígena Rio Branco no ano 2019



Na Terra Indígena Pacaas Nova, localizada no município de Guajará-Mirim, com área total de 279.906,3833 ha. Com participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional em Guajará-Mirim e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Porto Velho com abrangência em RO/AM, tendo quatro Posto Indígena dentro da TI: PIN Deolinda; PIN Sotério; PIN Sto. André; PIN Tanajura – sede. Ainda há dois atores sintagmáticos de missões religiosas: Conselho Indigenista Missionário, CIMI (católico) e Missão Novas Tribos do Brasil, MNTB (evangélico). Os indígenas como atores sintagmáticos estão organizados em três associações: Associação do Povo Indígena Jamaitô/AIJ; Associação Indígena Jamaitô/AIJ e Associação Indígena Santo André.

Figura 14: Mapa de localização da Terra Indígena Pacaas Novas

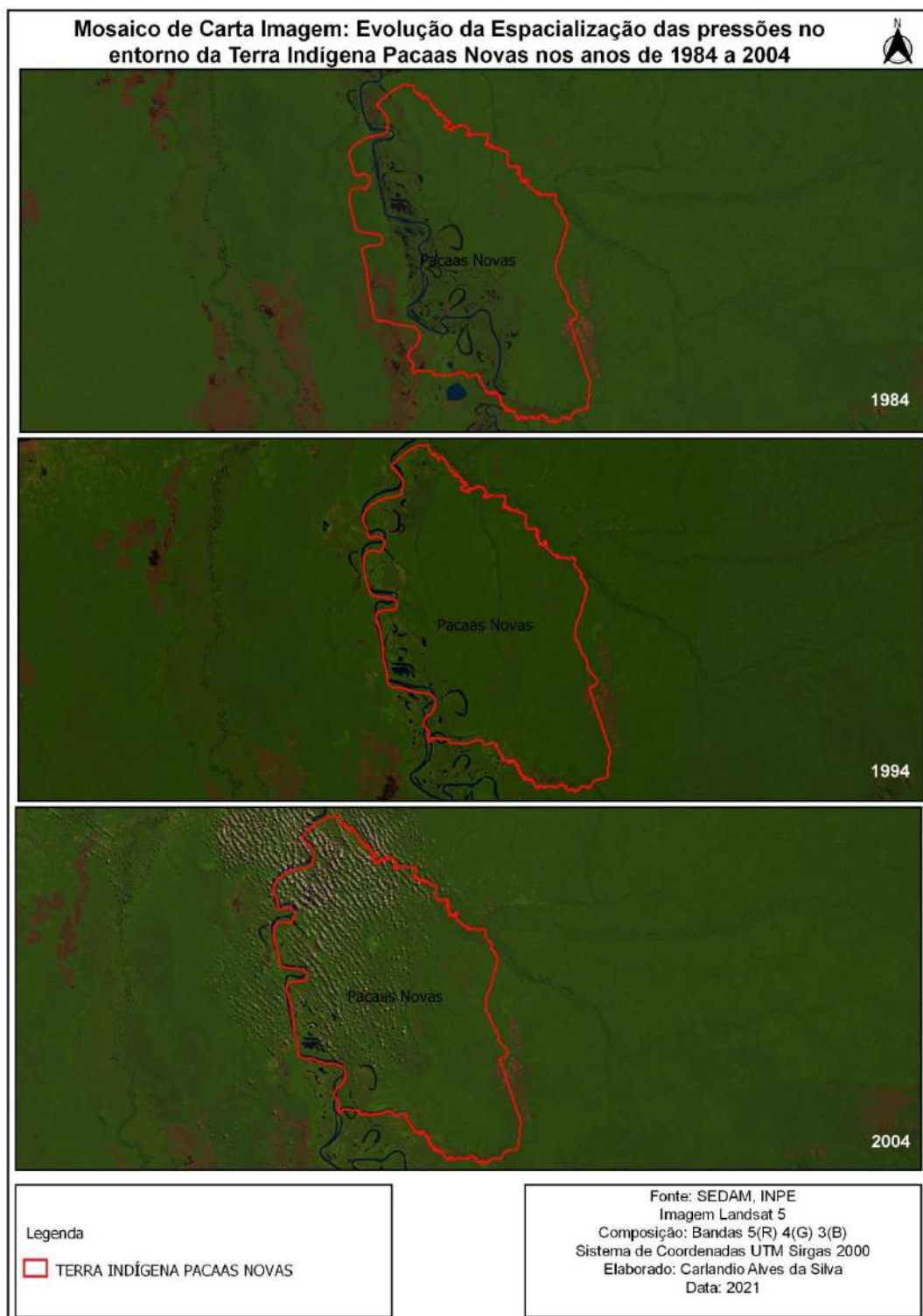


Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

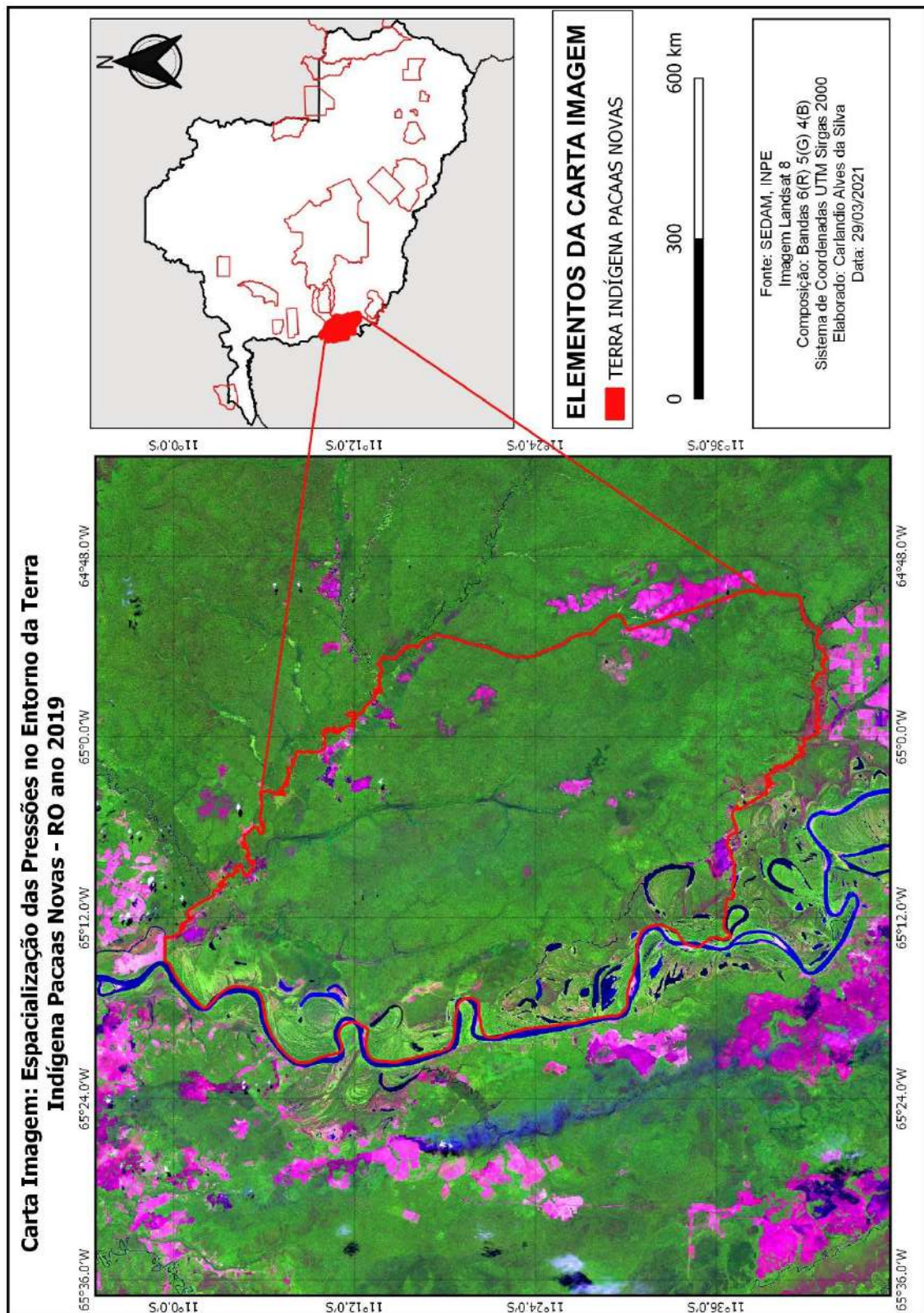
Vivem na TI Pacaas Novas os Wari da família linguística Txapakura, segundo o Instituto Social Ambiental em 2010 havia 1.312 pessoas, como atores sintagmáticos há três organizações indígenas na região, Associação do Povo Indígena Jamaitô – AIJ, Associação Indígena Jamaitô – AIJ, Associação Indígena Santo André. Segundo o diagnóstico ambiental da TI Pacaas Novas grande parte do alimento dos indígenas que vivem nessa TI vem das roças plantadas por eles com o total de “24 os pontos de observações das roças, entre 23 roças atuais e 01 (uma) futura roça, distribuído nas

aldeias Bom Futuro, Santo André, Capoeirinha, Barranquilha, São João, Sotério e Bom Jesus”. Segundo a FUNAI (2015), os Wari vivem em cerca de 26 aldeias, situadas em cinco terras indígenas regularizadas: TI Pacaa Nova, TI Rio Negro Ocaia, TI Igarapé Lage, TI Igarapé Ribeirão, TI Sagarana.

Mosaico 9: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Pacaas Novas nos anos de 1984 a 2004.



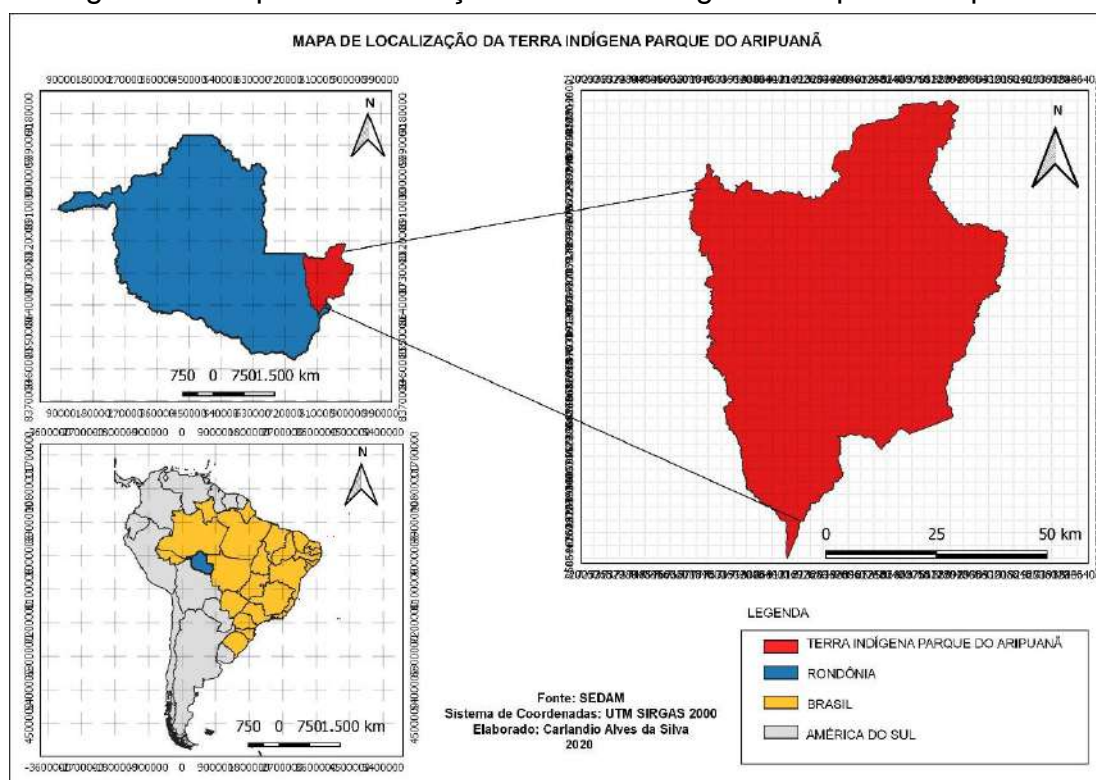
Carta Imagem 9: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Pacaas Novas - RO ano 2019



O acumulado de desmatamento na TI Pacaas Novos desde sua criação até o ano de 2019 foi de 5352ha, lembrando que a etnia utiliza o solo para realizar suas lavouras.

A Terra Indígena Parque do Aripuanã, que está localizada nos limites do estado de Rondônia, entre os municípios de Vilhena e Juína fazendo limite com estado do Mato Grosso, com área de 1603ha. Com 58,49 % da TI em Juína e o restante .41,71% em Vilhena, vivem nessa TI dois povos, os Cinta Larga com a classificação da língua no Tronco Tupi, da família Mondé, e os povos Isolados do Rio Tenente Marques. De acordo com o Isa (2020), o povo se autodenomina Matetamãe, mas foram denominados Cinta Larga ou Cinturão Largo. Esse povo vive nas terras indígenas: Roosevelt, Serra Morena, Parque Aripuanã e Aripuanã todas homologadas. Como atores sintagmáticos existem duas organizações, Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar Indígena Cinta Larga de Aripuanã – CDCEICL, e a Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga – PATJAMAAJ.

Figura 15: Mapa de localização da Terra Indígena Parque do Aripuanã

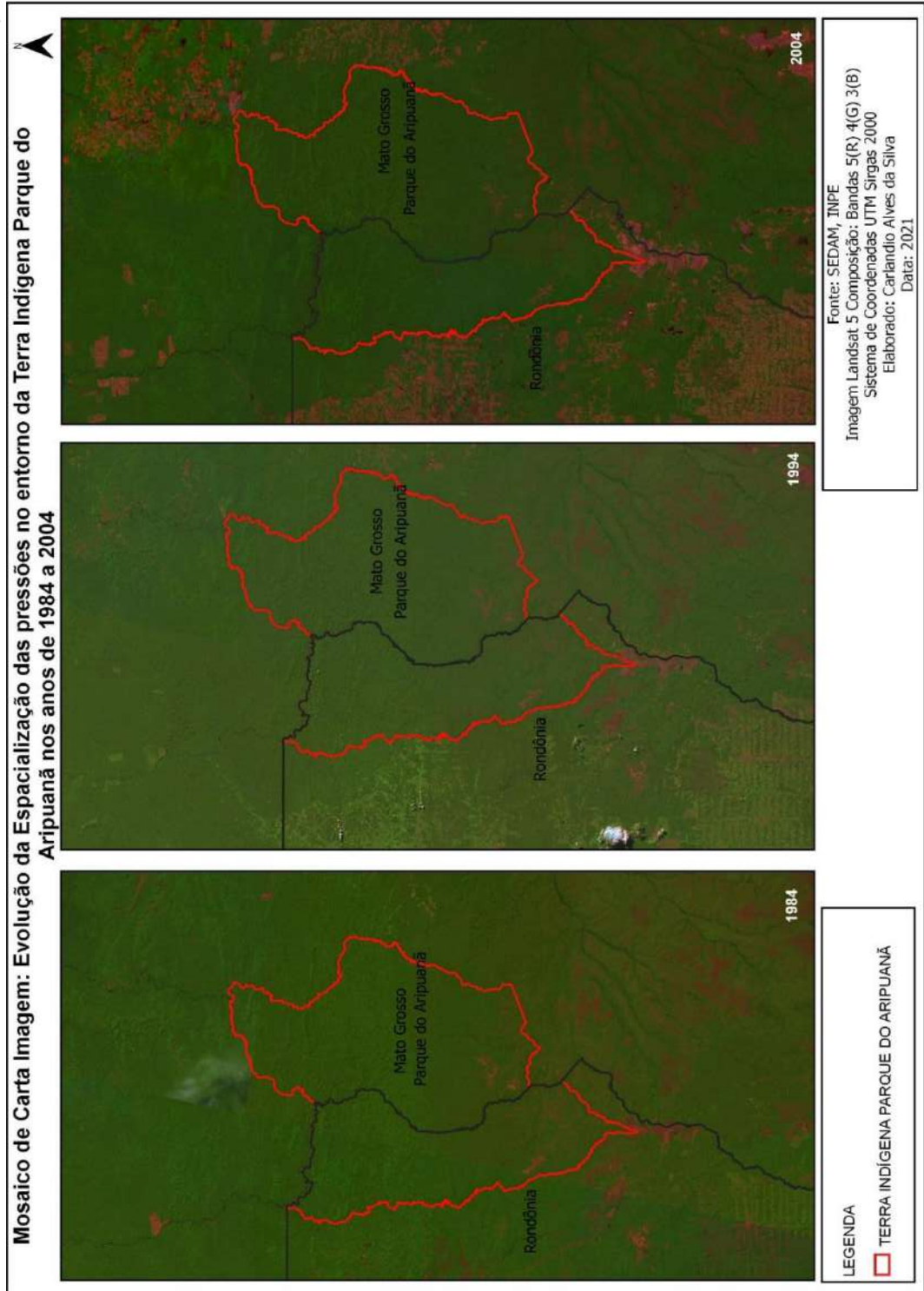


Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

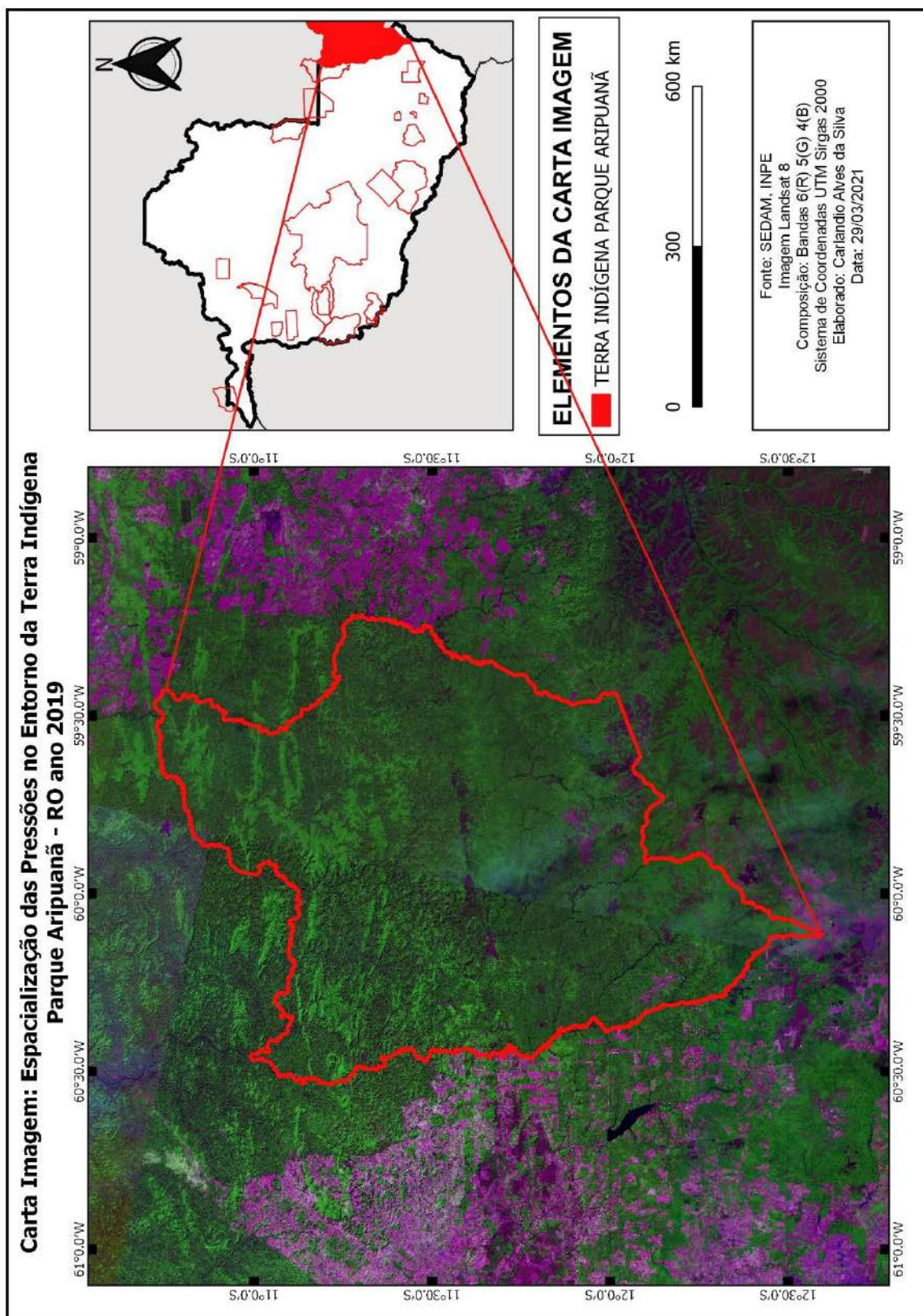
Segundo Sampaio e Silva (1997), nos primeiros contatos há mais de 30 anos, suas terras sofreram invasão dos atores sintagmáticos madeireiros, garimpeiros e agropecuarista, que os enganavam com bugigangas e falsas promessas. Os garimpeiros provocaram a divisão dos Cinta Largas, devido nem todos concordarem com o garimpo, porque trouxe uma alta incidência de malária, que matou muitos. O aumento de madeira na exploração ilegal, fizeram com que tomassem atitudes mais agressivas que os envolveram em alguns assassinatos com quem era encontrado

dentro da terra indígena. Alguns índios se aliaram aos madeireiros para continuação da exploração ilegal, com quantias irrisórias nas trocas. Dessa forma, a retirada indiscriminadamente de toneladas de madeira foram agredindo o meio ambiente sem a preocupação por partes desses. E ainda contam com forte pressão de exploração do garimpo ilegal.

Mosaico 10: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Parque Aripuanã nos anos de 1984 a 2004



Carta Imagem 10: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Parque Aripuanã - RO ano 2019

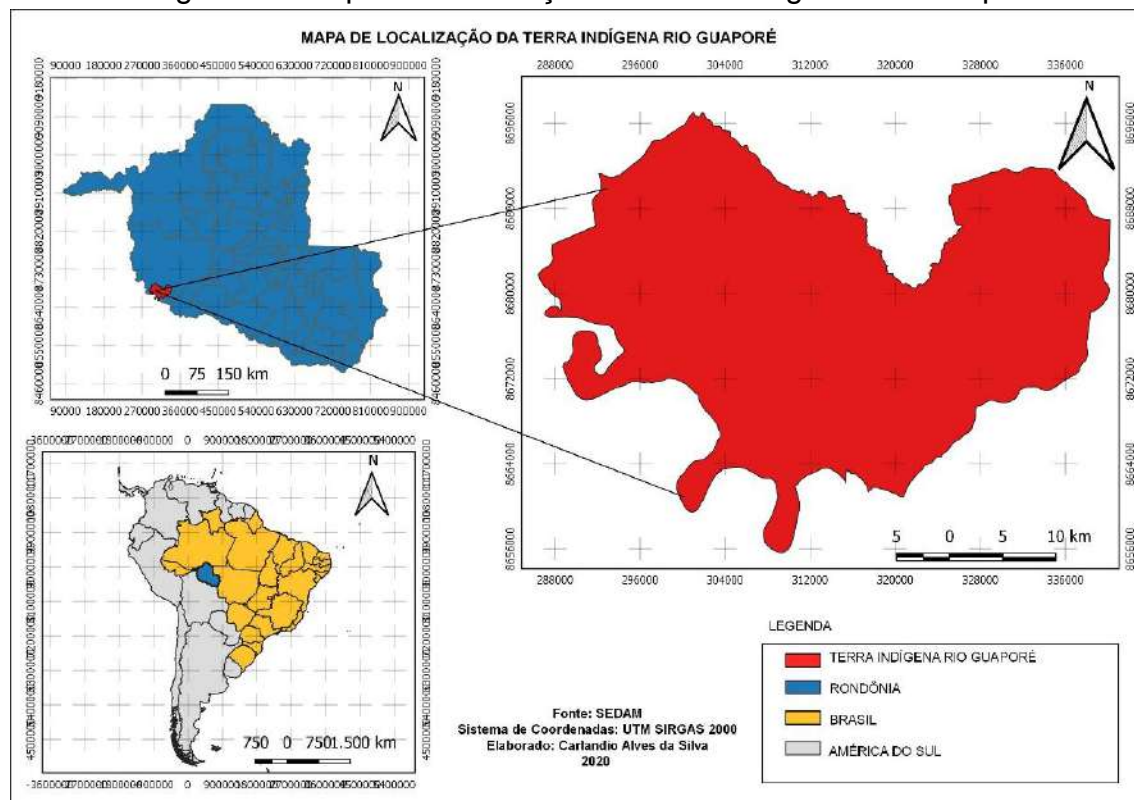


Com participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional em Noroeste Mato Grosso e no Distrito Sanitário Indígena Sesai de Vilhena com abrangência em RO/MT, tendo dois postos Indígenas dentro da TI: o Furquim e

o Serra Morena, há um ator sintagmático Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB (evangélico protestante). Os indígenas possuem como atores sintagmáticos duas organizações o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar Indígena Cinta Larga de Aripuanã/CDCEICL e a Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga/PATJAMAAJ. Os problemas mais recorrentes são com atores sintagmáticos os madeireiros, grileiros e fazendeiro e garimpeiros. Foram elaborados dois requerimentos de pesquisa para conglomerado diamantífero solicitado por FELIPE ELIAS REGINO para uma área 5559,56ha, e outro requerimento de pesquisa de minério de ouro solicitado por Klayson Pereira de Medeiros Veloso para uma área de 133,54ha. O acumulado de desmatamento na TI Parque Aripuanã desde sua criação até o ano de 2019 foi de 4582ha.

A Terra Indígena Rio Guaporé, localizada integralmente no município de Guajará-Mirim, com uma área total de 115.788,0842 ha. Com aproximadamente 911 indígenas (IBGE, 2010).

Figura 16: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Guaporé



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

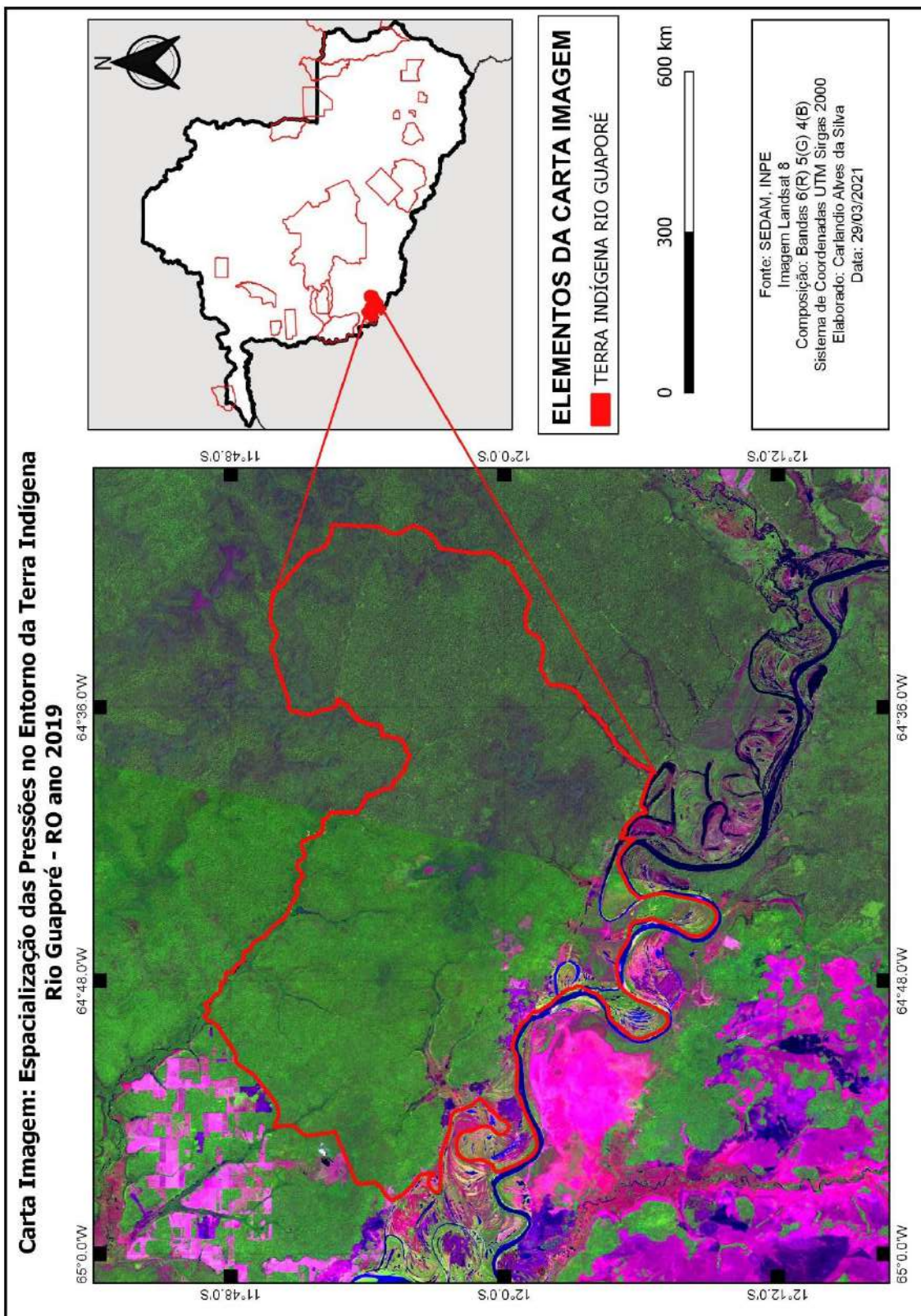
Vivendo nela dez povos, os Aikanã, Arikapu, Aruá, Djeoromitxi, Kanoê, Kujubim da família linguística Txapakura, Makurap, Tupari, Wajuru, Wari. Existem seis atores sintagmáticos indígenas como organizações que são: Associação das

Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, Associação do Povo Indígena Aruá e Makurap – DOATXATÔ, Associação do Povo Indígena Kanoé – POROROKA, Associação dos Povos Indígenas do Rio Guaporé, Associação dos Povos Indígenas Kanoé e Kujubim – AKIKUN, Associação dos Povos Indígenas Kanoé e Kujubim – AIPOK. E a existência de um projeto com participação indígena, Amazônia Indígena Sustentável.

Mosaico 121: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Guaporé nos anos de 1984 a 2004



Carta Imagem 11: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Guaporé - RO ano 2019

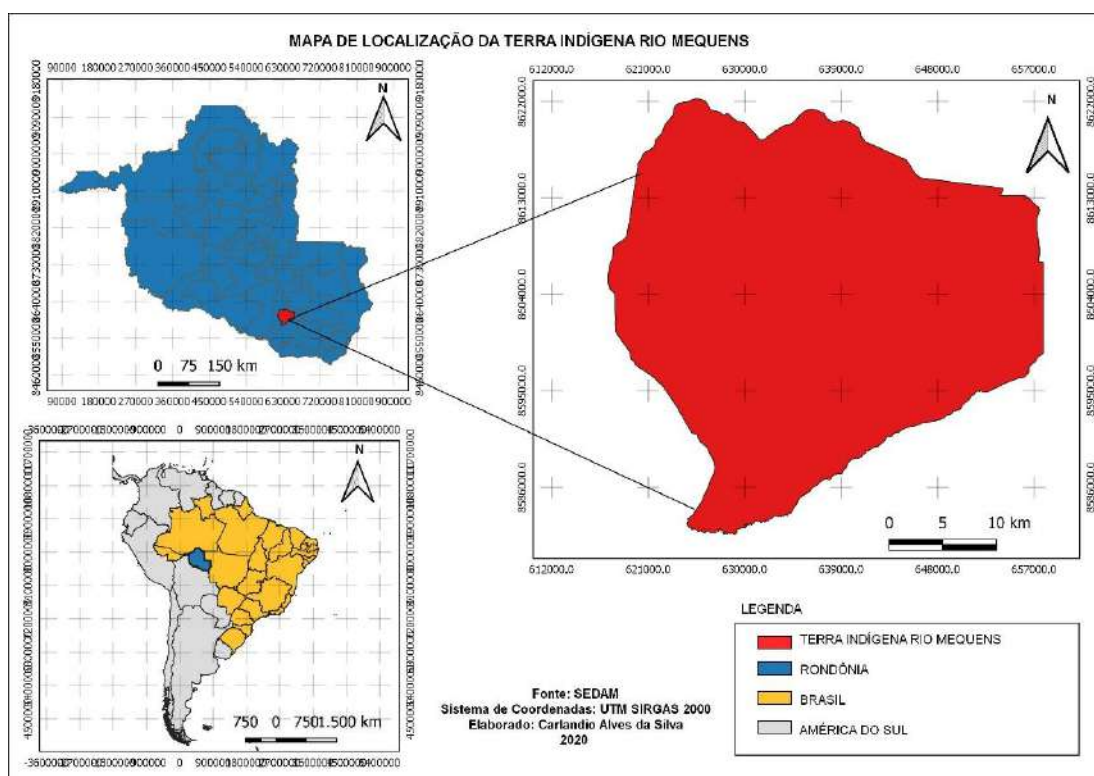


Com participação direta do ator sintagmático estado na Coordenação Regional em Guajará-Mirim e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Porto Velho com abrangência em RO/AM, tendo um Posto Indígena em sua Sede, com a organização missionária Jovens Com Uma Missão/JOCUM (evangélica). Os problemas mais

recorrentes são com os extrativistas e pescadores. Com requerimento de pesquisa para minério ouro pela Mineração Icanã Industria e Comercio Ltda. O acumulado de desmatamento na TI Parque Aripuanã desde sua criação até o ano de 2019 foi de 2301ha. Vale ressaltar que 2,32% de sua área está sobreposta a Reserva Extrativista Rio Cautário (Estadual) com área 2.696,38 ha.

A Terra Indígena Rio Mequéns, está localizada no município Alto Alegre dos Parecis, com uma área total de 107.553,0101 ha. Nela vivem dois povos, os Makurap da família linguística Tupari, e o povo Sakirabiat também da mesma família linguística. Conforme Sesai (2014), há população de noventa e cinco pessoas, com um ator sintagmático indígena organizado, a Associação Keonpura do Povo Indígena Sakirabiar – KEONPURA. No histórico do povo Makurap, os primeiros contatos, de acordo com CIMI (2015, p.59), ocorreu com os colonizadores no século XVIII, uma disputa pela área devida a sua importância estratégica, pelo fato de ser uma região de fronteira das colônias portuguesas e espanholas, o que ocorreu muitas vezes as populações serem cooptadas para as guerras. O contato, com os Makurap ocorreu na república “ocorreu por volta de 1920 e, segundo eles, foram os primeiros contatados na região, Pancho Makurap acompanhou Cândido Rondon na abertura da linha telegráfica.

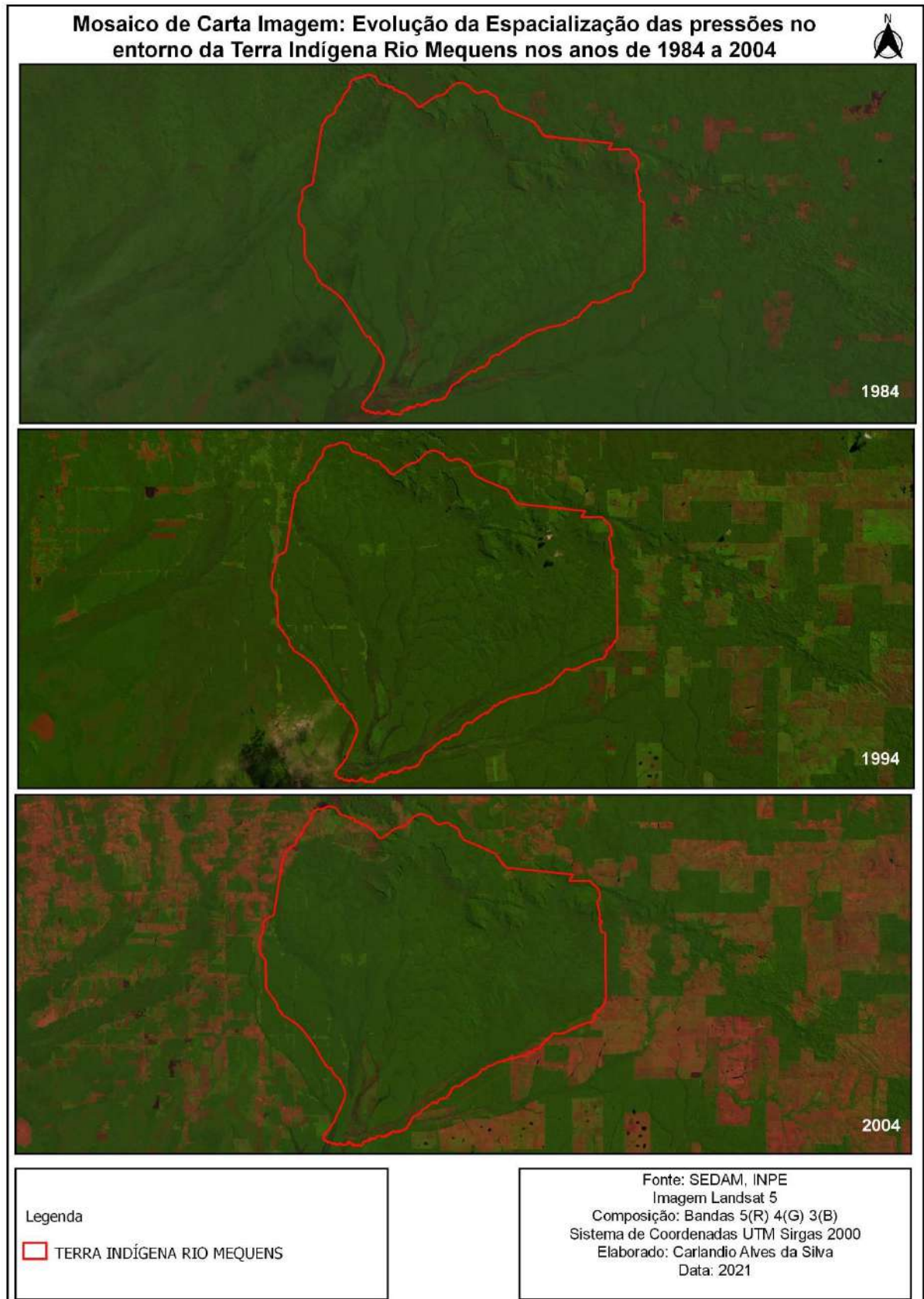
Figura 17: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Mequéns



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Já o povo Sakirabiat, segundo Sampaio e Silva (1997, p.55), tiveram “os primeiros contatos com os não-índio ocorreram no início do século XX, com os peruanos, e em 1940, com o antigo SPI”, com as doenças e os conflitos depois do contato ocasionaram na redução de sua população, os problemas gerados com a diminuição do povo foi o número de mulheres não serem o suficiente para a reprodução e continuidade, havendo muitos casamentos dos homens com mulheres não índias das cidades aos redores. Ainda utilizam medicina tradicional, embora não exista mais o pajé, os segredos das plantas medicinais da floresta ainda é repassada para a comunidade.

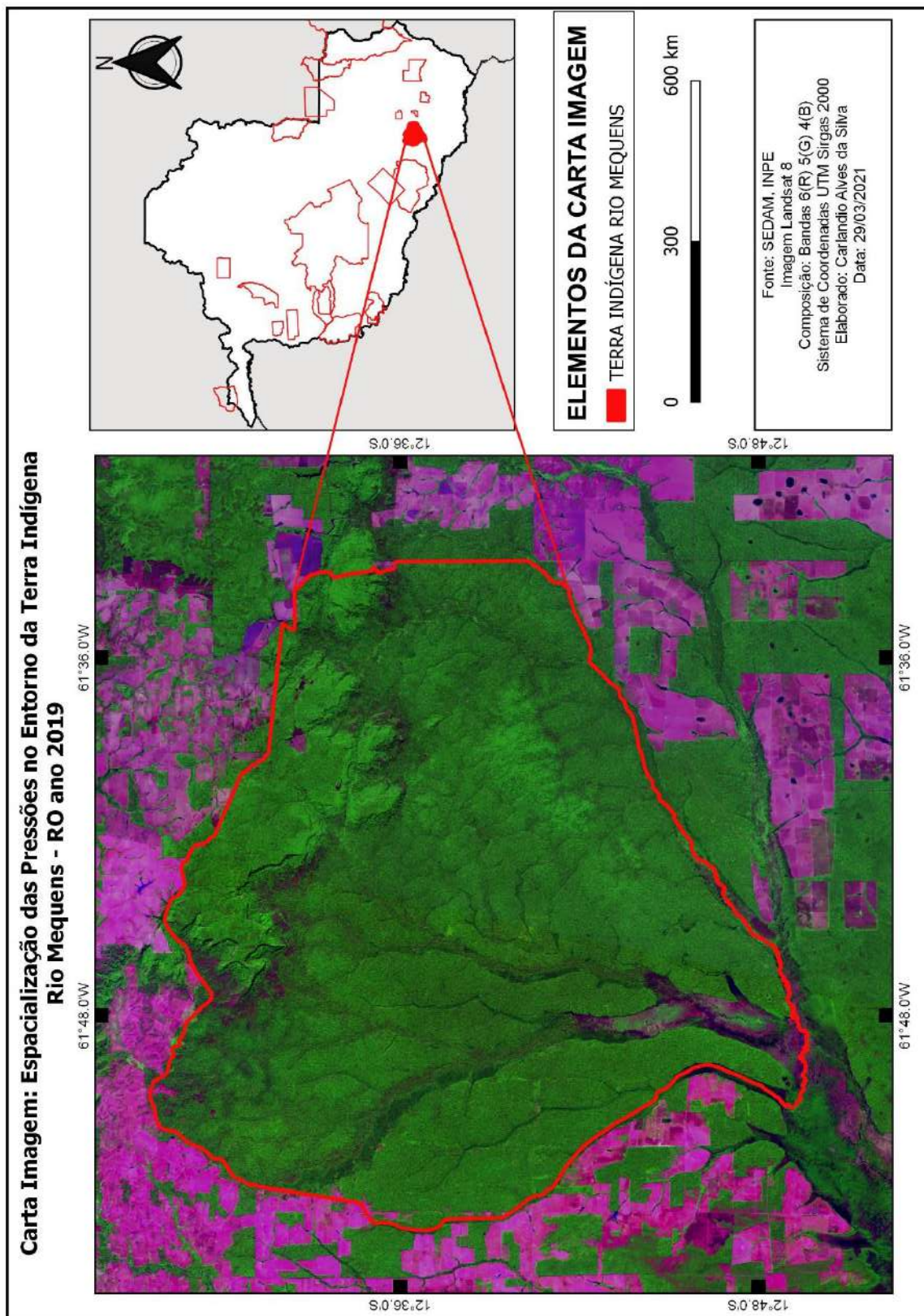
Mosaico 13: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Mequéns nos anos de 1984 a 2004



Com participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional em Cacoal e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Vilhena com abrangência em RO/MT. Os problemas mais recorrentes são com os atores

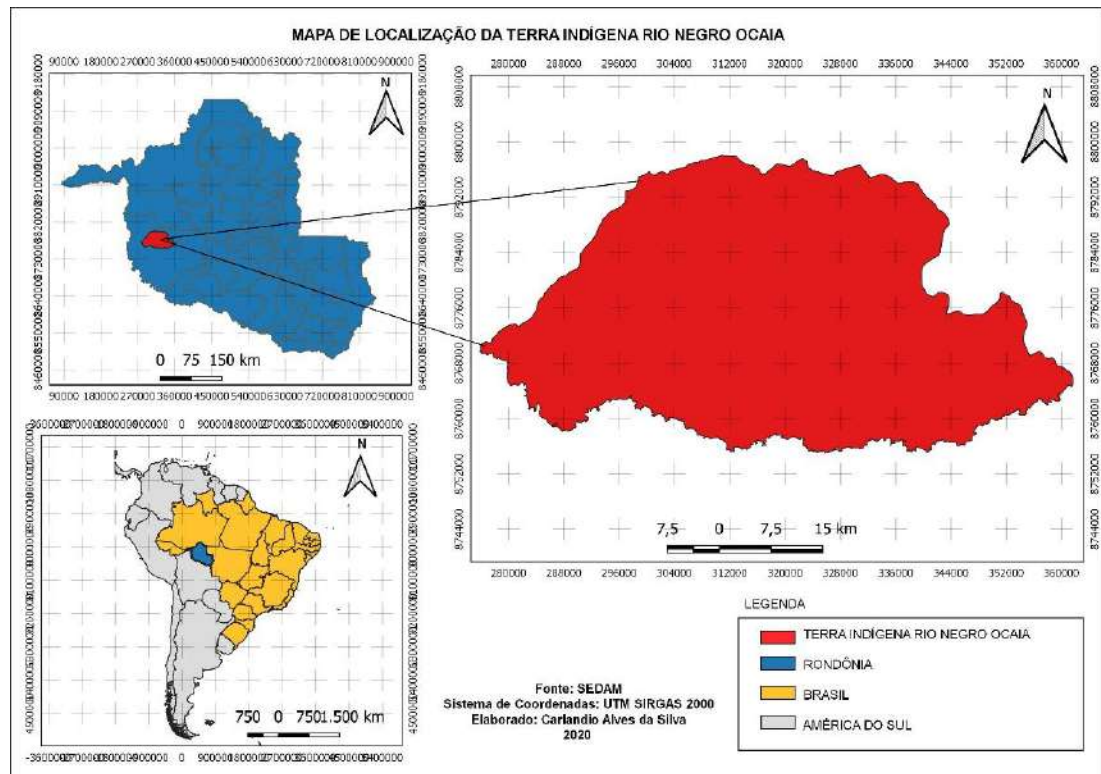
sintagmáticos extrativistas, madeireiros e garimpeiros. O acumulado de desmatamento na TI Rio Mequén desde sua criação até o ano de 2019 foi de 3929ha.

Carta Imagem 12: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Mequens - RO ano 2019



A Terra Indígena Rio Negro Ocaia, localizada no município de Guajará-Mirim, com sua área total de 104.064,84ha, conforme pode ser visualizado na figura (19). Nesta, vivem os Wari da família linguística Txapacura, segundo a Secretaria de saúde indígena há uma população de 764 pessoas, a regularização da terra se deu por ser tradicionalmente ocupada pela etnia Wari.

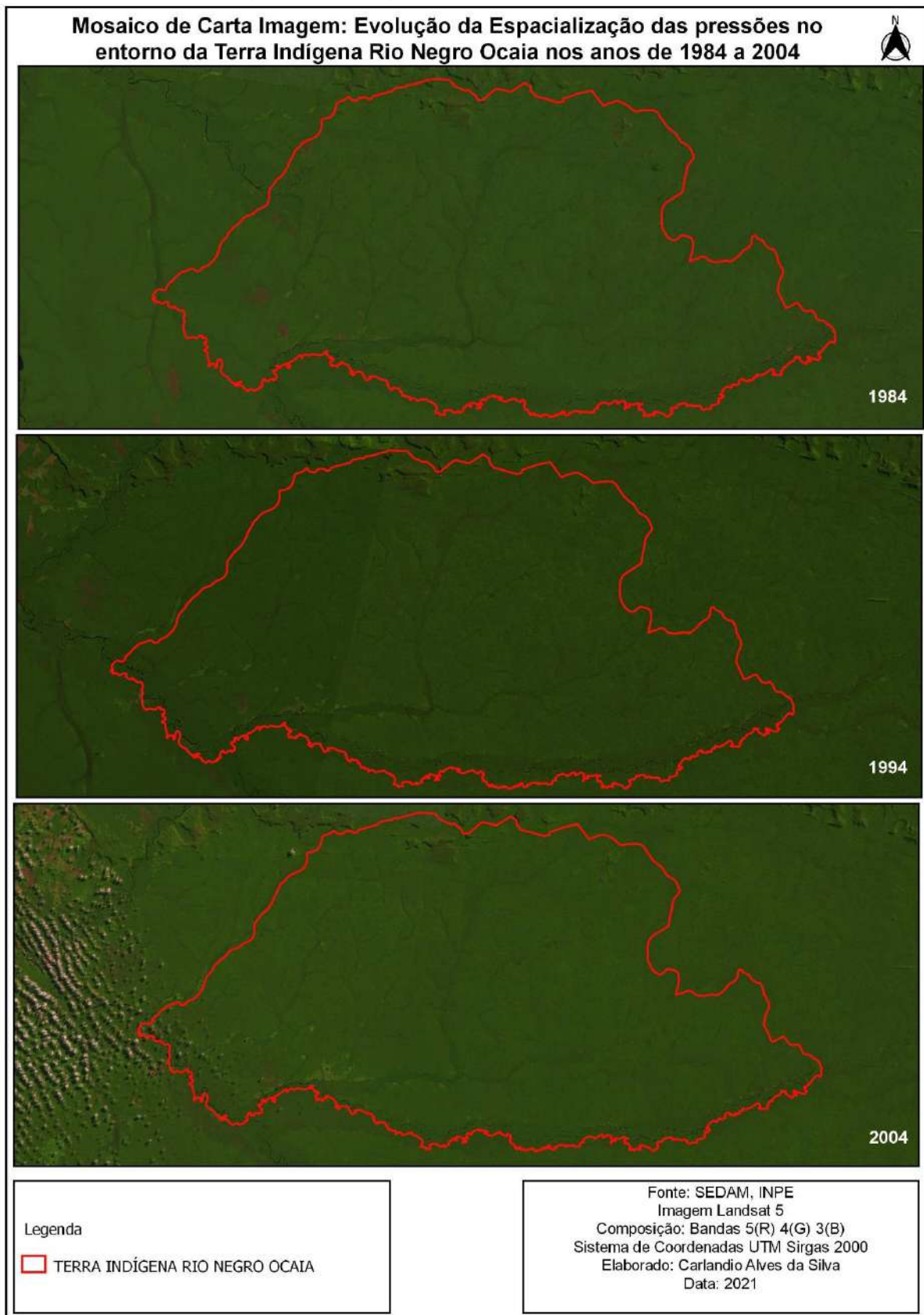
Figura 18: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Negro Ocaia



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Existem dois projetos com participação do grupo que são: Amazônia Indígena Sustentável e Levantamento Socioambiental da Terra Indígena Rio Negro Ocaia, ambos os projetos iniciaram em 2016. Os indígenas estão organizados em duas associações indígenas, Associação Indígena Rio Negro Ocaia – AIRO, e a Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas – OPIROMA.

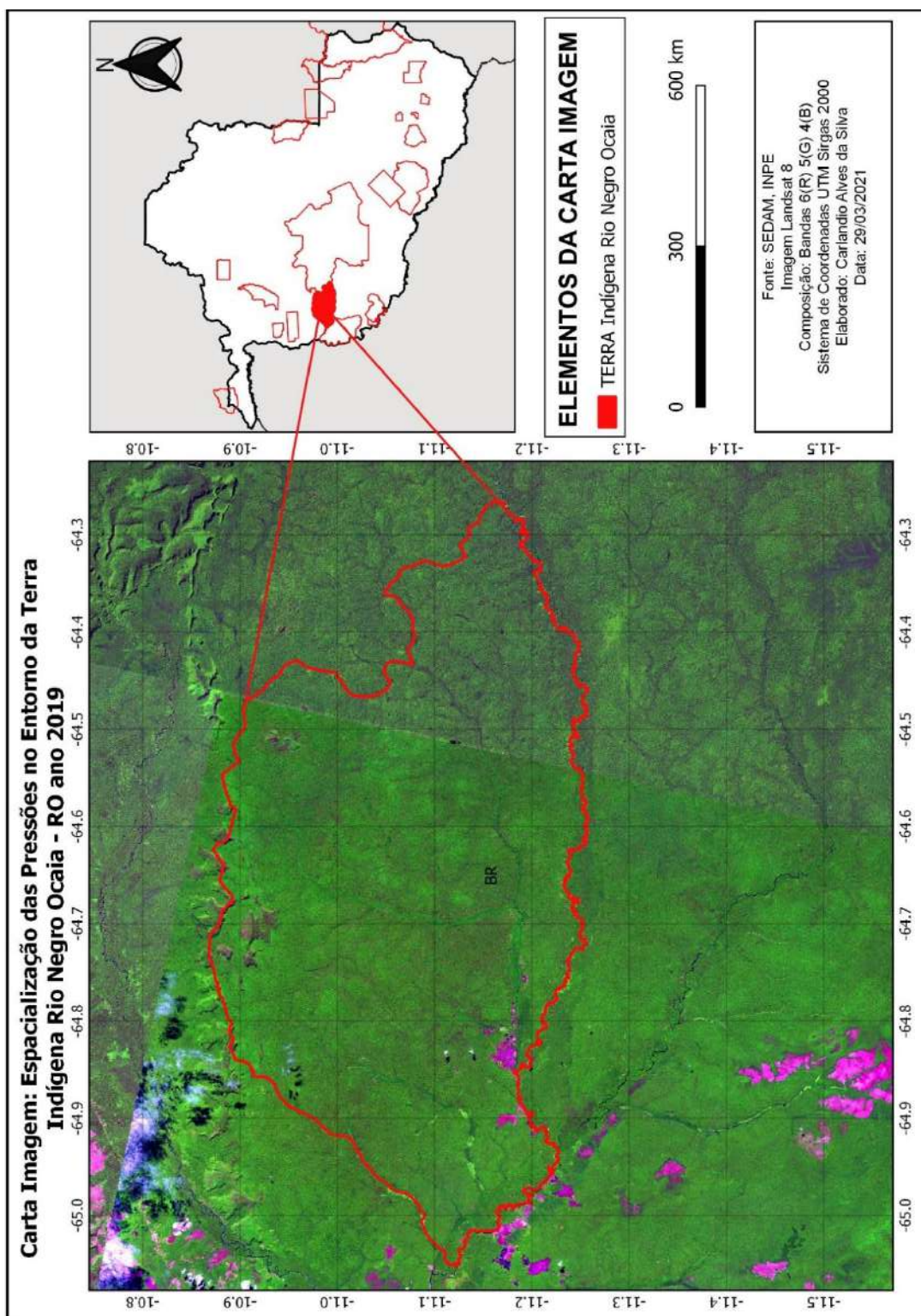
Mosaico 14: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Negro Ocaia nos anos de 1984 a 2004.



Com participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional em Guajará-Mirim e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Porto Velho com abrangência em RO/AM. Os problemas mais recorrentes são com os fazendeiros e

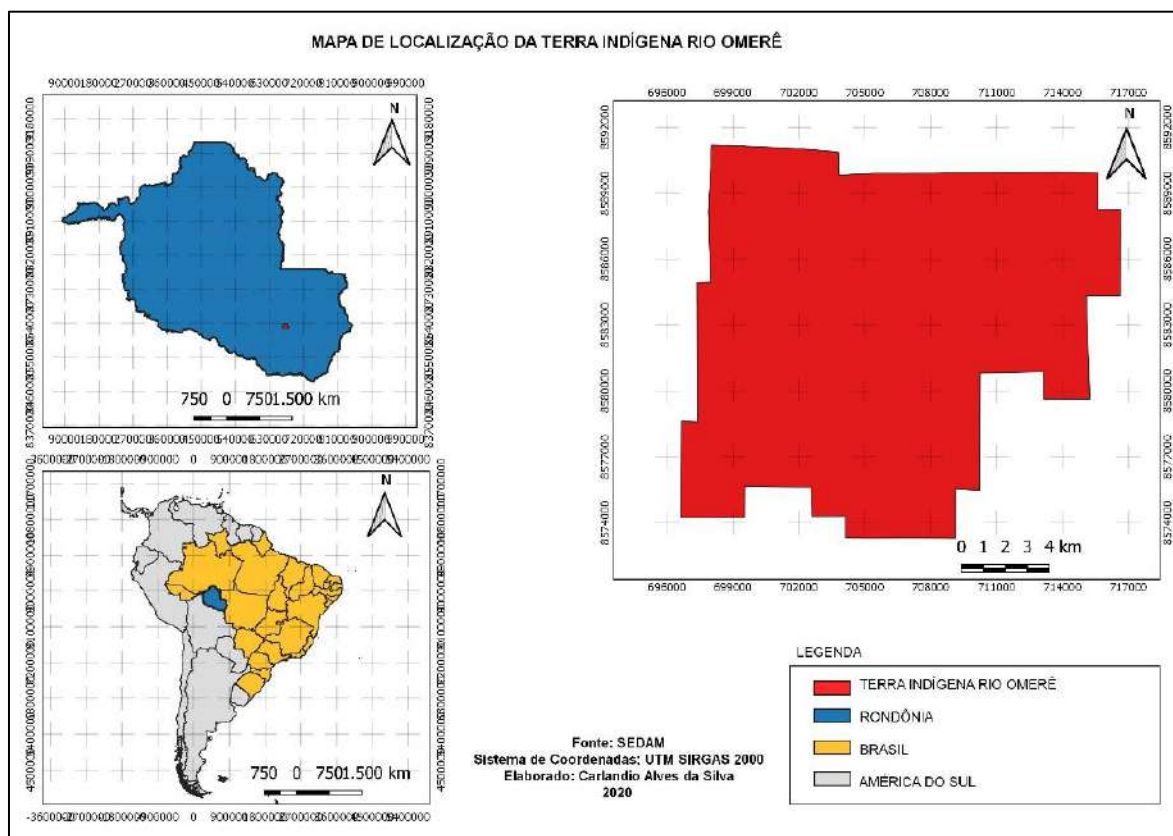
posseiros. O acumulado de desmatamento na TI Rio Negro Ocaia desde sua criação até o ano de 2019 foi de 964ha. Tendo em sua organização dois Posto Indígena: o Rio Negro Ocaia na sede e o São Luiz, com um ator sintagmático a organização missionária Missão Novas Tribos do Brasil, MNTB (evangélica).

Carta Imagem 13: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Negro Ocaia - RO ano 2019



Já a Terra Indígena Rio Omerê, localizada nos municípios de Corumbiara e Chupinguaia, no estado de Rondônia, possui 26.177 ha. Segundo FUNAI, residem nessa TI o povo Akuntsú, foi quase dizimado pelo seu histórico de contato e o povo Kanoê. A maior parte de sua área fica no município de Corumbiara com 97,20% restando apenas 3,15% no município de Chupinguaia.

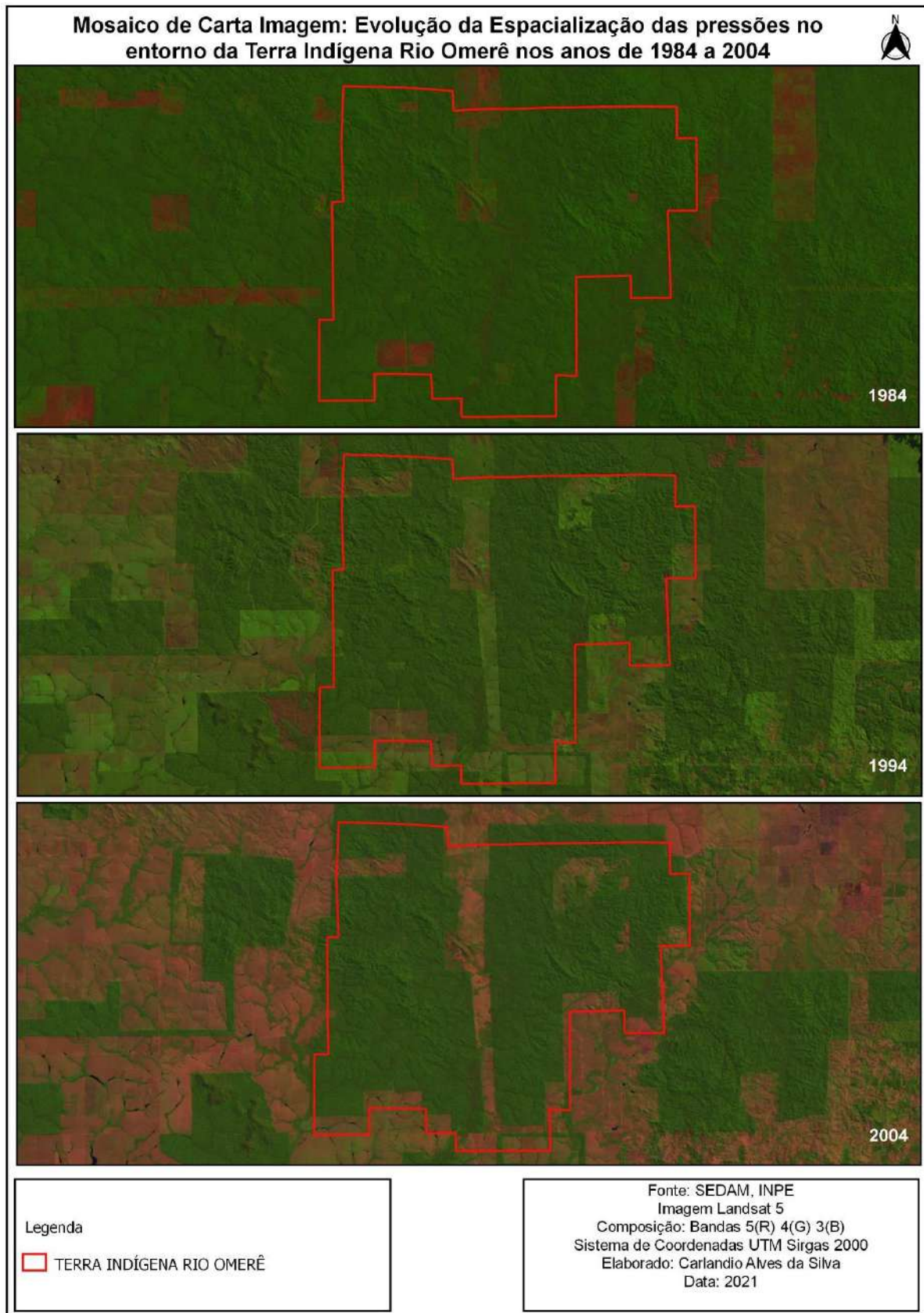
Figura 19: Mapa de localização da Terra Indígena Rio Omerê



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Deve-se informar, que apenas três indígenas vivem nessa TI, as duas etnias tentam sobreviver para manter viva sua ancestralidade, o que os deixa em uma situação complicada.

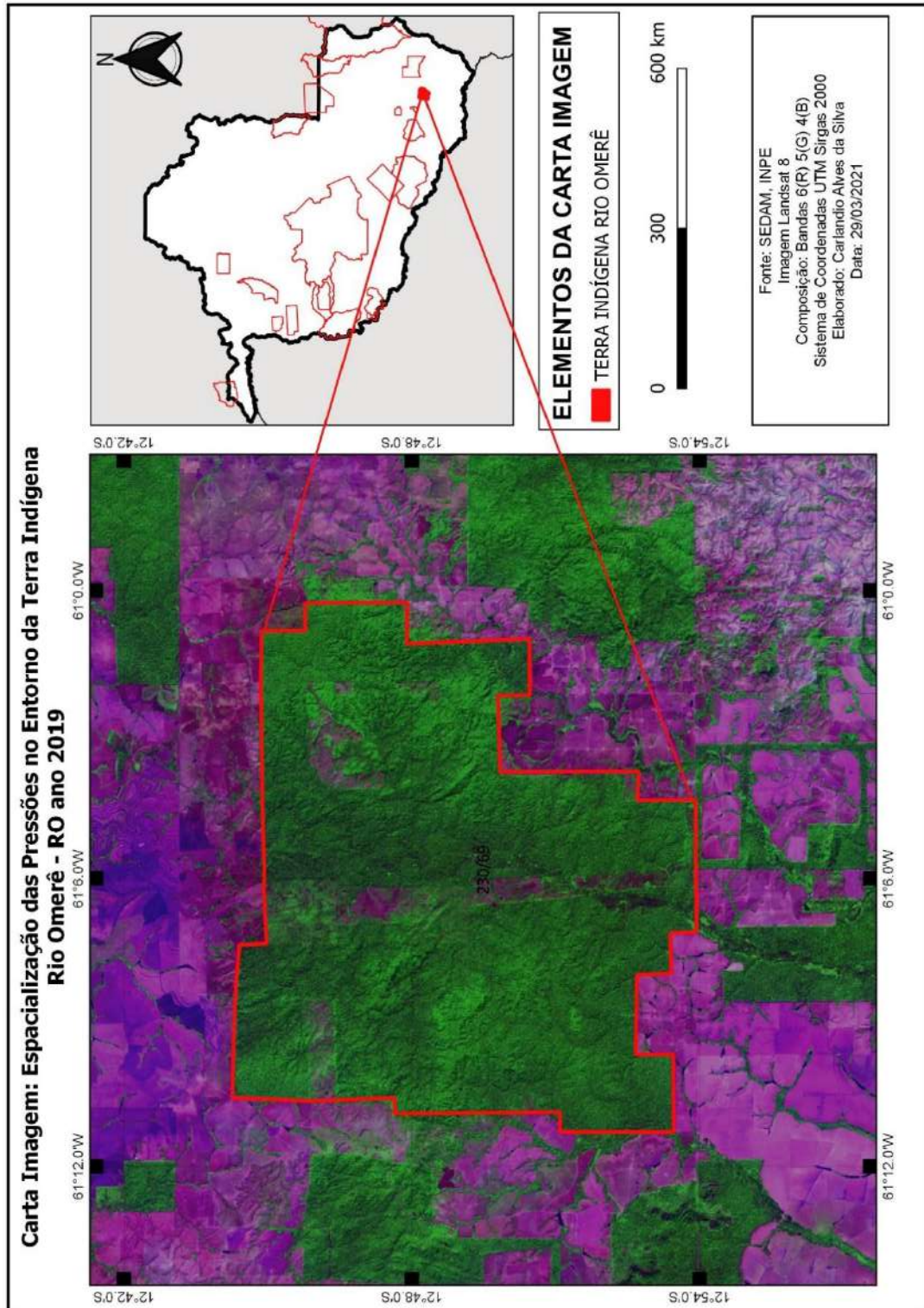
Mosaico 15: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Omerê nos anos de 1984 a 2004



Com participação direta do ator sintagmático Estado na Coordenação Regional em Cacoal e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Vilhena com abrangência em RO/MT. Os problemas mais recorrentes são as pressões exercidas

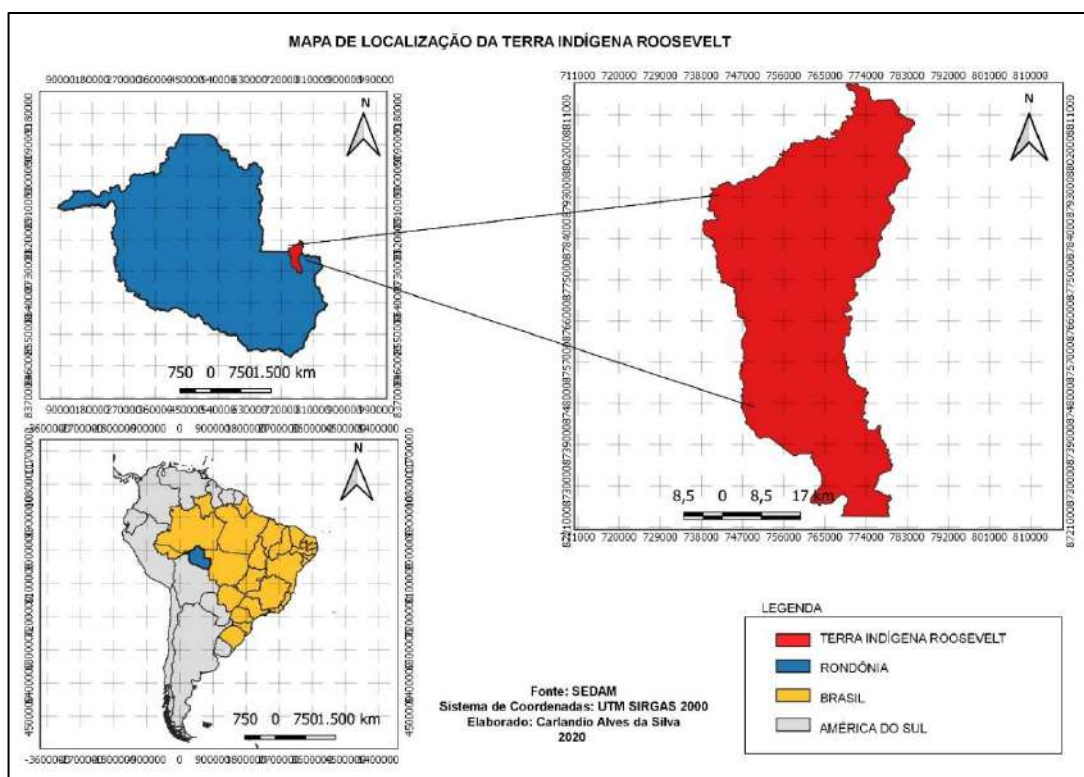
pelos atores sintagmáticos fazendeiros e madeireiros. O acumulado de desmatamento na TI Rio Negro Ocaia desde sua criação até o ano de 2001 foi de 4449ha. E, entre os anos de 2001 a 2019 foram desmatados 178ha. Não possuem nenhum tipo de evangelismo cristão e não possuem também nenhum posto indígena.

Carta Imagem 14: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Rio Omerê - RO ano 2019



A Terra Indígena Roosevelt, está localizada nos limites do estado de Rondônia nos municípios de Pimenta Bueno e Espigão do Oeste, e Mato Grosso no município de Rondolândia, com sua área total de 230.826,3008 ha, (figura 21). Sua área encontra-se dividida nos três municípios da seguinte maneira: 60,14% para Espigão D'Oeste, 2,54 % para Pimenta Bueno e 37,38% para Rondolândia (MT). Há dois povos vivendo nessa terra, os Apurinã da família linguística Aruak-maipure, e os Cinta Larga da família linguística Mondé, segundo a Sesai há 1817 pessoas residindo na TI. Contam com atores sintagmáticos indígenas quatro organizações, Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, Associação dos Índios Apurinã de Rondônia – NUNERIMANÊ, Associação Nunerimane dos Povos Indígenas Apurinã de Rondônia – ANPIAR, Coordenação das Organizações Indígenas do Povo Cinta Larga – PATJAMAAJ.

Figura 20: Mapa de localização da Terra Indígena Roosevelt



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Segundo o Diagnóstico Etnoambiental Participativo (2016), os Cinta Larga em 1969 a população era estimada em cerca de 2.000 pessoas, em 1981 sua população diminuiu drasticamente não ultrapassando a 500 indivíduos. Com o passar dos anos a população volta a crescer chegando em 2013 com 1823 pessoas, a estimativa do IBGE que habitavam a terra indígena Roosevelt era de 1574. Os cinta larga habitam quatro terras indígenas dentro do território habitado por eles, são Parque Aripuanã,

Terra Indígena Roosevelt, Terra Indígena Serra Morena e Terra Indígena Aripuanã. Estas terras estão em continuidade com a de outros povos, como as terras dos Zoró, Suruí, Arara do beiradão.

A Terra Indígena Roosevelt já foi palco de diversos conflitos, um dos mais destacados tem sido a exploração ilegal de pedras preciosas, em especial os diamantes. O garimpo tem sido causa dos impactos ambientais, as florestas os rios e lagos tem sofrido com a presença do garimpeiro. Além, de drogas, prostituição, mortes e vários processos na justiça, como exemplo do assassinato de 29 garimpeiros no ano de 2004.

Com o primeiro contato não amistoso com os Cinta Larga, os membros da comissão Rondon perceberam a presença indígena em toda a região a etnia até 1928 distanciou-se dos novos vizinhos, mas no ano em questão houve um massacre em uma das aldeias dos Cinta Larga. Desde então a periodicidade em conflitos tornou-se comum, em 1950 suas terras foram invadidas por seringueiros e garimpeiros:

As invasões do território Cinta Larga continuaram ao longo dos anos 50 por firmas de mineração e seringalistas, e a situação se agravou ainda mais à partir da inauguração da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364), em 1960. [...] Entre os inúmeros assaltos às aldeias Cinta Larga - havendo registros de expedições nos anos 1958, 1959, 1960 e 1962 -, um desses crimes ganhou ampla repercussão, inclusive na imprensa internacional, o chamado "Massacre do Paralelo 11", gerando denúncias sobre a prática de genocídio de índios no Brasil, pois um dos participantes, Atayde Pereira dos Santos, não tendo recebido o pagamento prometido, compareceu à sede da inspetoria do SPI em Cuiabá para denunciar o caso e apontar seus mandantes (A.P. dos Santos 1963). [...] A década de 60 continuou em sucessivos conflitos com seringueiros. Em fins dessa década, os Cinta Larga mantinham talvez mais de 30 aldeias, geralmente situadas junto a pequenos córregos, segundo testemunharam sertanistas e missionários que sobrevoaram o território banhado pelos rios Roosevelt, Aripuanã e afluentes. Poucos anos depois, em 1976, um mapa elaborado pelo fotógrafo Jesco Von Puttkamer assinala com precisão 16 aldeias Cinta Larga e dois postos da Funai. Nos anos seguintes a depopulação e a atração que os postos da Funai exerceram, concentrando a população indígena, reduziu substancialmente o número total de aldeias. (ISA, 2012a, p. 2).

Massacres contra os povos foram intensificados com a política de ocupação e integração da Amazônia como informa Heck *et alii* (2005, p. 239) "começaram a rasgar a floresta com a abertura de estradas como a Transamazônica, a Belém-Brasília, a BR 364, a BR 174 e a Perimetral Norte. Povos como os Waimiri-Atroari, Yanomami, Arara, Parakanã, Cinta Larga e Nambikwara, entre muitos outros, foram

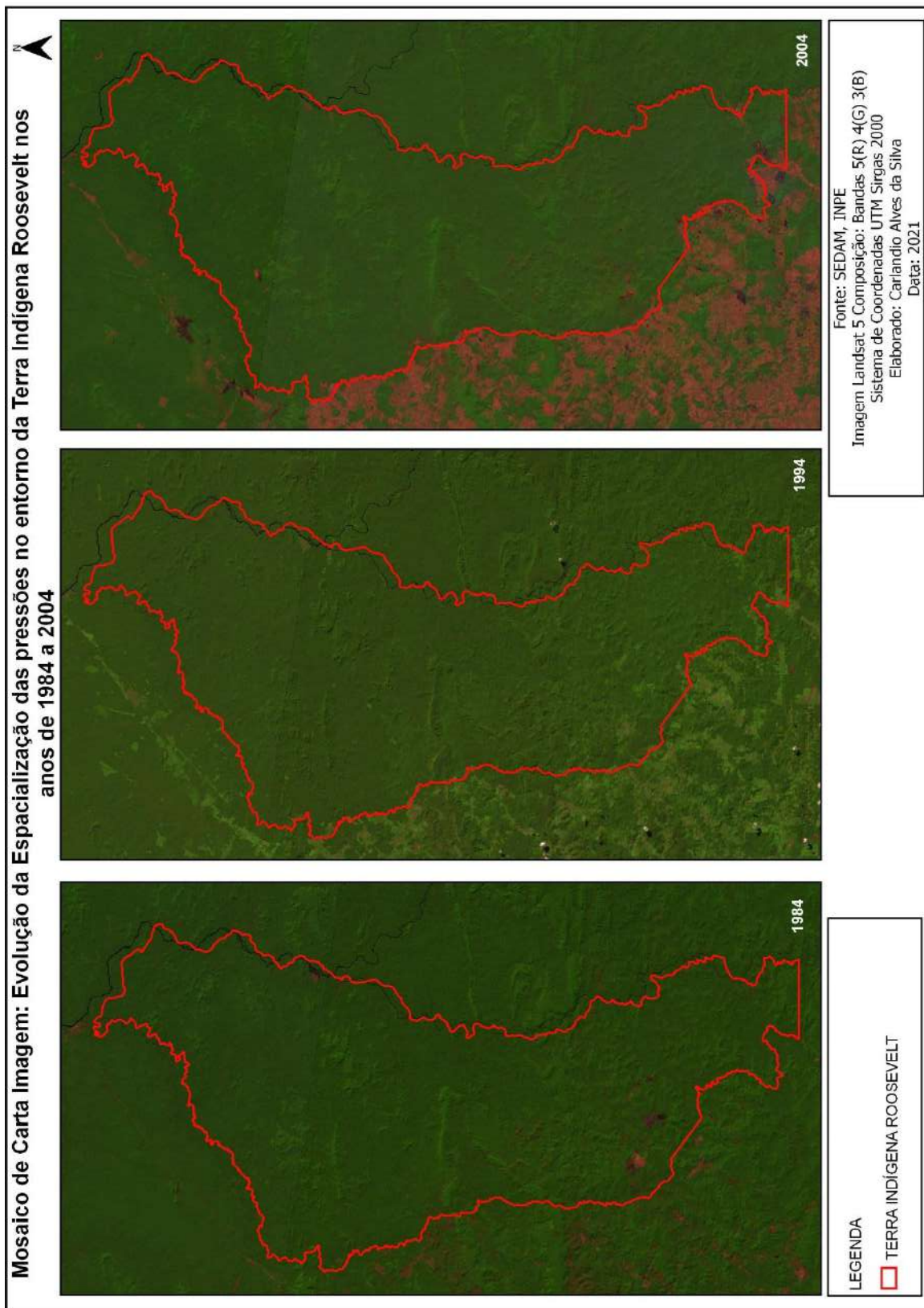
duramente atingidos, inclusive por expedições de extermínio com participação do poder público”. Com a descoberta de diamante na TI Roosevelt os conflitos contra os Cinta Larga foram acentuados e em 2001 fora realizada a retirada de mil garimpeiros pela Polícia Federal, alguns membros da etnia foram assassinados, houve retaliação por parte dos indígenas que também mataram garimpeiros que foram encontrados dentro da TI.

Entre envenenamentos, doenças adquiridas, assassinatos, pedofilia, torturas e roubos as ações que a etnia Cinta Larga vem sofrendo só direciona para mais tragédias, o que o procurador deixa claro em seu argumento é a necessidade de legislação específica e força de ação do Estado/Nação para que possa haver mudanças na situação da etnia Cinta Larga. Tem-se no Congresso dois projetos de Lei que tratam justamente da extração de minérios em área indígena estes são conhecidos como PL 1610/1996 proposta pelo senador Romero Jucá, e o PL 2057/1991 de autoria do deputado Luciano Pizzato.

A regulamentação da mineração e da utilização do potencial energético em terras indígenas, o processo demarcatório, bem como as inúmeras ocupações ilegais de madeireiros, garimpeiros, agricultores etc., compõem os capítulos atuais e contínuos da história do contato desrespeitoso entre sociedade envolvente e povos indígenas. [...] A invasão das terras indígenas por não-índios para a exploração ilegal dos recursos naturais é uma realidade que atinge quase toda terra indígena no país. Embora a Constituição Federal garanta a posse permanente aos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e o direito de usufruto exclusivo sobre os recursos naturais nelas existentes (art. 231, §2º), esses preceitos não são efetivamente respeitados, o que provoca muitos conflitos e impactos para as comunidades. (CURI, 2007, p. 221-222).

Pelo prognóstico do PL 2057/91 a União perde todo o direito sobre as áreas indígenas, mas vai continuar com a responsabilidade de manutenção dela. No entanto, a Constituição Federal é objetiva em dizer que o subsolo e os minérios são bens que pertencem a União, daí surge uma outra questão que vai gerar um novo massacre, pois se esse Projeto de Lei for aprovado, as etnias perdem o direito sobre as reservas que estão em sua terra.

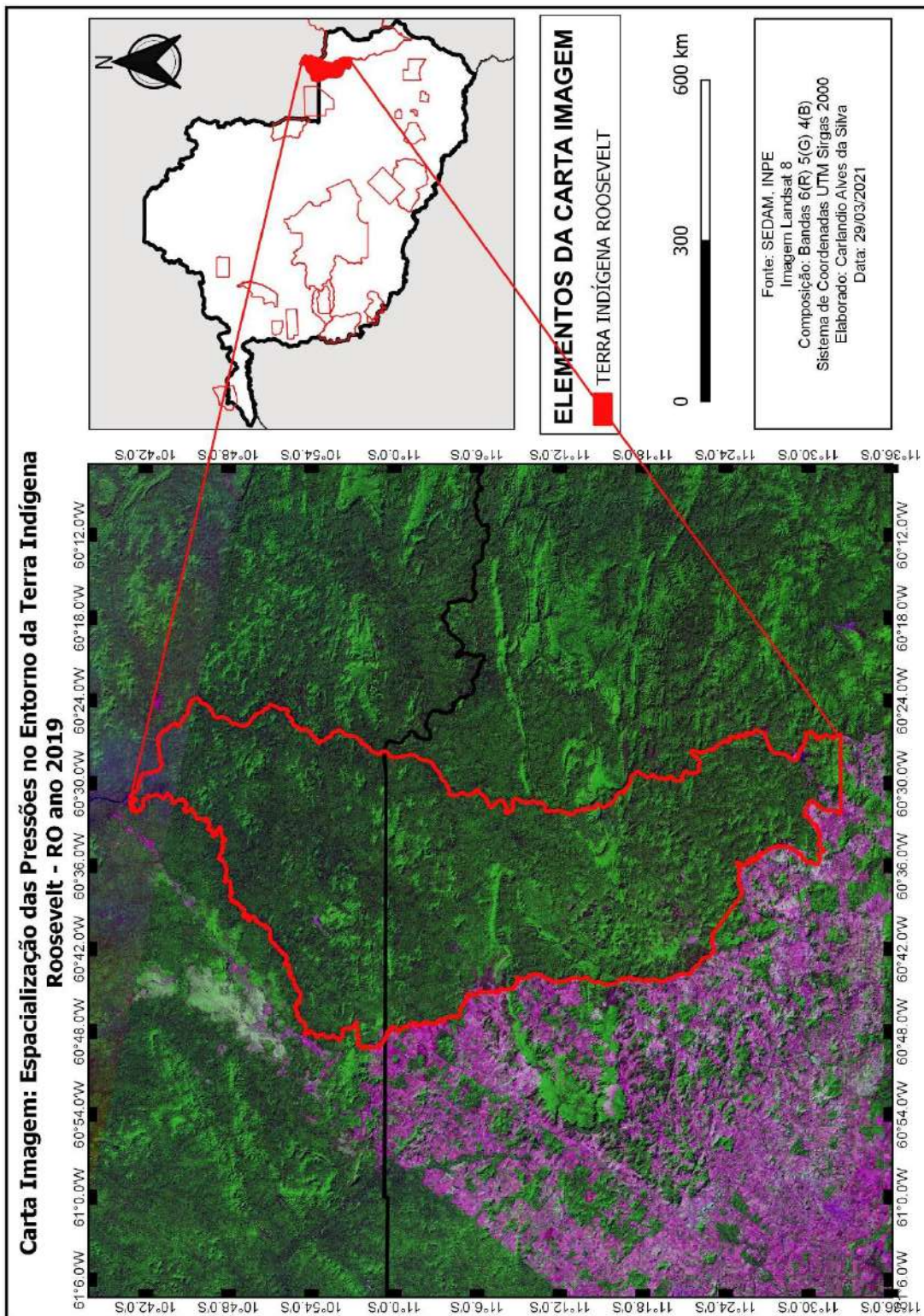
Mosaico 16: Evolução da Especialização das pressões no entorno da Terra Indígena Roosevelt nos anos de 1984 a 2004.



A única participação direta do ator sintagmático Estado é na Coordenação Regional em Cacoal e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Vilhena com abrangência em RO/MT. Em contrapartida, os atores sintagmáticos religiosos há três organização: Assembleia de Deus, Jovens com uma Missão (JOCUM), Igreja

Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB e uma Ong. ACT Brasil - Amazon Conservation Team.

Carta Imagem 15: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Roosevelt - RO ano 2019

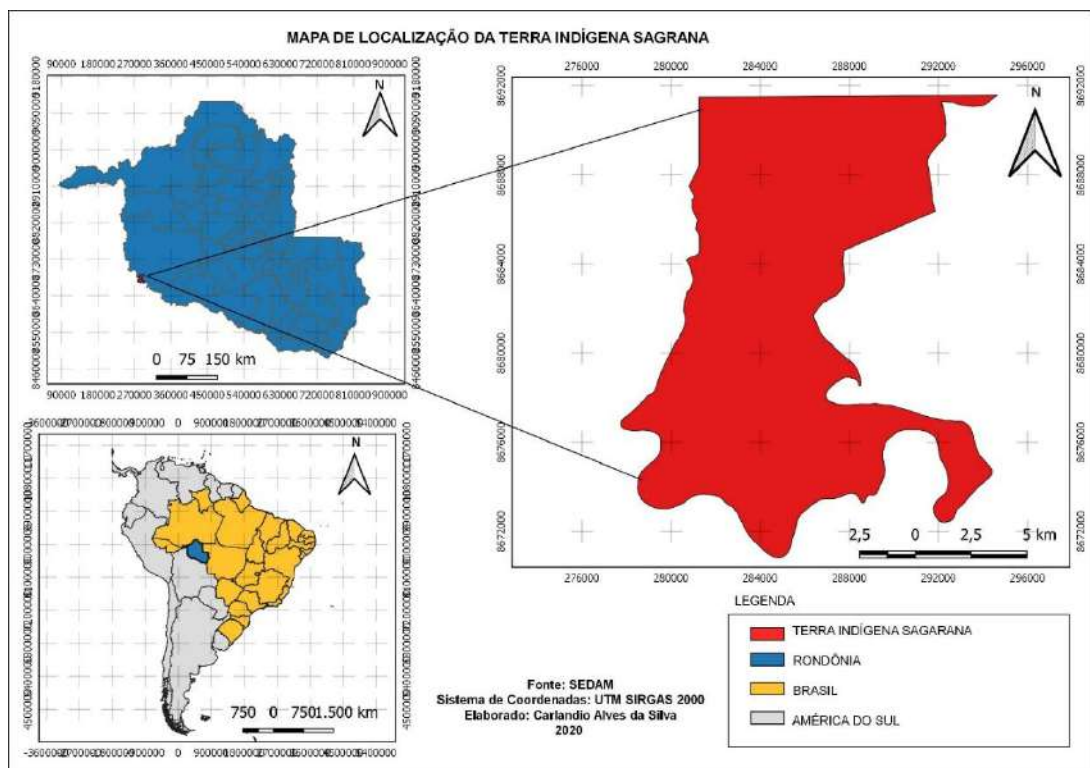


Os problemas mais recorrentes são as pressões exercidas pelos atores sintagmáticos garimpeiros e madeireiros. O acumulado de desmatamento na TI Rio

Negro Ocaia desde sua criação até o ano de 2019 foi de 4799ha. Para esta TI foram solicitados: dois requerimentos de pesquisa para conglomerado diamantífero por Sami Hassan AKL totalizando uma área de 659,53ha, um requerimento de pesquisa para minério de tântalo pela empresa Planície Mineração Ltda; um requerimento de pesquisa para conglomerado diamantífero por Felipe Elias Regino em uma área de 254,41ha; e uma disponibilidade de estudo para Exedito Moura de Carvalho Dantas em uma área de 30,97ha.

A Terra Indígena Sagarana, localizada no município de Guajará-Mirim, com área 18.120,0636 ha figura (22), habitada pelo povo Wari da família linguística Txapacura, em 2014 a população contava com 342 pessoas, como ator sintagmático tem uma organização indígena, Associação Indígena Sagarana – ASINSAG, e um projeto com participação indígena, intitulado, Nós, os Wari' de Sagarana - Levantamento Socioambiental da Terra Indígena Sagarana.

Figura 21: Mapa de localização da Terra Indígena Sagarana



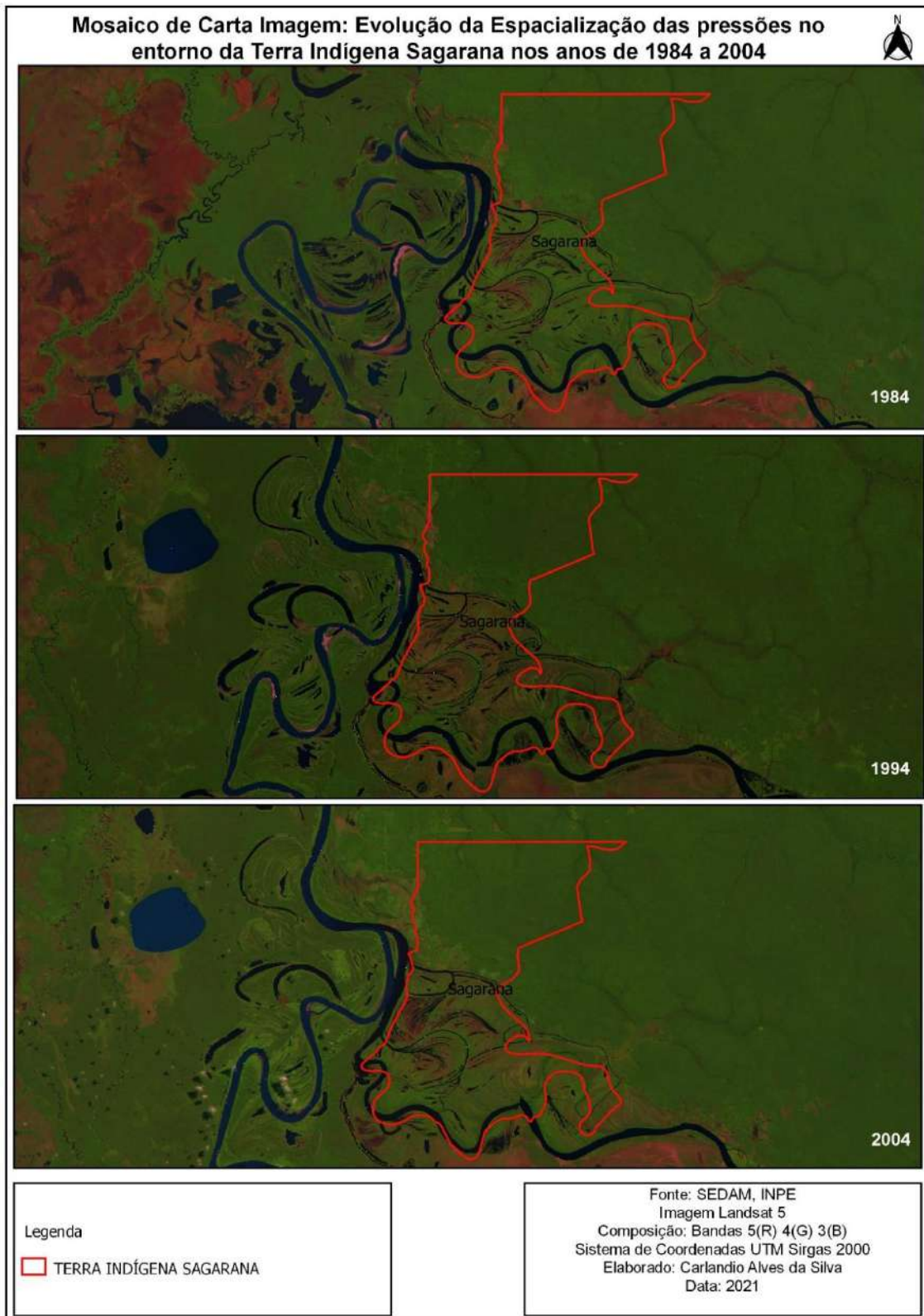
Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

De acordo com Levantamento Socioambiental da Terra Indígena Sagarana (2017), em 1985, a Funai cria o Grupo de Trabalho coordenado pela antropóloga Maria Auxiliadora de Sá Leão para realização dos estudos de identificação da área. Posteriormente, em 1987, é realizada a interdição da área através da Portaria

PP/2.751, de 31/07/1987, para “segurança e garantia da vida e bem-estar dos índios”.

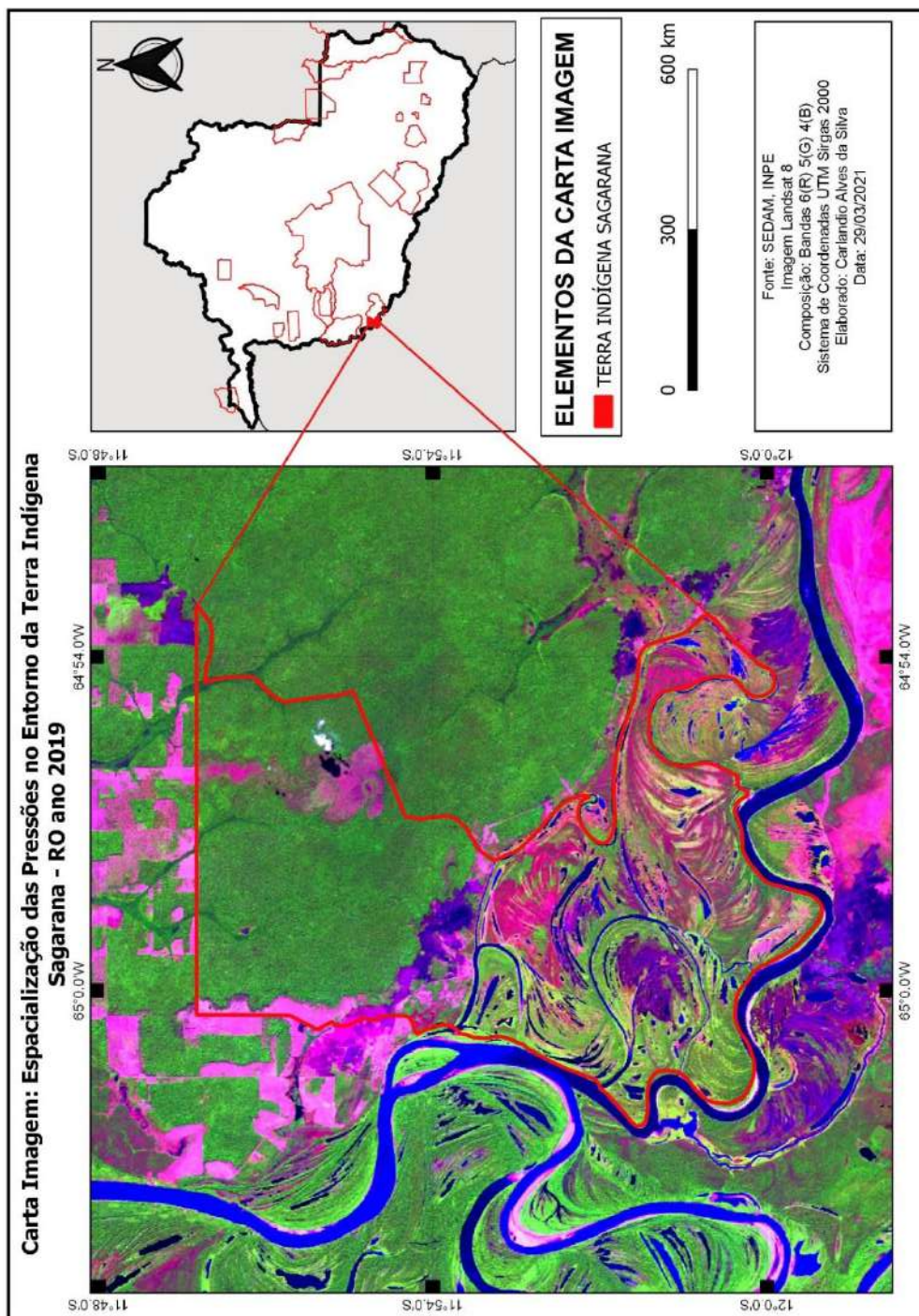
A demarcação física aconteceu apenas em 1994, e sua homologação em 1996.

Mosaico 17: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Sagarana nos anos de 1984 a 2004.



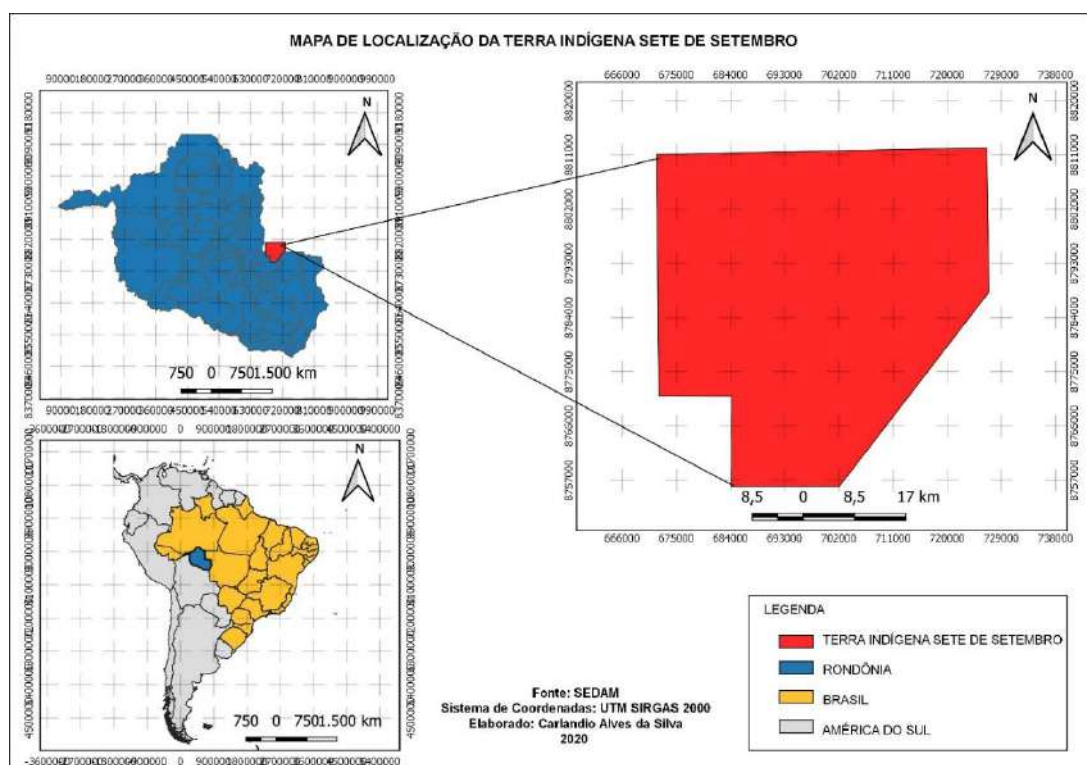
A participação direta do ator sintagmático Estado é na Coordenação Regional em Guajará-Mirim e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Porto Velho com abrangência em RO/AM, e no PIN Sagarana, sede. Nessa TI o ator sintagmático de base de evangelização cristã é do Conselho Indigenista Missionário, CIMI. Os problemas mais recorrentes são as pressões exercidas por pescadores e caçadores. O acumulado de desmatamento na TI Sagarana desde sua criação até o ano de 2019 foi de 1271ha.

Carta Imagem 16: Espacialização do capitalismo na Terra Indígena Sagarana - RO ano 2019



A terra Indígena Sete de Setembro, localizada em uma região de limites dos estados de Rondônia e Mato Grosso, engloba os municípios de Espigão D'Oeste (RO) com 0,84% de área, Cacoal (RO) com 39,45% e Rondôlandia (MT) com 60,11% da TI, com área total de 248.146,9286 ha, vivem nesta terra os Suruí Paiter, da família linguística Mondé, de acordo com a Sesai (2014), 1375 pessoas viviam nesta TI.

Figura 22: Mapa de localização da Terra Indígena Sete de Setembro



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Na TI Sete de Setembro existem quatorze atores sintagmáticos indígenas organizados, são elas: Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, Associação do Povo da Floresta Kaban-ey Suruí – KABAN, Associação do Povo Indígena Suruí GAMIR – APISG, Associação Fórum das Organizações do Povo Paiter Suruí de Rondônia – PAITEREY, Associação Gãbgir do Povo Indígena Paiter Suruí, Associação Gapey, Associação Garah Pãmeh do Povo Kabaney Paiter Suruí do Noroeste de Mato Grosso e Rondônia – GAPOY, Associação Indígena Gara Perewepid Paiter Linha 09, Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí – GAMEBEY, Associação Pamaur de Proteção aos Povos Indígenas Payter-Yter de Rondônia – PAMAUR, Associação Soenama do Povo Paiter Suruí – Soenama, Centro das Plantas Medicinais Olawatawa, Instituto de Educação de Jovens e Adultos para a Cidadania – IEJAC, Instituto Florestal Yabner Suruí. Dos projetos com o envolvimento

dos indígenas, são esses, "Toroya": Legado dos nossos antepassados Indígenas para a Sociedade Mundial e Carbono Florestal Suruí.

De acordo com Da Silva e Santos (2018, p. 527), o contato produziu cicatrizes nos povos indígenas, conseqüentemente o mesmo aconteceu com os Suruí, tanto pela proximidade de sua terra está próxima ao eixo da BR-364, "As modificações podem ser vistas e sentidas, e esses confrangimentos que sofrem ou sofreram pelos mais distintos atores sociais (posseiros, garimpeiros, madeireiros e outros)", seu modo de vida foi modificado, contudo ainda mantém alguns dos seus valores culturais.

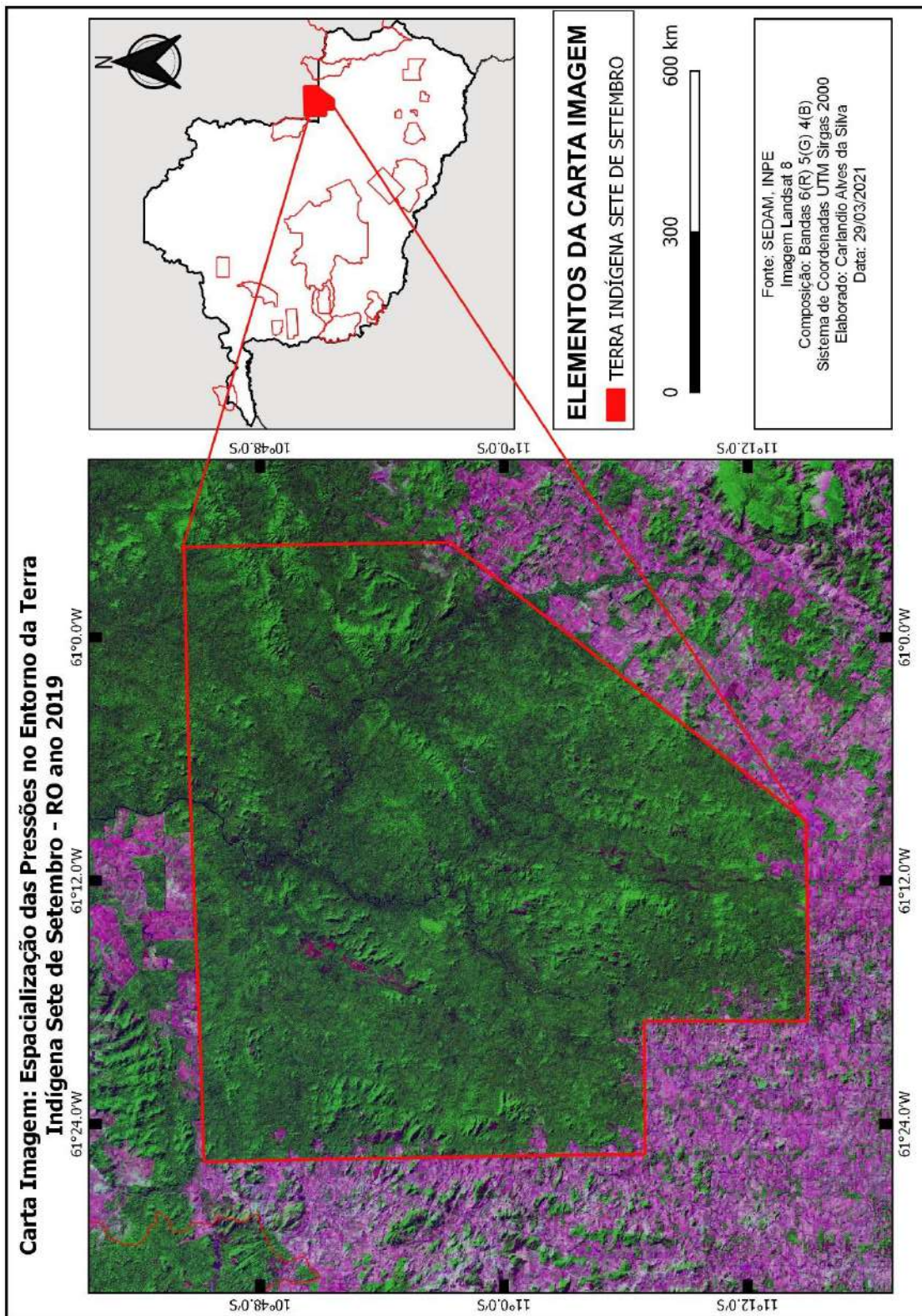
Mosaico 18: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Sete de Setembro nos anos de 1984 a 2004



Os problemas mais recorrentes são as pressões exercidas por atores sintagmáticos garimpeiros e madeireiros. A TI Sete de Setembro possui para sua área duas solicitações de requerimento de pesquisa uma para conglomerado diamantífero

feita pela empresa Funcional Recursos Humanos Ltda., e outra para minério de ouro pela empresa Mineração Itamaracá Ltda. Tendo como acumulado de desmatamento desde sua criação até o ano de 2019 de 6980ha.

Carta Imagem 17: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Sete de Setembro - RO ano 2019



A etnia Suruí percebeu que deveriam enquadrar-se em algumas ações como os não-índios fazem, desse modo poderiam realizar um outro tipo de luta, onde poderiam proteger sua TI e também ganharem para preservar sua área florestada. Para em conjunto com a Ong. Kanindé responsável pelo etnozoneamento, suas organizações civis se mobilizando para captação de atores sintagmáticos para ajudá-los e a FUNAI como representante dos órgãos estatais responsáveis para proteger as TI. Ações como essas com novas iniciativas e tecnologias, fazem com que as marcas do passado pareçam distantes, mas que isto traz o fortalecimento da identidade e da preservação de seu habitat, trazendo novos aspectos da dimensão econômica, saindo da economia de subsistência, para meios econômicos totalmente inovadores. De maneira que o Projeto de Carbono Suruí acaba por ter sua importância na defesa do território, do meio ambiente, contudo conduz a mudanças na prática cultural.

A participação direta do ator sintagmático Estado dá-se na Coordenação Regional em Cacoal e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Vilhena com abrangência em RO/MT, possui duas bases de fiscalização da FUNAI, uma na Linha 14 localizada em Cacoal, e outra na Linha 7 localizada em Rondônia. Também há os atores sintagmáticos religiosos: Conselho Indigenista Missionário, CIMI (católico), Sociedade Internacional de Linguística, SIL (evangélica); União das Igrejas Evangélicas da América do Sul, UNIED (evangélica); Igreja de Confissão Luterana no Brasil, IECLB (evangélica protestante) e a Ong. Amazon Conservation Team, ACT – Brasil (internacional).

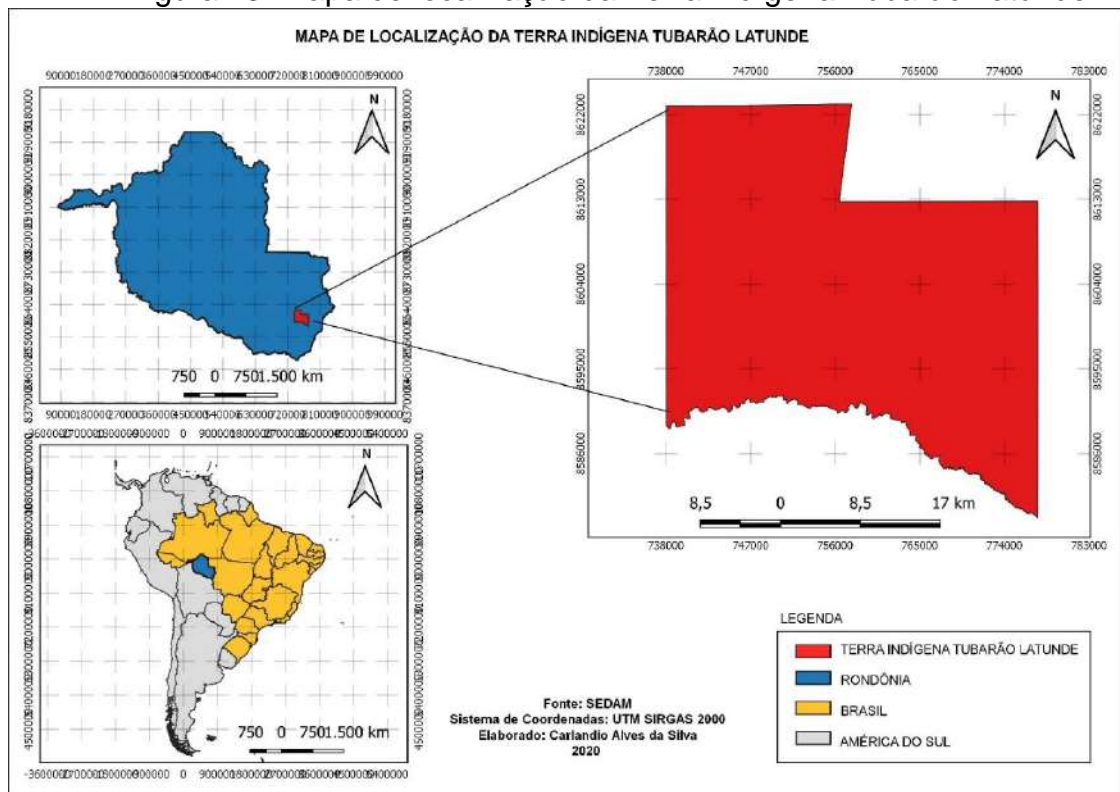
A Terra Indígena Tubarão Latunde, localizada no município de Chupinguaia, com área total corresponde a 116.613,3671 ha, está em área de transição do bioma cerrado para floresta, que conforme o ZSEE encontrando-se predominantemente sobre neossolos quartarênicos, favorecendo desta maneira, a presença de voçorocas, a forma da TI pode ser visualizada pela figura (24).

Com uma população de aproximadamente 195 pessoas (FUNAI, 2010), coabitam na TI Tubarão Latundé três povos, os Aikanã da família linguística Aikaná, os Kwazá da família linguística Koazá, e os Nambikwara da família linguística Nambikwara. Como ator sintagmático indígena existe uma organização, Associação Massaká dos Povos Indígenas Aikanã, Latundê e Kwasá.

De acordo com Sampaio e Silva (1997), Rondon se referiu ao povo Nambikwara, acreditando que sua população em 1915 estava em torno de vinte mil índios, porém em 1954, o etnólogo Curt Niemundaju, conhecendo a etnia depois de

serem vitimados pelas doenças causadas pelo contato com a cultura envolvente, disse serem em torno de dois mil índios.

Figura 23: Mapa de localização da Terra Indígena Tubarão Latunde



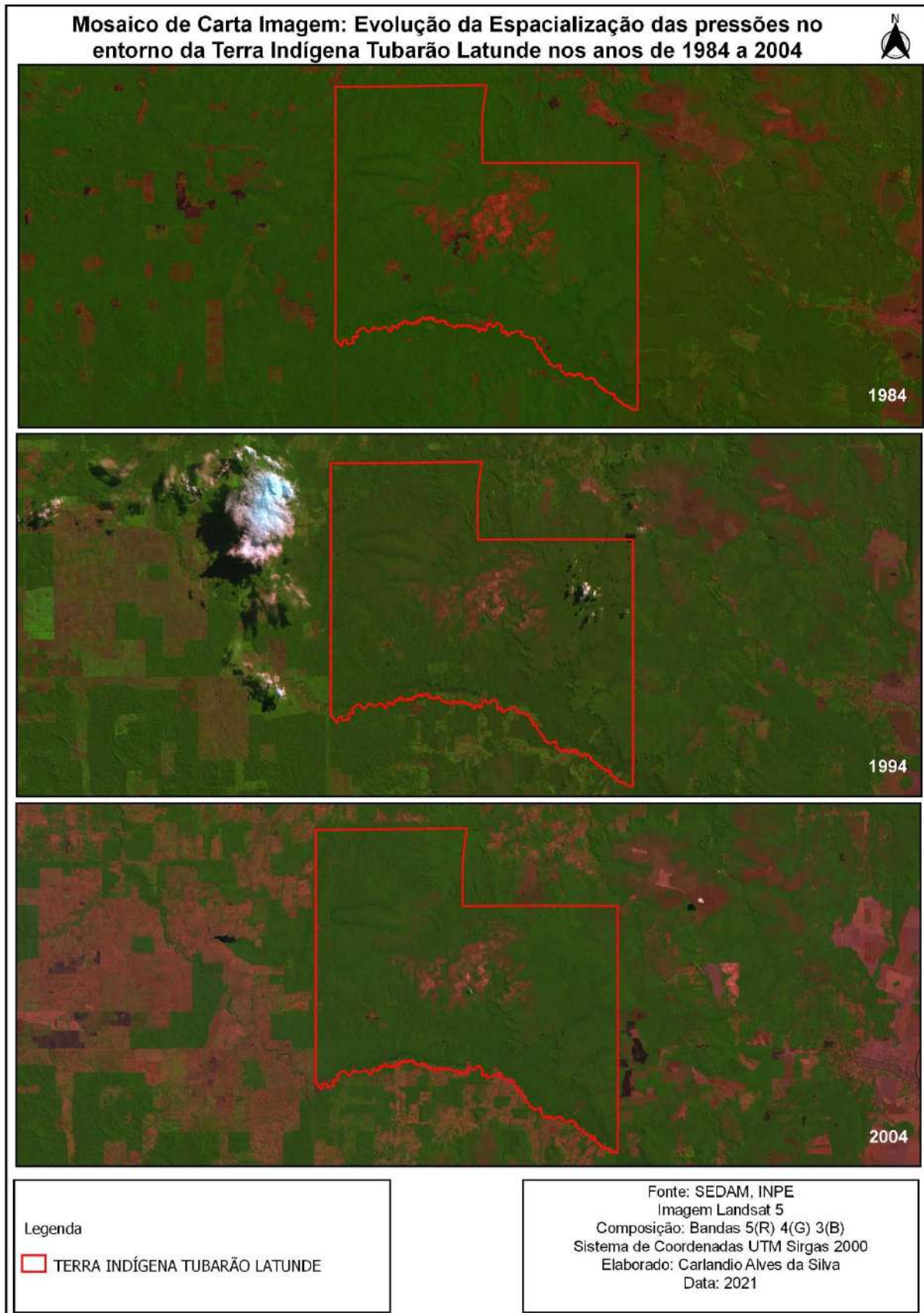
Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Conforme relatório de gestão da FUNAI (2017) ano base 2016, os indígenas da TI Tubarão Latunde, participaram de um projeto para capacitação para agricultura sustentável tendo também como objetivo:

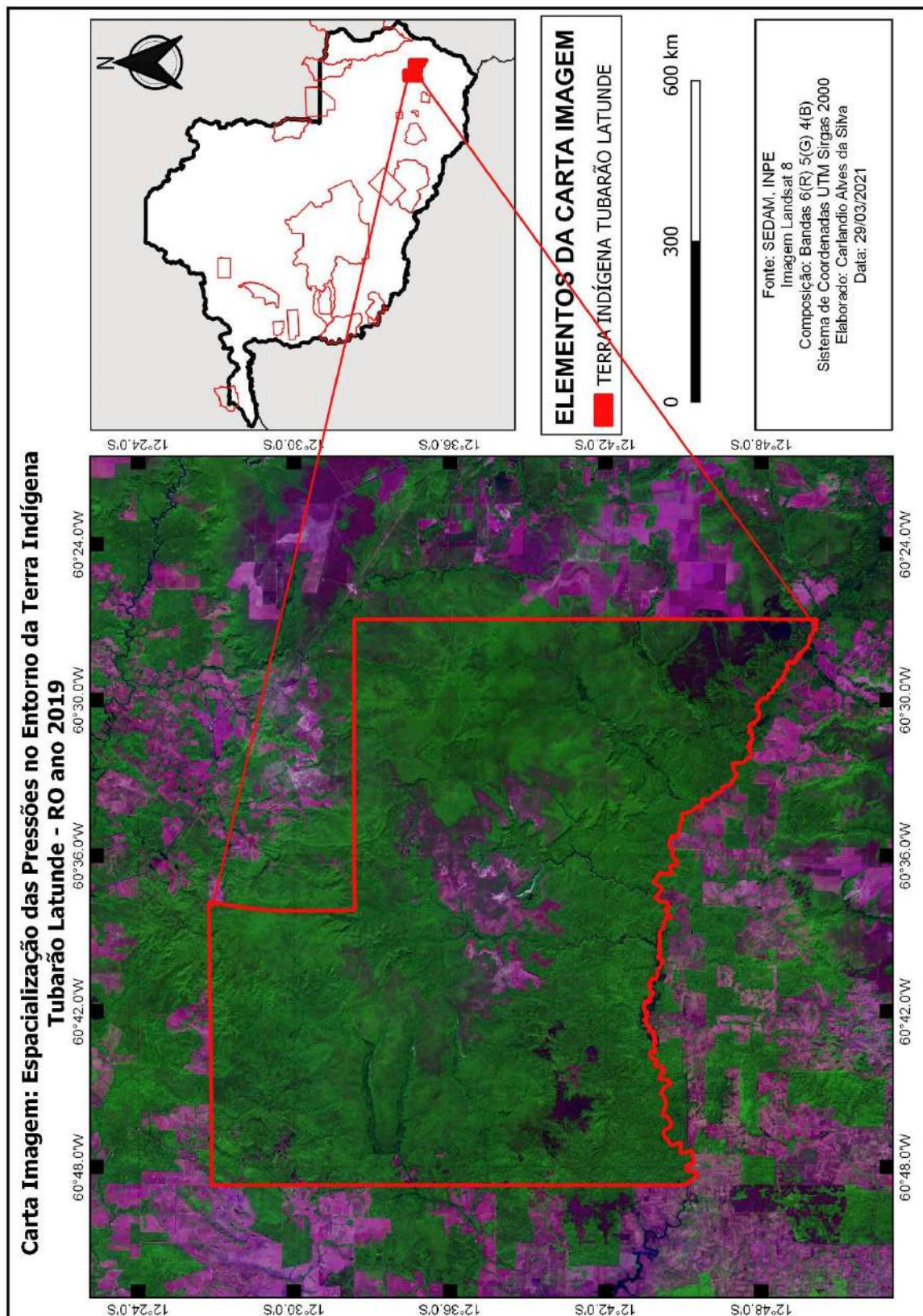
As ações têm como objetivo fortalecer a capacidade organizacional, o etnodesenvolvimento e a sustentabilidade cultural dessas comunidades. Promover o acompanhamento e a gestão do território e das comunidades indígenas através de implementações de roças tradicionais; fiscalização e gestão estratégica de seus territórios; expedições de vigilância nos limites de suas divisas e melhoria da malha viária. (FUNAI, 2017, p. 358).

O treinamento dado pelo poder público para esta etnia ajuda em parte para que eles possam preservar sua área, pois a localização dela é propícia a lixiviação do solo, e como eles são agricultores toda ajuda governamental é necessária para manutenção da base alimentar na TI, segundo Mota Santos e Cereda Gomide (2015, p. 428) os indígenas desta TI “apresentam predominância da agricultura, com extensas monoculturas de grãos, especialmente soja e milho”

Mosaico 19: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Tubarão Latunde nos anos de 1984 a 2004.



Carta Imagem 18: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Tubarão Latunde - RO ano 2019

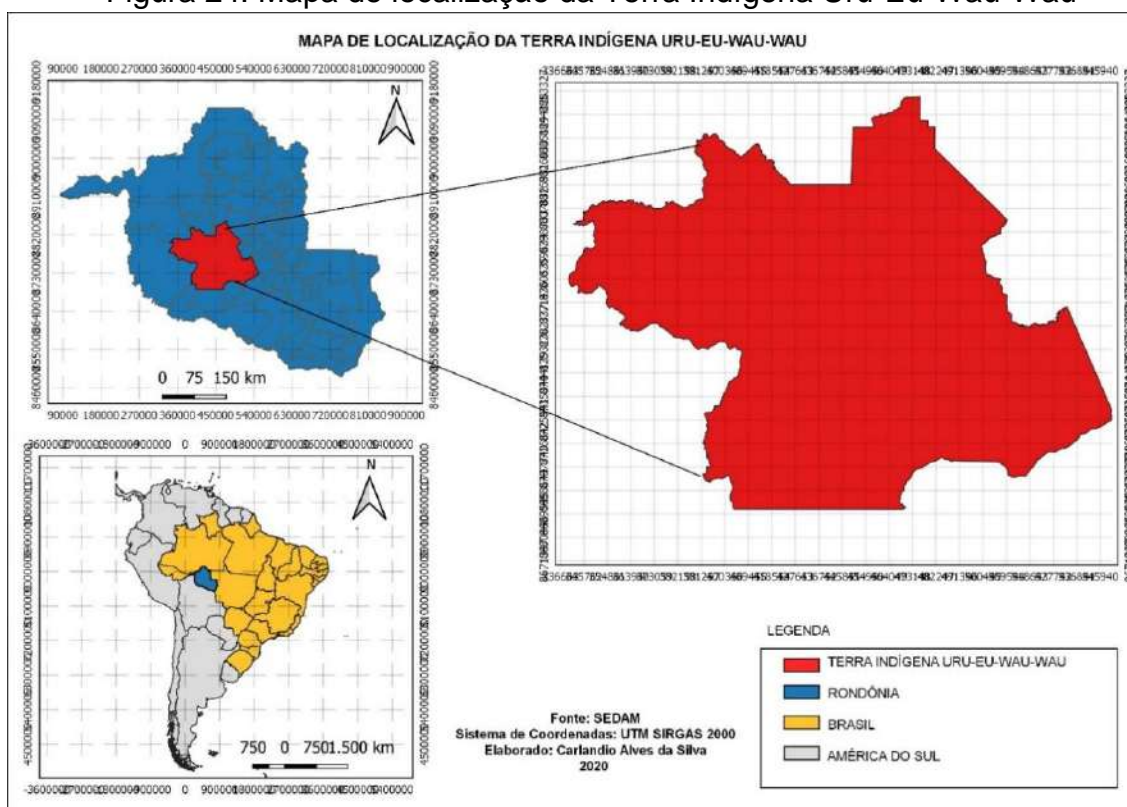


A participação direta do ator sintagmático Estado dá-se na Coordenação Regional em Cuiabá e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Vilhena com

abrangência em RO/MT, possui duas bases de fiscalização da FUNAI, uma na Linha 14 localizada em Cacoal, e outra na Linha 7 localizada em Rondôlandia. Também há presença dos atores sintagmáticos religiosos: Conselho Indigenista Missionário, CIMI (católico), Associação Linguística Evangélica Missionária, ALEM (evangélica); União das Igrejas Evangélicas da América do Sul, UNIEDAS (evangélica); Junta de Missões Nacionais/Convenção Batista Brasileira, CBB (evangélica). Os problemas mais recorrentes são as pressões exercidas pelos atores sintagmáticos garimpeiros e madeireiros. A TI Tubarão Latunde possui para sua área quatro solicitações de requerimento de pesquisa sendo: dois pedidos para minério de ouro realizados pela Mineração Tabuleiro Ltda., um para minério de tungstênio pela empresa Minerações Rondon Ltda., e um para minério de estanho elaborado pela Companhia de Mineração de Rondônia S.A. Tendo como acumulado de desmatamento desde sua criação até o ano de 2019 de 1913ha.

A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, está situada em doze municípios do estado de Rondônia, que são estes, Alvorada D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Mirante da Serra, São Miguel do Guaporé, Cacaulândia, Costa Marques, Jaru, Guajará-Mirim, Seringueiras, Nova Mamoré, Monte Negro. Sua área total é de 1.867.117,8000 há.

Figura 24: Mapa de localização da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau

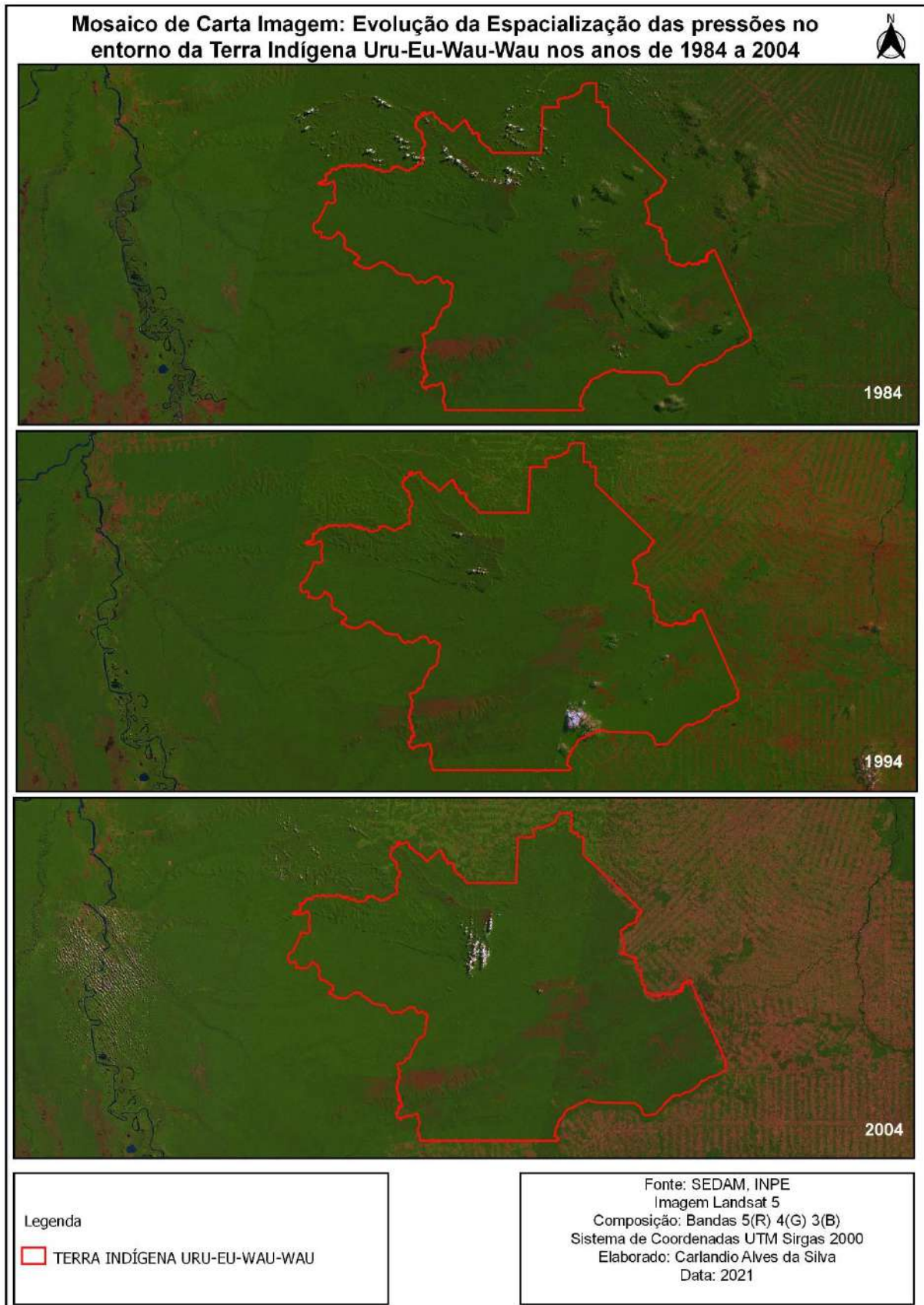


Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Nesta TI, estão localizados nove povos que são: Amondawa da família linguística Tupi-Guarani, os Juma da família linguística Tupi-Guarani, os Oro Win da família linguística Txapakura, os Uru-Eu-Wau-Wau da família linguística Tupi-Guarani, e ainda cinco povos isolados, Isolados da Bananeira, Isolados do Cautário, Isolados no Igarapé Oriente, Isolados no Igarapé Tiradentes, e os Kawahiva Isolado do Rio Muqui. Segundo a Sesai (2014) vivem nesta TI 209 pessoas.

Existe cinco atores sintagmáticos indígenas organizados que são eles: Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR, Associação de Pais e Professores do Povo Indígena Amondawa - APP AMONDAWA, Associação do Povo Indígena Amondawa - Puruen Amondawa, Associação Jupaú, Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas – OPIROMA.

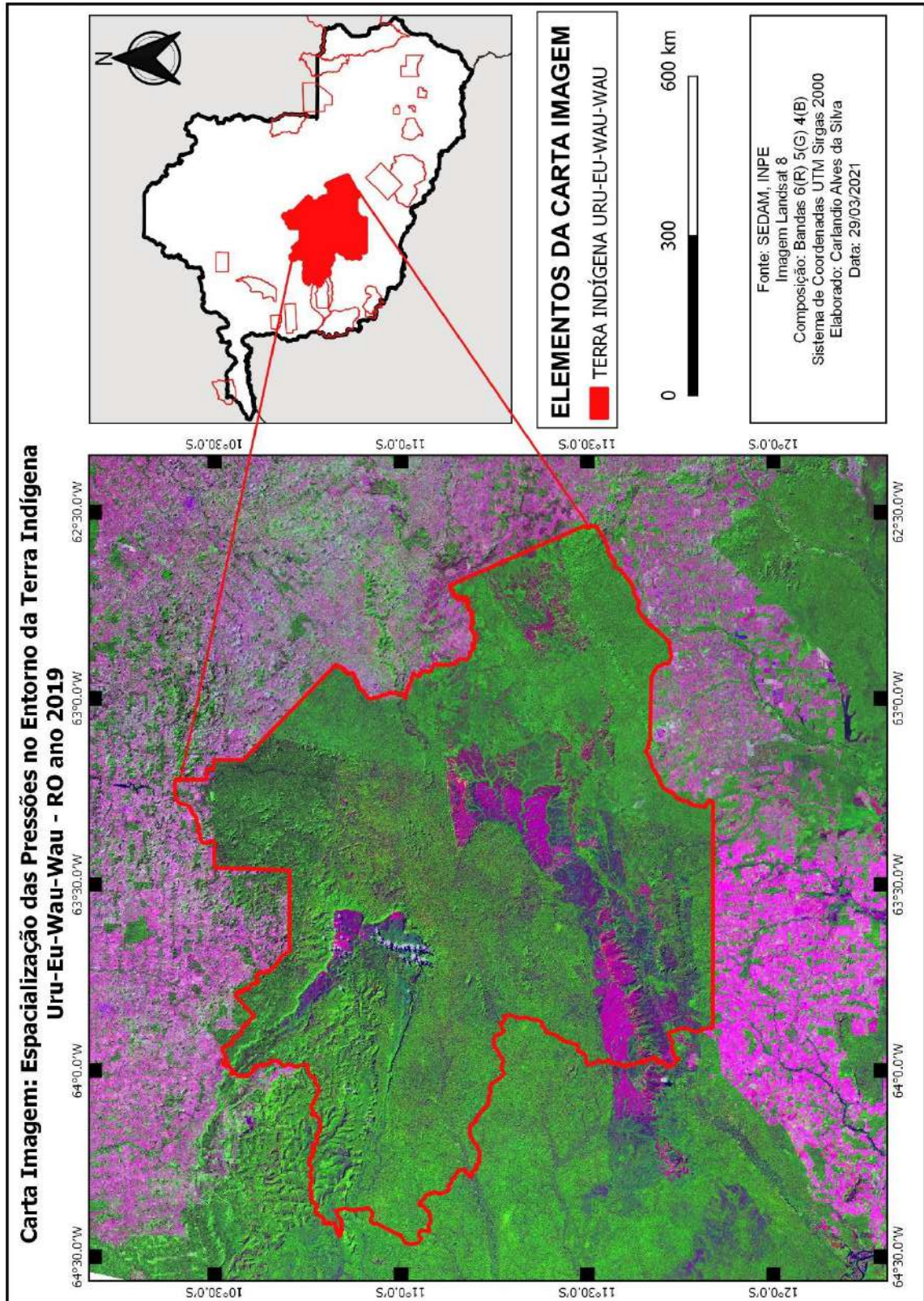
Mosaico 20: Evolução da Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau nos anos de 1984 a 2004.



Os povos Uru-Eu-Wau-Wau, de acordo com Almeida Silva (2010, p.29), seus primeiros contatos com o não-indígena, “aconteceram por intermédio das missões

religiosas na Amazônia Ocidental aproximadamente no ano 1688, e particularmente no atual território de Rondônia em 1714, quando muitas etnias foram identificadas”.

Carta Imagem 19: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau - RO ano 2019



A participação direta do ator sintagmático Estado dá-se na Coordenação Regional em Ji-Paraná e no Distrito Sanitário Indígena Sesai em Porto Velho com abrangência em RO/AM, possui cinco Postos de Indígenas (PIN) da FUNAI, denominados PIN Linha 263, PIN Comandante Ari, PIN Jamari, PIN Oro-win e PIN Trincheira. Com dois Postos Indígenas de Vigilância, denominados de: PIV Alto Jaru e PIV Bananeira. Também há presença dos atores sintagmáticos religiosos: Conselho Indigenista Missionário, CIMI (católico); Jocum - Jovens com uma Missão (evangélica); Junta de Missões de Convenção Batista Brasileira, (evangélica protestante). E, a Ong. Kanindé - Associação de Defesa Etno-ambiental.

Os problemas mais recorrentes são as pressões exercidas por grileiros e madeireiros. A TI Uru-Eu-Wau-Wau possui uma sobreposição com o Parque Nacional Pacaás Novos de 37,95% em sua área totalizando 711.920,29 há sobrepostos com este parque. Tendo como acumulado de desmatamento desde sua criação até o ano de 2019 de 19932ha. Observou-se que antes do ano de 2000 havia um acumulado de 9492ha já desmatados nesta TI.

Atualmente há terras indígenas que estão passando pelo processo regulatório no estado de Rondônia, no total são seis terras como pode ser observado no quadro (04) abaixo:

Quadro 4: Terras Indígenas em estudo de Rondônia

TERRA INDÍGENA	POVOS INDÍGENAS	MUNICÍPIO
Karitiana	Karitiana	Porto Velho
Kaxarari - AM RO	Kaxarari	Lábrea, Porto Velho
Puruborá	Puroborá	Seringueiras, São Francisco do Guaporé
Rio Cautário	Djeoromitxí - Jabutí, Kujubim, Kanoé	Costa Marques, Guajará-Mirim
Tanaru (restrição de uso)	Isolados	Chupinguaia, Parecis, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara
Uty-Xunaty	Terena	Vilhena

Fonte: FUNAI (2020)

Organizado por Carlandio Alves da Silva, 2020

Deve-se observar que em algumas TI existem escolas indígenas que são gestadas pela unidade federativa Rondônia:

Atualmente o Estado de Rondônia atende 109 escolas indígenas. [...] Ao todo são atendidas 54 etnias falantes de 29 (vinte e nove) línguas indígenas, e 3 (três) dialetos onde aparecem comunidades que vão

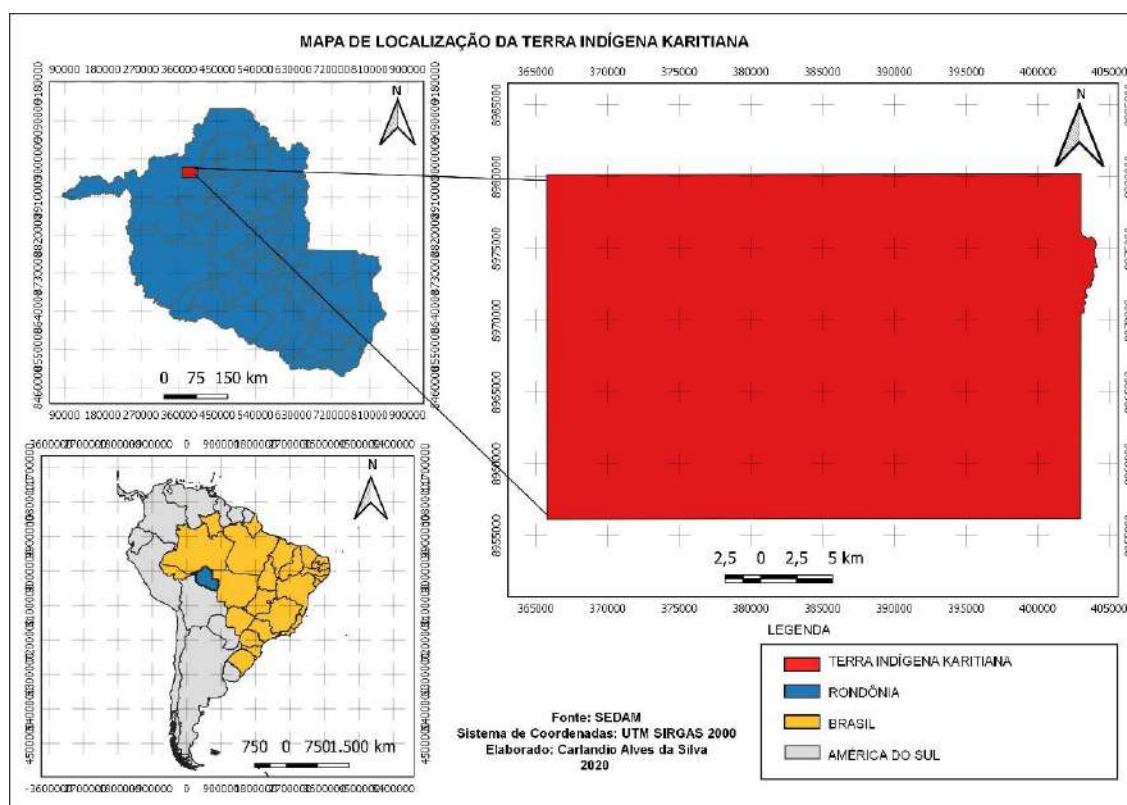
desde agrupamentos humanos fragmentados de menos de uma dezena de indivíduos, como os Karipuna, até comunidades de mais de mil indivíduos como os povos Oro Wari. As escolas estão localizadas em áreas indígenas, em sua maioria de difícil acesso, sendo terrestres ou fluviais, 3 (três) escolas estão administrativamente sob a responsabilidade do Município de Chupinguaia, sendo que o Estado fornece professores e coordenação escolar, todas as demais são atendidas integralmente pelo Estado.

O ensino nas TI faz parte da obrigação do Estado brasileiro, para com a educação indígena, ela tem diretrizes específicas, para que eles possam conhecer o idioma português e manter seu idioma ancestral, essa é uma das poucas vitórias que as etnias detiveram em parte ao ensino primário e secundário.

A terra indígena Karitiana, possui uma área de 89.682,1380 ha, totalmente localizada no município de Porto Velho, conforme figura 26, a qual também evidencia a forma espacial dessa TI, sua população segundo o FUNAI em 2014 era de 333 pessoas. na luta por melhorias se organizaram, como atores sintagmáticos em quatro organizações, Associação Aldeia Caracol - Índios Karitianas, Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia - AGIR, Associação do Povo Karitiana - Akot Pytim Adnipa - APK, Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas – OPIROMA.

Segundo Moser (1997) e Sampaio e Silva (1997), seus primeiros contatos ocorreram no final do século XVIII e início do século XIX, período em que estes índios habitavam localizações nas proximidades de Ariquemes, no entanto com a aproximação do não-índio fugiram para evitar conflitos, seguindo para a direção dos Rios Candeias e Jamari, com uma nova aproximação fugiram em direção onde ficou demarcado como suas terras pelo Funai, em Porto Velho, (figura 27), atualmente estão pleiteando sua terra ancestral, localizada no município de Candeias.

Figura 25: Mapa de localização da Terra Indígena Karitiana



Fonte: Sedam (2020); SIRGAS 2000

Os Karitianas são exemplo de resistência a todos os processos ocorridos, desde a colonização até aos dias atuais, de acordo com o antropólogo Vander Velden

(2010), são falantes da língua do tronco Tupi, e são os únicos remanescentes da família linguística Arikém. Buscam manter sua identidade cultural reivindicando investimentos na educação escolar na tentativa de fortalecer o ensino da língua karitiana e a valorização dos seus costumes.

Observando a periodização em 1909 a Comissão da Linha Telegráfica Rondon encontra essa etnia ainda vivendo nos limites do município de Candeias. Vale lembrar que este município fazia parte de Porto Velho e somente em 1992 tornou-se uma outra unidade federativa, deixando os indígenas que transitavam pelas florestas de um ponto a outro, agora estão reclusos em Porto Velho.

Vander Velden (2010), comenta que Rondon quando chegou com sua expedição, no Rio Candeias encontrou os índios Karitiana trabalhando para os exploradores de cauchos, ou seringueiros de origem boliviana, no período de 1860 os bolivianos estavam instalados nos seringais, onde mais tarde viria a ser o município de Candeias. O encontro com o não-índio dizimou boa parte do grupo, pois viviam sob o regime de escravidão, durante muitos anos, até a chegada da comissão Rondon em 1932. Como pode ser explicitado no capítulo quatro desta dissertação.

A etnia Karitiana tem em sua história de lutas, notícias que a veiculavam com um ataque realizado a expedição exploratória da Comissão Rondon, quando estes estavam no rio Ji-Paraná, a comissão tinha por objetivo mapear uma extensa área pouco conhecida pelos não-índios, e o ataque que sofreram foi atribuído aos karitianas, no entanto depois desse ataque ninguém ouve ou vê a etnia. No entanto, Sarde Neto (2013), afirma que os Karitianas sofreram confrontos e perseguições no período em que a extração da seringa estava em alta por parte dos seringueiros, pois sua área de vivência era rica em árvores da *hevea*, o que propiciava grande produção de borracha, e no final da década de 1970 outro motivo os não-índios teriam para atacar os Karitianas quando foi encontrado cassiterita.

Além do contato com os seringueiros, outros confrontos fazem parte do contexto históricos dos karitianas, como com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, abertura e pavimentação da BR-364. Com o contato veio também a assimilação de valores culturais dos não-índios, Moser (1997, p. 04), explica que, “com aproximadamente um século de contato de relativa permanência com a sociedade nacional, os Karitianas assimilaram valores da cultura não-indígena, influenciando nos seus traços tradicionais” e em sua religião.

Segundo Vander Velden (2010), os karitianas passaram por um longo período desaparecidos dos registros documentais, em torno de quarenta anos, quando em 1950, apareceram e um dos seus líderes, Antônio Moraes e seu filho José Pereira, foram batizados em Porto Velho em 1957. Em leitura complementar percebeu-se que os “antropólogos” que estavam dentro da TI dos karitianas eram missionários salesianos, que investiram na catequização dessa etnia, também foram eles que produziram os primeiros dados etnográficos do grupo. E, de outro lado havia os “linguistas” da igreja evangélica norte-americana que também utilizaram de seus estudos e conhecimento da etnia para os catequisar, levando assim a etnia nos anos seguintes a uma divisão religiosa dentro da etnia. Ora, o que foi feito no passado da colonização europeia as etnias, foi praticado em meados do século XX.

Nos anos de 1960 para atender as carências relacionadas a saúde indígena, segundo Sarde Neto (2013), o SPI age diretamente na TI Karitiana para assistência ao grupo, devido as consequências do contato, isso também veio influenciar diretamente nos hábitos da etnia, período em que novamente teve grande diminuição da população, mesmo tendo um papel de proteção, o órgão do governo tinha o papel de garantir a terra para a sobrevivência dessa etnia.

Já na década de oitenta teve-se a invasão das terras indígenas Karitianas por garimpeiros atraídos para mineração do ouro e de cassiterita, influenciados pela implantação de Projetos de Colonização bem próximos, que estabeleceram várias cidades no estado de Rondônia. Segundo Moser (1997, p. 05), outro fator que influenciou essa sociedade indígena foi a ascensão política do Território Federal de Rondônia, que em 1981 foi elevado à categoria de estado, cuja capital ficou sendo a cidade de Porto Velho.

Assim como em outros povos indígenas um elemento importante ocorrido foi a evangelização católica dos Karitianas, que de acordo com Sarde Neto (2013), pretendiam transformar o índio em “civilizado”, segundo a doutrina cristã, devido serem considerados boêmios, promíscuos, indolentes, curiosos e aproveitadores. Isso, como condição de imposição teve como consequência a negação de sua cultura, tendo que aprender a língua da cultura envolvente, pensar, vestir e agir como o não-índio, esquecendo seu modo de vida, a visão estereotipada de que o indígena é pecador por viver em poligamia e ter um outro deus que não o cristão ainda é motivo de entrarem em suas terras e os motivarem a tornarem-se não-índios, como se por

ter costumes diferentes o ser humano não devesse ser aceito, essa é a grande dialética no amor e paz dos religiosos, só é amor e paz se for a seu favor.

Sarde Neto (2013), descreve que novamente são alvos dos religiosos cristãos e ao processo de evangelização, com os protestantes realizado pelo Summer Institute of Linguistics, atacando de forma mais aprofundada formando indígenas pastores e construindo um templo na aldeia. Mesmo com a saída dos membros do Summer, os pastores continuam a manter relações com o instituto.

Atualmente outras igrejas de correntes cristãs tem presença na aldeia como a Pentecostal, assembleia de Deus e Igreja do Porto. Em meio a isso tudo teve o sincretismo religioso devido a atuação dos pastores indígenas, que geraram novos caciques políticos afetando as lideranças tradicionais segregando-os a atenção e o fervor em dois grupos, indígenas cristãos e os das espiritualidades ancestrais.

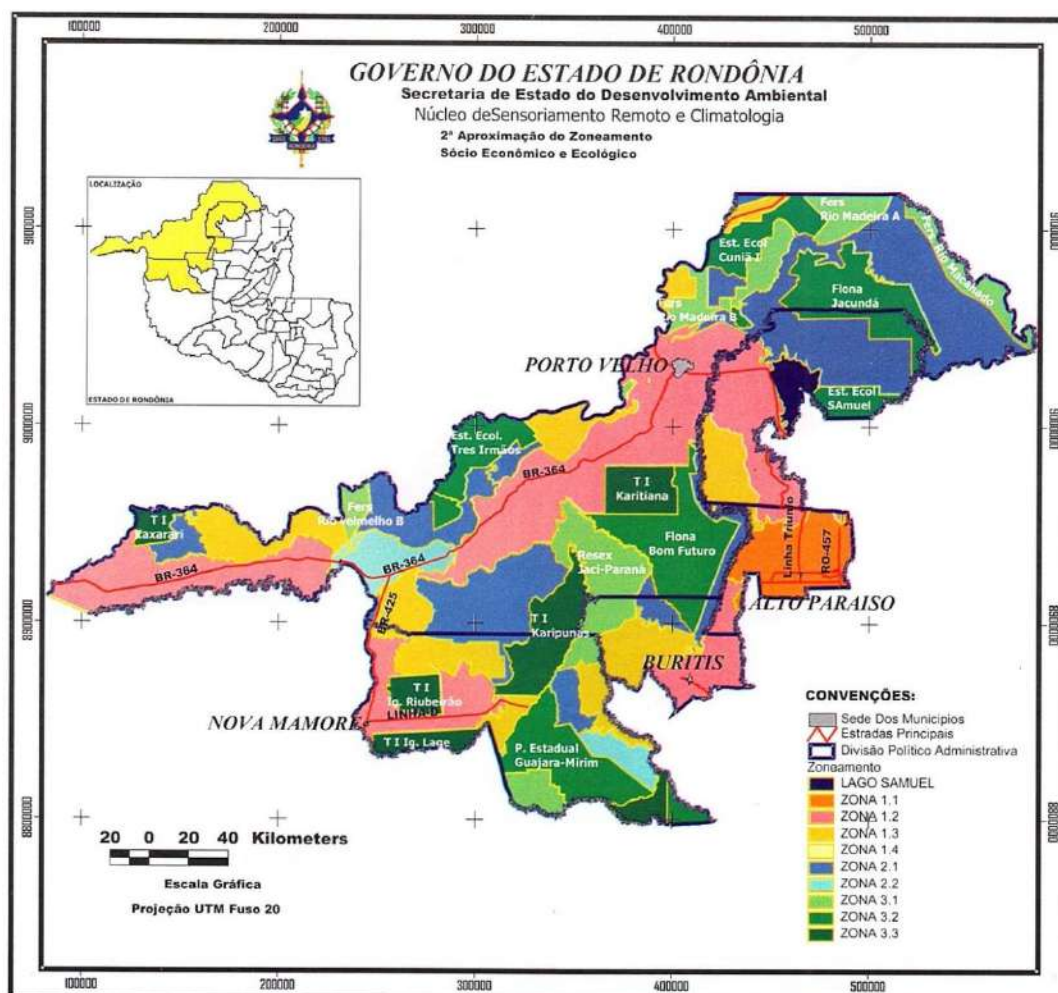
Após a morte do líder Moraes, os Karitianas que habitavam a aldeia do rio Candeias se afastaram para o oeste, segundo Vander Velden (2010) quando fizeram isso deram de encontro com outro grupo por denominação Juari (ou Joari), que teve por resultado a mesclagem dois grupos. O local de habitação dos Juari eram as margens do igarapé Sapoti um dos afluentes do rio das Garças, o mesmo território que foi demarcado a terra indígena Karitiana. O autor relata que os Juari falavam a mesma língua dos Karitianas, com algumas variações dialetal, fazendo com que houvesse entendimento nos dois grupos. Vander Velden (2010), detalha que os Karitianas afirmam que os Juari não tinham mais mulheres no grupo o que os levariam a extinção, os Karitianas forneceram as mulheres tornando-se credores dos Juari, o que ficou estabelecido uma relação sogros-genros.

Quando o contato foi estabelecido pelos agentes do SPI período ao qual estava em transição entre o fim deste e a criação da FUNAI, o grupo indígena acompanhou a demarcação da terra Karitiana que veio a ser concluída e homologada em 1986, coincidiu com os limites do Posto Indígena na época, não levaram em consideração o território tradicionalmente ocupado por essa etnia. Por se sentirem prejudicados, fizeram uma solicitação por revisão dos limites da TI, essa foi solicitada ainda nos anos oitenta, os karitianas reivindicavam sua terra ancestral, pois informam que há escassez dos recursos naturais, os mais idosos caçam e pescam fora da área demarcada expondo-os a riscos com os não-índios. Afirma que nunca esqueceram seu território tradicional e lamentam ter ficado fora da área.

A terra indígena Karitiana está localizada na parte norte de Rondônia no município de Porto Velho, capital do estado (figura 27), tem um formato praticamente quadrilátero com 89.682,1380 hectares. A aldeia central que tem por nome Kyowã (sorriso de Criança), segundo Sarde Neto (2013), foi construída com alguns remanescentes dos massacres e das doenças em 1970, sendo esta a mais populosa, localizada a 95 Km de distância de Porto Velho, com acesso pelo ramal Maria Conga, metade do percurso pavimentada pela BR-364 sentido Rio branco-AC, outra metade de estrada de chão razoavelmente boa, no ramal Maria Conga por onde atravessa fazendas que limitam ao norte a terra indígena até alcançar a aldeia.

Vander Velden (2010), explica que foram implantadas estruturas pelo SPI e logo após pela FUNAI e outras instituições, como posto indígena, posto de saúde, escola, casa do rádio, poços artesianos. Algumas famílias construíram casas de alvenaria, com acredita-se que não há intenção e nem possibilidade de que a aldeia possa ser transferida sua localização atual.

Figura 26: Microregião Porto Velho - ZSEE



Fonte: Sedam, 2ª aproximação ZSEE, 2010.

A figura 26, faz parte do acervo da segunda aproximação do ZSEE, nela percebe-se a proximidade da TI dos karitianas em áreas de ocupação, nos limites urbano de Porto Velho, e sua proximidade com a Flona Bom Futuro, esta que possui vários trabalhos com críticas ao desmatamento que foi infligido pelo garimpo e por madeireiros ilegais. (GTA, 2008; FUNAI, 2019; VANDER VELDEN, 2010).

Para Moser (1997), os Karitianas assistiram todo o processo capitalista e da dinâmica do tido “progresso”, viram a mudança dos significados da terra e do seu habitat, tempos que não havia limites em seus espaços, que dantes eram revestidos de veneração, por ser dele que o povo retirava os alimentos e acolhimento. Assistiram também a conquista territorial pelo não-indígena, e novos valores foram assimilados.

Todos os processos históricos econômicos da sociedade envolvente a respeito do mundo capitalista, os Karitianas não só presenciaram, mas foram feitos reféns, como mostra com propriedade a autora:

A terra passou a ser vista como valor de mercadoria, e não de riqueza natural disponível nos seus limites para servir aos que nela buscam a fonte da vida. Nela foram feitos “cercas”, que não reduziram somente o espaço físico, mas limitaram a expansão da vida, da liberdade, da criatividade e por que não dizer da própria fertilidade. Porque a terra teve que obedecer às leis impostas de produção. Ela perdeu sua força natural e teve que aceitar a nudez do desmatamento e aceitar o produto que a obrigou produzir o que não é do “feitio” dela. Ela tornando-se mercadoria, teve que entrar nos moldes da produção capitalistas (MOSER, 1997, p. 55).

A transformação espacial e dos valores assimilados pela etnia Karitiana, assim como outros indígenas foi e continua sendo de uma enorme violência contra os povos indígenas, que perderam suas terras pela dominação dos não-índios, que buscaram o dito “progresso econômico”. Para Vander Velden (2010), os Karitianas foram privados de sua liberdade entre os vales dos rios Jaci-Paraná (a oeste) e Candeias (a leste) pressionados pelas frentes de penetração, primeiro devido o período da borracha pelos bolivianos, que penetram a região na segunda metade do século XIX. Em seguida, pela construção das linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas da comissão Rondon, o que abriu caminho para construção da BR-364, concluída em 1987. Ocasionalmente o choque com outras etnias, no caso os Karipuna rivais tradicionais, e, também facilitou os ataques dos Uru-Eu-Wau-Wau, a esses relatam ser os seus adversários mais temíveis.

Atualmente a visão dos indígenas sobre seu território é que estão sujeitos a certas ameaças quando se trata das pressões exercidas na terra indígena Karitiana, e algumas decisões políticas do grupo como evidenciado pelo autor:

O norte permanece como flanco mais vulnerável: rota de acesso privilegiada dos brancos, de seus bens e de sua influência (incluindo-se, hoje, não apenas a entrada destes, mas também a saída dos Karitiana em direção aos núcleos urbanos, cada vez mais frequente, intensa e duradoura), substantiva porção do limite setentrional da terra indígena está ocupada por enormes propriedades rurais. No norte estava também localizado o garimpo denominado Maria Conga, uma riquíssima área de exploração de cassiterita e ouro, que os Karitiana fecharam, ao que parece, no final dos anos 80 ou início dos 90 (VANDER VELDEN, 2010, p. 59).

O autor explica ainda, as duas direções chegam notícias de invasões por garimpeiros, traficantes de drogas e bandidos contrabandeando veículos na área demarcada, utilizando-se de estradas que a cada dia ampliam-se o trânsito e aumento das redes vicinais, que crescem a partir do município vizinho Buritis. Houve a captura de um pequeno grupo de garimpeiros que estavam a procura de ouro e diamantes no sudoeste da terra indígena, foi necessário à interferência da Polícia Federal e da FUNAI para o não agravamento da situação.

A Floresta Nacional (FLONA) do Bom Futuro que faz o limite meridional (figura 27), incidem em cerca de 35 mil hectares das porções leste e sul da terra indígena, sendo pouco frequentada pelos índios, devido suas visões cosmogônicas alertar que essa é uma área que habita certos espíritos ruins. Vander Velden (2010, p. 59) “diz-se que o local é morada do Mapinguari (*Kida so'emo*, “bicho de cara preta”, ou Owojo, “comedor de gente”), uma monstruosa criatura (*kida*, “bicho”), que devora seres humanos e habita uma caverna cheia de enormes morcegos hematófagos (*okokõ*). Somente os mais corajosos e grupos de vigilância das fronteiras da área se arriscam poucas vezes ir à flona.

A parte leste da terra indígena demarcada, é o local da antiga aldeia é um caso a parte, possui cemitério com vestígios arqueológicos por toda parte que atestam a presença dos Karitianas de tempos passados, local de apropriação dos fazendeiros que hoje os indígenas estão reivindicando como o território que perderam após as mudanças. Coberto também por uma grande parte da Flona do Bom Futuro, foi o local que o antigo líder teve seus primeiros contatos com os não-índios e onde faleceu. Grande parte dos Karitianas, os indígenas mais velhos que estão ainda vivos nasceram naquela parte.

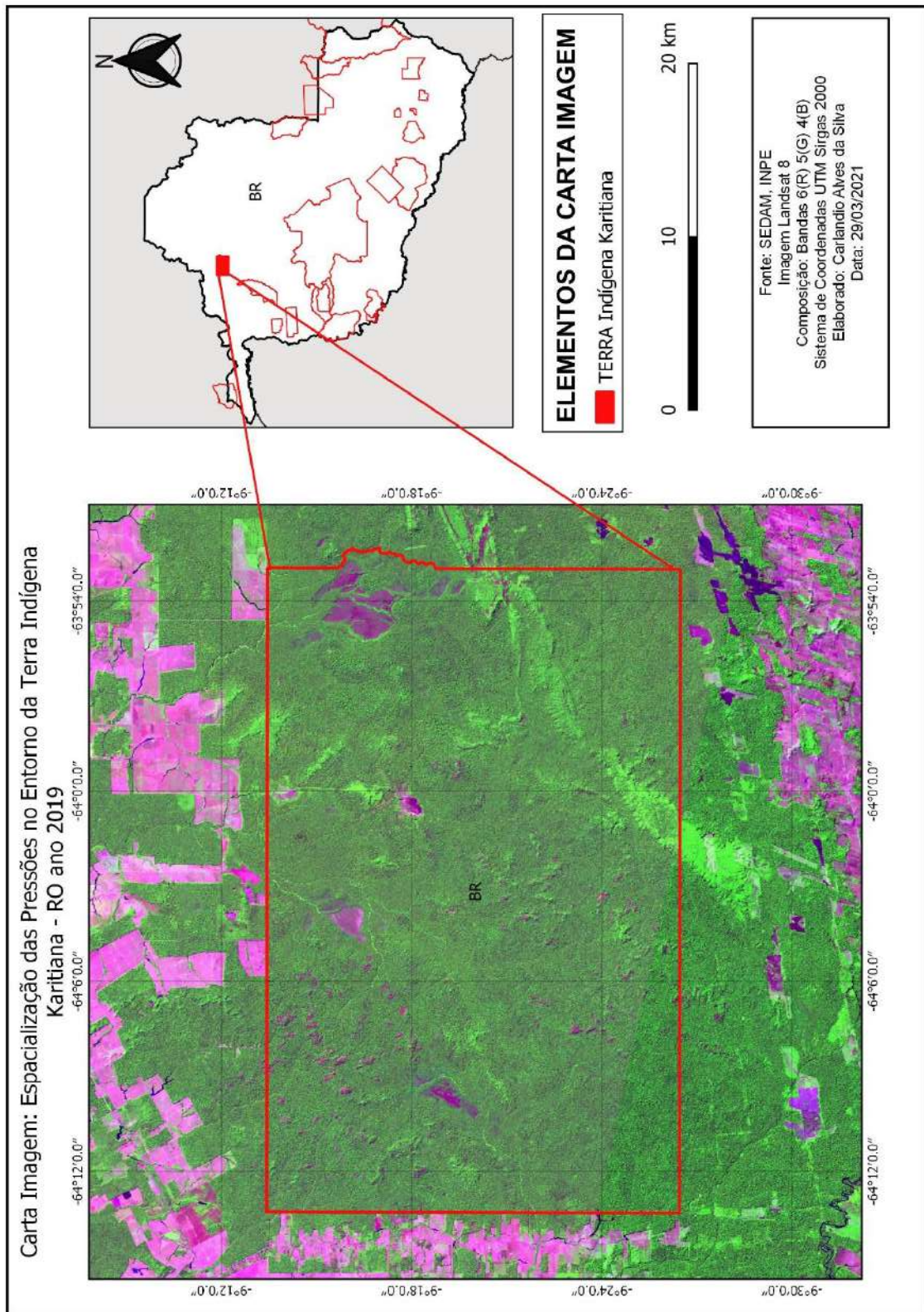
Segundo Vander Velden (2010), as disputas e pressões políticas das lideranças em 2004, fizeram com que o pajé Cizino Dantas Moraes Karitiana, decidisse empreender a retomada das áreas tradicionalmente habitadas no rio Candeias local onde muitos com mais de quarenta anos nasceram. Por meio da mata

por uma trilha onde nunca deixou de existir, ligando a aldeia de Kyõwã as margens do rio Candeias, em terras do município Candeias do Jamari -RO, desmataram uma área e construíram uma maloca como as feitas tradicionalmente, que já havia deixado de produzir. Uma parte da etnia busca o modo de vida ancestral, enquanto outra catequisada busca novos caminhos, e atualmente isto tornou-se um embate interno que a etnia está passando.

Mosaico 21: Evolução da Especialização das pressões no entorno da Terra Indígena Karitiana nos anos de 1984 a 2004



Carta Imagem 20: Espacialização das pressões no entorno da Terra Indígena Karitiana - RO ano 2019



O acumulado de desmatamento na TI desde sua criação até o ano de 2019 foi de 884 ha, se levar em conta a quantidade de pressão que esta Terra Indígena passa por o acumulado pode ser até considerado baixo. Já a participação direta do

ator sintagmático Estado na Coordenação Regional localizada em Ji-Paraná e o Distrito Sanitário Indígena Sesai em Porto Velho, com uma escola para o ensino fundamental, também há instalado nessa TI o CIMI, Conselho Indigenista Missionário (católico) e a Junta das Missões de Convenção Natista Nacional (evangélica protestante). Os problemas mais recorrentes são com madeireiros, garimpeiro, grileiro e posseiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado, é o resultado de um estudo realizado sobre a espacialização das pressões que envolvem as Terras Indígenas e a aplicação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico no estado de Rondônia. Nesse sentido, utilizou-se a escala geográfica para delimitar a periodização do espaço temporal na pesquisa e conceitos de atores sintagmáticos e paradigmáticos para indicar os agentes modificadores do zoneamento socioeconômico ecológico e que impõem pressões no entorno das Terras Indígenas. Nesta perspectiva, foi constatado que desde a chegada dos europeus as etnias estão em constante ataques para retirada de seu domínio sobre sua terra, lembrando que a própria legislação direcionada as áreas indígenas não os coloca como donos da terra, eles necessitam de autorizações do Estado, este como ator sintagmático por excelência, impõe aos povos indígenas sua vontade sobre sua terra.

Nesta perspectiva, esta dissertação foi essencialmente direcionadas aos povos indígenas da unidade federativa de Rondônia, estes enquanto não organizados tidos como atores paradigmáticos, fez-se necessário uma periodização escalar que abrangesse o contexto histórico da colonização até a contemporaneidade, seguindo desta maneira, o que determina uma das concepções do materialismo-histórico-dialético, que é a materialização dos acontecimentos contraditórios na construção da atual forma espacial das Terras Indígenas, essa sendo o resultado das diversas espacialidades divergentes imposta pelos detentores do poder aos indígenas.

Desta forma, o uso do método Materialismo-Histórico-Dialético foi essencial, pois por meio dele, realizou-se a periodização em escala geográfica que desse conta dos processos que explicam a expropriação das terras dos indígenas. Em conjunto com o entendimento dos conceitos de forma, processo, estrutura, função, que possuem por essência como elementos de análise espacial, a necessidade de serem entendidos concomitantemente, de maneira que ocorreu explicação dos fatos e das suas complexidades, pois as formas espaciais atuais são resultados que só podem ser analisadas, quando se entende o processo que ocorreu imposto pela estrutura (sociedade) a partir disso as análises expõem a função espacial inserida na forma, nesse sentido ocorre o que Santos e Corrêa inferem que essas categorias de análise do espaço são contínuas e mutáveis.

Com essa perspectiva no embasamento do método marxista percebeu-se a espacialização desigual imposta pelo capital, pois como indicam os geógrafos dessa perspectiva filosófica Andrade, Moreira, Corrêa, Santos, Porto-Gonçalves Lefebvre dentre outros, foi pela cobiça e busca de mais lucro que os europeus invadiram e reordenaram o espaço brasileiro, para que perpetuasse a posse da terra para os seus iguais, retirando o direito da posse dos menos abastados, incluindo nesse rol os autóctones que deveriam ser os legítimos donos das terras.

Na concepção da geografia crítica, proposta por Lefebvre que busca uma justiça social, vale lembrar que antes da chegada do europeu, viviam vários povos e grupos diferentes, dentro do atual território brasileiro, ou seja, não era apenas um território, e sim vários, e que por decisões tomadas fora do continente, na Europa, foi elaborada a primeira divisão dessas terras, dando a partir daí com o tratado de Tordesilhas, o domínio a Portugal nas terras que tornar-se-iam o Estado brasileiro. A visão do colonizador uniformizou os diferentes grupos, apagando as especificidades de cada povo, o que aconteceu de lá para cá, foi cada vez mais a diminuição dos territórios indígenas em meio a violência e desapropriação. No cotidiano, o capital vem avançando e explorando cada vez mais, sendo uma das principais forças geradoras de conflitos e desigualdades para as populações indígenas.

Pode ser evidenciado neste trabalho que as transformações espaciais que ocorreram no estado de Rondônia foram ocasionadas principalmente pelos atores sintagmáticos, com a aplicação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico para organização do espaço não tiveram relevância positiva para os povos indígenas, pois esses continuam sendo vítimas dos projetos e ações dos governantes que priorizam as questões econômicas e ignoram os impactos sociais e ambientais. Destarte, Rondônia, desde os projetos iniciais de sua implantação tinha como objetivo ser um modelo de gestão ecológica, mas com o fracasso do POLONOROESTE nesse quesito, implantado no ano de 1981, houve a criação das unidades de conservação, o que foi uma exigência do banco mundial, este que é um ator sintagmático, que impõe sua vontade para liberação do financiamento para o próximo plano governamental, o PLANAFOLORO que por sinal foi o primeiro zoneamento imposto pelo Banco Mundial.

Nessa perspectiva, é importante respaldar que as terras indígenas foram demarcadas a partir de política de ordenamento da União, essa que operacionalizou o que manda a Constituição Federal, neste caso a atual de 1988, o que vai deixar para os entes federados a participação do cuidar, nesse sentido o ZSEE não delimita as

Terras Indígenas, ele ordena o uso e ocupação em seu entorno, e é isso que está provocando várias pressões nos limites das Tis, como pode ser visto nas imagens no capítulo cinco, elas revelam que na maioria das Terras indígenas há pressões devido o zoneamento indicar seu entorno como área de potencial ocupação humana.

Com todos os processos exclusivos e dialéticos demonstrados neste trabalho, tornou-se claro o porquê atualmente o índio não é dono das terras demarcadas, apenas adquiriu o direito de habitar para atividades produtivas, bem-estar e reprodução de seu modo de vida, nas terras que foram dos seus ancestrais. Em todo caso, é um bem da União, inalienável e indisponível sendo os direitos sobre ela imprescritíveis. Por isso, as novas gerações devem comprovar que seus antepassados viveram nas terras para assim terem “direito” de habitá-las. Explanar essas problemáticas na perspectiva geográfica é também questão de cidadania com as causas indígenas. A sociedade precisa entender a trajetória indígena e suas complexidades, que garantam o direito de viver fundamentado no reconhecimento da diversidade, tendo suas próprias formas de organização.

Dentro do processo espaço temporal as etnias vivenciam, vários projetos aplicados em diversas escalas dentre esses o POLONOROESTE e PLANAFLORO, financiados pelo Banco Mundial, deixa explícito que o desenvolvimento econômico no espaço rondoniano foi projetado para atender a classe detentora do capital, mesmo sendo um espaço servido para experiências de políticas públicas, para sustentabilidade ambiental, moldaram a configuração espacial do estado a seu favor tornando-o como modelo para o agronegócio. Nesse sentido, os políticos tomam para si a solicitação de alguns atores sintagmáticos e modificam o ZSEE, de maneira que este torna-se ineficaz quando se trata de proteção não somente nas terras indígenas mais em qualquer unidade de conservação da biodiversidade brasileira.

A abertura da BR-364, na prática foi a principal ferramenta para deslocamento de pessoas e tecnologias para o espaço rondoniense, o que ocasionou na proximidade dos não indígenas a diversas etnias, resultando em mortes e conflitos com os indígenas, tanto por doenças não conhecida pelos índios, quanto pelos conflitos que geraram genocídios, como pode ser evidenciado nos capítulos três e quatro. As demarcações em áreas de preservação e terras indígenas ajudam a defender os seus territórios. No entanto a precariedade dos órgãos gestores não surte os efeitos esperados, com respaldos com outras questões que o Estado não atua de modo eficaz, com a saúde indígena, educação e segurança contra invasores. E,

atualmente no tocante ao poder executivo as políticas públicas direcionada a proteção as terras indígenas e as etnias inexistem, deixando ainda mais crítica a situação desses povos.

Rondônia, por todos os processos de ocupação, colonização e conflitos que ocorreram na espacialização ao longo do tempo, com a participação do Estado como organizador e gestor, sempre trouxe malefícios para os atores paradigmáticos estes enquanto povos indígenas sem poder de decisão. Pois, diálogo com esses povos poucos ocorreram, a não ser para imposição da cultura do não-índio. A necessidade de proteção das fronteiras, ou desenvolvimento econômico no espaço rondoniense, resultou na extinção de algumas etnias e a precariedade de outras que quase chegaram a ser dizimadas. O desenvolvimento feito pelo Estado baseado no conflito de interesses, de grupos de migrantes que necessitavam das terras para trabalho e grupos indígenas que necessitam do meio ambiente para sobreviver de acordo com seu modo de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: editora Mestre Jou, 1982. 981p.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. In: **GEOUSP- Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 12, p. 11-19, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123767/119954>. acesso em: 14/08/2019.

_____. A Construção da Geografia brasileira. In: **Revista Finisterra**: v. 34 n. 67, 1999. p. 21-30. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1681>. Acesso em: 19/08/2020.

ALVES, Hugo de Almeida; MORAIS, Pedro Henrique Castro de; ORTIZ, Barbara Giovanna; MESQUITA, Hellen; PEREIRA, Lorena Iza; PAULI, Lucas; RAMOS, Michele Cristina Martins; SILVA, Renan Coelho da; LIMA, Rodolfo Souza; GIRARDI, Eduardo Paulon; PAULA, Ricardo Pires de; FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA - Banco de dados da luta pela Terra**. In: **8º Congresso de extensão universitária**, UNESP, 2015.

ARAUJO, Wécio Pinheiro. **A dialética da razão moderna: de Hegel a Ricardo na investigação do método em Marx**. João Pessoa: editora da UFPB, 2016. 234p.

AMANTINO, Marcia. **As Guerras Justas e a Escravidão Indígena em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX**. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 35: p.189-206, Jan/Jun 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000100011>. Acesso em: 05/07/2015.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Impactos Socioculturais Em Populações Indígenas De Rondônia: Estudo Da Nação Jupaú, Porto Velho-Ro. **Dissertação (mestrado em Geografia)** Programa de Pós-Graduação Mestrado Em Geografia – UNIR. Rondônia 2010.

_____; DA SILVA, Carlandio A.; CASTRO, Sheila.; MEDEIROS, A. F.; SURUÍ, Almir Narayamoga. O ritual Mapimaí no processo de construção da territorialidade Paiter Suruí. *Confins* (Paris), v. 24, 2015. p. 1-18

_____. A Questão Indígena e os Projetos De Desenvolvimento Na Amazônia Ocidental. In: **Ciência Geográfica**, v. XVI, n. 1, 2012. Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvi1_versao_internet/AGB_abr2012_02.pdf. Acessado em 15/04/2020.

BECKER, Bertha Koiffmann. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: *Parcerias Estratégicas* – vol. 06 - número 12, Setembro 2001. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/178. Acesso em: 14/04/2013.

_____. **Amazônia**. São Paulo. Editora Ática. 1994. 112p.

BORGES, Luciana Riça Mourão. Políticas Territoriais na Fronteira: O Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. 244p.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil - 1988**. Brasília: Senado, 1988.

_____. **Lei Complementar. n. 41 de 22 de dezembro de 1981**. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp41.htm#:~:text=Lcp41&text=Cria%20o%20Estado%20de%20Rond%C3%B4nia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.,seus%20atuais%20limites%20e%20confronta%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 14/04/2020

_____. **Lei n. 6.001** de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 14/04/2020

Campos, Janaina Francisca de Souza. Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. **Tese (doutorado em geografia)** – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, 2012. p. 388.

CASCUDO, Luis da Camara. **Geografia dos mitos brasileiros**. São Paulo: ed. Itatiaia, 1983. 397p.

CASTRO, Ina Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa. & CORREA, Roberto Lobato (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003. 352p.

CASTRO, Sheila. Paisagem e lugar das expressões culturais lúdicas e da disputa dos botos em Alter do chão - PA. **Tese (doutorado em geografia)** – Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2016. p. 256.

_____. A presença da mulher na trajetória da colonização no PIC Ouro Preto/RO. **Monografia (bacharelado em História)** Universidade Federal de Rondônia, 2009. 99f.

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). **Revista História, Ciências, Saúde** –Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v18n2/10.pdf> - acessado em: 03/02/2020.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Anais do Congresso Nation-Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century**, Holanda, 1995. p. 1-11. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003 . Acesso em: 12/03/2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010. 136p.

Chauí, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo, Brasiliense, 2008. 119p.

CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo**. São Paulo; Editora Moderna Ltda. 2004. 96p.

CPRM. **Cassiterita**. 2014. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Utilidade-dos-Minerais-1105.html#:~:text=O%20estanho%20%C3%A9%20um%20metal,o%20mais%20importante%20dos%20metais>. Acesso em: 15/01/2021.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de fronteira, o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, Catherine (Org.) **Fronteiras**. Brasília: UNB, 1988. p. 167-194 https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf - acessado em:04/05/2016

_____. Rondônia: Frente pioneira e Programa POIONOROESTE: O processo de Diferenciação Sócio Econômica na periferia e os limites do planejamento público. In **Tübinger Geographische Studien: Tübingen** n. 95, 1987.p. 253-270.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da; DANDOLINI, Gustavo. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. In: **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, 2018. p. 461 - 479. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323997096>. Acesso em: 23/04/2020.

_____, Dinâmicas Territoriais em Rondônia: Conflitos Na Produção e Uso do Território no Período de 1970-2010. **Tese (doutorado)** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP: São Paulo, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 15-47.

CURI, M. V. Aspectos legais da mineração em terras indígenas. In: **revista de Estudo e Pesquisa FUNAI**: Brasília v. 4 – n. 2, 2007. p. 221-252.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processo, forma e significado: uma breve consideração. In. Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://ihgrgs.org.br/artigos/contibuicoes/Roberto%20Lobato%20Corr%C3%AAa%20-%20Processo,%20Forma%20e%20Significado.pdf>. Acesso em: 05/06/2016.

DA SILVA, Carlandio A.; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. Paiter Suruí. In: **Revista Pesquisa & Criação**, v. 11, 2012. p. 406-414

_____, Carlandio Alves; CASTRO, Sheila. A territorialidade suruí e o sequestro de carbono. In: **III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**: Niterói-RJ, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/oidna/Downloads/artigo%20congeo%20-anais-2018.pdf>. Acesso em: 15/08/2019.

DANTAS, Aldo. FRANÇA, Rosana Silva de. MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz. **Geografia Agrária**. Natal: EdUFRN, 2011. 190p.

DECRETO-LEI. n. **5.812 de 13 de setembro de 1943**. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: editora Atlas, 1992. 287 p.

DE PAULA, Jania Maria, Políticas públicas e as populações indígenas de Rondônia. In. **Revista Geografias** Belo Horizonte 04(1) 71-80, 2008. acessado em 15/04/2020 <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13242>

DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Org.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2009. 270.p.

DIAGNÓSTICO ETNOAMBIENTAL PARTICIPATIVO. **Etnozoneamento E Plano De Gestão Da Terra Indígena Igarapé Lourdes**. Porto Velho, 2012. 92p.

_____. **Etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas -Pacaas Novas vol. 5**. Porto Velho: Editora ECAM, 2019. 61p. Disponível em: <http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2020/09/TI-Pacaas-Novas-web.pdf>. Acesso em: 15/09/2020.

DOLLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1991.

DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 79, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-05>. Acesso em: 07/07/2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI escolar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo. Editora Hucitec. 1996. p. 288.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Osal : Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, n. 6, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. In: **I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo-MEC**: Brasília, 2006. p. 1-10. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf. Acesso em: 06/09/2020.

FIALHO, Átila Rezende. TREVISAN, Ricardo. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. In: **Anais XVIII ENANPUR**, 2019. p. 1-26. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=407> – Acesso em: 22/06/2020.

FREITAS, Edinaldo Bezerra de. **Vozes da (des) integração e Imaginário da sobrevivência: As Narrativas dos Índios Arara de Rondônia**. In: Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário – UNIR. 2008. Disponível em: www.cei.unir.br/artigo125.html. Acesso em: 25/07/2019.

_____. **A Guarda Rural Indígena – GRIN: Aspectos da Militarização da Política Indigenista no Brasil**. IN: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308140347_ARQUIVO_grin_Fin.pdf. Acesso em: 15/07/2020.

FERREIRA, Maria Madalena. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. Curitiba: Editora SK, 2012. p. 31-57. In: ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva & Silva; COSTA SILVA, Ricardo Gilson da Costa (Orgs). **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: reflexões geográficas**. Curitiba: Editora SK, 2012.

FUNAI. Documento Base. In: **1ª Conferência Nacional de Política Indigenista**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/Documento%20Base1906.pdf>. Acesso em: 02/04/2019.

_____. **Relatório de Gestão do exercício 2016**. Brasília, Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. 472p. Disponível em: https://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/fundacao-nacional-do-indio/funai-2016-_12651857v1-08-relatoriogestao.pdf. Acesso em: 15/11/2020.

GALEANO, Eduardo. **Veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010. 265p.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. 130 Anos de República no Brasil: entre avanços e retrocessos. In: **Revista Locus Revista de história**, Juiz de Fora, 2019. p.4-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2019.v25.29147>. Acesso em: 13/03/2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, 1995. p. 20-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 08/09/2020.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 368p.

GOMES, Laurentino. **1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. São Paulo: Globo, 2013.

GTA. **O Fim da Floresta? A devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia**. Regional Rondônia: Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Porto Velho, 2008. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/O_fim_da_floresta.pdf. Acesso em: 01/12/2020.

GUIMARÃES, Elena. Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias. **Dissertação (Mestrado)** Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015. 203f.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, Milton; Becker, Bertha (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio Janeiro: Lamparina, 2011. p. 43-71.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: edições Loyola, 1992.

_____. **A Produção Capitalista Do Espaço**. São Paulo, 2005. Ed. Annablume.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: edições Loyola, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. **Karl Marx: Formações Econômicas Pré-capitalista**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HECK, Egon, LOEBENS, Francisco e CARVALHO Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. In **Revista Estudos Avançados**, v.19, n. 53, 2005. p. 237-255.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo. Brasiliense, 2008. 87p.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute. SCHELLER, Morgana. BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.** *Revista de investigaciones UNAD Bogotá - Colombia No. 14, julio-diciembre 2015.* Disponível em:

file:///C:/Users/oidna/Desktop/Mestrado%20fichamento/fichamento/autores%20metodologias/Pesquisa%20documental%20na%20pesquisa%20qualitativa.pdf. Acesso em: 08/09/2020.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003. 310p.

LACOSTE, Yves. **A geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** São Paulo. Papyrus, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo: uma breve introdução.** Porto Alegre: L&PM, 2017. 127p.

_____. **El materialismo dialéctico.** Buenos Aires. 1971. La Pléyade. 185p.

_____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192p.

MAIA, Thalita de Moura Santos. Terras e poderes: redes de solidariedade, conflitos e os domínios territoriais da Câmara do Rio de Janeiro entre 1700 e 1763. 2012. **Dissertação (Mestrado em História)** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: **Departamento de Geografia da USP.** Disponível em: <https://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2016/04/A-geografia-e-%E2%80%9CA-forma%C3%A7%C3%A3o-social-come-teoria-e-como-m%C3%A9todo%E2%80%9D.pdf> Acesso em: 03/09/2020.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva.** São Paulo. Centauro Editora. 2004. 122p.

_____. **A sagrada família, ou crítica da crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores.** São Paulo. Centauro Editora. 2005. 264p.

_____. **A questão judaica.** São Paulo. Centauro Editora. 2005. 104p.

_____. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo. Lafonte. 2012. 68p.

_____. **A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon.** São Paulo. Lafonte. 2018. 160p.

MARTINS, Souza José. **O Cativo da Terra.** São Paulo: Editora Hucitec, 1990. 162p.

_____. A reinvenção da cidade na selva, Tempo Social. In: **Revista de sociologia da USP**, v. 31, n. 01, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v31n1/1809-4554-ts-31-01-0011.pdf> acessado em 15/04/2020

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso.** São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1987. 245p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. In: **Revista GEOGRAFARES**, n. 02, 2001. p. 105-113. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1145>. Acesso em: 05/12/2018.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. Rio de Janeiro. Consequência, 2014. 320p.

_____. **Mudar para continuar exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro. Consequência, 2018. 128p.

_____. Marxismo e Geografia. In: **Revista Caderno Prudentino de geografia: AGB** v. 01, n. 11-12, 1989. p. 27-41. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6323/4834>. Acesso em: 29/08/2020.

MOSER, Lilian Maria. Os Karitiana no Processo de Desenvolvimento de Rondônia nas Décadas de 1950 a 1990. Recife. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

_____. Formação de capital social e o ideário do desenvolvimento sustentável no mundo rural rondoniense: A organização dos sistemas alternativos de produção dos produtores de Ouro Preto D'Oeste – RO. **Tese (doutorado)** apresentada no Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Altos Estudos Avançados: UFPA, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. República Velha, Tese nova. In: **Revista do Departamento de História da USP**, 1971. 579-584.

MINDLIN, Betty. **Nós Paiter: Os Suruí de Rondônia**. Petrópolis. Editora Vozes, 1985. 228p.

MOTA SANTOS, Alex; CEREDA GOMIDE, Maria Lúcia. A ocupação no entorno das terras indígenas de Rondônia, Brasil. In: **Boletim Goiano de Geografia**, v. 35, n. 03, 2015. 417-436.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC/Museu Nacional, 2006. 268p. disponível em: <http://forumeja.org.br/files/CPT%203.pdf>. Acesso em: 03/07/2020.

OIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas, São Paulo. Papirus, 1993. p135.

OLIVEIRA NETO, Adolfo. Questão de método: a dialética como base para a análise espacial em Soja, Quaini e Santos. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), Belém, n. 1, v. 01. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272397723_Questao_de_Metodo_A_Dialetica_como_Base_para_a_Analise_Espacial_em_Soja_Quaini_e_Santos. Acesso em: 23/05/2020.

OTT, Ari Miguel Teixeira, Dos Projetos de Desenvolvimento, ao Desenvolvimento dos Projetos: O Planaflores em Rondônia. **Tese (doutorado)** Universidade Federal de Santa Catarina Centro De Filosofia E Ciências Humanas Doutorado Interdisciplinar Em Ciências Humanas, Florianópolis, 2002.

PEDLOWSKI, Marcos; DALE, Virginia; MATRICARDI, Eraldo. A criação de áreas protegidas e os limites da conservação ambiental em Rondônia. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 93-108, 1999. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 abr. 2020.

Portal da transparência – Histórico e contextualização do estado de Rondônia. 2020. Disponível em: <http://transparencia.der.ro.gov.br/Institucional/Historico>. Acesso em: 13/02/2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

_____; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. In: **Revista Latinoamericana Polis**, v. 11, n. 31, 2012. p. 295-332. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-65682012000100017&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 12/11/2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império.** São Paulo. Editora Brasiliense. 2006. 104p.

RAMOS, Aluísio Wellichan. Espaço-tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “bairro” da água branca. Revista do Departamento de Geografia – Departamento de Geografia da FFLCHUSP, São Paulo, n. 1, p. 65-75, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47298/51034>. Acesso em: 10/12/2020.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Relatório Sergipe, 2012: DATALUTA.** In: – Banco de Dados da Luta pela Terra: Sergipe, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Antropogeografia – As raças humanas – A Córsega: estudo antropogeográfico – As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAIS, Antônio Carlos Robert (Org). **Ratzel.** São Paulo: editora Ática, 1990. 201p.

RELATÓRIO COMISSÃO DA VERDADE. **Violações aos Direitos dos Povos Indígenas: Relatório - Tomo I - Parte II.** Disponível em: http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Violacoes-aos-direitos-dos-povos-indigenas.pdf. Acesso em: 14/10/2020.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. Idealismo e materialismo, geografia crítica e a concepção da abstração espacial. In: **Revista Geografia em questão**, v.06 n. 02, 2013. p.46-62.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 477p.

RELATÓRIO RONDON. **Linhas Telegráficas Estratégicas Mato Grosso- Amazonas: publicação 30 anexo n. 04. elaborado pelo: Ten. Barbosa, Julio Caetano Horda.** Rio de Janeiro, 2016. In: Acervo Digital de Obras Raras Fiocruz.

RONDÔNIA. **Cartilha: evolução Socio-Econômica, Ecológica e institucional do estado de Rondônia 3ª atualização.** Porto Velho: SEDAM, 2017. 48p.

_____. **Zoneamento Soócio-Econômico Ecológico do Estado de Rondônia: vinte e um anos – Planejamento para o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental- 2ª aproximação.** Porto Velho: SEDAM, 2010. p.59p.

_____. **Relatório de educação.** Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/06/Doe-10_06_2016.pdf

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: editora USP, 2004. p. 285.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: HUCITEC, 2012.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 2014.

SANTOS, Alex Mota dos. Cartografias dos povos e das Terras Indígenas em Rondônia. tese (Doutorado em Geografia) Programa Mestrado e Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SAMPAIO, Wany. SILVA, Vera. Os povos indígenas de Rondônia. Edufro, 1997. 107p.

LEI 6.001 **Estatuto do Índio.** Brasília: Planalto, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.,e%20harmoniosamente%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional. Acesso em: 13/04/2019.

SARDE NETO, Emílio. Cosmografia Karitiana: Território, Educação E Identidade Étnica Em Rondônia. 2013. **Dissertação (Mestrado em Geografia). – Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho. 2013.**

SILVA, Adnilson de Almeida. **Impactos Socioculturais em Populações Indígenas de Rondônia: Estudo da Nação Jupaú, Porto Velho.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2007.

SICSÚ, Abraham B. LIMA, João Policarpo R. Fronteiras Agrícolas No Brasil: A Lógica De Sua Ocupação Recente In: **Revista Nova Economia**, v. 10 n. 1, 2000. p. 109-138 Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2145>. Acesso em: 05/08/2019.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo. Editora Atual. 1997. 72p.

_____. Introdução. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** São Paulo: Expressão, 2011. p. 15-35.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1993. 325p.

SOUZA, Valdir Aparecido de. Rondônia, Uma memória em disputa. **Tese (Doutorado).** Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista – UNESP: ASSIS, 2011. 192 p.

SOUSA, James O. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. In: Em Tempo de Histórias, n°. 6, 2002. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231258097.pdf>. Acesso em: 04/05/2019.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre a epistemologia da geografia. Florianópolis. In: **cadernos geográficos.** Universidade Federal de Santa Catarina, nº 12, 2005. 63p.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional: Rondônia.** Porto Velho. Rondoniana, 2001. 232p.

THÉRY, Hervé. **Rondônia: Mutação de um território federal a Amazônia brasileira**. Curitiba: SK editora. 2012. 304p.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército: Ed. Civiliza o Brasileira, 1982. 181p.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. De volta para o passado: territorializa o e 'contraterritorializa o' na história karitiana. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 55-65, jan./jun. 2010.

VENERE, Mario Roberto. Políticas públicas para popula es indígenas com necessidades especiais em Rondônia: o duplo desafio da diferença. **Disserta o (Mestrado)** Núcleo de ciência e tecnologia, Programa de p s-gradua o em Desenvolvimento regional e meio ambiente - UNIR: Porto Velho, 2005.

Sites pesquisados

<https://www.socioambiental.org/pt-br>

<https://www.gov.br/funai/pt-br>

<https://www.ibge.gov.br/>

<https://saudeindigena.saude.gov.br/corona>

<https://cimi.org.br/>

<http://www.kaninde.org.br/>

https://povosindigenas.org.br/pt/Organiza%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas

<https://apiboficial.org/>

<https://www.fct.unesp.br/?bookId211404042016#!/pesquisa/dataluta/rede-dataluta/>
acessado em 09/07/2020

<https://www.fct.unesp.br#!/pesquisa/dataluta/> acessado em 09/07/2020

<http://www2.fct.unesp.br/nera/>

<http://www2.fct.unesp.br/nera/boletim.php>

http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf

<http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos.php>

<http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosbr.php>